

**As Estratégias e Políticas de Segurança Nacional da Total
National Strategy e «Total Counter–Revolutionary Strategy»:
As ações estratégicas de segurança executadas pelos sistemas de forças da
África do Sul em defesa da *Afrikanerdom* (1978-1989)**

Orientadora: Professora Associada Sandra Maria Rodrigues Balão

Coorientador: Professor Catedrático Ian van der Waag (Faculdade de Ciências Militares da
Universidade de Stellenbosch)

Mestrando: Mário Jorge Teixeira Pires [220598]



Dissertação para a obtenção de Grau de Mestre em Estratégia
Lisboa

2018

WWW.ISCSP.U LISBOA.PT

ÍNDICE

LISTA DE FIGURAS.....	IV
LISTA DE TABELAS.....	VI
LISTA DE ACRÓNIMOS E SIGLAS.....	VII
NOTA DE AGRADECIMENTOS.....	9
EPÍGRAFE	10
RESUMO.....	11
ABSTRACT	12
INTRODUÇÃO	13
ENQUADRAMENTO ONTOLÓGICO.....	13
ENQUADRAMENTO EPISTEMOLÓGICO	16
NOTA METODOLÓGICA	21
PERGUNTA DE PARTIDA	21
MÉTODO	21
FONTES	24
CAPÍTULO I – ESTRATÉGIAS E POLÍTICAS DE SEGURANÇA	26
1977 WHITE PAPER ON DEFENCE – TOTAL NATIONAL STRATEGY.....	29
CONCEITO DE ESTRATÉGIA NACIONAL CONTRA A « <i>REVOLUTIONARY ONSLAUGHT</i> » CONTRA A RSA – <i>TOTAL COUNTER-REVOLUTIONARY STRATEGY</i>	35
CAPÍTULO II – AÇÕES ESTRATÉGICAS DE SEGURANÇA.....	39
OPERAÇÕES DA SOUTH AFRICA DEFENCE FORCE (SADF).....	40
OPERAÇÕES DA <i>SOUTH AFRICAN POLICE</i> (SAP)	55
OPERAÇÕES DA « <i>THIRD FORCE</i> ».....	59
CAPÍTULO III – DISCUSSÃO E RESULTADOS.....	61
SOBRE AS ESTRATÉGIAS E POLÍTICAS DE SEGURANÇA	61
SOBRE A EFICÁCIA DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS DE SEGURANÇA.....	63
CONCLUSÃO.....	65
REFERÊNCIAS	66
ANEXOS	70

ANEXO 1 –DESPESA GOVERNAMENTAL/ORÇAMENTAL E DESPESA DA DEFESA (1962–1990).....	70
ANEXO 2 – CRONOLOGIA DA GUERRA DA FRONTEIRA SUL-AFRICANA (<i>SOUTH AFRICA BORDER WAR</i>)	71
APÊNDICES	74
APÊNDICE 1 – REVISÃO DE LITERATURA	74
APÊNDICE 2 – PERSPETIVAS TEÓRICAS	82
APÊNDICE 3 – MODELO DE ANÁLISE BASE E DEFINIÇÃO DOS CONCEITOS OPERACIONAIS	109
APÊNDICE 4 – ASCENÇÃO E DEFESA DA <i>AFRIKANERDOM</i>	121
APÊNDICE 5 – GEOPOLÍTICA, AMBIENTE TOTAL, PROBLEMAS/INPUTS E SISTEMA POLÍTICO DA ÁFRICA DO SUL	139
APÊNDICE 6 – DOCTRINA E CULTURA ESTRATÉGICA DOS SISTEMAS DE FORÇAS DA ÁFRICA DO SUL	172
APÊNDICE 7 – APARELHO ADMINISTRATIVO DE SEGURANÇA.....	183
APÊNDICE 8 – PROGRAMA DE ARMAS DE DESTRUÇÃO MASSIVA – DISSUAÇÃO ESTRATÉGICA NUCLEAR, QUÍMICA E BIOLÓGICA.....	219

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Modelo Lógico Base de Análise	20
Figura 2 – Modelo de Análise Final	24
Figura 3 - Visão Contrarrevolucionária dos <i>Securocrats</i>	28
Figura 4 – Relação entre Ações Estratégicas e Área de Operações	35
Figura 5 – Relação entre Ações Estratégicas e Área de Operações	38
Figura 6 – Sistemas de Forças da África do Sul.....	39
Figura 7 – Sistema Estratégico da África do Sul.....	40
Figura 8 – Teatros de Guerra da África do Sul	46
Figura 9 – Áreas Alvo Favoráveis na Área de Operações de Angola e Namíbia.....	47
Figura 10 – O Subteatro Ocidental da Guerra da Fronteira.....	48
Figura 11 – Tipos de Padrões de Fluxos de Exigências	86
Figura 12 – Múltiplos Ciclos de Retroação Sistémico	95
Figura 13 – Ciclo Sistémico de Retroação	96
Figura 14– Funcionamento do Sistema Estratégico – Quadro de Análise de Produção de Decisão	98
Figura 15 – Modelo de Resposta Dinâmica de um Sistema Político.....	98
Figura 16 – Sistema de Forças.....	99
Figura 17 – Desenvolvimento da Estratégia Nacional de Segurança.....	101
Figura 18 – Pilares do Estado	104
Figura 19 – Fluxograma da decisão executiva e inter-relação das ações estratégicas dos Pilares das Forças Armadas, Forças de Aplicação da Lei e Inteligência do Pilar das Forças Armadas do Estado	105
Figura 20 – Tabelas de Relação Entre TTPs e Ações Estratégicas dos Pilares do Estado.....	106
Figura 21 – Relação entre área de operações e ambiente operacional	108
Figura 22 – Modelo Lógico de Análise Integrado.....	110
Figura 23 – Hierarquia da Estratégia de Barlow (2016).....	117
Figura 24 – Arquétipo para o desenvolvimento de uma Estratégia Nacional de Segurança..	118
Figura 25 – Regiões de poder equilibrado.....	140
Figura 26 - Cohen, Regiões Geoestratégicas e Geopolíticas.....	141

Figura 27 – África Encravada & Zonas distintas da Ilha-Mundo de Mackinder	142
Figura 28 - Pontos Estratégicos - 'Choke Points' do Continente Africano	144
Figura 29 - Destinos dos recursos naturais sul-africanos e Rota do Petróleo e dos Minérios;	144
Figura 30 – Rimland Africano; Eixos das Operações Sul-Africanas no Rimland Africano ..	146
Figura 31 - Quadro Geopolítico da Guerra da África Austral	147
Figura 32 - Organograma de Grupos de Pressão - Partidos Políticos e Organizações - Anti- <i>Apartheid</i>	148
Figura 33 – Histórico das Guerras de Libertação da África Austral	160
Figura 34 - Partidos Políticos Brancos	171
Figura 35 – Guerras de Pós-independência em África	176
Figura 36 – Progressão de um conflito revolucionário.....	181
Figura 37 - Estruturas do SSC (em 1985)	184
Figura 38 - Estrutura da NSMS	185
Figura 39- Organograma e relação das estruturas da NSMS, NWMS e SSC	187
Figura 40 - Organograma e hierarquia das estruturas das Operações Especiais e relação com outras estruturas militares da SADF (1972-1990).....	194
Figura 41 – Divisão da Inteligência Militar.....	197
Figura 42 – Organograma e Hierarquia de Comando da <i>National Intelligence</i> (1980-1990)	211
Figura 43 – Estrutura e hierarquia da <i>Security Branch</i> e da SAP.....	213
Figura 44 – Organograma e Estrutura das estruturas das operações encobertas da África do Sul (em 1986).....	218
Figura 45 – Organograma Hierárquico do Projeto ‘Coast’	222

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Incidentes, 1980-1988.....	49
Tabela 2 – Minas descobertas, 1983-1988	49
Tabela 3 – Baixas, 1966-1987	49
Tabela 4 - Assassinatos e mortos do C1 (exemplos)	57
Tabela 5 – Tipos Lógicos de Canais de Fluxos de exigências	86
Tabela 6 – Legenda e Explicação dos Símbolos da Figura anterior.....	87
Tabela 7 – Tipos de Outputs.....	94
Tabela 8 – Gráfico da despesa orçamental e despesa em defesa (ordem dos R10.000.000)..	161
Tabela 9– Números de artigos completos militares durante a década de 1970 e 1990 no inventário da SADF.....	163
Tabela 10 – Estatística dos incidentes terroristas (julho 1976-abril de 1990).....	170
Tabela 11 - Incidentes do MK	170
Tabela 12- Secções da <i>Security Branch</i>	213
Tabela 13- Infraestruturas de Ciclos de combustível nuclear na África do Sul até 1987.....	219

LISTA DE ACRÓNIMOS E SIGLAS

AEC – <i>Adult Education Consultants</i>	DCDP – <i>Department of Constitutional Planning and Development</i>
ANC – <i>African National Congress</i>	DCI – <i>Directorate of Covert Information</i>
APLA – <i>Azanian People's Liberation Army</i>	DMI – <i>Division Military Intelligence</i>
ARAC – <i>Africa Risk Analysis Consultants</i>	DONS – <i>Department of National Intelligence</i>
ARMSCOR – <i>Armaments Corporation</i>	DST – <i>Directorate of Special Tasks</i>
BCM – <i>Black Conscience Movement</i>	EUA – <i>Estados Unidos da América</i>
BOSS – <i>Bureau of State Security</i>	FAPLA – <i>Forças Armadas Populares de Libertação de Angola</i>
CANU – <i>Caprivi African National Union</i>	FLS – <i>Front Line States</i>
CBW – <i>Chemical and Biological Warfare</i>	FNLA – <i>Frente Nacional de Libertação de Angola</i>
CCB – <i>Civil Cooperation Bureau</i>	FRELIMO – <i>Frente de Libertação de Moçambique</i>
CDCI – <i>Chief Directorate of Counter-Intelligence</i>	GOC-SF – <i>General Office Commanding, Special Forces</i>
CDMI – <i>Chief Directorate of Military Intelligence</i>	GTK – <i>Gesamentlike Teeninsurgensie-Komitees</i>
CDIO – <i>Chief Directorate of Intelligence Operations</i>	IAEA – <i>International Atomic Energy Agency</i>
CIA – <i>Central Intelligence Agency</i>	IUEF – <i>International University Exchange Fund</i>
CESCOM/SEMKOM – <i>Constitutional/Economic/Welfare Committee</i>	JICOM/GIKOM – <i>Joint Intelligence Committee</i>
COMCOM/KOMKOM – <i>Communications Committee</i>	JMC – <i>Joint Management System</i>
COIN – <i>Counter-Insurgency</i>	JOC – <i>Joint Operations Centre</i>
CSAS – <i>Constellation of Southern African States</i>	KIK – <i>Koördineer Inligting Komitee</i>
CSI – <i>Chief of Staff, Intelligence</i>	KZP – <i>KwaZulu Police</i>
CSNU – <i>Conselho de Segurança das Nações Unidas</i>	LMC – <i>Local Management System</i>
CRW – <i>Counter-Revolutionary Warfare</i>	LLA – <i>Lesotho Liberation Army</i>
DCC – <i>Directorate of Covert Collection</i>	

MDM - <i>Mass Democratic Movement</i>	Super ZAPU – <i>Super Zimbabwe African People's Union</i>
MPLA – <i>Movimento Popular de Libertação de Angola</i>	SWANO – <i>South West Africa National Organization</i>
MK – <i>uMkhonto we Sizwe</i>	SWAPO – <i>South West Africa People's Organization</i>
NGK – <i>Nederduitse Gereformeerde Kerk</i>	SWAPOL - <i>South West Africa Police</i>
NJMC - <i>National Joint Management Center</i>	ONU – <i>Organização das Nações Unidas</i>
NSMS – <i>National Security Management System</i>	OPO – <i>Ovamboland People's Organization</i>
NWMS – <i>National Welfare Management System</i>	OUA – <i>Organização da Unidade Africana</i>
NIIB – <i>National Intelligence Interpretation Branch</i>	PAC – <i>Pan Africanist Congress of Azania</i>
NIS – <i>National Intelligence Service</i>	PAIIC-CC - <i>Pan Afrika Industrial Investiment Consultants CC</i>
OSP – <i>Office of State President</i>	PEBCO – <i>Port Elizabeth Civic Organisation</i>
RSA – <i>Republica da África do Sul</i>	PLAN – <i>People's Liberation Army of Namibia</i>
SAA – <i>South African Army</i>	RENAMO/MRN – <i>Resistência Nacional Moçambicana/Mozambican Resistance Movement</i>
SAAF – <i>South African Air Force</i>	RSA/RSA – <i>Republic of South Africa</i>
SACP – <i>South Africa Communist Party</i>	TBVC – <i>Transkei, Bophuthatswana, Venda and Ciskei</i>
SACU – <i>Southern Africa Customs Unions</i>	TTP – <i>Táticas, Técnicas e Procedimentos</i>
SADF – <i>South Africa Defense Force</i>	UDF – <i>United Democratic Front</i>
SADCC – <i>Southern African Development Coordination Conference</i>	UNITA – <i>União Nacional para a Independência Total de Angola</i>
SAIC – <i>South African Indian Congress</i>	URSS – <i>União das Republicas Socialistas Soviéticas</i>
SAMS – <i>South African Medical Service</i>	ZANU – <i>Zimbabwe African National Union</i>
SAN – <i>South African Navy Force</i>	ZAPU – <i>Zimbabwe African People's Union</i>
SAS – <i>Special Air Service</i>	ZIPRA - <i>Zimbabwe People's Revolutionary Army</i>
SAP – <i>South African Police</i>	
SECCOM/VEIKOM – <i>Security Committee</i>	
STTEP® – <i>Specialized Task Training Equipment & Protection</i>	

NOTA DE AGRADECIMENTOS

Correndo o risco de omitir vitais, importantes e secundárias personalidades que acompanharam o trajeto de vida que conduzirão à produção desta obra, saliento as lições, repreensões e conselhos das mais sábias e legítimas pessoas com quem tive o privilégio de cruzar e gozar do seu conhecimento e experiência, dos convívios de amizade e lazer que levaram a infinitos desenvolvimentos da minha personalidade crítica e, certamente, intelectual. À essas pessoas, distribuídas entre as belas e charmosas paisagens naturais da Cidade do Cabo até às estepes de Ulan Bator, que lamentavelmente omito, agradeço-vos.

Começo por agradecer aos meus ilustres Orientadores, a Professora Doutora Sandra Balão, que muito criticamente orientou a minha dissertação para que fosse o melhor que eu pudesse apresentar, e ao Professor Doutor Ian van der Waag, pela sua orientação na procura das respostas que procurava. Para ambos, o mais estimado agradecimento.

Agradeço à amabilidade, compreensão e excelência das funcionárias da biblioteca que tanto se esforçaram para garantir e fornecer os ótimos conteúdos da biblioteca do ISCSP. E o trabalho de excelência do Senhor , cujo profissionalismo, disponibilidade e celeridade possibilitou o levantamento das fontes necessárias para o cumprimento desta dissertação.

Agradeço a todos os pacientes ouvintes, os amigos, camaradas, com ou sem laços de sangue, gosto de chamar «os meus». Aos meus pais, cujos valores, ofícios, sacrifícios, esperanças, intelecto e amor são o produto do meu carácter – este trabalho é também vosso. Às minhas irmãs, pela sua sensibilidade e cuidados desde os meus anos de *caçula*. Serei sempre vosso chato «Majozinha». À toda a minha família, pelo vosso amor, conselhos e experiências, indispensáveis neste trajeto, e em todo que se seguirá. Aos meus camaradas de armas, com quem partilhei ricas experiências e amizade, com quem cresci muito e partilhei dos mais peculiares momentos. Por último, e não menos importante, à minha «Pérola do Índico», por ... tudo!

EPÍGRAFE



“We ask the entire ‘Afrikaner Dom’ to take part in the festival celebration in this spirit. We long that nothing shall hinder the Afrikaner People as a whole from taking part. This movement is born from the People; may the People carry it in their hearts all the way to Pretoria and Blood River. Let us build up a monument for Afrikaner hearts. May this simple trek bind together in love those Afrikaner hearts which do not yet beat together. We dedicate these wagons to our People and to our God”.

Ossewa Gedenk boek [Livro Memorial das Caravanas], 1940, pp. 112–113

RESUMO

Esta Dissertação é o produto do estudo exploratório com uma abordagem qualitativa que pretende argumentar que as ações/operações estratégicas de segurança executadas pelos Sistemas de Forças da África do Sul convergiam para garantir a sobrevivência e interesses da nacionalidade africâner – *Afrikanerdom* – na África do Sul. Os resultados da pesquisa permitiram argumentar que o regime do *apartheid* da África do Sul, influenciado pelas elites africâneres e o aparelho de inteligência e segurança daquele Estado, desenvolveram medidas para combater as ameaças da *Total Onslaught* e a *Revolutionary Onslaught*, pela operacionalização, respetivamente, da *Total National Strategy* (1977) e da *Total Counter-Revolutionary Strategy* (1985). Estas estratégias promoveram políticas de segurança nacional, que, sumariamente, traduziram-se em políticas de desestabilização regional e interna, políticas de contra-mobilização regional e interna, e uma política de defesa de área, que conduziram a execução de ações/operações, medidas e projetos de segurança nacional para cada respetiva política. Apesar destas ações/operações, medidas e projetos não terem eliminado absolutamente as ameaças definidas, estas permitiram que os movimentos de libertação e aliados fossem coagidos a negociar com o regime africâner para construir o futuro sistema político democrático da África do Sul, e que a sobrevivência da nação africâner – a *Afrikanerdom* – na África do Sul fosse garantida.

Palavras-Chave: *Total Onslaught*, *Revolutionary Onslaught*, *Total National Strategy*, *Total Counter-Revolutionary Strategy*, África do Sul

ABSTRACT

This dissertation is the product of the exploratory study with a qualitative approach that intends to argue that the strategic security actions/operations carried out by South African security forces have converged to ensure the survival and interests of Afrikaans Nationality – Afrikanerdom – in South Africa. The research makes it possible to argue that the *apartheid* regime of South Africa, influenced by the Afrikaans elites and the intelligence and security apparatus of the State, has developed measures to combat the threats of Total Onslaught and Revolutionary Onslaught, by Operation of the total National Strategy (1977) and the total Counter-Revolutionary Strategy (1985). These strategies promoted national security policies, which, summarily, resulted in policies of regional and internal destabilization, regional and internal counter-mobilization policies, and an area defence policy, which led to Execution of actions/operations, measures and national security projects for effect. Although these actions/operations, measures and projects have not completely eliminated the defined threats, it has allowed liberation and allied movements to collaborate in the creation of negotiating conditions that guarantee the survival of the interests of Afrikaans Nation – Afrikanerdom – in South Africa, and the complete democratization of South Africa's political system.

Keywords: total Onslaught, Revolutionary Onslaught, total National strategy, total Counter-Revolutionary strategy, South Africa

INTRODUÇÃO

ENQUADRAMENTO ONTOLÓGICO

Os objetos de estudo – as ações estratégicas de segurança da África do Sul – ontologicamente são objetos particulares e concretos; substantivamente são objetos pluridisciplinares e transversais das áreas científicas das Ciências Sociais. Categoricamente, estes objetos são concetualizações formais e específicas da adoção ou articulação “de conceitos e outras entidades que se assumiram que existem numa dada área de interesse e as relações que se mantêm entre estes” (Guarino, Oberle, & Staab, 2009, p. 2), respetivamente, na área da Estratégia, para descrever as ações e processos formais e materiais da interação estratégica entre os objetos sociais (pessoas singulares ou coletivas) na situação em estudo – a Guerra da África Austral (1966-1989).

Motivação

A motivação desta dissertação originou da leitura e investigação pessoal de material sobre a guerra civil de Angola, que conduziu a perguntas quanto a causa que conduziu às ações diretas do regime do *apartheid* e aos apoios à terceiros em operações militares em Angola. Essas dúvidas cresceram, aliado ao ceticismo de determinadas fontes, e à luz de fontes que foram obtidas, encontrou-se a motivação de responder o «porquê» que os sul-africanos realizaram aquelas operações militares. Outra motivação, relacionado com a disciplina da Estratégia, foi a oportunidade de procurar teorias que desenvolvessem um quadro de referência que contribuísse na obtenção de ferramentas para a análise técnica da realidade social. De seguida iremos demonstrar a pertinência deste estudo.

Demonstração da Pertinência do Objeto de Estudo

O estudo das medidas, métodos, ações ou operações, modelos, políticas e estratégias contrarrevolucionárias são matéria de estudo descontínuo no tempo, atendendo à necessidade dos Sistemas de Forças dos Estados e/ou Coligações que confrontam ou empregam as mesmas. No presente estudo, os Sistemas de Forças do regime do *apartheid* empregaram ações/operações estratégias de segurança, reguladas por políticas nacionais de segurança, para confrontar as ameaças/problemas de matriz revolucionária. A pertinência deste estudo está relacionada com a situação de diferentes sociedades atuais, em que ameaças irregulares, híbridas, ou simplesmente revolucionárias, confrontam-se com situações de guerra revolucionária e exigem a elaboração de estratégias e políticas de segurança eficazes para a sua confrontação. De seguida, são definidos estes objetos conceitos operacionais.

Conceitos Operacionais

Problema/Ameaça – Total Onslaught e Revolutionary Onslaught

Os objetos/conceitos operacionais (ver página 111-120 do apêndice 3) da *Total Onslaught* (ver páginas 164-168, apêndice 5) e *Revolutionary Onslaught* (ver páginas 168-170, apêndice 5), apresentam atributos que, por similaridade heurística (ver página 22 e 23), permite afirmar que os seus atributos são conceitualmente similares ao conceito nominal de «problema» (*issue*) (ver páginas 87-89, apêndice 2), que são definidos por um conjunto/gama de exigências (ver páginas 82-83, apêndice 2). Por isso, estes conceitos operacionais foram as ameaças/problemas percebidos pelo sistema político da África do Sul que foram operacionalizadas no modelo de análise.

Autoridades de segurança – Sistema de Forças/Pilares do Estado

O conceito operacional de autoridade de segurança, descrito e explicado conceitualmente nas páginas 112-113 do apêndice 3, e foi conceitualmente equiparado, por similaridade heurística, ao conceito nominal de pilar do Estado (ver páginas 102-104 do apêndice 2). O conceito nominal de autoridades está descrito e explicado nas páginas 90 e 91 do apêndice 2.

Outputs/Ações Estratégicas

Declarações Autoritárias e Associadas – Documentos/Planos/Políticas

O sistema político sul-africano, constituído por órgãos de soberania, forças e agentes da autoridade, que emanam a sua prerrogativa de Estado por via de decisões burocráticas, que respeitam quadros legislativos e regulamentares, comunicados na forma de ordens, despachos, leis, atos, regulamentos, ou equivalente, que preveem o emprego dos meios do Estado ou as necessidades/objetivos definidos pelo sistema dos quais os meios deverão concretizar, que são denominadas de Declarações Autoritárias (ver páginas 91-92, apêndice 2). Os dispostos anteriores podem ter anexados ou serem traduzidos em planos, orientações, regras de empenhamento, ou outra especificação com utilidade prática para as autoridades que executam, de forma a facilitar a compreensão da intenção das Declarações Autoritárias, que são denominados de Declarações Associadas (ver página 92, apêndice 2). As declarações autoritárias do «1977 *White Paper on Defence*» e do «*National Strategic Concept against Revolutionary Onslaught against RSA n° 44*», definiam, respetivamente, as políticas – declarações associadas – do «Plano de 12 Pontos», e que previa as políticas do «Plano Joubert».

Ações/Operações Estratégicas de Segurança

Dos conceitos de Ação da Estratégia de Liddel Hart (1974), Poder Nacional e Segurança Nacional de Collins (1973) (ver páginas 115-116 do apêndice 3), definiu-se que,

conceitualmente, uma ação estratégica de segurança é toda a ação, de uma qualquer nação – que, no plano físico/material ou logístico, é o resultado de um movimento que altera as disposições do sujeito alvo, que ao criar uma mudança da frente/situação desloca a distribuição e organização das forças do sujeito alvo; ou separa as suas forças; ou que coloca em perigo as provisões do sujeito alvo; ou ameaça a rota ou as rotas pelas quais o sujeito alvo poderia recuar em caso de necessidade, e de se restabelecer na sua base ou pátria; com a intenção teleológica de protegê-la de todos os tipos de agressão externa, espionagem, reconhecimento hostil, sabotagem, subversão, constrangimentos e outras influências inimigas, ao empregar a soma total das capacidades ou potencialidades para exercer o controlo desejado a um opositor que pretenda minar a força de um regime por meios insidiosos. A conceitualização, denominadas de execuções autoritárias e associadas, e os seus atributos operacionais, que são equiparadas às operações dos Pilares do Estado, encontram-se, respetivamente, nas páginas 90-91 do apêndice 2, e nas páginas 102-105 do apêndice 2.

Objetivos

Portanto, esta dissertação regula-se pelo objetivo geral de: Identificar, sistematizar e categorizar as ações estratégicas de segurança que foram empregues pelos Sistemas de Forças da África do Sul, no período de 1978-1989, com a finalidade de cumprir os objetivos de segurança definidos pelas Estratégias e Políticas de Segurança Nacional da *Total National Strategy* e *Total Counter-revolutionary Strategy*. Ademais, estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos afim de concretizar o objetivo geral:

- a) Caracterizar, identificar, ordenar, categorizar e articular as propriedades das Políticas e Estratégias de Segurança da África do Sul executadas de acordo com um conjunto de perspetivas teóricas da área da Estratégia;
- b) Identificar, descrever, explorar e problematizar os modelos/doutrinas estratégicos/as que foram implementados/as para cumprir os objetivos das Estratégias de Segurança da África do Sul no período definido para esta investigação;
- c) Identificar, descrever e caracterizar os sistemas de forças empregues para confrontar as ameaças previstas pela África do Sul;
- d) Identificar, descrever e caracterizar as ações estratégicas de segurança realizadas pelos sistemas de forças para cumprir os objetivos definidos pelas Estratégias de Segurança da África do Sul de acordo com um quadro de referência;
- e) Discutir a articulação entre as ações estratégicas de segurança realizadas pelos sistemas de força com os objetivos definidos pelas Estratégias de Segurança da África do Sul.

Para concretizar estes objetivos a investigação recorreu a um paradigma interpretativista, que utiliza perspetivas teóricas que seguem as proposições da plataforma teórica do «Estrutural-Funcionalismo», sobre um método indutivo, como veremos com maior detalhe mais adiante neste trabalho.

ENQUADRAMENTO EPISTEMOLÓGICO

O Historiador e Politólogo Coutau-Bégarie (2015) argumenta que a Estratégia, mais do que qualquer outra ciência, “tira benefícios de qualquer disciplina: esta precisa das ciências exatas para as bases técnicas; da economia para avaliar os meios, da Ciência Política devido a sua relação íntima com a Política; da Sociologia para posicionar/colocar o conflito num contexto global; da geografia para conhecer os teatros de operações; da história para planejar a partir de exemplos e de ensinamentos” (p. 147). Por isso, e de acordo com Almirante Ribeiro (2010), “as obras de estratégia tornaram-se pluridisciplinares (...) integra, ainda, um método de investigação e análise que analisa convenientemente os fenómenos estratégicos (factos e acontecimentos) quanto a sua essência recorrendo a ferramentas teóricas (perspetivas) e a ferramentas práticas (técnicas) próprias ou emprestadas de outras ciências sociais (...) preferencialmente, às perspetivas e às técnicas de investigação e análise da ciência política” (p. 26). O Almirante ainda argumenta que “o objeto da Estratégia se centrou, progressivamente, na disputa entre vontades políticas. Em simultâneo, fruto dos progressos científicos, os estudos estratégicos incorporaram as perspetivas e as técnicas de outras ciências, das quais a ciência política é a principal” (p. 26).

O Professor e antigo Diretor do Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade de Pretória, Michael Louw (1978), enumerou seis disciplinas que tornam os Estudos Estratégicos uma área pluridisciplinar: i) História; ii) Ciência Política; iii) Ciências Naturais e Tecnológicas; iv) Administração; v) Economia; vi) Sociologia e Psicologia; esta dissertação apresenta dados relacionados as respetivas disciplinas. O Tenente-General J.R. Dutton (1928 – 29 de novembro de 2011), ex-Diretor-Geral de Operações e Chefe de Estado-Maior de Operações, nos seus contributos para a formulação da Estratégia Nacional sul-africana e Doutrinas Militares, declarou que estas advieram de “uma abordagem pragmática da história e uma interpretação funcional do histórico e das doutrinas estratégicas atuais¹”. Nesta abordagem, as realidades e

¹ O Tenente-General pressupôs “uma abordagem realista, na medida em que a avaliação [estratégica] está relacionada a situações reais, do presente tempo e espaço, ao mais viável do que ao desejável e ao sucesso ou fracasso em termos de resultados tangíveis em oposição a justificações retóricas e semânticas” (p. 100).

tendências percebidas daquela situação² foram “consideradas como fatores decisivos na formulação estratégica” (Dutton, 1978, p. 100).

As perspetivas teóricas utilizadas nesta dissertação recorrem a matérias e conteúdos teóricos de diversas disciplinas, que forneceram conceitos e modelos teóricos para a investigação e análise do objeto de estudo. Portanto, as perspetivas teóricas utilizadas para a concretização da dissertação, apresentam material teórico-prático que adiciona e contribui com valor acrescentado para a teoria da Estratégia, que se encontram, sumariamente expostas, no apêndice 2. Por último, permite a aplicação de teorias geopolíticas ao contexto da África do Sul na África Austral (ver páginas 139-146, apêndice 5) que justificam e contribuem para a compreensão das ações estratégicas de segurança da África do Sul.

O recurso ao paradigma do interpretativismo para estudar os factos e objetos sociais, resulta da necessidade de desenvolver uma plataforma teórica que impedisse a ocorrência de uma tautologia sobre a descrição dos factos ou objetos sociais comuns em diferentes perspetivas e concetualizações. Para o efeito, recorreu-se ao «Estrutural-Funcionalismo», do Sociólogo americano Talcott Parsons (Colorado Springs, 13 de dezembro de 1902 – Munique, 8 de maio de 1979), que permite estudar, entre outros objetos e relações, as ações e processos que ocorrem entre os objetos sociais/atores, incluindo ainda a forma como os anteriores operacionalizam e desenvolvem objetos culturais e físicos para promover aquelas ações e processos entre si. A revisão de literatura irá expor o estado da arte e resultados da pesquisa.

Revisão da Literatura

Devido à abundância de fontes disponíveis para esta dissertação, privilegiaram-se as obras de natureza académica sobre a temática do contexto político-estratégico dos eventos na África Austral, com ênfase nos assuntos da África do Sul. A revisão de literatura focou-se no levantamento de dados sobre os objetivos de investigação, cujos resultados estão apresentados num formato padrão de Ficha Ideográfica (ver páginas 75-81, apêndice 1). A pesquisa permitiu identificar obras com informações sobre o processo de produção das Estratégias, Políticas e, conseqüentemente, das ações/operações estratégicas de segurança. A revisão da literatura permitiu observar que não foi elaborada nenhuma plataforma concetual, esquematizada, articulada, detalhada e sequencial do processo de decisão do sistema político da África do Sul que pudesse explicar todo esse processo. Ou seja, as fontes consultadas não recorrem a uma

² O autor argumenta que “a estratégia, na sua aplicação funcional, não é um dogma geral que possa ser empregado em todas as situações, mas que toda situação exige uma estratégia particular”, em que as “realidades e tendências percebidas são consideradas para qualificar a própria definição de segurança nacional” (p. 100).

plataforma concetual nos seus estudos, sendo maioritariamente estudos descritivos e/ou explicativos de causalidade dos objetos e processos. Por isso, esta dissertação procurou plataformas teóricas que dispusessem os objetos em fluxogramas ou outros modelos teóricos, que explanassem o processo de decisão que conduziu às Estratégias e Políticas de Segurança e, os objetos/órgãos das estruturas imputadas pelas por último, das ações estratégicas.

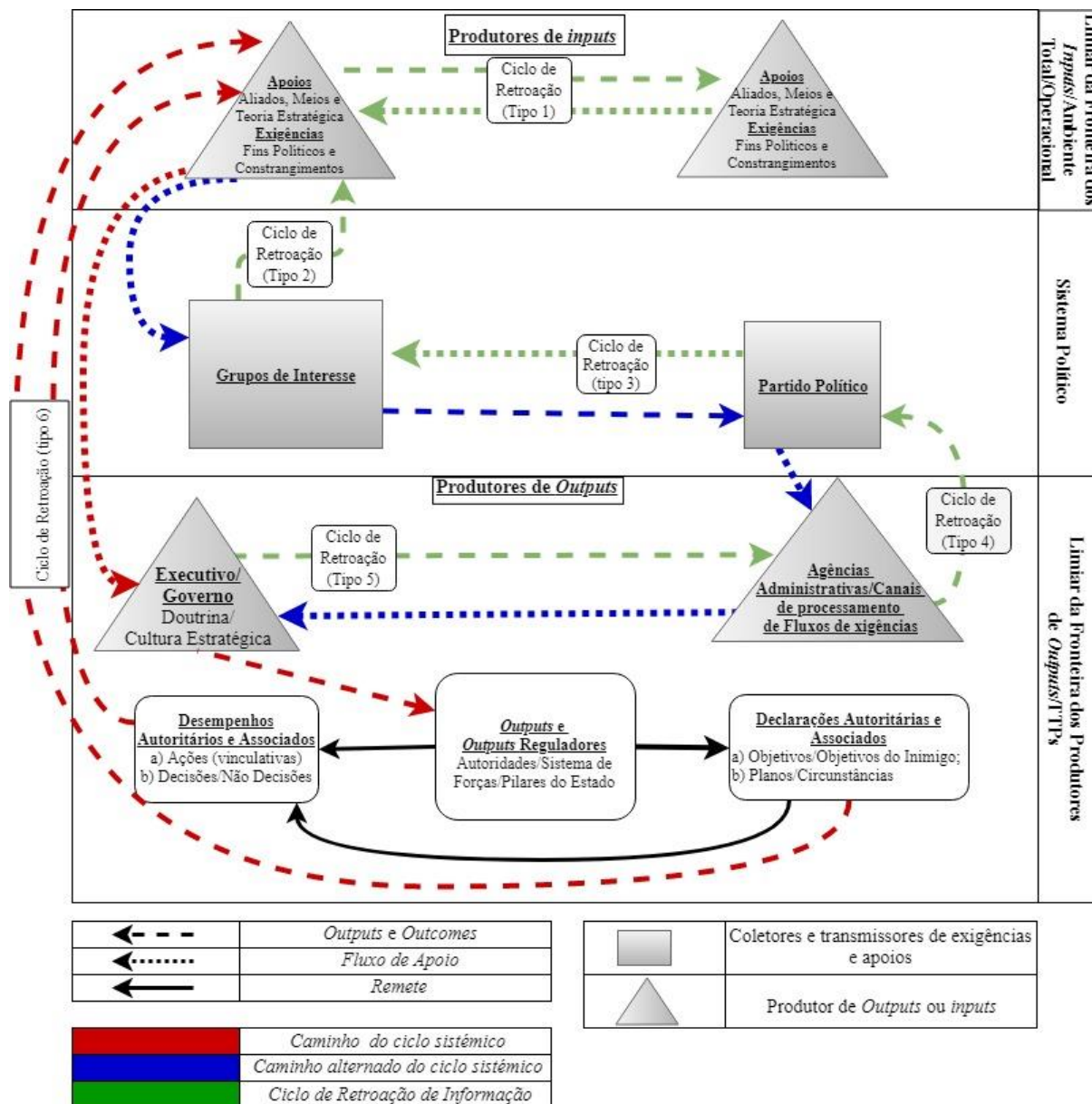
Na descrição e explicação desse processo, a obra *The South African Intelligence Services: From Apartheid to Democracy, 1948-2005* de O'Brien (2011) contribuiu largamente para a dissertação, que foi utilizado como obra diretora, pois esta identifica e explica os objetos que constituíram as ameaças; como essas ameaças foram percebidas pelo sistema político da África do Sul; como os órgãos de administração e soberania regimentaram e estatuíram atos executivos/administrativos; e a caracterização extensiva (exclusivo entre todas as obras) das ações/operações estratégicas de segurança executadas pelos sistemas de forças. Ademais, a obra efetua uma explicação do funcionamento dos órgãos de todo o sistema nacional de gestão de segurança. Sumariamente, a obra permite perceber o sistema político e as suas ações/operações no seu ambiente. Para o aumento da descrição e explicação do anterior, quando se observaram não serem redundantes nas fontes, as seguintes obras também contribuíram e alguns dados foram analisadas e remetidas para apêndices: *South Africa's Narrowing Security Options*, de Jaster, 1980; *South African Defence Policy*, de Orbann, 1984; *South Africa's Foreign Policy: The Search for status and security 1945-1988*, de Barber e Barratt, 1990; *Apartheid Last Stand: The Rise and Fall of the South African Security State*, de Alden, 1996; *A Military History of Modern South Africa*, 2015 de van der Waag, 2015. Na descrição do sistema de forças, as obras: *The Militarization of South African Society 1972-1988* de Liebenberg, 2015; *The SADF in the Border War 1966-1989*, de Scholtz, 2015; *South African Arms & Armour*, de Heitman, 1988. A descrição das ações estratégicas de segurança executadas pelas forças militares, as doutrinas e cultura estratégica, foram fornecidas pelas obras *South Africa's Border War: 1966-1989* de Steenkamp (1989); *Mobile Warfare for Africa: The Successful Conduct of Wars in Africa and Beyond - Lessons learned from the South African Border War* de Vries, Burger e Steenkamp (2017); e os documento *1977 White Paper on Defence*; e *1986 White Paper on Defence*. As informações sobre a política internacional das grandes potências, as obras seguintes estudaram e contribuíram para esse propósito: *The Hidden Thread: Russia and South Africa in Soviet Era*, de Filatova e Davidson, 2013; *África do Sul: Potência Regional*, de Campos, 1996. As obras seguintes estudaram a história do povo africâner: *The Rise of Afrikanerdom: Power, Apartheid, and the Afrikaner Civil Religion*, de Moodie, 1975; *The Afrikaners: Biography of a people*, de

Giliomee, 2011. As restantes obras referenciadas, ou são meta-dados das referências anteriores, ou a fonte das perspetivas teóricas e/ou método da dissertação. No processo posterior à recolha de dados, reconheceu-se que outras obras haveriam sido úteis para cobrir o estudo desta dissertação, tais como *Pratoria's Praetorians: Civil-Military Relations in South Africa*, de Frankel, 1984; *Total Defence*, de Orpen, 1967; *Revolutionary Warfare Basic Principles of Counter-Insurgency*, do Tenente-General Fraser, ano indisponível – em que a primeira e segunda obras exploram, enquanto a última influenciaria diretamente, a formulação e emprego das ações estratégicas deste estudo.

Modelo Teórico

O modelo lógico base de análise (figura 1) apresenta o produto final (ver página 113-115, apêndice 3) da articulação dos objetos, relações, ações e processos dos diferentes objetos das seguintes perspetivas teóricas: i) «Análise Sistémica da Vida Política» de David Easton (1965) (ver páginas 82-96, apêndice 2), que contribuiu para a arquitetura global do modelo de análise – definindo os espaços/sistemas do ambiente total e sistema político, e os respetivos objetos, relações, ações e processos; ii) do «Sistema Estratégico e Técnico» de Coutau-Bégarie (2015) (ver páginas 97-99, apêndice 2) desenvolve dois os modelos lógicos de um sistema estratégico e técnico, inspirado no modelo lógico de David Easton (1965), que permite efetuar aditamentos concetuais nos atributos dos espaços/sistemas do ambiente total e sistema político, e aos respetivos objetos, relações, ações e processos que existem no sistema de Easton (1965); iii) recorreu-se, por último, à teoria da «Guerra Composta Terrestre» de Eeben Barlow (2016) (ver páginas 100-108 do apêndice 2) que expõe modelos lógicos e quadros de referência de ações/operações diferenciadas e segmentadas e outros aditamentos concetuais aos atributos dos espaços/sistemas do ambiente total e sistema político, e aos respetivos objetos, relações, ações e processos da perspetiva de Easton. As perspetivas anteriores forneceram os conceitos nominais para produzir uma estrutura concetual e um quadro de referência, com conceitos nominais e modelos lógicos para o estudo das instituições de um sistema político, estratégico e operacional; para o processo de formulação de estratégias e políticas; e para o emprego de ações e processos que afetam o seu ambiente total ou área de operações.

Figura 1 – Modelo Lógico Base de Análise



Fonte: Elaboração Própria (com a ferramenta Draw.io)

Para justificar o argumento de que: as ações/operações estratégicas de segurança executadas pelos Sistemas de Forças da África do Sul convergiam para concretização de objetivos teleológicos que garantissem a sobrevivência e interesses da nacionalidade africâner – *Afrikanerdom*» – na África do Sul; a dissertação foi estruturada em três capítulos centrais. O primeiro, explana o processo de formulação estratégica que conduziu à produção das estratégias e políticas de segurança da África do Sul, que orientaria as ações estratégicas de segurança. O segundo descreve e explica as ações/operações estratégicas de segurança por cada subunidade de cada sistema de força. O terceiro apresenta a discussão sobre a eficácia das estratégias, políticas e ações de segurança nacional, de forma a verificar o argumento proposto.

NOTA METODOLÓGICA

PERGUNTA DE PARTIDA

A pergunta de partida definida para esta dissertação foi formulada de forma a identificar o objeto de estudo, e o argumento que se procura demonstrar: «Que ações estratégicas de segurança foram executadas pelos sistemas de forças da África do Sul para concretizar os objetivos de segurança definidos nas respetivas políticas e estratégias entre 1978 e 1989?».

MÉTODO

De acordo com Herms (1984), como já foi referido, o uso do Argumento indutivo, “um argumento em que as premissas pretendem apoiar a conclusão de tal forma que, se as premissas forem presumidas como verdadeiras, então (com base nessa suposição) é provável que a conclusão seja verdadeira” (p. 2).

As características dos argumentos indutivos são:

- não preservam necessariamente a verdade;
- utiliza casos específicos para chegar a princípios gerais (que não é pretendido nesta dissertação);
- As premissas fornecem algum apoio para a conclusão;
- Os argumentos indutivos não são válidos ou inválidos, mas sim fortes ou fracos (uma questão de grau);
- novas premissas podem minar completamente um forte argumento indutivo;
- não são resistentes à erosão: novas premissas podem desvalidar completamente um argumento indutivo forte;

Um argumento indutivo forte é aquele “em que as premissas apoiam a conclusão de tal forma que, se as premissas forem assumidas como verdadeiras, então (com base nessa suposição) é provável que a conclusão seja verdadeira (é, entretanto, possível que as premissas sejam verdadeiras e as conclusões falsas)” (p. 2).

De acordo com Sampieri et al (2006), o uso do método indutivo é adequado para:

1. Efetuar um estudo qualitativo – que “não pretende[m] generalizar de maneira intrínseca os resultados para populações mais amplas, nem necessariamente obter amostras representativas (...) não pretende[m] ser replicados” (p. 11);
2. “observar eventos ordinários” (p. 11), neste caso históricos;
3. “adquire um ponto de vista ‘interno’ (de dentro do fenómeno)” (p. 11);

4. “produz dados em forma de notas extensas, esquemas, mapas ou ‘quadros humanos ‘ para gerar descrições bastante detalhadas” (p. 11);
5. “segue uma perspectiva holística individual” (p. 11);
6. “mantém uma perspetiva dupla: analisa os aspetos explícitos, consciente e manifestos bem como aqueles implícitos, inconscientes e subjacentes” (p. 11);
7. “observa os processos sem alterar ou impor um ponto de vista externo, e sim tais como são percebidos pelos atores do sistema sociais” (p. 11);

Portanto, o método indutivo, será utilizado para recolher premissas que valorizem e dêem força ao argumento: as ações/operações estratégicas de segurança executadas pelos Sistemas de Forças da África do Sul convergiam para concretização de objetivos teleológicos que garantissem a sobrevivência e interesses da nacionalidade africâner – *Afrikanerdom*» – na África do Sul; que, por sua vez, responde a pergunta de partida

Técnica/Instrumento de análise – Similaridade Heurística

Para efetuar a verificação que os conceitos operacionais possuem atributos similares aos conceitos nominais utilizados utilizou-se a técnica de similaridade heurística. O Professor Stuart Russell (1988) explica que “quando são construídos sistemas que incorporam teorias completas de racionalidade limitada, a habilidade de executar o raciocínio analógico utilizando determinações e semelhanças será essencial” (p. 1). Por via de um “processo de inferência lógica (...) definido como o argumento de similaridades entre duas coisas” (p. 1). A similaridade heurística encontra-se “extremamente bem-adaptada à tarefa de produzir respostas confiáveis, plausíveis e confiáveis aos problemas, particularmente num ambiente paralelo” (p. 13). O raciocínio que o Professor elaborou foi aplicada pela seguinte expressão que traduz o raciocínio lógico desta técnica:

$$P(S, A), P(T, A), Q(S, B) \xrightarrow{\text{Analogia}} Q(T, B)$$

P: representa as similaridades conhecidas pelos atributos partilhados de um valor **A**;

A, B: representam uma tupla arbitrária de objetos – em que neste caso são as propriedades dos conceitos nominais e operacionais, respetivamente – em que **B** é o valor/informação obtido de um inquérito.

T: é o «objeto» – facto – do qual queremos conhecer um facto;

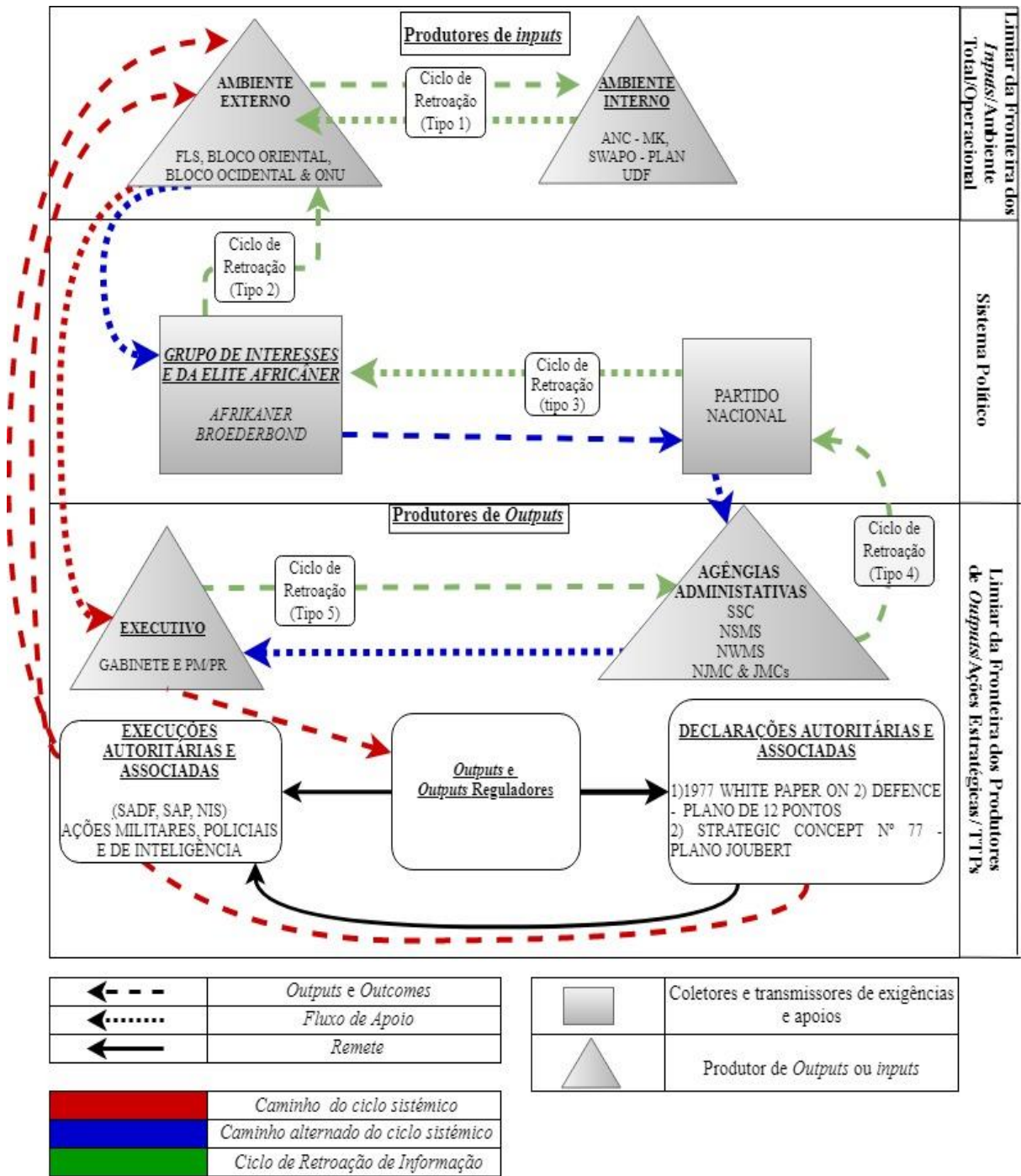
Q: é o inquérito, processo ou fórmula de cálculo do qual resulta um facto/atributo designado de **B**;

S: a fonte de todos conceitos e premissas, das perspectivas teóricas expostas e organizadas no modelo de análise, que constituem a base para a analogia com os factos (**Q**) dos objetos (**T**);

Modelo de Análise

O processo de similaridade heurística elaborado permitiu concluir que todos os atributos dos objetos $P(S,A)$ – os conceitos nominais do modelo lógico base de análise – correspondem com os atributos dos conceitos operacionais $P(T,A)$, que permite efetuar um inquérito $Q(S,B)$, que gera um facto $Q(T,B)$ extraído do inquérito, e serve para justificar o argumento da dissertação. Esse facto é o argumento e produto da dissertação. O resultado da similaridade heurística resultou na seguinte articulação: o ANC (*African National Congress*)/SACP (*South Africa Communist Party*)/UDF (*United Democratic Front*) no ambiente intrassocial (ver páginas 147-153, apêndice 5); e os Estados da Linha da Frente, Organização das Nações Unidas e os Blocos ocidentais e orientais no ambiente extrassocial (ver páginas 153-158, apêndice 5), interagiram e produziram, por via de exigências e apoios (ver páginas 158-163, apêndice 5), os problemas/ameaças (ver páginas 165-170, apêndice 5) da África do Sul. Os objetos do sistema político sul africano, em que o grupo de interesse da elite africâner – *Afrikaner Broederbond* – mediaria o apoio da comunidade africâner (ver páginas 122-126, apêndice 4, e página 168, apêndice 5) com o Partido Nacional (ver páginas 170-171 do apêndice 5), que permitiu a condução das agências administrativas (ver páginas 183-189 do apêndice 7) e o Executivo do governo, a concretizar as ações estratégicas de segurança das instituições/sistemas de forças (ver páginas 189-218 do apêndice 7) contra os esforços dos problemas/ameaças do ambiente total. A figura seguinte ilustra o modelo de análise com os conceitos operacionais dispostos, e os restantes objetos, com a exceção dos conceitos de *Total Onslaught* e *Revolutionary Onslaught* que são emanados pelos objetos do ambiente total para o sistema político (que são mais bem representados pelas setas azul e vermelha, respetivamente, dos atores – triângulos – do ambiente externo e interno para diferentes objetos do sistema político).

Figura 2 – Modelo de Análise Final



Fonte: Elaboração Própria (com a ferramenta [Draw.io](https://draw.io))

FONTES

As fontes são maioritariamente bibliográficas, predominando as obras literárias, obtidas em larga medida pela compra ou consulta e requisição da Biblioteca do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. As fontes são em grande parte constituídas por obras literárias ou compilações de natureza académica, escritas por investigadores qualificados e credenciados ou

professores de estabelecimentos de ensino superior universitário, instituições científicas internacionais, ou autores com obras publicadas em editoras com credibilidade. No entanto, algumas fontes documentais e primárias, respetivamente diplomas normativos dos órgãos executivos, foram analisados devido à sua importância para o estudo. As fontes são predominantemente em língua estrangeira – inglês e africâner –, sendo a primeira dominante entre as fontes obtidas, pelo facto de o discente deter habilitações e competências para a interpretar, enquanto a segunda foi interpretada por via de mecanismos de tradução (dicionários e tradutores automáticos digitais) e auxílio de locutores nativos. As fontes diferem na sua abordagem e nos objetos de estudo devido à pluridisciplinaridade da situação em que o objeto de estudo desta dissertação se insere – a Guerra da África Austral (1959-1989). Ocorreu a necessidade de recorrer a citações de citações de obras literárias consultadas porque se encontravam indisponíveis as respetivas fontes primárias por motivos de tempo, acesso físico às fontes ou recursos financeiros.

CAPÍTULO I – ESTRATÉGIAS E POLÍTICAS DE SEGURANÇA

No interesse da dissertação interessam perceber os eventos posteriores a formação da União da África do Sul (1910) [ver páginas 89-91 do apêndice 4]. Entre 1910 e finais da segunda guerra mundial, os africanos reorganizaram a sua comunidade, com forte contributo da *Afrikaner Broederbond* [ver páginas 121-126 do apêndice 4], e recuperaram, democraticamente, o poder político da África do Sul, em 1948, pela eleição do Partido Nacional Renovado (denominado, posteriormente, de Partido Nacional).

Os anos seguintes foram marcados por várias políticas, orientadas pelas proposições ideológicas da liderança africana, que privilegiariam e beneficiaram a comunidade africana em detrimento das restantes populações, com a exceção dos grupos britânicos e outros euro-descendentes. Alden (1996) declara que a “imposição da visão do Partido Nacional de categorização e separação dos muitos grupos étnicos não passou sem quaisquer incidentes” (p. 19). Tanto domesticamente e internacionalmente, o governo sul-africano “ficou sobre o incremento do criticismo por isso – particularmente no contexto da era de descolonização pós-guerra – percebido como sendo políticas moralmente repreensíveis baseadas numa doutrina anacrónica de racismo paternalista” (Alden, 1996, p. 19).

Em 1960, em 3 de fevereiro de 1960, o discurso do Primeiro-Ministro Harold MacMillan no Parlamento sul-africano na Cidade do Cabo, é marcado pelo discurso intitulado de «*Winds of Change*» que “atordoou o parlamento sul-africano, sinalizando a determinação britânica para avançar com o processo de descolonização, desconsiderando o sentimento dos habitantes brancos”, e advertiria que esses «ventos da mudança», apresentavam a inevitabilidade do facto político da tendência crescente para o aparecimento a afirmação dos nacionalismos africanos (negros) que não poderia ser parada. A animosidade gerada pelo discurso e consequentes políticas de MacMillan, culminariam na saída da África do Sul da *Commonwealth* um ano depois.

Com as revelações sobre o massacre de Sharpeville, em 21 de Março de 1960, “a pressão internacional exercida sobre o país aumentou continuamente” (Alden, 1996, p. 19). O massacre levou, no mesmo ano, a decisão do ANC “para descartar a não-violência, e ativar uma rede encoberta para continuar com a PAC (*Pan African Congress of Azania*)” (p. 19) uma luta armada contra o regime do *apartheid*. A contextualização anterior, permite perceber o facto do “governo da minoria [branca] não ter sido popular e de depender da policia para suprimir os protestos e crises, enquanto a maioria dos sul-africanos [não-brancos] pedia o direito ao voto, e após anos de resistência pacifica, iniciaram uma luta armada [motivada pela crescente e

excessiva repressão] para alcançar a democracia”. O Primeiro Ministro Vorster “dependia e fazia uso substancial da polícia (especialmente da secreta) e do BOSS (*Bureau of State Security*)” (Liebenberg, 2015, p. 50).

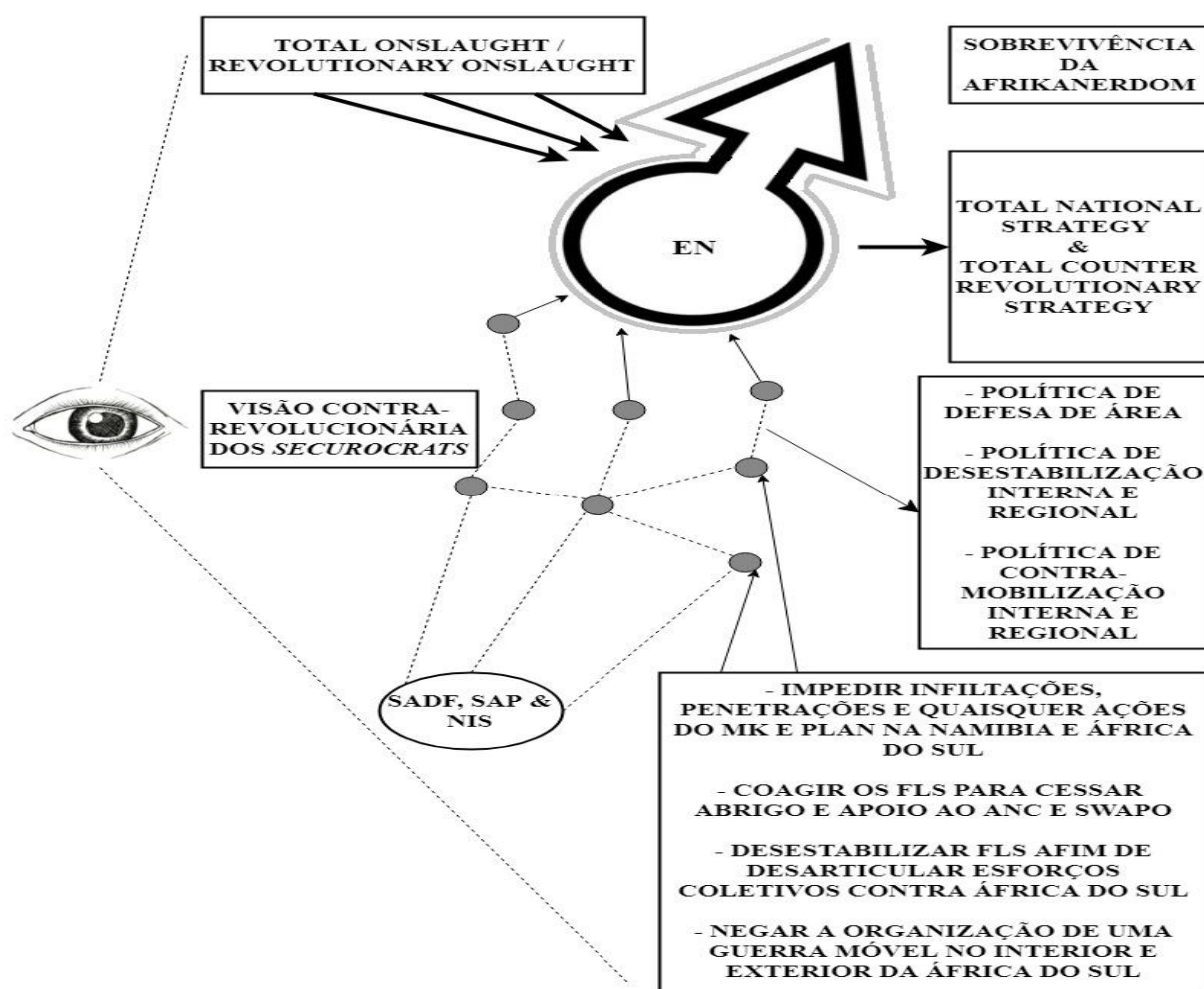
A doutrina de governo do *apartheid* pode ser analisada num nível pragmático e ideológico em que, na primeira divisão, estabelecia uma “noção de divisão física e remoção de milhões de negros das zonas brancas, para os remotos territórios tribais (...) para a maioria dos sul-africanos brancos (...) a ideia soava como muito atrativa” (Jaster, 1980, p. 3). Ademais, o *apartheid* significava uma “maior proteção para os trabalhadores brancos” (Jaster, 1980, p. 3). Isto era particularmente importante “para as severas centenas de milhares de brancos pobres, a maioria do qual não eram habilitados, que haviam saído das quintas rurais para as zonas urbanas na década de 1930, e que se encontraram em competição com os negros pelos empregos de baixa remuneração” (Jaster, 1980, p. 3). Ao nível ideológico, “o espectro do *apartheid* apelava a consciência africâner, e, noutra ótica, apelava ao racismo instintivo branco” (Jaster, 1980, p. 3). O *apartheid* “prometia algo aos brancos, e particularmente aos africâneres, em todos os níveis das preocupações: ideologia, política, economia, segurança física e sobrevivência nacional” (Jaster, 1980, p. 3).

O *apartheid* cresceu rapidamente “com a introdução de legislação que a implementava, especialmente nos finais da década de 1950” (Jaster, 1980, p. 3). Jaster (1980) termina afirmando que o elemento essencial no *apartheid* – característica que se tornou numa estratégia indispensável para os sucessivos governos do Partido Nacional – era “a sua fórmula engenhosa para a devolução nominal do poder político para os negros, enquanto se negava, eficazmente, a voz aos mesmos quanto aos assuntos políticos da África do Sul” (p. 3). Sendo que a única alternativa seria alguma “forma de partilha de poder nas instituições políticas brancas (anátoma para o eleitorado), o desenvolvimento separado manteve-se central para a política do governo” (Jaster, 1980, p. 3).

A procura do ideal desenvolvimento separado “também serviu para legitimar, aos olhos da maioria branca, o duro aumento das medidas coercivas promulgadas pelo governo desde a década de 1980” (Jaster, 1980, p. 3), pretendendo-se, como objetivo dessas práticas, “apontar a importância crucial do desenvolvimento separado para as metas e valores dos sul-africanos brancos e dos líderes” (Jaster, 1980, p. 3), logo, “o *apartheid* tornou-se no principal fator que definia e constrangia as opções políticas da África do Sul em outras áreas” (Jaster, 1980, p. 3). Recorrendo ao modelo de Barlow (2016), ver páginas 100-101 do apêndice 2, foi possível articular e sumarizar os produtos desenvolvidos pela visão do PN.

Nas suas fronteiras próximas, em Angola, Moçambique e Rodésia, despoletaram guerras de libertação, que, como consequência, desenvolveria as novas perceções de ameaças e políticas de segurança da África do Sul, com o objetivo de transformar esses países numa *buffer* que isolasse os perigos da progressão de guerras de libertação – denominado de *cordon sanitaire* – sobre a mesma, pelo apoio das forças e governos (coloniais) daqueles países. A percepção da ameaça seria definitivamente alterada pelas independências abruptas das colónias portuguesas em 1975, cuja drástica alteração conduziu à reformas nas Estratégias e Políticas de Segurança para a confrontar o novo ambiente total. A figura 3 (ver páginas 101-103 do apêndice 2) expõe a visão de contrarrevolucionária que identificaria as ameaças – *Total Onslaught* e *Revolutionary Onslaught* (ver páginas 165-171 do apêndice 5) –; os meios para a combater – Forças Armadas (SADF) e Polícia (SAP – *South Africa Police*) –; os caminhos (as políticas); os objetivos; as Estratégias de Segurança – *Total National Strategy* e *Total Counter-Revolutionary Strategy* – (anteriormente explicada).

Figura 3 - Visão Contrarrevolucionária dos *Securocrats*



Fonte: Elaboração Própria (com a ferramenta Draw.io)

Neste capítulo, encontra-se explicado a formulação e conteúdos das Estratégias e Políticas de Segurança Nacional que a África do Sul produziu entre 1977 até 1989, que são expostas e resumidas nas figuras seguintes:

1977 WHITE PAPER ON DEFENCE – TOTAL NATIONAL STRATEGY

Em primeiro lugar, criou-se a noção, nos decisores sul-africanos, de uma ameaça orquestrada pelos soviéticos, que evoluiu gradualmente, e que “incrementou pelas reiteradas ambições globais e apoio às Guerras de Libertação Nacionais, pela multitude de pressões sobre o *cordon sanitaire*, pela assistência fornecida pelo bloco do Leste aos movimentos insurgentes da África Austral, e pela rápida obtenção do poder em Luanda e Maputo destes insurgentes” (van der Waag, 2015, p. 251). A União Soviética foi considerada a orquestradora do comunismo global, e Pretoria acreditava que isso levaria, eventualmente, a um ataque convencional direto contra a África do Sul. Esta perceção era verdadeira, e resultava da Estratégia e Política Externa Soviética para África Austral (ver páginas 156-158 do apêndice 5), desenvolvida pela teoria de uma «Revolução Nacional Democrática» que argumentava que “na nova dispensação internacional [pós-segunda guerra mundial], quando o socialismo se havia tornado no mais importante fator político, os recém-independentes Estados poderiam contornar o capitalismo, e dirigir-se do modelo de produção pré-capitalista diretamente para o socialismo” (Filatova & Davidson, 2013, p. 221), mesmo quando “alguns países que não estavam socioeconomicamente preparados para o socialismo, a superestrutura revolucionária (o Estado), dirigido pela a classe proletária local e assistida pelo «proletário do mundo», poderiam «alavancar a base» para o nível necessário por via de um conjunto de medidas (...) depois disso o período preparatório da transição pacífica para o socialismo seguir-se-ia” (Filatova & Davidson, 2013, p. 221).

O Papel Branco sobre Defesa de 1977 delineou a *Total National Strategy* como envolvendo “o plano abrangente para utilizar todos os meios do Estado de acordo com um padrão integrado para alcançar os objetivos nacionais dentro do contexto das políticas específicas” (O'Brien, 2011, p. 48). O documento declarava que (cit. por O'Brien, 2011, p. 48) “o processo para assegurar e manter a soberania da autoridade de um Estado em uma situação de conflito, através da evolução da guerra, passava de uma ação nacional puramente militar para uma ação nacional integrada”. As conclusões da Comissão Potgieter (ver página 164 do apêndice 5) foram solidificadas na *1977 White Paper on Defence*, em que se declara que (cit. por O'Brien, 2011, p. 48) “a resolução de um conflito nos tempos em que vivemos exige ação interdependente e coordenada em todos os campos – militares, psicológicos, económicos, políticos, sociológicos, tecnológicos, diplomáticos, ideológicos, culturais, etc. (...) é necessário

que uma Estratégia Nacional Total seja formulada no mais alto nível (...) também significaria a entrada dos militares na formulação de políticas”.

Formulação da Total National Strategy

O'Brien (2011) explica que “a política da *Total National Strategy* emergiu de Botha, ainda como Ministro da Defesa, durante o período de 1971–1975 (ver páginas 133-138, apêndice 4), culminando na sua pronúncia no *1977 White Paper on Defence*” (p. 47), e que a “primeira discussão pública sobre aquilo que haveria de se tornar a *Total National Strategy* emergiu durante a discussão entre o General Fraser no Centro de Políticas Internacionais na Universidade de Potchefstroom em dezembro de 1968” (p. 47). Nas discussões que se seguiram foi feita uma “declaração que delineou o futuro da política de contrainsurgência da África do Sul, incluindo fortes referências para os aspetos políticos dessa estratégia (...) em aspetos militares de contrainsurgência (...) a declaração enfatizava (...) que a contrainsurgência deveria ser um cuidadoso sistema de ações coordenados – político, económico, administrativo, psicológico, policial e militar, sendo o político a chave” (p. 47).

Com o decorrer de operações de contrainsurgência pelas forças de segurança sul-africanas na Namíbia, desde a Batalha de Omugulugwombashe, em 26 de agosto de 1966, ocorreu a implementação da *Area Defence Policy*³ como parte da reorganização da SADF (*South Africa Defense Force*) no final da década de 1960, que “levou diretamente ao desenvolvimento de, em primeiro lugar, a política da *Total National Strategy*, no início da década de 1970, e, mais tarde, a NSMS (*National Security Management System*) [ver páginas 184-185 e 186-187, apêndice 7] como o meio estrutural nacional para supervisionar a defesa da República contra todas as ameaças e as respostas a essas ameaças⁴” (O'Brien, 2011, p. 49). No final da década de 1970, a doutrina e a estratégia de contrainsurgência eram parte integrante dos ciclos de treino da SADF. Este novo treino levou em parte à “expansão das operações de contrainsurgência ofensivas em meados da década de 1980” (O'Brien, 2011, p. 49).

³ O autor afirma que esta *Area Defence Policy* estava vigente, há muitos anos, sob a forma de Comandos Territoriais e Áreas de Comando Militar, antes da reorganização de Botha. No entanto, as novas estruturas colocaram o ênfase “no aumento das capacidades de recolha de inteligência e processamento de inteligência dos comandos das forças de segurança regional, bem como na expansão das capacidades operacionais e logísticas para operações de contrainsurgência” (p. 49). O autor declara, ainda que parte desta iniciativa, “o treino contra-insurgente (tanto rural como urbano), tornou-se parte do treino do Serviço Nacional e da Força dos Cidadãos” (p. 49).

⁴ O autor declara que a NSMS não foi apenas um meio para gerir esta *Total National Strategy*; foi “uma revolução por direito próprio, refletindo o estilo de gestão do novo primeiro ministro [P.W. Botha] e, mais importante, a urgência da reforma em mais um outro aspeto da *Afrikanerdom*” (p. 49).

‘12 Points Plan’ – Políticas de ação estratégica de segurança da Total National Strategy

Em agosto de 1979, Botha “estava pronto para revelar sua nova estratégia (...) quando discursava no Congresso do Partido Nacional em Natal, Botha delineou aquilo que veio a ser conhecido como o plano de 12 pontos” (Orbann, 1984, p. 58) – a *Total National Strategy* – que apresentava um «plano» com doze linhas de orientação”. De acordo com Orbann (1984), os primeiros seis pontos do plano lidavam “com questões políticas principalmente domésticas (...) esses seis pontos afirmam o fundamento ideológico do plano [que constituem pela perspetiva de Barlow (2016) nos «Fundamentos do Governo – ver página 103, apêndice 2»] deixando claro que o plano era uma reformulação da política do Partido Nacional comprometendo a África do Sul com o desenvolvimento separado [*apartheid*]” (p. 59). O sétimo ponto reconhece “a integração económica, entre as raças, que já ocorreram, e pode ser visto como um movimento do governo para remover a ideologia da atividade económica” (p. 58). O oitavo ponto declara “o que já se havia tornado uma importante iniciativa de política externa do regime Botha: a criação de uma constelação pacífica de estados na África Austral” (p. 59) – a CSAS (*Constellation of Southern African States*). O nono, décimo e décimo primeiro pontos lidam com as Políticas de Defesa da África do Sul. O nono reitera a “determinação da África do Sul de se defender de todas as interferências externas em todos os sentidos” (p. 59). O décimo apela a uma “política de neutralidade no conflito Este–oeste” (p. 59). O décimo primeiro diz respeito à “manutenção de uma tomada de decisão eficaz pelo Estado, através de uma forte Força de Defesa e Força de Polícia, para garantir um governo ordenado, bem como uma administração eficiente e clara” (p. 59). O decimo segundo comprometia o governo da África do Sul “à manutenção do mercado livre como base económica para o país”, refletindo a tentativa de Botha de trazer o setor económico para o seu plano, em que, a CSAS e a mudança interna relacionavam-se com os pontos sete e oito” (p. 59). Estes pontos orientariam as atividades setoriais do Estado para os interesses de segurança.

No *1977 White Paper on Defence*, são definidos como objetivos desta Estratégia os interesses nacionais da RSA (*Republic of South Africa*), tal como constavam na Introdução do «Ato da Constituição da República da África, de 1961», que reinterpretados apresentavam-se nos seguintes pontos:

- a) Para mantermo-nos unidos: os objetivos do ideal da coexistência pacífica de todos os povos da África do Sul;
- b) A manutenção da lei e da ordem na RSA: proteger as instituições estatais e governamentais;
- c) A segurança da nossa conhecida exposição e a liberdade da RSA;

- d) Promover a felicidade espiritual e material e a prosperidade de todos;
- e) Os objetivos da paz mundial, em conjunto com todas as tribos de caro amante da paz”.

Afim de concretizar estes objetivos foram definidas as metas nacionais que se certificaria pela:

- a) a manutenção e desenvolvimento de uma dispensação política ordenada;
- b) a manutenção da identidade, autodeterminação, dignidade humana e integridade de todos os grupos da população;
- c) a identificação e prevenção de uma revolução, subversão ou qualquer outra forma de ações inconstitucionais;
- d) manter um relacionamento saudável com os Estados vizinhos e os Estados na África Austral;
- e) procurar o maior grau possível de desenvolvimento económico e social e os mais autossuficientes estilos de vida;
- f) a criação de relações amigáveis e cooperação económica e especializada de Estado entre os Estados da África Austral;
- g) a ação coordenada para o planeamento da estratégia total nacional ao nível de governo entre todos os departamentos do governo, instituições públicas e outras instituições para a avaliação multidimensional ideológica, militar, económica, território social, psicológica, cultural, política e diplomática da RSA;

Sobre as políticas nacionais, o documento declara que “com a determinação das políticas nacionais, estratégicas e militares para se realizarem as metas e objetivos cruciais, as políticas nacionais podem ser resumidas como se segue” (Department van Verdediging, 1977, p. 8):

- a) Política Doméstica. “A política interna repousa sobre a questão principal do relacionamento das pessoas numa sociedade plural” (Department van Verdediging, 1977, p. 8):
 - i) Para uma política de desenvolvimento independente de todos os grupos de populações – a pedra angular da política de relacionamento interno a seguir;
 - ii) autodeterminação e à independência para as terras natais da RSA;
 - iii) aos interesses dos mestiços e dos indianos pelos órgãos de governo próprio e para processar, mediante o estabelecimento de mecanismos constitucionais, interesses e ações comuns a servir;
 - iv) reconhecer e manter a dignidade humana das nações da RSA;
 - v) combater com todo o poder o Marxismo ou qualquer outra forma de ação revolucionária de qualquer grupo ou movimento;

- b) Política para o Sudoeste Africano. “Ajudar os residentes e os vários grupos populacionais de SWA a decidir sobre as suas próprias decisões políticas e a não tolerar interferências estrangeiras em qualquer área” (Department van Verdediging, 1977, p. 9).
- c) Política Externa. “A política externa da RSA baseia-se na sua política interna. Portanto, esforça-se para o corno da RSA” (Department van Verdediging, 1977, p. 9):
 - i) através do diálogo e assistência de uma posição de força para realizar política diplomática, se possível com todos os países da África e, mais particularmente, na África Austral, a fim de normalizar as relações;
 - ii) compreender a política de relações domésticas da RSA e as tradições humanistas-ocidentais dos governos de cidadãos de outros países;
 - iii) a importância estratégica da RSA, o perigo do marxismo-leninismo e a extensão da ameaça de revolução na África do Sul a fim de destacar a Ação diplomática ocidental pelo incremento de influência militar e capacidade marxista em Estados vizinhos.

Foram definidos os seguintes objetivos militares:

- a) O aumento do depósito de artigos militares necessários para qualquer ameaça contra o RSA para prevenir e/ou combater;
- b) A defesa e segurança da RSA e sua ordem de estado com todo o poder deste contra qualquer forma de agressão estrangeira ou revolução interna, além de natureza e origem;
- c) A relação de toda a população para a manutenção da ordem, direito público e a defesa da RSA.
- d) Assistência e intervenção, a pedido, dos proprietários independentes das terras natais negras para a construção dos seus próprios exércitos, para a segurança dos seus territórios, mantendo a lei e a ordem e garantindo sua independência;

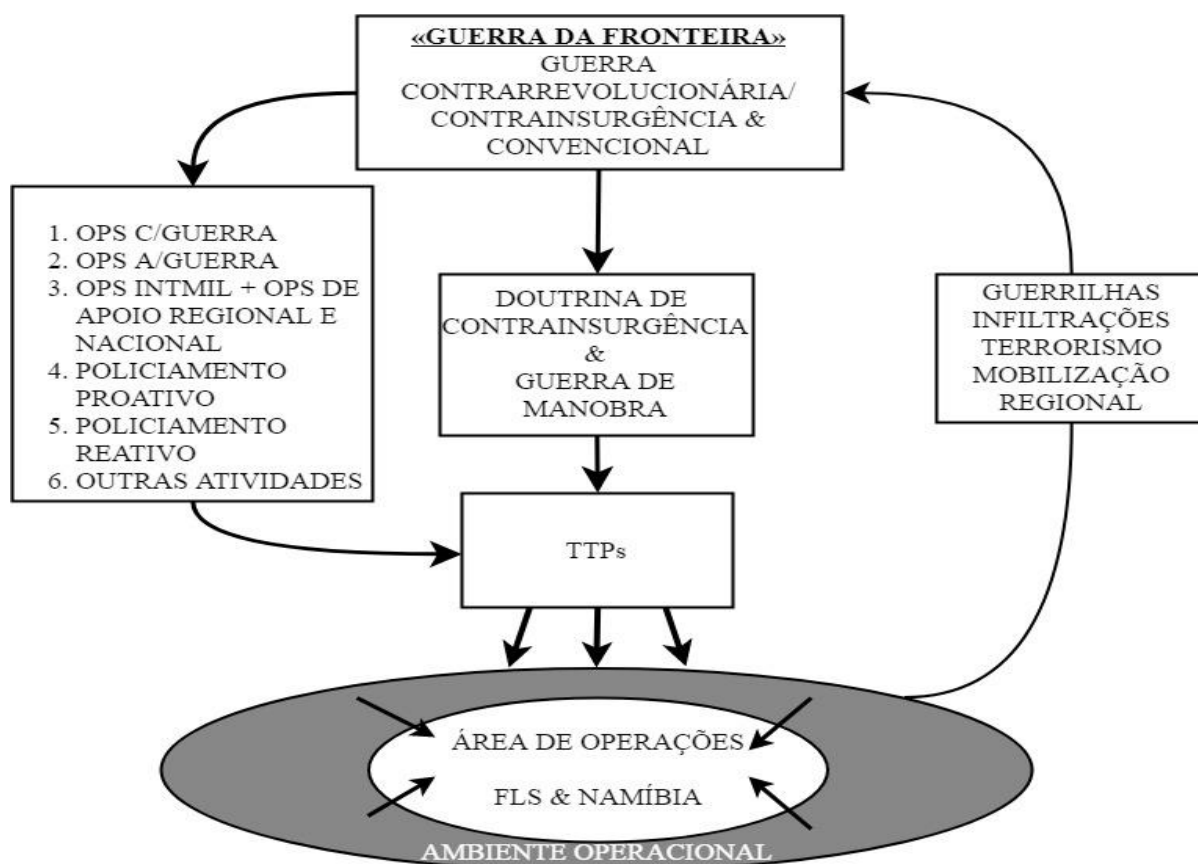
Os objetivos militares definiriam a Política militar, que dentro das metas, objetivos e políticas do estado, é a política da SADF em que:

- a) A RSA, na medida do possível, deve ser autossuficiente em relação às armas e a sua contínua produção;
- b) Deve prever uma curta ou longa contrainsurgência eficaz;
- c) A força principal do Exército é uma força *part-time* que se baseia num corpo de ponta avançado para fornecer orientação especializada.;
- d) O Exército desenvolve uma capacidade convencional adequada para defender a RSA e deter potenciais agressores;

- e) O exército deve estar alerta para assistência imediata para a polícia de SA acrescenta à lei doméstica e manter a ordem;
- f) O exército deve estar pronto, a qualquer momento, para apoiar a infraestrutura civil na preservação ou conservação da vida, saúde e propriedade e para a manutenção de serviços essenciais;
- g) O exército deve manter e desenvolver uma rede de informação eficiente para ser capaz de contribuir para as atividades dos serviços de informações nacionais no que respeita a natureza e extensão das forças armadas ou qualquer outra ameaça;
- h) O exército pode agir em qualquer parte da RSA e, sob o Ato de Defesa, em Estados vizinhos, se necessário;
- i) O exército manterá e expandirá um poder altamente móvel para ação imediata a qualquer momento;
- j) Todas as operações devem ser decisivas e poderosamente conduzidas e executadas.

A figura 4 expõe um fluxograma que expõe: (1) que do «ambiente operacional» - Estados da Linha da Frente e Namíbia – são identificadas «influências ambientais» - Guerrilhas, Infiltrações, Terrorismo, Mobilização Regional –, que conduzem a criação de uma «Campanha (Militar)» - Guerra da Fronteira – para a combater, na forma de «configurações operacionais», que se materializam em «Táticas, Técnicas e Procedimentos (TTPs)», que são modeladas por uma «Doutrina» daquele tipo de «Campanha (Militar)» (ver explicação destas relação nas páginas 123-124 do apêndice 2).

Figura 4 – Relação entre Ações Estratégicas e Área de Operações



Nota: Ops – Ops C/Guerra – Operações Convencionais de Guerra; Ops A/Guerra – Operações para além de Guerra; Ops INTMIL – Operações de Inteligência Militar;

Fonte: Elaboração Própria (com a ferramenta [Draw.io](https://draw.io))

CONCEITO DE ESTRATÉGIA NACIONAL CONTRA A «REVOLUTIONARY ONSLAUGHT» CONTRA A RSA – TOTAL COUNTER-REVOLUTIONARY STRATEGY

Em agosto de 1986, o SSC (*State Security Council*) (ver páginas 184-185 do apêndice 7) adotou um documento intitulado «Estratégia para combater o ANC», que recomendava os seguintes objetivos a concretizar:

1. “Neutralizar a Liderança do ANC;
2. Neutralizar o poder e a influência de pessoas chave no ANC e seus companheiros de viagem” (O'Brien, 2011, p. 147).

No dia 1 de dezembro de 1986, numa outra reunião, o SSC “adotou um documento intitulado de Conceito de Estratégia Nacional contra a *Revolutionary Onslaught* contra a RSA: Nº 44” (O'Brien, 2011, p. 147). Este documento pode ser considerado como “o documento de estratégia definitivo para a estratégia contrarrevolucionária do estado da África do Sul (...) enfatizou os objetivos anteriores [da *Total National Strategy*] e introduziu uma nova dimensão, onde é afirmado que (...) os intimidadores devem ser neutralizados por meio de policiamento

formal e informal” (O'Brien, 2011, p. 147). O *Konsep NR 44*, um documento de estratégia datado de 24 de janeiro de 1987, que detalhava as estatuições do documento anterior, sugeria (cit. por O'Brien, 2011, p. 147) “que a estratégia deveria ser: identificar o líder do crime (identificar e eliminar os líderes revolucionários, especialmente aqueles com carisma)”. Como parte disso, o ministro da Defesa Malan, em algum momento do ano de 1983, (cit. por O'Brien, 2011, p. 147) “ordenou o fim do uso do termo *Total Onslaught*, pois considerava que isso apresentava uma «avaliação exagerada e temerária dos desafios para o regime do *apartheid*»”.

Formulação da Total Counter-revolutionary Strategy

No início de 1986, o Chefe da SADF, General Constand Viljoen, decidiu reorganizar certas estruturas dentro do sistema de segurança. O coronel P.J. ‘Joe’ Verster, o ex-comandante do *1 Recce*, foi encarregado de realizar isso. Em 1981, Verster “foi conduzido para a sede das Forças Especiais como Oficial Sênior das Operações Especiais” (O'Brien, 2011, p. 131). Em 1986, foi criado e assumido por Verster, como parte da reorganização de Viljoen, um novo cargo de alto funcionário das *Covert Operations*, cuja tarefa era “desenvolver uma força secreta para contrariar as operações secretas do ANC” (O'Brien, 2011, p. 131). Esta tarefa – e os objetivos de inteligência – foram esclarecidos pelo Major General Abraham ‘Joup’ Joubert, o *General Office Command – Special Operations* (GOC-SF) que afirmou (cit. por O'Brien, 2011, p. 131) que: “no meio do final dos anos oitenta, um dos principais objetivos da política e da estratégia de segurança nacional era levar a organização revolucionária e a mobilização dos movimentos de libertação, em particular do ANC, a um impasse”. Era claro que o ANC não seria interrompido (cit. por O'Brien, 2011, p. 131) “por métodos convencionais normais e que os métodos revolucionários deveriam ser empenhados (...) já que a necessidade de ação não-convencional e revolucionária já era clara; também era claro que as operações clandestinas e secretas teriam que ocorrer internamente, para as quais os membros das Forças Especiais seriam empenhados” (O'Brien, 2011, pp. 131-132). Joubert (cit. por O'Brien, 2011, p. 131) afirmou que a natureza revolucionária e encoberta do plano, entre outras coisas, envolveria “que os líderes do ANC e as pessoas que contribuíssem substancialmente para a luta deveriam ser eliminados; que as instalações do ANC e os serviços de apoio seriam destruídos; ativistas, simpatizantes, militantes e pessoas que os apoiassem também seriam eliminados”. Para cumprir esse objetivo, em julho de 1986, o *Barnacle* foi reformulado como CCB (*Civil Cooperation Bureau*) (ver páginas 201-207 do apêndice 7) como “meio de disfarçar a natureza das operações e desassociação de todas as outras Forças Especiais e estruturas do DMI (...) que começou a operar plenamente nesta capacidade em 1987” (O'Brien, 2011, p. 132).

‘Joubert Plan’ – Políticas de ação estratégica de Segurança da «Total Counter Revolutionary Strategy»

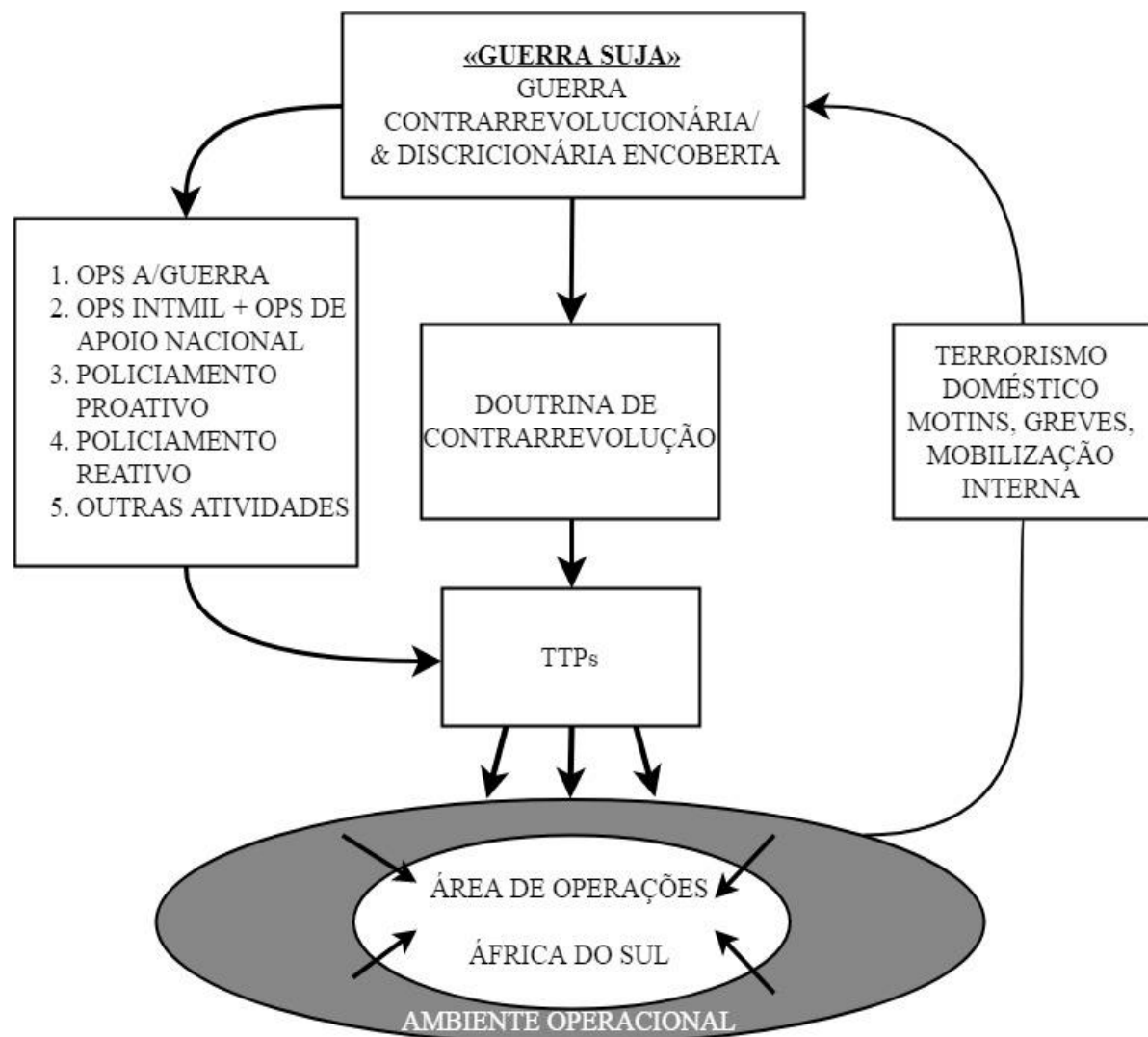
O ‘plano Joubert’ consistia em produzir ações que pudessem “desestabilizar totalmente e parar o ANC e os aliados nessas regiões [as áreas de operações da CCB]” (O'Brien, 2011, p. 148). Portanto, os aspetos contrarrevolucionários e secretos do plano sustentavam que: “os membros do ANC e as pessoas que contribuíram para a luta [além dos] ativistas do ANC seriam presos e as pessoas que os apoiavam deviam ser eliminadas; as «instalações do ANC e estrutura de apoio deveriam que ser destruídas” (O'Brien, 2011, p. 148). Como a segurança interna era da responsabilidade da SAP, os agentes das Forças Especiais da SADF deveriam agir em apoio da *Security Branch*, o que iria significar que cada operação precisaria de ser autorizada pela *Security Branch* antes que os agentes das Forças Especiais pudessem participar⁵. A sua função era encontrar-se com a *Security Branch* nas áreas atribuídas e decidir sobre as operações conjuntas. Estas operações incluíam assassinatos, geralmente após a identificação de alvos em reuniões conjuntas com outros funcionários de alto escalão da SADF. Este plano, no entanto, nunca foi implementado integralmente, já que o requisito para apoiar a SAP desapareceu no início de 1987. Assim, as equipas das Forças Especiais que foram destacadas para os vários Comandos Territoriais foram alienadas e o «Plano Joubert» foi arquivado. No entanto, o conceito de operações internas secretas não desapareceu. O CCB tornou-se no “principal resultado da reestruturação da missão das Forças Especiais (...) e seria responsável por executar este plano com a DMI (*Division of Military Intelligence*)” (O'Brien, 2011, p. 148).

O objetivo dessas ações/operações era “eliminação dos líderes inimigos e a contra organização da população” (O'Brien, 2011, p. 146), ou seja, desestabilizar e contra mobilizar. De acordo com O'Brien (2011), isso foi claramente declarado em um documento do SSC de 14 de abril de 1986 (cit. por O'Brien, 2011, p. 146) que “para impedir a deterioração da situação de segurança, as forças de segurança devem neutralizar/eliminar líderes inimigos e influenciar (...) através de uma variedade de práticas, incluindo a exploração de diferenças entre inimigos,

⁵ O autor declara que o SSC, à luz da incapacidade da SAP para conter a violência, “ordenou o emprego de 7.000 militares da SADF nos municípios como resposta à violência, em 19 de outubro de 1984; em 1986, este número tinha aumentado para mais de 10.000 militares da SADF, aproximadamente dez por cento da força total da SADF” (pp. 99-100). O autor declara ainda que esse emprego – em pelo menos 96 municípios – “era parte do que os *securocrats* denominavam de «papel de contrainsurreição urbana»; na realidade, era tanto o uso da SADF para conter a violência através de patrulhamento agressivo, ações cívicas de «corações e mentes» e *KomOps* e (mais relevante) o posicionamento da SADF no terreno e nas discussões do planeamento operacional para auxiliar nas operações de neutralização e assassinatos através dos JMCs regionais e locais” (p. 100). O autor declara que Embora fosse ao nível local e regional que o mais importante trabalho de contrainsurgência era realizado, em muitos aspetos, “a nível nacional, uma abordagem diferente para combater essa crescente investida revolucionária estimou-se como sendo, claramente, necessária” (p. 100).

ações de assédio, ações de destruição e negação, ações transformadoras, identificação de pontos fracos e vulnerabilidades dos líderes inimigos”, em que “ferramentas/métodos legais, como detenções, processos, proibições e detenções sem julgamento, deveriam ser empenhados” (O'Brien, 2011, p. 146). A figura 4 expõe um fluxograma que expõe: (1) que do «ambiente operacional» - África do Sul – são identificadas «influencias ambientais» - Terrorismo Doméstico, Motins, Greves, Mobilização Interna –, que conduzem a criação de uma «Campanha (Militar)» - Guerra Suja – para a combater, na forma de «configurações operacionais», que se materializam em «Táticas, Técnicas e Procedimentos (TTPs)», que são modeladas por uma «Doutrina» daquele tipo de «Campanha (Militar)» (ver explicação destas relação nas páginas 123-124 do apêndice 2).

Figura 5 – Relação entre Ações Estratégicas e Área de Operações



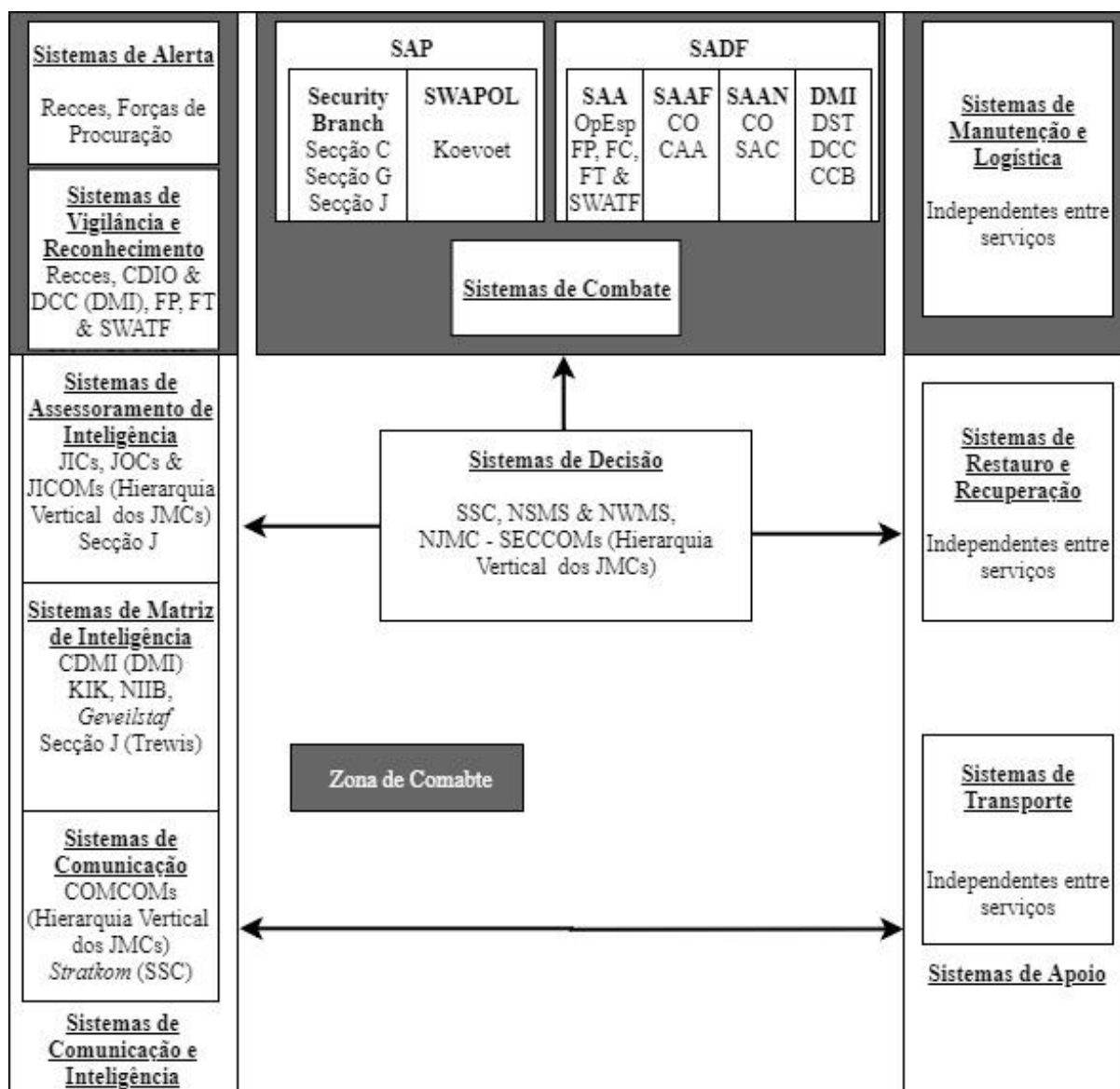
Nota: Ops A/Guerra – Operações para além de Guerra; Ops INTMIL – Operações de Inteligência Militar;

Fonte: Elaboração Própria (com a ferramenta Draw.io)

CAPÍTULO II – AÇÕES ESTRATÉGICAS DE SEGURANÇA

O papel que o programa de segurança de Botha ocupou no Estado de Segurança Nacional era essencialmente um que “estava subordinado ao do programa da reforma [do Estado]” (Alden, 1996, p. 272). Estes programas procuraram criar e manter uma liberdade de ação em que “tarefas complexas de reformas de Estado pudessem ser tomadas sem prejuízo de uma revolução” (Alden, 1996, p. 272). Ao serviço dessa tarefa, passos proativos foram tomados pelos sistemas de forças da África do Sul, agrupados e articulados na figura seguinte, que eram focadas em cumprir ou realizar esse objetivo do Estado.

Figura 6 – Sistemas de Forças da África do Sul

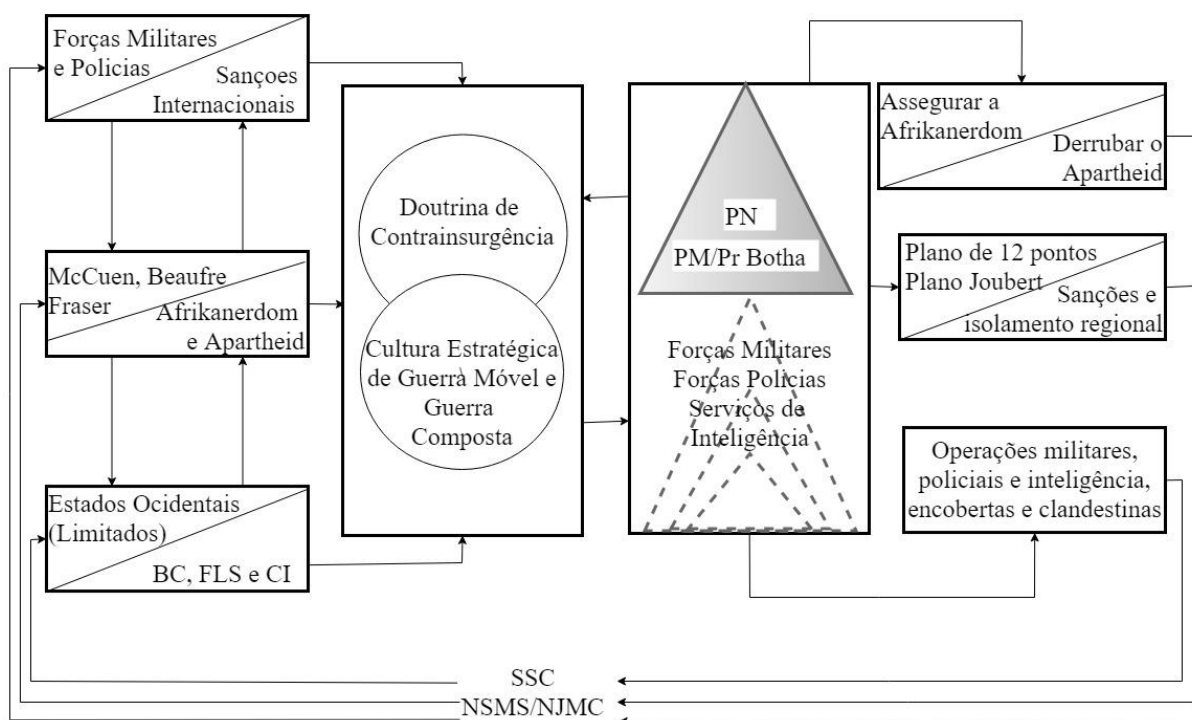


Nota: Os seguintes Acrónimos e siglas não se encontram na listagem por serem exclusivos à este gráfico, e obedecem a seguinte correspondência: CAA: Comando Aéreo Austral; FC: Força de Cidadãos; FP: Força Permanente; FT: Força Territorial; OpEsp: Operações Especiais (ver páginas 189-192, apêndice 7);

Fonte: Elaboração Própria (com a ferramenta [Draw.io](https://draw.io)) adaptado do Sistema de Forças de Coutau-Bégarie (2015)

Externamente, a “desestabilização contra aqueles Estados-santuário para o ANC ou forças alinhadas com o ANC (como em Angola), foram estabelecidas zonas tampão com sucesso fora dos territórios controlados pela África do Sul” (Alden, 1996, p. 272). A combinação de intervenções militares diretas por parte da SADF e o apoio à forças de procuração (como a RENAMO – Resistência Nacional Moçambicana – em Moçambique), condicionado pela pressão económica sobre a África do Sul, assegurou um conjunto de “pactos de não agressão formais e informais com vizinhos hostis” (Alden, 1996, p. 272). Recorrendo ao modelo do Sistema Estratégico de Coutau-Bégarie (2015) (ver páginas 97-98, apêndice 2) produziu-se a seguinte figura que articula as propriedades e processos que levaram às ações do sistema estratégico da África do Sul (o conteúdo sobre a Doutrina e Cultura Estratégica encontram-se expostos nas páginas 170-180, apêndice 6).

Figura 7 – Sistema Estratégico da África do Sul



Fonte: Elaboração Própria (com a ferramenta Draw.io)

OPERAÇÕES DA SOUTH AFRICA DEFENCE FORCE (SADF)

Operações Especiais

Recces – Operações de Desestabilização Regional, Contra-mobilização e Apoio Encoberto

Os *Recces* – Regimentos de Reconhecimento – (ver páginas 192-195, apêndice 7) envolveram-se, virtualmente, “em todas as operações clandestinas e secretas em que o DMI comprometeu-se, incluindo a (importante) formação da capacidade de contraguerrilha e contra-mobilização contra ambas as forças externas, em todos os Estados da Linha da Frente, e

internamente, na África do Sul⁶” (O'Brien, 2011, p. 60). Esta seria uma das duas principais funções operacionais, para além das operações de ação direta contra os adversários da África do Sul na África Austral. A segunda, que representaria a maioria das operações das forças especiais, “incluía as operações de sabotagem contra muitos dos Estados da Linha da Frente; missões de reconhecimento de penetração profunda nas guerras em Angola e Moçambique; operações de perseguição contra os infiltrados do ANC e APLA (*Azanian People's Liberation Army*), como parte de operações contraterroristas (...); e ataques realizados contra concentrações e instalações utilizadas, pelos movimentos de libertação, como bases para lançar operações na África do Sul (...) o que incluía a ação direta (individualmente ou sob a forma de ataques contra alvos do ANC ou APLA) das lideranças dos movimentos de libertação” (O'Brien, 2011, p. 60).

No final da década de 1970, o estado do *apartheid* desenvolveu capacidades de guerra contrarrevolucionária, com estas unidades secretas de COIN/CRW (*Counter Insurgency/Counter-Revolutionary Warfare*), em que o papel dos Regimentos de Reconhecimento (*Recces*) era “infligir a rutura do inimigo do estado, por meio de ações especiais, em que as forças especiais, em geral, seriam utilizadas para implementar as políticas de desestabilização regional de Pretória” (O'Brien, 2011, p. 60). Estas forças especiais foram incumbidas de efetuar uma variedade de operações especiais, das mais tradicionais “operações de perturbações económicas contra os Estados inimigos na África Austral, bem como o fornecimento de apoio clandestino às outras forças antagónicas daqueles Estados (exemplo da RENAMO e da UNITA)” (O'Brien, 2011, p. 56). As operações no terreno foram realizadas em grande parte por forças especiais em que “o envolvimento de cada unidade em particular estava relacionado com a sua estrutura específica” (O'Brien, 2011, p. 122). Foram conduzidas as seguintes operações:

1. A operação DISA – apoio à UNITA – foi apoiada “maioritariamente pelo *1 Recce*, bem como o *32 Battalion* (e, em menor grau, pelo *31 Battalion*)” (O'Brien, 2011, p. 122);
2. a operação DRAMA “foi acompanhado pelo *3 Recce* (e, entre 1980 e 1981, o *6 Recce*) até a sua extinção em meados da década de 1980” (O'Brien, 2011, p. 122);

⁶ O autor declara que para Pretória, todos os movimentos de guerrilha contra os regimes nos Estados da Linha de Frente ou eram *proxies* da União Soviética que, desse modo, “encaixaria na Visão Contrarrevolucionária de Pretória em que a África Austral (com o colapso das colónias portuguesas e da Rodésia) era um círculo circunscrito de ameaças comunistas negras à sobrevivência da própria África do Sul dirigida de Moscovo” (p. 119), ou eram ferramentas que “poderiam ser utilizadas para combater esta ameaça comunista”. Assim, a formação de movimentos de guerrilha na África Austral era vista por Pretória como “uma aliança entre o MPLA, FRELIMO, ZANU, SWAPO e do ANC/SACP apoiado por Moscovo/Berlim Oriental/Havana, contra as alianças com a UNITA e a RENAMO, apoiados por Pretória e Washington” (p. 120). Portanto, do ponto de vista de Pretória (e ainda mais na década de 1980 de Washington), “a UNITA poderia operar contra o MPLA, SWAPO e o ANC, enquanto a RENAMO desestabilizaria tanto Moçambique e (em menor grau) o Zimbabué (...) que forneceria um sólido – e interno – aspeto da estratégia de desestabilização” (p. 120).

3. e o apoio às operações PIKI/PUNDU MILIA, a RENAMO eram executadas pelo 5 *Recce*” (O'Brien, 2011, p. 122). O apoio do 5 *Recce* à RENAMO fornecia, praticamente, “toda a sua logística, material e apoio financeiro ao abrigo da operação PUNDA MILIA controlada pelo DST” (O'Brien, 2011, p. 123).

Este apoio muitas vezes operava dentro de Moçambique, “em vez de simplesmente lançar ataques e outras operações de Phalaborwa (no Transvaal) onde o 5 *Recce* estava baseado” (O'Brien, 2011, p. 123). Houve, também, “evidências de que as forças especiais israelenses assistiram no fornecimento de formação secreta à RENAMO” (O'Brien, 2011, p. 123). Na área operacional da Namíbia, o 5 *Recce* também operou, utilizando as mesmas táticas como o *Selous Scouts* “desde a captura e convertimento de guerrilheiros do PLAN (*People's Liberation Army of Namibia*) para conduzir pseudo-operações contra a SWAPO (*South West Africa Police*)” (O'Brien, 2011, p. 123). Muitas vezes, este iria operar em “colaboração com a unidade de contrainsurgência da SAP *Koevoet* (pé de cabra), isto às vezes levou às confusões, como quando o *Koevoet* «capturava» o que pensava serem guerrilheiros da SWAPO, mas eram na realidade *askaris* do 5 *Recce*” (O'Brien, 2011, p. 123).

«Barnacle»/CCB – Operações de Desestabilização e Contra-mobilização Regional e Interna

No início da metade dos anos 80, os funcionários do DMI “não acreditavam que o pilar da reforma (incorporado no programa de reforma constitucional e na NSWS) estava a ser bem-sucedido” (O'Brien, 2011, p. 135). De facto, com o novo *Revolutionary Onslaught* pelos movimentos de libertação e os aliados internos a partir de 1985, e a mudança da contrainsurgência para a guerra contrarrevolucionária – o DMI agora acreditava que os movimentos de libertação estavam na terceira etapa da guerra revolucionária (ver páginas 180-181, do apêndice 6) –, “era necessária uma nova abordagem radical”. A *Security Branch* tinha o «CI», “enquanto «chacais» do governo do Partido Nacional; o DMI – e, os «olhos e ouvidos», das forças especiais da SADF – teria o CCB” (O'Brien, 2011, p. 135).

Em geral, o *Barnacle* estava profundamente envolvido “no uso das armas químicas e biológicas (...) para assassinar opositores do estado [ver páginas 221-222 do apêndice 8]” (O'Brien, 2011, p. 135). O assassinato foi o principal objetivo dessas «operações urbanas COIN». Naquele momento, o *Barnacle*, ao lado da unidade *Vlakplaas* CI, que se formou ao mesmo tempo, “começou a formar o núcleo da capacidade da estrutura de assassinatos – mas, significativamente, informal – dentro das estruturas do NSMS” (O'Brien, 2011, p. 135). A sua principal tarefa era “monitorar os opositores do regime – principalmente das organizações cívicas – com vistas à sua aniquilação” (O'Brien, 2011, p. 135). Esta unidade, “esteve envolvida em pelo menos duas tentativas de assassinato em torno de Port Elizabeth (um contra um líder

da comunidade mestiça e outro contra um ativista branco); ambos fracassaram” (O'Brien, 2011, p. 135). Também foram planeadas tentativas de “assassinato contra o Comandante das Operações Especiais do MK, Ronnie Kasrils, e o membro da ANC-NEC, Pallo Jordan, ambos abortados” (O'Brien, 2011, p. 135).

O próprio CCB, “na linguagem tradicional do ofício, tornou-se conhecido como «A Organização»” (O'Brien, 2011, p. 133). O mandato operacional do CCB foi esclarecido pelo Major-General Jan Kloppe (cit por. O'Brien, 2011, p. 133), Chefe do Exército, que afirmou que “apenas realizaram ações violentas fora da África do Sul” (O'Brien, 2011, p. 133) e que “a sua principal função ofensiva era interromper as atividades do ANC, o SACP e o PAC (*Pan African Congress*)”. Obviamente, isto não era inteiramente preciso, uma vez que uma das principais missões do CCB “eram operações internas, conhecidas como *Red Plan* [«Plano Vermelho»]: monitorização, intimidação, assédio e eliminação dos oponentes do *apartheid* através de «projetos»” (O'Brien, 2011, pp. 133-134). Como tal, a “eliminação dos oponentes foi vista como necessária para garantir o sucesso da estratégia contrarrevolucionária do estado” (O'Brien, 2011, p. 136). A primeira operação da unidade foi contra o recém-independente Zimbabué no quartel do Inkhomo, em agosto de 1981⁷, “em que os operacionais da unidade colocaram uma enorme bomba que destruiu mais de R45 milhões em munições e armas” (O'Brien, 2011, p. 129). Em julho de 1981, a unidade “assassinou o representante do ANC em Harare; cinco meses depois, colocou uma bomba no telhado do quarto do Gabinete [do Governo] em Harare” (O'Brien, 2011, p. 129). A operação final – e uma das mais espetaculares – “foi a destruição de 13 aeronaves na Base Aérea de Harare, em julho de 1982⁸” (O'Brien, 2011, p. 129). Entre outras coisas, “no bombardeamento, em 1989, do *Early Learning Center* em Athlone, a tentativa de assassinato de Gavin Evans, a tentativa de assassinato do advogado da ANC Dullah Omar (mais tarde Ministro da Justiça) e – a sua operação mais bizarra – a colocação de um feto macaco na residência do Arcebispo anglicano Desmond Tutu” (O'Brien, 2011, p. 136). O processo de aprovação e autorização para as operações do CCB era curto e direto, e os casos excessivamente sensíveis “eram considerados pelo Chefe da SADF que, em seguida, determinaria quais deveriam ser transferidos para o SSC – para autorização” (O'Brien, 2011, p. 136), como foi especialmente o caso das “operações envolvendo o assassinato de um líder adversário do regime (como Dulcie September, Dullah Omar ou Albie Sachs)” (O'Brien,

⁷ O autor explica que, entre 1981 e 1986, muitas dessas células do *Barnacle* operavam em torno dos principais municípios da África do Sul. Por exemplo, a célula de Port Elizabeth era “composta por seis pessoas brancas, negras e mestiços das forças especiais, que operava nos municípios de forma constante; todos os operativos eram fluentes em *Xhosa*, o que lhes permitia operar com facilidade nos municípios” (p. 135).

⁸ Os operacionais dos *Recces* também “se infiltraram no Zimbábue para estimar as metas do ANC antes das incursões da SADF por unidades convencionais (geralmente aéreas) ou Forças especiais; Operações semelhantes foram realizadas em Maseru, Maputo e Gaborone” (p. 129).

2011, p. 136). Outras operações foram aprovadas pelo Comitê de Operações de Forças Especiais ou autorizadas individualmente pelo diretor do CCB. Em teoria, “o Ministro da Defesa, em consulta com o Chefe da SADF, teve que autorizar todas as operações das Forças Especiais, inclusive as do CCB; se a operação fosse de extrema sensibilidade, o Presidente do Estado era obrigado a autorizar a ação” (O'Brien, 2011, p. 136). Uma outra tentativa de assassinato foi feita à Albie Sachs, “representante do ANC em Maputo, quase morto por uma bomba que mutilou o braço esquerdo” (O'Brien, 2011, p. 137). Outros objetivos de alto nível que o CCB considerou, mas não executou, “incluíram o Arcebispo Desmond Tutu, o Reverendo Frank Chikane (que foi alvo conjunto do CCB e do *7 Medic Battalion*, dos autores do Projeto COAST [ver página 221-222 do apêndice 9], do programa sul-africano CBW – *Chemical and Biological Warfare*) e do Reverendo Allan Boesak” (O'Brien, 2011, p. 137). O CCB também “realizou inúmeros outros assassinatos de funcionários e quadros de nível inferior, tanto na África do Sul, como no Sudeste Africano, e no exterior” (O'Brien, 2011, p. 137). Embora as evidências para esses assassinatos e outros realizados pelos vários elementos secretos das forças de segurança na África do Sul “ainda esta a ser examinada por investigações criminais” (O'Brien, 2011, p. 137), é claro que o CCB era uma “parte dos elementos mais secretos do aparelho de segurança do *apartheid*” (O'Brien, 2011, p. 137). No momento em que foi exposto em 1989, “os jornais informaram que o CCB (e outras organizações que havia apoiado) realizaram mais de 75 assassinatos desde 1977” (O'Brien, 2011, p. 137).

Portanto, a missão do CCB incluía operações como “infiltrações nas redes inimigas, recolher informações sobre estas e agir contra os inimigos que planeavam derrubar o estado” (O'Brien, 2011, p. 133). Neste sentido, os assassinatos conduzidos pelos CCB “não eram considerados «assassinatos», mas sim “um ataque a um alvo inimigo individual com armas não padronizadas de forma não convencional, garantindo que os inocentes não fossem atingidos” (O'Brien, 2011, p. 133). Esta definição, composta pelo Chefe das SADF, General Geldenhuys, e derivado de um relatório do Major-General Joubert, de abril de 1987, “apontava a preocupação entre os operacionais da SADF de que tais homicídios extralegais como do CCB (e outras unidades secretas) que pudessem ser interpretados como «assassinatos» e, portanto, sujeitar os membros da unidade à processos penais pelo Ministério Público⁹” (O'Brien, 2011, p. 133).

⁹ O autor comenta que, no entanto, o mais infame dos casos, em que foram acusados, envolveram os assassinatos de duas figuras anti-*apartheid* proeminentes e a tentativa de assassinato de um terceiro. No dia 1 de maio de 1989, o professor da Universidade de Witwatersrand, David Webster, “foi abatido fora da sua casa em Joanesburgo (...) seguido, em 12 de setembro, do assassinato do advogado da SWAPO, Anton Lubowski, em sua casa em Windhoek” (p. 137). Evidências fornecidas na época e, por meio de testemunhos na Comissão da Verdade e Reconciliação, “indicaram que o CCB havia planeado e levado a cabo esses dois assassinatos nas ordens expressas de comandantes militares” (p. 137). O suposto assassino de Lubowski, Donald Acheson, que trabalhava para Ferdi Barnard na Região 6 do CCB, mas foram libertados durante seu julgamento em Windhoek devido ao fracasso

Forças Convencionais

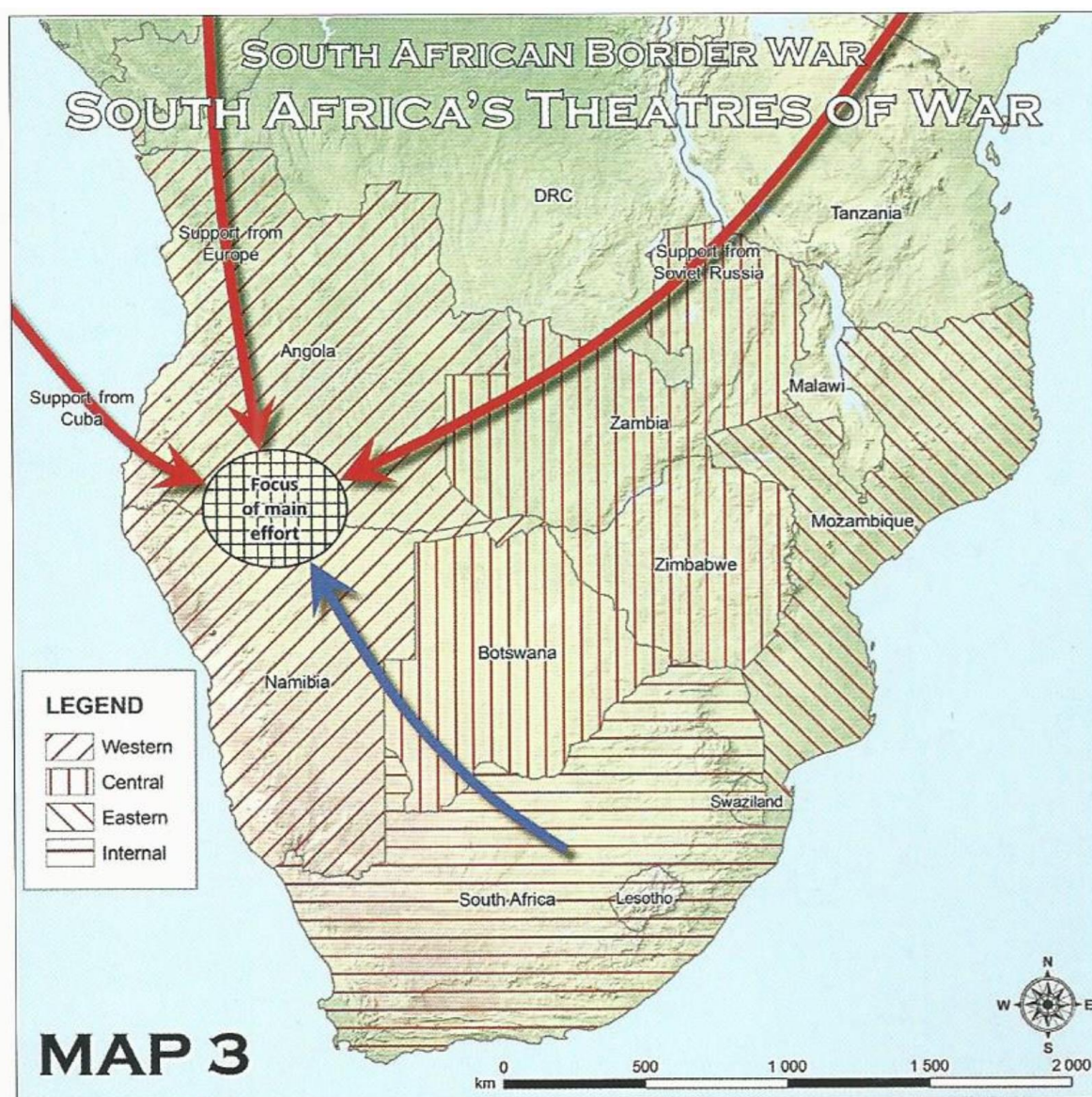
Operações Convencionais – «The Externals»

A implantação das várias forças convencionais (ver páginas 189-192, apêndice 7) envolvidas nestas operações dependia das circunstâncias individuais. Em Angola, a UNITA “operava durante a guerra (1975-1989) com o apoio do 32 *Battalion*, que estava posicionado dentro de Angola e na fronteira da Namíbia em Rundu” (O'Brien, 2011, p. 56). Em Angola, apoiar a UNITA “significava que todo o sul de Angola ao longo da fronteira da Namíbia se tornou numa área perigosa para os treinos dos guerrilheiros da SWAPO/PLAN, e para estabelecer as bases para operar” (O'Brien, 2011, p. 56). Como a SWAPO foi intimamente apoiada pelo governo do MPLA em Luanda, “as forças das FAPLA (Forças Armadas Populares de Libertação de Angola) operavam frequentemente com os guerrilheiros do PLAN” (O'Brien, 2011, p. 56). As denominadas *externals* foram um controverso aspeto da guerra porque “não só envolviam a transposição de fronteiras internacionais, mas, também, porque os angolanos, habitualmente, exageravam ao ponto de camuflarem as ações da UNITA [com objetivo de] responsabilizá-las aos sul-africanos” (Steenkamp, 1989, p. 212).

Foram realizadas as seguintes operações convencionais nos setores da Namíbia e regiões do sul de Angola: Bucksaw (1977), Seiljag (1978), Reindeer (1978), Carrot (1979-1980) Malakalani (1980), Loodvoet (1980), Tiro-a-Tiro (ou Savate) (1980), Sceptic (1980), Vastrap (1980), Klipkop (1980), Carnation (1981), Protea (1981), Handsak (1981), Daisy (1981), Kerslig (1981), Super (1982), Olyfhout (1982), Rekstok (1982), Yahoo (1982), Boomslang (1982), Meebos (1982), Bravo (1982), Dolfyn (1983), Fox (1983), Askari (1983), Screla/Sclera (1984), Forte (1984), Bolson (1984), Catamaran (1985), Radbraak (1987), Moduler (1987), Coolidge (1987), Firewood (1987), Angling (1987), Hooper (1987), Packer (1988) e Displace (1988) (Schoeman, 2012), maioritariamente nas áreas referenciadas nas figuras seguintes. Foram desenvolvidas armas nucleares como forma de dissuasão a tentativas de ação ofensiva tanto dos Estados da Linha da Frente como da própria comunidade internacional (ver páginas 219-222, apêndice 9).

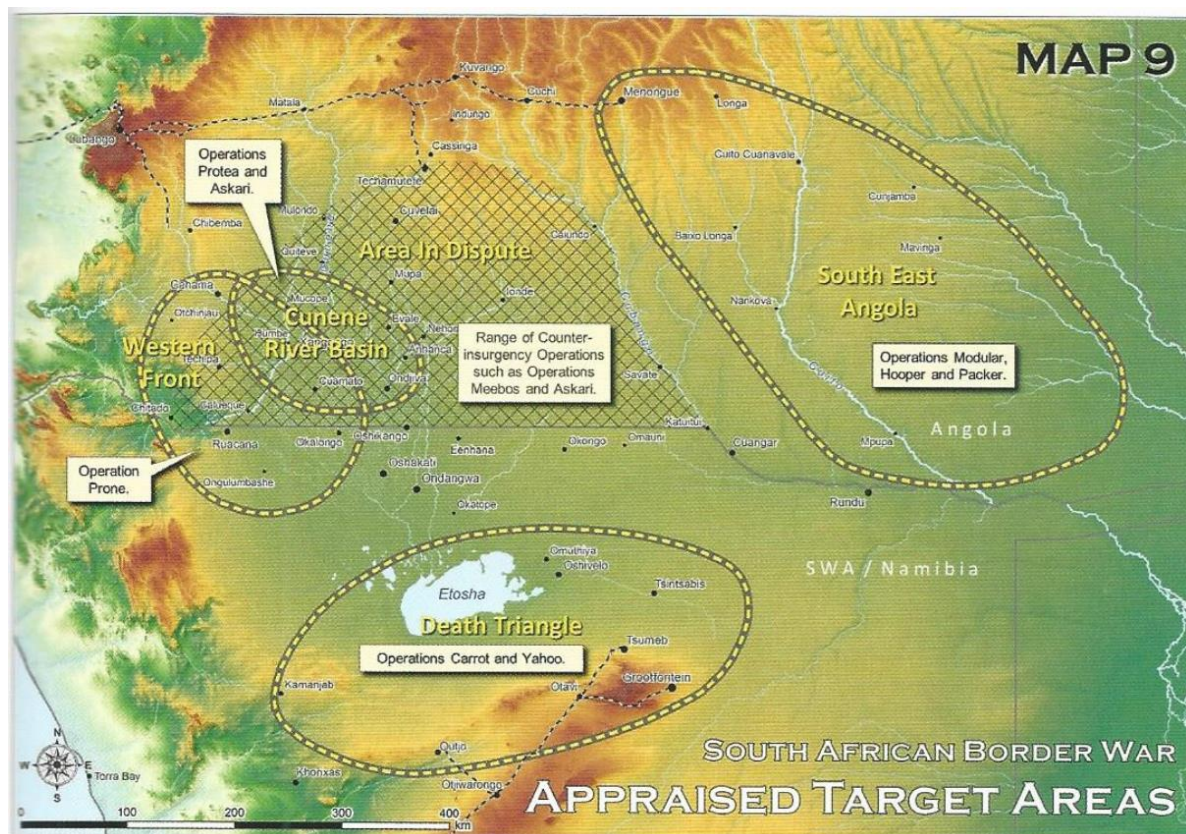
do governo da Namíbia em citar duas operações principais de CCB para evidências” (p. 137). O assassinato destas individualidades provocou um levantamento mediático que iria coagir o Ministério Público a investigar e condenar os responsáveis nos Tribunais. Como resultado disso “o Chefe do CCB, Verster, foi preso em março de 1990 pelas mortes de Anton Lubowski e David Webster” (p. 136).

Figura 8 – Teatros de Guerra da África do Sul



Fonte: Vries, Burger, & Steenkamp, 2017, p. 41

Figura 9 – Áreas Alvo Favoráveis na Área de Operações de Angola e Namíbia

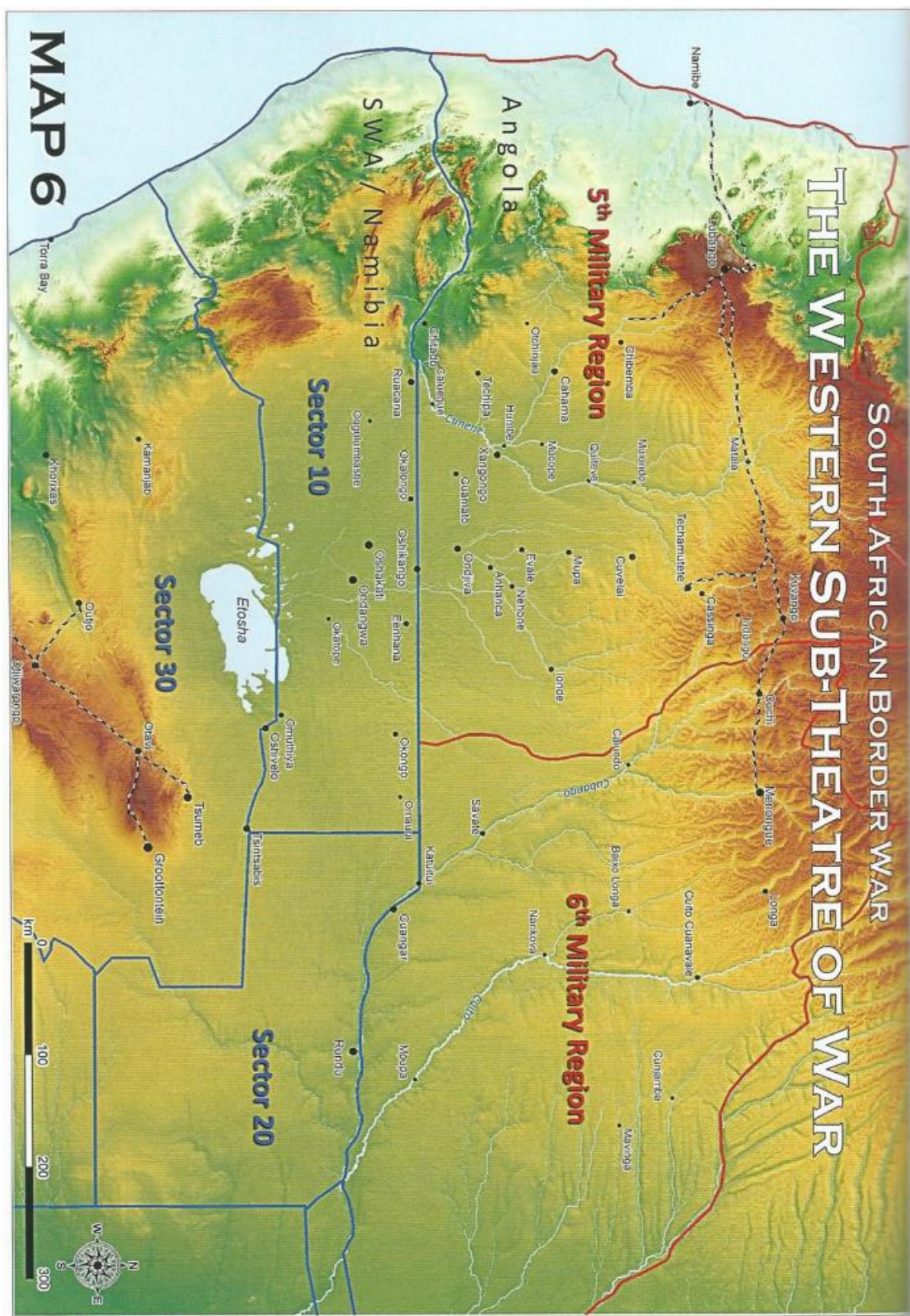


Fonte: Vries, Burger, & Steenkamp, 2017, p. 45

Operações de Patrulhas de Combate, Perseguições e Explorações

As Patrulhas da SWATF (*South West Africa Territorial Force*) (ver páginas 206-207 do apêndice 7) e da SAA (*South African Army*) eram a atividade predominante e constante na Namíbia, e podiam tomar várias formas – patrulhas apeadas, patrulhas montadas, patrulhas equestres e patrulhas anfíbias (nos rios). As patrulhas eram responsáveis em patrulhar “os perímetros dos quartéis e bases, e os aleatórios trilhos para demonstrar presença, para investigar um incidente numa dada área (...), recolher inteligência ou montar emboscadas em algum local” (Steenkamp, 1989, p. 198). As Patrulhas de Combate foram o principal método das campanhas de contrainsurgência nos setores da Namíbia, e, por vezes nas regiões militares de Angola (ver figura abaixo). Quando as patrulhas estabeleciam contato com os insurgentes, podiam resultar em perseguições «quentes» e explorações do contato. As perseguições e explorações eram lançadas “o mais depressa quanto possível após o contato (...) sendo regra proceder com uma perseguição após qualquer ação, se possível, enquanto os insurgentes estivessem a retirar ou quando separados” (Steenkamp, 1989, p. 198).

Figura 10 – O Subteatro Ocidental da Guerra da Fronteira



Fonte: Vries, Burger, & Steenkamp, 2017, p. 43

As tabelas seguintes ilustram os incidentes, minas encontradas pela SADF e SWATF e baixas da SWAPO, SADF e SWATF em operações na fronteira.

Tabela 1 – Incidentes, 1980-1988

Ano	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
Contato/ Emboscada	644	545	297	299	307	252	176	213	134
Minas Detonadas	327	349	311	188	169	170	105	103	101
Intimidações	120	121	102	92	67	98	68	60	33
Sabotagens	84	37	46	41	96	136	127	107	112
Total	1175	1052	756	620	639	656	476	483	380

Fonte: Adaptado de Scholtz, 2015, p.202

Tabela 2 – Minas descobertas, 1983-1988

Ano	1983	1984	1985	1986	1987	1988
Minas Anticarro	89	77	147	328	479	411
Minas Antipessoal	20	142	284	569	569	189
Total	109	219	431	897	1048	600

Fonte: Adaptado de Scholtz, 2015, p.202

Tabela 3 – Baixas, 1966-1987

Ano	Baixas da SWAPO	Baixas da SADF/SWATF	Rácio
1966-1974	363	88	4,1:1
1978	917	44	22,1:1
1979	915	50	18,3:1
1980	1447	100	14,5:1
1981	1494	61	24,5:1
1982	1280	77	16,6:1
1983	913	96	9,5:1
1984	916	39	23,5:1
1985	590	n/a	n/a
1986	645	33	19,5:1
1987	747	72	10,4:1

Fonte: Adaptado de Scholtz, 2015, p.203

DMI – Divisão de Inteligência Militar

DST – Operações de Desestabilização Regional

As Forças Especiais do *Directorate of Special Tasks* desempenharam “o papel central nas estratégias de desestabilização regional e interna de Pretória” (O'Brien, 2011, p. 120). A partir da década de 1970 nos Estados da Linha da Frente – e, mais tarde, internamente na África do Sul – os opositores “foram desestabilizados por ações como invasões [incursões rápidas em

território inimigo], bombardeamentos, fomento de movimentos de guerrilha interna e ataques a ativos económicos dos Estados da Linha da Frente” (O'Brien, 2011, p. 120). O DST mantinha “uma extensa rede de logística e infraestrutura em todo o subcontinente [africano] para apoiar as operações; e financiamento para os projetos da DST foram fornecidos através do Chefe de Pessoal, Finanças, e da SADF” (O'Brien, 2011, p. 122).

Essas operações focavam-se, geralmente, sobre “o desenvolvimento de forças de procuração nos países vizinhos para combater os governos hostis como parte do programa de desestabilização da África do Sul” (O'Brien, 2011, p. 122). O DST prestou apoio operacional na forma de treino, organização e comando. Estas operações foram denominadas de (1) DISA/SILWER (o apoio à UNITA em Angola); (2) DRAMA (apoio aos dissidentes do Super ZAPU no Zimbabué); (3) PIKI/PUNDA MILIA/ALTAR (apoio à RENAMO/MNR em Moçambique); (4) PLATHOND (apoio para uma força de procuração para desestabilizar a Zâmbia); e (5) CAPSIZE/LATSA (apoio para o exército de libertação do Lesoto). A primeira operação começou imediatamente após o fim da operação SAVANNAH – invasão de Angola em 1975-1976 –, a segunda e a terceira operações mencionadas “eram produtos da transferência de poder em Salisbury/Harare em 1980” (O'Brien, 2011, p. 121) e o quinto era “o resultado de meados da década de 1980” (O'Brien, 2011, p. 121). Apenas a Suazilândia, em 1982, “assinou um acordo secreto de não-agressão com a África do Sul, é que seria poupada da desestabilização” (O'Brien, 2011, pp. 121-122). Enquanto as operações externas, tais como da UNITA, RENAMO, o LLA (*Lesotho Liberation Army*) e a Super-ZAPU “eram meios contrarrevolucionários semelhantes [entre si] para compensar os interesses revolucionários dos movimentos de guerrilha em Angola, Zimbabué, Namíbia e Moçambique, estes não representavam os mesmos fins contrarrevolucionários como as operações internas, que serviam como um meio de alcançar a eliminação da infraestrutura político-administrativo rebelde” (O'Brien, 2011, p. 122). As Operações da DST foram executadas por duas seções: i) DST-1 foi responsável pela unidade A (*Alpha*), RENAMO e Zimbabwe; ii) DST-2 foi responsável pela LLA (*Lesotho Liberation Army*), MARION e KATZEN. Em meados da década de 1980, “o DST foi incorporado na CDMI, chefiada pelo General Niels van Tonder” (O'Brien, 2011, p. 123).

DCC – Operações de Apoio Encoberto e de Contra-Mobilização Regional

As operações externas da DMI também foram da alçada do DCC (*Directorate of Covert Collection*) que, em meados da década de 1980, seria responsável “por estabelecer a identificação dos processos relativos a ativistas na Suazilândia e Moçambique” (O'Brien, 2011, p. 124). Muito dessa inteligência “era coordenada com o *Trewits* e o KIK (*Koördineer Inligting Komitee* – Comité de Coordenação de Inteligência), bem como com o CCB e as secções de

inteligência das forças especiais” (O'Brien, 2011, p. 124). Estas operações também foram realizadas na Namíbia, sob a operação ETANGO, o DCC e outras unidades do DMI “lançaram um projeto de contra-mobilização para estabelecer um «movimento Ovambo» conservador, com base tribal, contra a SWAPO” (O'Brien, 2011, p. 124). Um projeto semelhante, sob o nome de operação EZUVA “teve por objetivo realizar a mesma coisa entre o povo do Kavango” (O'Brien, 2011, p. 124). Grupos contra as guerrilhas também foram formados “entre a maioria das tribos étnicas da Namíbia, incluindo o Rehobothers, os Namas, os Ovambos, os bosquímanos (*San*), os Kavangos, os Kaoklanders e os Caprivianos” (O'Brien, 2011, p. 124). Estes foram, geralmente, formados em unidades dentro da SWATF (*31 Battalion* - Bushman, *33* - Caprivi, *34* - Kavango, *35* - Ovambo e o totalmente integrado *41/911 Battalion*) ou, mais tarde, SWAPOL” (O'Brien, 2011, p. 124).

O objetivo principal do governo sul-africano, com estas operações era “proteger as fronteiras de infiltrações por terroristas com bases no estrangeiro (ou seja, combatentes do ANC/MK (*uMkhonto weSiswe*), PLAN e APLA)” (O'Brien, 2011, p. 125), por via da redução da capacidade de mobilização regional de indivíduos dos grupos étnicos referidos. Como tal, o objetivo geral destas operações de contra-mobilização¹⁰ – que acabariam por desestabilizar – era “de encerrar qualquer tipo de apoio, fornecido ao ANC/MK pelos Estados da Linha da Frente” (O'Brien, 2011, p. 125).

DST/DCC/DCI/CCB/Hammer/Security Branch – Operações Conjuntas de Apoio Encoberto, Recolha de Inteligência, Desestabilização e Contra-Mobilização Interna

Com o mesmo método empregue para a execução da desestabilização regional, o DST organizou forças que “foram estabelecidas internamente para compensar o poder, influência e recursos do ANC e da UDF” (O'Brien, 2011, p. 125). Este segundo elemento foi realizado “mediante a formação de duas forças de procuração (sob operações MARION e KATZEN em Natal e Cabo Oriental) e o apoio de vigilantes e gangues [criminosos] organizados em outras regiões do país” (O'Brien, 2011, p. 125). Muitos dos operacionais do DCC/DMI envolvidos nestas atividades na região, realocaram-se, por volta de 1985-1986, para a África do Sul para instituir projetos similares de contra-mobilização interna contra o ANC/UDF.

Estas operações contra o ANC/UDF visavam, particularmente, mas não exclusivamente, “alavancar a guerra civil entre os partidários do ANC/UDF e o movimento político baseado em Zulus – *Inkatha* – e fomentar a violência de negros contra negros” (O'Brien, 2011, p. 125). Esta operação envolveu o emprego de “vigilantes treinados, especificamente, para as operações

¹⁰ A provisão de tal apoio externo era da responsabilidade do DST-1 que “lucrou de dividendos para mesmo e beneficiou a SADF: em troca dessa provisão, não só Pretoria asseguraria uma desestabilização contínua da região quando necessário, mas também seria capaz de obter informações valiosas sobre as forças no terreno que estava apoiar” (p. 125).

internas contra o ANC/UDF, conhecidos como *Witdoeke* (no Cabo Ocidental), *UmaAfrika* (Cabo Oriental) e, alegadamente, o gangue dos *Black Cats* em Ermelo” (O'Brien, 2011, p. 125).

Em 1986, sob operação MARION, autorizado pelo SSC, mais de 200 quadros do *Inkatha* foram submetidos a treinos na faixa de Caprivi, no norte da Namíbia. Treinados em “tarefas de proteção (para líderes seniores do *Inkatha*), técnicas de interrogatório, treino de armas e atividades do esquadrão da morte” (O'Brien, 2011, p. 126) – utilizando armas fornecidas pela unidade CI da *Security Branch* e das forças especiais – estes «estagiários» “constituíram o núcleo de um esquadrão da morte do *Inkatha*” (O'Brien, 2011, p. 126). As orientações gerais para a MARION “foram fixadas em fevereiro de 1986, numa reunião do SSC onde se determinou que o Departamento de Desenvolvimento e Planeamento Constitucional teria responsabilidade global para o projeto, indicando uma ênfase não militar sobre a formação de segurança/paramilitar do *Inkatha*” (O'Brien, 2011, p. 126). O objetivo da operação MARION era fornecer ao *Inkatha* “uma capacidade de autossuficiência que lhe permitiria agir independentemente da SADF” (O'Brien, 2011, p. 126). Como resultado, muitos destes «estagiários» “foram colocados na KwaZulu Police (KZP), em 1989, através do qual a atividade desse esquadrão da morte continuou” (O'Brien, 2011, p. 126). No entanto, parcialmente como resultado desses fiascos, em novembro de 1988, a SADF “assessorou que o continuo apoio para a realização de ações ofensivas era um risco de segurança inaceitavelmente elevado” (O'Brien, 2011, p. 126), atendendo aos que os “encobrimentos, pela *Security Branch*, para essas ações ofensivas já não estavam a ser autorizadas pela Comissário Van der Merwe da SAP ou do seu delegado, o Tenente-General Basie Smit” (O'Brien, 2011, p. 126). Simultaneamente, a SADF “tentava distanciar-se de todo o apoio anterior pelo substituto de guerrilhas, tais como a RENAMO” (O'Brien, 2011, p. 126).

Ademais, numerosos membros do DMI “demitiram-se dos postos e foram trabalhar em tempo integral para uma das organizações da frente que reportavam para o DCC” (O'Brien, 2011, pp. 117-118). O objetivo “era estabelecer operações similares dentro da África do Sul às que ocorriam na Namíbia e Angola” (O'Brien, 2011, p. 117). Isto incluiria “a recolha de inteligência, pseudo-operações e a eliminação do adversário”. Para este fim, foram estabelecidas numerosas empresas de fachada¹¹, incluindo “a *Pan Afrika Industrial Investment Consuktants CC* (PAIIC CC), estabelecido à 7 de novembro de, *Africa Risk Analysis*

¹¹ O DCC estabeleceu seis frentes: “a frente oriental (Moçambique e Suazilândia), liderada pelo Coronel At Nel; a Frente ocidental (Angola e Namíbia) (...); a frente terrorista ou *tui* (doméstico), mais tarde renomeado subteatro interno (...); a frente TBVC; a frente de Estados da Linha da Frente (internacional); a frente dos Serviços Estrangeiros de Inteligência” (p. 117). Cada frente era comandada, geralmente, por um Coronel. Durante este período, “estabeleceram-se escritórios de campo do DCC em cada Comando Territorial para servir os oficiais com empregos legais durante o tempo diurno, e que iriam trabalhar para o DCC à noite contra os movimentos de libertação” (p. 117).

Consultants (ARAC), os *Adult Education Consultants* em Ciskei, Eduguide, *Dynamic Teaching*, *African Information Systems (PTY) Ltd*, e *Long-reach Pty Ltd* (ligada ao Craig Williamson da *Security Branch*)” (O'Brien, 2011, pp. 117-118). Na consecução destes objetivos, “o DCC operou, frequentemente, com a *Security Branch* na gestão das estruturas de liderança dos movimentos de oposição”. (O'Brien, 2011, p. 118).

Em paralelo, o DCI (*Directorate of Covert Intelligence*) “também desenvolveu redes de informantes em toda a área operacional da Namíbia, durante o conflito, utilizando antigos operacionais da Rodésia e Portugal, bem como negros e membros das forças armadas dos diversos Estados da Linha da Frente” (O'Brien, 2011, p. 118). Além de recolha através destas redes, “esta também conduziu pseudo-operações contra a SWAPO, implantadas na área operacional até duas semanas de cada vez” (O'Brien, 2011, p. 118). Como a Namíbia caminhava para a independência no final da década de 1980, “era claro para o DMI que tinha de «extrair» as operações da Namíbia” (O'Brien, 2011, p. 118), e seria denominado de operação MAYONNAISE. O desenvolvimento e planeamento foi influenciado pelos membros da Rodésia do DCC “que tiveram de desvencilhar-se, das operações e redes da Rodésia em 1980 com a transição para o Zimbabué” (O'Brien, 2011, p. 118), tendo, agora, uma situação semelhante na Namíbia. A operação começou em 1983, em que o objetivo da MAYONNAISE seria “transplantar esses operadores secretos de Angola e Namíbia (e em outros lugares na África do Sul) para solo sul-africano” (O'Brien, 2011, p. 118).

O DST, que operava através de um ramo do AEC (*Adult Education Consultants*) em Natal, dos consultores do ‘Creed’ e a empresa de segurança de fachada ‘Swart’, “forneceram o treino militar e [conduziram] alguns projetos de contra-mobilização político” (O'Brien, 2011, p. 126). Isto foi visto em grande parte pelo SSC como “o teste decisivo para projetos futuros de contra-mobilização, como a operação KATZEN no Cabo Oriental” (O'Brien, 2011, p. 126). O *Inkatha*, produto da operação KATZEN, foi crucial para a capacidade do Estado de organizar a população contra o ANC/UDF, bem como para “colocar o *Inkatha* numa posição para neutralizar a investida do *Umkhonto we Sizwe*” (O'Brien, 2011, p. 126). Fora de Natal, outro projeto de contra-mobilização foi realizado, em julho de 1986, no âmbito da operação KATZEN, “uma tentativa de mobilizar apoio Xhosa (uma etnia sul-africana) contra o ANC/UDF, conhecido como *Iliso Lomzi* (o «Movimento de Resistência Xhosa – XWB), no Cabo Oriental, para culminar no estabelecimento de *Xhosaland* (semelhante a *Zululand*)” (O'Brien, 2011, p. 127). Para alcançar este objetivo, a operação KATZEN “visava, parcialmente, a derrota e a morte de Lennox Sebe, o líder do Ciskei” (O'Brien, 2011, p. 127). O arquiteto desta operação, o Brigadeiro G.P. «Joffel» van der Weishuizen (citado por O'Brien, 2011, p. 127), Comandante Territorial do Cabo Oriental (e mais tarde presidente do DMI), que,

em junho de 1986, escreveu para ao SSC que “a natureza deste XWB – e até mesmo a sua extensão – deve ser semelhante ao *Inkatha* e deve juntamente com o as forças de segurança formar uma frente contrarrevolucionária” (O'Brien, 2011, p. 127).

Como parte da KATZEN, a unidade de inteligência do exército *Hammer* “foi instrumental na execução da contrainsurgência urbana no Cabo Oriental, usando unidades da Força de Cidadãos com formação adicional de contrainsurgência” (O'Brien, 2011, p. 127). Treinados em «recolha de inteligência de baixo nível», o *Hammer* era conhecido como “a unidade de reação da SADF, um termo geralmente atribuído às operações secretas da SADF” (O'Brien, 2011, p. 127), tendo sido referida como uma «unidade *recce*», por Van der Weishuizen para (citado por O'Brien, 2011, p. 127) “operações especiais ao longo do Cabo Oriental” (O'Brien, 2011, p. 127). Esta unidade terá sido fundada em 1983 por Van der Weishuizen (com a ajuda do ex-comandante do *Selous Scout*, o Coronel Ron Reid-Daly), com o objetivo de realizar “operações de perseguição imediatas após infiltração inimiga, ação contra sequestro, tarefas de proteção especial, medidas anti-minas, operações de inteligência e de vigilância em cooperação com a SAP na região” (O'Brien, 2011, p. 127). Havia, também, “indícios de que este operou com o CCB e as forças especiais internamente” (O'Brien, 2011, p. 127). Este esforço para desenvolver forças de contra-mobilização no Cabo Oriental “saiu pela culatra quando um dos assassinatos mais examinados do conflito, do Professor Cradock e do organizador da UDF Matthew Goniwe e três outros ativistas – Fort Calata, Nuno Pardal e Sicelo Mhlauli (que ficaram conhecidos como os «*Four Cradock*») – foram mortos pela polícia de segurança local como parte da KATZEN, em 27 de junho de 1985” (O'Brien, 2011, p. 119). Este evento seria o momento de inflexão para mobilizar mais indivíduos para a luta armada interna, que foi efetivamente explorado pelo ANC/SACP/UDF, ou seja, a ação foi contraproducente.

Uma parte mais alargada do DCC foi a operação ORPHEUS que visava “remover a cadeia de liderança das estruturas alternativas até o quarto nível de organização” (O'Brien, 2011, p. 127) – a unidade *Hammer* “terá fornecido apoio para a operação” (O'Brien, 2011, p. 127). Outros assassinatos semelhantes – o de três membros da Organização Cívica de Port Elizabeth (a PEBCO) - Sipho Hashe, Qwaqwahuli Godolozzi e Champion Galela – pelos membros da unidade do CI que operavam no norte do Transval, em 11 de maio de 1985. Acreditava-se que a PEBCO era uma empresa de fachada do ANC, “bem como um organizador da escalada da violência em municípios de Port Elizabeth” (O'Brien, 2011, p. 127). Cerca de três semanas após a morte dos *Four Cradock* – e no dia do funeral - o primeiro estado de emergência foi declarado em todo o país, como um reflexo da atitude ao tempo para esses assassinatos, um membro sênior da unidade (citado por O'Brien, 2011, p. 127) mais tarde

afirmou que houve “pressão exercitada do lado do governo para agir de forma drástica para neutralizar ativistas e ajudar a normalizar a situação de segurança”.

Havia, também, o projeto VALLEX que visava a “remoção da UDF das comunidades por meios violentos, utilizando o princípio de cor-contra-cor” (O'Brien, 2011, p. 125). Em meados de 1986, pelo menos 23 dos tais «projetos» estavam a decorrer na África do Sul e na Namíbia. Outros projetos de contra-mobilização foram executados pela combinação do DCC e de outras unidades da DMI, apoiadas pelo *StratKom*. Estes incluíram o projeto ANCOR/KAMPONG, que “estabeleceu a empresa de fachada *Adult Education Consultants* (AEC) [da DCC] como um meio para o funcionamento físico de organizações e movimentos (...) que tentava manipular pessoas da sociedade civil sobre uma vasta gama de frentes” (O'Brien, 2011, p. 125).

No entanto, o mais eficaz dos programas instituídos pelas forças de segurança, “foi a criação dos esquadrões do *Inkatha* e o seu uso como *proxies* pelo aparato de segurança do Estado para destruir o poder do ANC/UDF em Natal (e em outros lugares) e eliminação dos seus líderes” (O'Brien, 2011, p. 125). O BOSS, em 1975, tinha sido instrumental na construção do *Inkatha* “como uma alternativa política viável para o ANC em Natal” (O'Brien, 2011, p. 126), que incluía o “estabelecimento de candidatos políticos rivais fantoches ao Chefe [tribal e político] Buthulezi (27 de agosto de 1928) – como o grupo *kaShaka Umkhonto* – ao fornecer fundos para o *Inkatha* e, silenciosamente, auxiliando o desenvolvimento de uma imagem aceitável para este no Ocidente (...) o que levou a Buthulezi e o *Inkatha* diretamente para os braços do governo como colaboradores clandestinos no *apartheid*” (O'Brien, 2011, p. 126).

OPERAÇÕES DA *SOUTH AFRICAN POLICE* (SAP)

Koevoet – Operações COIN – Operações de Policiamento Ativo & Reativo

O *Koevoet* (ver páginas 209-210, apêndice 7) “desenvolveu uma capacidade autónoma de combate, com capacidade de executar missões de procurar e destruir contra os insurgentes do PLAN e FAPLA, bem como (ocasionalmente) fornecer inteligência e apoio ao grupo de guerrilha da UNITA de Jonas Savimbi em Angola” (O'Brien, 2011, p. 105). Embora “formassem 10% da capacidade total da Força na Namíbia, o *Koevoet* foi o ator que causou mais de 80% das mortes de insurgentes (...) em algumas missões, o sucesso era absoluto” (O'Brien, 2011, p. 105). A capacidade de combate tornou-se tão fundamental que o *Koevoet* praticamente “abandonou a missão de recolha [de informação] da *Koevoet* em favorecimento de missões de procurar e destruir, a partir de 1984, e, muitas vezes, entrava em conflito diretamente com a campanha de «corações e mentes» da SADF na Namíbia” (O'Brien, 2011, p. 105), provocando o insucesso dessa campanha de «corações e mentes».

Operações Clandestinas e Encobertas de Recolha de Inteligência

Como grande parte de suas operações, o CI – em muitos aspetos o equivalente das forças especiais da SADF da *Security Branch* (ver página 212 do apêndice 7) – “realizaram-se operações secretas em nome do *Security Branch* e da unidade central de inteligência *Trewits*” (O'Brien, 2011, p. 109). Enquanto o C2 era o principal participante na recolha de inteligência dos *Trewits*, para o desenvolvimento do processo de segmentação, uma subunidade da *Trewits* – designada de C3 – foi subsequentemente estabelecido em *Vlakplaas*, dirigido pelo Coronel Tom Louw, para reunir informações para “identificar, especificamente, os adversários do governo” (O'Brien, 2011, p. 109). Para o processo de identificação esta unidade “envolveria ataques transfronteiriços e operações clandestinas onde os guerrilheiros seriam rastreados em toda a África do Sul e nos Estados da Linha da Frente” (O'Brien, 2011, p. 109); em muitos casos, nestes rastreios “eram identificados membros envolvidos no ANC e PAC para serem assassinatos” (O'Brien, 2011, p. 109). Ostensivamente, “o *raison d'être* primário do «CI» era para os *askaris* identificarem seus antigos camaradas e prendê-los” (O'Brien, 2011, p. 109); ao longo da existência do «CI», no entanto, “não mais que dois ativistas por ano eram presos, apontando para um objetivo mais sinistro dos *Vlakplaas*. *Askaris* poderiam também ser «emprestados» para outras unidades da SAP ou, às vezes, as unidades das forças especiais e do DMI” (O'Brien, 2011, p. 109).

Operações para Eliminação de Alvos Internos e Externos

Ao longo da década de 1980, o C/*Vlakplaas* instituiu “um programa de interrogatório, tortura e assassinato contra membros do ANC ou PAC e os apoiantes no país” (O'Brien, 2011, p. 109). Ficou conhecido como o «braço de segurança do Partido Nacional» dentro do estabelecimento, e “também foi apelidado de «hienas» ou «abutres» da *Security Branch*, o *Vlakplaas* foi responsável, muitas vezes, por «limpar» os problemas criados por outros elementos das forças de segurança” (O'Brien, 2011, p. 109). Em 1985, De Kock assumiu o comando da *Vlakplaas* e “acelerou o programa de assassinatos, introduzindo, também, treino paramilitar para os membros da polícia; junto com a De Kock, veio o subtenente Willie Nortje, descrito como o segundo assassino mais eficaz da unidade” (O'Brien, 2011, p. 109). De Kock trouxe para a *Vlakplaas* “as brutais experiências de contrainsurgência do *Koevoet*, sob o comando, o «CI» tornou-se num esquadrão da morte geral a quem seriam entregues instruções para assassinar indivíduos específicos que tinham sido identificados pelo *Security Branch*, em várias partes do país, bem como agir por iniciativa do comandante, que tinha um poder efetivo sobre a vida e morte” (O'Brien, 2011, p. 109).

Tabela 4 - Assassinatos e mortos do C1 (exemplos)

<i>Data</i>	<i>Vítima</i>	<i>Localização</i>	<i>Alegado/relatado responsável</i>
20 de novembro de 1981	Griffiths Mxenge, advogado do ANC	Umlazi	Joe Mamasela, David Tshikalange, Brian Mggulunga, Nofomela, Dirk Coetzee
22 de novembro de 1983	Zwelibanzi Nyanda, Comandante de operações da MK na Suazilândia	N/A	De Kock, Cronje, General Frans Steenkamp ^b
26 de junho de 1985	8 membros do Congresso de estudantes sul-africano	Rand Oriental (<i>Zero Incident</i>)	De Kock, Van der Merwe, Cronje, Mamasela ^c
Agosto de 1985	Victoria Mxenge, militante da UDF	N/A	Desconhecido
Setembro de 1985	Jappie Maponya	Krugersdorp	De Kock, Willie Nortje, Coronel Johan le Roux
20 de junho de 1986	Phillip Nwanematsu, comandante sênior da MK	Suazilândia	C1, <i>Security Branch</i> do Transvaal Oriental, Unidade de Inteligência de Soweto
Julho de 1986	Piet Ntuli, KwaNdebele Ministro dos Assuntos Internos	N/A	Cronje, Mamasela, Nortje
Março/Abril de 1989	Três membros do ANC desconhecidos	Botswana	Brigadeiro Flip Loots, CI, forças especiais
Abril de 1990	Sam e Hajira Khan (ou Catarino) e dois filhos, organizadores do PAC	Botswana	General Krappies Engelbrecht, Viana, De Kock
Maio de 1990- fevereiro 1991	Bheki Mlangeni (tentativa de assassinar Dirk Coetzee)	Soweto	De Kock, Van Rensburg, Coronel Hermanus du Plessis
20 de julho de 1990	Brian Ngqulunga, (<i>askari</i>)	<i>Vlakplaas</i>	De Kock
Janeiro de 1991	Goodwill Sikhakhane (<i>askari</i>)	<i>Vlakplaas</i>	Coronel Andy Taylor, General Steyn, De Kock

Fonte: O'Brien, 2011, p.112-113

Enquanto o *Vlakplaas* concentrava os esforços dentro da África do Sul, a natureza da *Total Onslaught* obrigava “que muitas operações transnacionais envolvessem, também, incursões [externas] para sequestrar ou assassinar indivíduos identificados e apontados como suspeitos de serem do ANC” (O'Brien, 2011, p. 110), sendo a Suazilândia a principal área de operações, ou, como era referido pelos operacionais, *playground*, para o C1. O objetivo geral das operações do C1 dentro Suazilândia, durante a década de 1980, “era o encerramento das estruturas do ANC/MK dentro desse país; assim, cada comandante e outras pessoas importantes foram alvo de rapto ou eliminação pelo *Security Branch*” (O'Brien, 2011, p. 110). Estima-se que, ao longo da década de 1980, pelo menos 22 alegados membros do ANC foram assassinados na Suazilândia” (O'Brien, 2011, pp. 110-111). Em mais de uma década de condução de operações dentro da Suazilândia, “o C1 nunca foi confrontado pelas autoridades Suazis; estes eram também impotentes em impedir as infiltrações do MK de Moçambique para África do Sul, pela Suazilândia” (O'Brien, 2011, p. 111).

Security Branch – G/Contrainteligência Externa – Operações de Vigilância/Infiltração/Eliminação Externa

Sob comando do Brigadeiro Piet Goosen “que, em 1977, tinha sido encarregado do interrogatório e a morte de Steve Biko” e o Major Craig Williamson – “um dos mais notórios agentes da inteligência do *apartheid*, apelidado de «superespão da África do Sul» – a secção G [ver página 264 do apêndice 8] efetuou vários assassinatos fora da África do Sul e colaborou com outros elementos da SAP para auxiliar em operações similares” (O'Brien, 2011, p. 111). Em 1972, Williamson, juntamente com Craig Edwards, “infiltraram-se nas estruturas do ANC

através do *International University Exchange Fund* (IUEF) com sede em Genebra, dos quais Williamson eventualmente tornou-se Diretor-Adjunto” (O'Brien, 2011, p. 114). Após a sua exposição em janeiro de 1980, este regressou à África do Sul “para continuar com as operações estrangeiras contra o ANC” (O'Brien, 2011, p. 114). Durante o seu tempo infiltrado no ANC, Williamson e Edwards “tornaram-se cientes de uma reunião prevista entre o líder do *Black Conscience Movement* (BCM), Steve Biko e Oliver Tambo do ANC, que definiria o terreno para uma cooperação estreita entre o BCM e o ANC dentro da África do Sul” (O'Brien, 2011, p. 114). Acredita-se que “foi por causa desta informação que Biko foi preso em setembro de 1977 e assassinado na prisão” (O'Brien, 2011, p. 114).

Igualmente significativo foi, primeiro, o assassinato de Ruth, esposa de Joe Slovo (um dos fundadores do MK e mais tarde Chefe do SACP), “que foi morta por uma carta-bomba em Maputo, a 17 de agosto de 1982, enviada pela unidade de Williamson¹²” (O'Brien, 2011, p. 114). A secção C também esteve envolvido “no assassinato da ativista Jeanette Schoon no Lubango, em Angola; de Schoon, juntamente com sua filha de seis anos de idade, Katryn, foram mortas em 28 de junho de 1984, por uma carta-bomba fabricada pela divisão técnica da SAP” (O'Brien, 2011, p. 114).

Outra operação significativa da secção C foi, em 1982, a explosão dos escritórios de Londres do ANC “em resposta ao ataque de foguetes do ANC sobre [a base militar em] *Voortrekkerhoogte* em 1981”. A ordem de Coetzee para efetuar o ataque geral, que foi instruído pelo Ministro da Polícia Le Grange – Coetzee afirmaria posteriormente que Botha ordenou o ataque – Williamson, que planeou a operação com Goosen, visitou o *Koevoet* para recrutar De Kock e Capitão John Adam para a missão no início de 1982” (O'Brien, 2011, p. 114). Outro ataque aos escritórios do SACP em Londres foi abandonado por causa das muitas vidas que seriam colocadas em risco” (O'Brien, 2011, p. 114).

Security Branch – J/Trewis – Operações de Identificação e Eliminação/Assassinato de alvos

A identificação «mecanizada» ou institucionalizada (sistematizada) dos oponentes que seriam alvo de eliminação não ocorreu até 1986, quando o *Trewits* (ver páginas 213-214, apêndice 7) foi estabelecido, no entanto, “teve como precursores, para tal função, os KIKs [ver páginas 208, apêndice 7] e VEIKOMs (Comités de Segurança) [ver página 186, apêndice 7] regionais e locais, desde aproximadamente 1981 e adiante” (O'Brien, 2011, p. 152). Como tal, “o *Trewits* funcionou em estreita cooperação com os VEIKOMs em cada JMC (*Joint*

¹² Dirk Stoffberg, o Chefe da «Z-Squad incorporado» ou D-40, que viria a ser reconstituída como o CCB, “reivindicou a responsabilidade na morte de First, embora Williamson ter admitido a alegada cumplicidade à filha de First durante uma entrevista de 1997” (p. 114). A intenção na morte de First, acreditava-se, “era para assassinar o marido dela, Joe Slovo, que os *securocrats* (com razão) acreditavam ser o líder estrategista por detrás dos planos e operações do ANC e do MK” (p. 114).

Managment System) [ver páginas 185-187, apêndice 7]” (O'Brien, 2011, p. 152). Uma vez que o alinhamento fosse acordado, “este era comunicado através das estruturas do NSMS para as autoridades relevantes (ou seja, o comandante da *Security Branch* da SAP ou o Chefe do Gabinete de Inteligência, para o DMI) para ação” (O'Brien, 2011, p. 152). Isso implicavam esforços semelhantes, mas menos coordenados, por vários elementos das forças de segurança antes do estabelecimento de *Trewits*.

Deve notar-se que entre os alvos designados “incluíam-se indivíduos do ANC, e não apenas aqueles que eram associados ao MK (...) e não era necessária uma autorização específica [e formal] para qualquer ação¹³” (O'Brien, 2011, p. 152). Caso os alvos fossem confirmados, “estes seriam entregues ao nível de planeamento tático, envolvendo, geralmente, a Inteligência das Forças Especiais e do DCC” (O'Brien, 2011, pp. 152-153). Os alvos também eram discutidos nas reuniões regionais do *Trewits*, onde o NIS (*National Intelligence Service*) e o *Security Branch* também forneceriam contribuições. O Grupo de Projeto de identificação também se articulou, extensivamente, “com o *Security Branch*, tanto a nível regional como com as unidades C1 e C2” (O'Brien, 2011, p. 153). Informação para rastreamento era obtida de várias fontes, “incluindo de *askaris*, comunicações interceptadas, infiltração de redes de oposição e outros meios” (O'Brien, 2011, p. 153).

OPERAÇÕES DA «*THIRD FORCE*»

Operações de Desestabilização e de Contra-mobilização Interna

Os *Securocrats* decidiram capitalizar as capacidades que existiam dentro das forças de segurança e direcioná-los de forma implícita – através de uma “combinação de contatos pessoais, diretrizes do SSC, reuniões secretas e a própria existência de unidades estruturadas para realizar tais atividades [ver páginas 216-218 do apêndice 7]” (O'Brien, 2011, p. 161) – “para lançar as táticas contrarrevolucionárias mais eficazes que poderiam, sem consideração pelo processo de reforma política, transparência pública ou (em muitos casos) o direito interno e internacional” (O'Brien, 2011, p. 161). Esta interpretação torna-se ainda mais clara quando se tomou em consideração que, após o debate sobre o estabelecimento de uma *Third Force* (ver páginas 214-216, apêndice 7), Vlok (que se tornaria Ministro da Lei e Ordem) foi selecionado para presidir o novo *Geveilstaf*, e no centro desta rede estava o *Trewits*, “cuja formação foi imediatamente seguida pela aceleração de todas as unidades contrarrevolucionárias das forças de segurança sul-africanas” (O'Brien, 2011, p. 161).

¹³ O autor explica que, em Moçambique, por exemplo, Jacob Zuma, Sue Rabkin, Mohamed Timol, Bobby Pillay, Keith Mokoape e Indres Naidoo “foram todos apontados para monitorização e possível eliminação”. Cada alvo seria então “considerado ao nível do Estado-Maior da SADF, seguido de um *briefing* ao Ministro pelo CSI (*Chief of Staff, Intelligence*)” (p. 152).

Em julho de 1985, Eugene de Kock assumiu o comando do C1 *Vlakplaas*, e em maio de 1986, as Forças Especiais da SADF fundaram o CCB, em meados de 1986, o DMI começou a treinar as forças de contra-mobilização em KwaZulu na Operação MARION, enquanto atividades semelhantes foram feitas nos territórios de Ciskei e Transkei na Operação KATZEN – “ambos envolveram a eliminação de adversários usando um grupo intermédio” (O'Brien, 2011, p. 162). Foram implementados acordos (como entre Cl e CCB, e entre Cl e DCC) “para facilitar a interação na realização do objetivo contrarrevolucionário de «interrupção máxima dos inimigos do estado»” (O'Brien, 2011, p. 162).

Em abril de 1986, o SSC “aprovou ainda a aplicação de «grupos antirrevolucionários», como *Inkatha* e vigilantes, para combater a guerra contrarrevolucionária” (O'Brien, 2011, p. 162). Esta foi “talvez a tática contrarrevolucionária mais eficaz de todas, uma vez que os vigilantes poderiam lutar contra os militantes do ANC nas suas próprias comunidades” (O'Brien, 2011, p. 162). Como resultado notável disso, entre 17 de maio e 12 de junho de 1986, por exemplo, o grupo vigilante *Witdoeke*, do município de Crossroads, “expulsou mais de 70 mil pessoas das suas casas e eliminou, literalmente, quatro campos de habitacionais enquanto matavam centenas” (O'Brien, 2011, p. 162), enquanto “as forças de segurança selaram o município e assistiram” (O'Brien, 2011, p. 162). Esta foi uma implementação literal dos princípios de McCuen. Finalmente, os estabelecimentos de segurança disseram, em Simonstown para “tirarem as luvas na luta contra o inimigo revolucionário” (O'Brien, 2011, p. 72). O resultado destes acordos foram a criação de “grupos, esquadrões, vigilantes armados e Chefes militares, a interrupção do trabalho das associações cívicas, atacados ou intimidados os ativistas, titulares de cargos e apoiantes, e destruição ou danificação de propriedade” (O'Brien, 2011, p. 72).

CAPÍTULO III – DISCUSSÃO E RESULTADOS

SOBRE AS ESTRATÉGIAS E POLÍTICAS DE SEGURANÇA

A atribuição de Botha sobre a pasta da inteligência estratégica ao DMI, que era “uma agência totalmente investida no paradigma da *Total Strategy* e na postura da África do Sul como um estado de segurança – ao invés do novo NIS, especialmente devido à sua função analítica – poderá ter sido o maior fator que contribuiu, em última análise, para as condições que levaram ao colapso do *apartheid* e o acordo negociado” (O'Brien, 2011, p. 68). Ademais, seria o DMI a estabelecer “uma *Weltanschauung* (visão do mundo) que viu tudo através da lente da guerra contrarrevolucionária” (O'Brien, 2011, p. 68). Esta lente, ao longo da década de 1980, criaria “a noção de que a África do Sul enfrentava uma *Revolutionary Onslaught*, com o sucesso do inimigo ANC/SACP em construir as estruturas e capacidades de uma revolta em massa na África do Sul” (O'Brien, 2011, p. 68), enquanto que o levantamento de Soweto, em 1976, “criou a agitação interna e dissidência violenta dentro África do Sul de uma forma que não se via desde 1964, na realidade” (O'Brien, 2011, p. 68). Neste sentido, o DMI “foi culpado na recolha de informações por haver estado lá, e não porque havia um consumidor que assim o desejasse – que contribuísse com inteligência para uma visão que dirigiu a política, ao invés de uma política que ditou os requisitos de inteligência” (O'Brien, 2011, p. 68).

Como resultado, as estratégias, políticas e ações/operações estratégicas de segurança resultaram “em anos tortuosos de conflito interno e externo que viram muitas tensões, choques de visões e paradoxos sociopolíticos, se não mesmo absolutamente contraditórios (...) num conflito no norte da Namíbia e [sul de] Angola” (O'Brien, 2011, p. 68). Tudo isto pelo desejo de “manter um governo doméstico não democrático” (O'Brien, 2011, p. 68), os políticos sul-africanos “criaram um conflito em que não conseguiriam manter a vantagem estratégica, simplesmente por que Pretória mantinha uma perspetiva que não interpretava a realidade das lutas nacionalistas e movimentos de libertação e a opinião internacional, porque estavam cegos por uma ideologia em que, por si mesma, minava a eficácia em outros níveis no longo prazo” (O'Brien, 2011, p. 68). Esta realidade refletiu-se em numerosas operações realizadas por componentes da inteligência do estado, que resultaram “em insucessos de um elevado nível de informações úteis para o governo, e em ações secretas destrutivas e desestabilizadoras que fizeram mais para prejudicar a estratégia do estado do que melhorá-lo” (O'Brien, 2011, p. 68). Com efeito, a crença do DMI neste paradigma de *Total Onslaught* levado a que, primeiro, “o desenvolvimento de uma estratégia contrarrevolucionária que colocava a frente e no centro uma política nacional extremamente opressiva, que praticamente não deixou espaço para negociar

com os estados inimigos” (O'Brien, 2011, p. 68); e, segundo, “a criação de uma capacidade de guerra secreta contrarrevolucionária dentro das suas estruturas, bem como aqueles do *Security Branch*, que veriam os processos de inteligência da África do Sul barbarizados ao ponto da efetivação de crimes das forças especiais contra a humanidade e violações dos direitos humanos” (O'Brien, 2011, pp. 68-69). Portanto, ao invés de procurar uma saída para uma solução negociada numa fase anterior, “a visão estratégica do DMI (...) foi diretamente responsável pela formação da extremamente pesada abordagem de Botha para lidar com a oposição contra o estado na década de 1980” (O'Brien, 2011, p. 69). De facto, pode-se dizer que o governo do *apartheid* “reagiu às falhas dos serviços secretos, que forneciam inteligência adequada para os decisores, reagindo com ainda mais drásticas medidas destinadas a combater a ameaça” (O'Brien, 2011, p. 69). Esta conclusão pode ser aplicada “para a reação do governo ao retomar a violência nas *townships* durante os a década de 1980, aos Estados de emergência draconianos que foram declaradas, e ao uso de ação encoberta contra adversários do Estado” (O'Brien, 2011, p. 69), em vez de tentar lidar com o problema mais diretamente “através de um programa completo e deliberadamente destinado a estabilizar a situação através de atividades socialmente solidárias e mais democraticamente equitativas” (O'Brien, 2011, p. 69), que teria avançado a subsistência das pessoas da África do Sul e dado ao governo uma solução política eficaz para oferecer aos adversários – o que deveria ter sido o motor de qualquer programa de COIN. No entanto, o prisma da «ameaça comunista» contra a África do Sul e a percepção de “um futuro apocalíptico para os sul-africanos brancos no caso do triunfo dos movimentos de libertação na sua luta, não permitiram que essa possibilidade fosse considerada” (O'Brien, 2011, p. 69). O DMI, que dominava tudo em relação a Estratégia de Segurança Nacional da África do Sul, “assessorou o Primeiro-Ministro [mais tarde Presidente] em todos os aspetos da política nacional e estratégia, dirigia a *Total National Strategy* e o NSMS, e supervisionou as operações de inteligência executadas fora da África do Sul (incluindo na Namíbia)”. Em parte, como resultado disso, a posição do Chefe do Gabinete de Inteligência – que era uma tarefa coletiva básica antes da ascensão de Botha do DMI – “tornou-se altamente politizada e muito poderosa desde que se divorciou da função habitual e dedicou a sua atenção na execução de operações secretas ao invés de simplesmente recolher ou coordenar a crescente inteligência (...) [os seus membros] tinham proteção política ao mais alto nível da cadeia de comando que contornava a linha convencional de gestão” (O'Brien, 2011, p. 69). No final, as estratégias e políticas de segurança acabaram por se tornar contraproducentes e catalisadores do aumento de capacidade dos grupos antigovernamentais armados que pretendia eliminar.

SOBRE A EFICÁCIA DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS DE SEGURANÇA

O'Brien (2011) declara que a conduta das operações das forças de segurança, e a própria *Total National Strategy* – que seria até conhecida como «Reformar o *Apartheid*» – e, subsequentemente, a *Total Counter-Revolutionary Strategy*, “apesar de apontarem para responder a todos os problemas percebidos por Botha e pelos *securocrats* dentro da África do Sul, dois muitos sérios problemas iriam limitar o impacto nos 15 anos seguintes” (p. 50).

O primeiro era que a Estratégia “nunca iria dar resposta eficaz (...) à «Questão da Política Nacional» da exclusão dos africanos do poder político” (pp. 50-51), refletindo a absoluta necessidade de encontrar uma solução política alternativa aos que eram apresentados pelos movimento de libertação, que iriam capturar o apoio da população. O'Brien (2011) conclui que “se o *apartheid* continuasse a existir sobre qualquer forma, a maioria negra do país iria opor-se ao governo (...) ainda mais exacerbado pelo o aumento da militância da classe laboral negra¹⁴” (p. 51).

O segundo problema era que apesar do reconhecimento que uma contrainsurgência seja 80 por cento político e 20 por cento militar, os elementos de segurança dentro e fora da SADF e SAP “não conseguiam confrontar a oposição do Estado sem ser de outra forma exceto pela utilização de uma abordagem de mão pesada militar/repressão securitária” (p. 51). Portanto, mesmo naqueles instantes onde as reformas sociopolíticas apontadas pelo Estado que eram aceites pelas populações, as abordagens da SADF e SAP minavam – de facto, desfaziam – todos os potenciais sucessos” (p. 51).

As ações estratégicas de segurança não foram eficazes em eliminar as ameaças que os políticos do PN identificaram, mesmo com os esforços efetuados na tentativa de melhorar as condições de vida das populações negras e pelas reformas sociais. Isto provocou “uma erosão do apoio entre as elites africanos e do PN pela insistência publica do Presidente de Estado [Botha] para que Mandela e o ANC renunciassem a violência enquanto pré-requisito para a sua participação nas negociações” (Alden, 1996, p. 268). Ocorreram viagens “para visitar o ANC entre grupos de organizações estudantis e empreendedores africanos (...) no reconhecimento da necessidade de infundir o paralisado processo de reforma política com uma nova vida, e para responder às pressões constituintes das divergências entre a comunidade de negócios africanos e a Igreja Holandesa reformada” (Alden, 1996, p. 268), provocou a pressão necessária para

¹⁴ O autor explica que, desde o início da década de 1970, “os trabalhadores negros (o coração da economia industrial sul-africana) começaram a organizar-se, resultando em desastrosas series de greves entre 1972 a 1975, centrado em exigências para representatividade política e melhores condições. As ideias destes trabalhadores militantes iriam, em muitos respeitos, alimentar o grande levantamento de Soweto em 1976” (p. 51).

Botha iniciar as negociações entre 1987-1988. A solução, como já foi referido, passaria sempre pela negociação com os movimentos de libertação. Para o efeito, seria necessário romper o impasse político entre o governo e o ANC. Portanto, devido ao “crescente da confiança de que a viabilidade de uma futura dispensação estava dependente do asseguramento direto da participação direta do ANC no processo de reforma, o NIS e o Departamento de Assuntos Externos procuraram ativamente a criação de um clima que conduzisse a negociações frente-a-frente com o ANC” (Alden, 1996, p. 268). Foi estabelecido um Grupo de Contato que fora mandatado em assegurar se Mandela “estaria verdadeiramente interessado numa solução pacífica para o problema político; para estabelecer se Mandela era comunista ou não; e estabelecer se este iria apoiar na proteção dos direitos das minorias na futura dispensação política” (Alden, 1996, pp. 268-269).

Entretanto, em 1988, o ANC iniciou uma mudança da sua estratégia, em resposta aos eventos no ambiente intrassocial e extrassocial da África do Sul. No ambiente intrassocial, “enfraquecido pelas as medidas de segurança e (...) o seu maior apoio internacional diminuiria pelos efeitos da *perestroika* (...) o movimento de libertação começou a observar uma opção política ao invés de meios militares para obter o poder” (Alden, 1996, p. 268). Ademais, “a assinatura dos Acordos de Nova Iorque [em 22 de dezembro de 1988] tornou-se na ocasião que assinalou a quebra definitiva da política externa agressiva da África do Sul para com a região (...) que as políticas de desestabilização da África do Sul do passado haviam terminado; uma nova abordagem para com a região (...) iria governar as relações regionais” (Alden, 1996, p. 268). Portanto, o balanço das ações estratégicas de segurança dos sistemas de forças “conseguiu alcançar o seu principal objetivo de eliminar muitas fontes de apoio externo do ANC, processo que foi vinculado em Nova Iorque em dezembro de 1988, e resultou no fim da opção militar do ANC” (Alden, 1996, p. 273).

Todavia, os *securocrats* reconheciam que “as ações das forças de segurança limitavam a viabilidade das opções estratégicas disponíveis ao ANC e aliados, que pavimentou o caminho para a iniciação das negociações um acordo político com o Estado” (Alden, 1996, p. 273). Essa negociação seria efetuada após a saída de Botha, por motivos de saúde, do poder, que resultaria na subida de de Klerk no poder, que iria ordenar a libertação de Nelson Mandela, em 1990, e o início do processo de negociação que garantiria. Nesse processo, a *Afrikanerdom* poderia negociar de uma posição muito mais favorável, visto que a opção militar do ANC estava esgotada ou, simplesmente, limitada, e a situação internacional resolvida. E um líder do ANC disposto a trabalhar para a paz social do país.

CONCLUSÃO

A investigação permitiu cumprir os objetivos geral e específicos da dissertação, desde a identificação, descrição, explicação e esquematização dos atributos das estratégias da *Total National Strategy* (1977) e da *Total Counter-revolutionary Strategy* (1985); das doutrinas de guerra contrarrevolucionária e guerra de manobra; das culturas estratégicas de guerra composta e guerra móvel; a descrição dos sistemas de forças da África do Sul; e das ações estratégicas de segurança realizadas; tendo terminado com uma discussão sobre a eficácia e resultados das estratégias e políticas de segurança, e sobre as próprias ações estratégicas de segurança.

Como resposta à pergunta de partida - Que ações estratégicas de segurança foram executadas pelos sistemas de forças da África do Sul para concretizar os objetivos de segurança definidos nas respetivas políticas e estratégias entre 1978 e 1989? – os resultados da pesquisa permitem concluir que as ações estratégicas de segurança, materializadas por ações/operações/projetos convencionais, de desestabilização e de contra-mobilização, cumpriram parcialmente os objetivos e metas definidos pelas políticas e estratégias de segurança – os teatros de guerra oriental e central obtiveram resultados positivos, enquanto o ocidental e interno não conseguiram. Para todos os efeitos, estas ações mantiveram a situação interna e externa relativamente latente, devido às contantes campanhas orientadas para a incapacitação das opções militares dos grupos antigovernamentais armados sul-africanos e aliados, e pela erosão da estabilidade dos países vizinhos que foram, por isso, coagidos à chegar a acordos de não-agressão e a cessar o apoio aos grupos armados sul-africanos. Este resultado, aliado ao facto da URSS ter iniciado uma redução definitiva do seu apoio às forças antigovernamentais da África do Sul, permitiu que o sistema político sul-africano pudesse efetuar ações político-diplomáticas – o acordo de Nova Iorque – que resolvessem a pressão externa, e permitiria dar início a uma negociação pacífica que conduziria ao fim do *apartheid* e o estabelecimento de uma democracia plural e universal no país. Este resultado entrava em conformidade com os objetivos teleológicos da comunidade africâner, e outras comunidades euro-descendentes, que pretendiam assegurar os seus interesses, valores, cultura, ativos e investimentos na África do Sul. Portanto as ações estratégicas de segurança dos sistemas de forças da África do Sul acabariam por contribuir para a sobrevivência do nacionalismo africâner – *Afrikanerdom*.

REFERÊNCIAS

Referências marcadas com um asterisco (*) indicam estudos incluídos na meta-análise

- Alden, C. (1996). *Apartheid Last Stand: The Rise and Fall of the South African Security State*. Wiltshire: Anthony Rowe Ltd.
- Almeida, P. F. (1994). *Ensaio sobre Geopolítica*. Lisboa: ISCSP.
- Barber, J., & Barratt, J. (1990). *South Africa's Foreign Policy: The Search for status and security 1945-1988*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Barlow, E. (2016). *Composite Warfare: The Conduct of Successful Ground Force Operations in Africa*. (M. Robson, Ed.) Pinetown, África do Sul: 30° South.
- Borst, W. (1997). *Construction of Engineering Ontologies*. Enschede: Institute for Telematica and Information Technology.
- * Guarino, N., Oberle, D., & Staab, S. (2009). What Is an Ontology? Em S. Staab, & R. Studer (Eds.), *Handbook on Ontologies* (pp. 1-17). Heidelberg: Springer-Verlag Berlin Heidelberg.
- Burgess, S. F., & Purkitt, H. E. (2001). *The Rollback of South Africa's Chemical and Biological Warfare Program*. Alabama: USAF Counterproliferation Center - Air War College. Obtido em 20 de Fevereiro de 2018, de <http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/awc-cps.htm>
- Caetano, M. (2012). *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional* (6ª ed.). Lisboa: Almedina.
- Campos, A. d. (1996). *África do Sul: Potência Regional*. Lisboa: ISCSP.
- Cohen, S. (2003). *Geopolitics of the World System*. Lanham: Rowman & Littlefield.
- Collins, J. M. (1973). *Grand Strategy: Principles and Practices*. Annapolis: Naval Institute Press.
- Coutau-Bégarie, H. (2015). *Traité de Stratégie* (7ª ed.). Paris: Economica.
- Department van Verdediging. (29 de Março de 1977). Witskrif oor Verdediging 1977. 39.
- Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa. (s.d.). *Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa*. Obtido em 15 de Janeiro de 2018, de Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico: www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/sorites
- Dutton, J. (1978). The Military Aspects of National Security. Em M. H. Louw (Ed.), *National Security: A Modern Approach* (pp. 100-121). Pretória: Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade de Pretória.

- Easton, D. (1965). *A Systems Analysis of Political Life* (Vol. I). Chicago: The University of Chicago Press.
- Filatova, I., & Davidson, A. (2013). *The Hidden Thread: Russia and South Africa in Soviet Era*. Roggebaai: Jonathan Ball.
- Giliomee, H. (2011). *The Afrikaners: Biography of a people*. Londres: C. Hurst & Co.
- * Brookes, E., & Hofmeyr, J. H. (1930). *Coming of Age Studies in South African Citizenship & Politics*. Cidade do Cabo: Maskew Miller.
- Gruber, T. R. (1993). Towards principles for the design of ontologies used for knowledge sharing. Em N. Guarino, & R. Poli (Edits.), *Formal Ontology in Conceptual Analysis and Knowledge Representation*. Deventer: Kluwer Academic Publishers.
- Guedes, A. M. (1978). *Teoria Geral do Estado*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.
- Hart, B. H. (1974). *Strategy* (2ª ed.). Nova Iorque: New American Library.
- Headquarters Department of the Army. (2005). *FM 5-0 Army Planning and Orders Production*. Washington D.C., E.U.A.: Department of the Army. Obtido em 19 de Abril de 2017, de https://www1.udel.edu/armyrotc/current_cadets/cadet_resources/manuals_regulations_files/FM%205-0%20-%20Army%20Planning%20&%20Orders%20Production.pdf
- Heitman, H.-R. (1988). *South African Arms & Armour*. Cidade do Cabo: Struik Publishers.
- Jaster, R. S. (1980). *South Africa's Narrowing Security Options*. Internacional Institute for Strategic Studies. Londres: Internacional Institute for Strategic Studies.
- Lara, A. d. (2015). *Ciência Política: Estudo da Ordem e da Subversão* (8ª ed.). Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Liebenberg, I. (2015). The Militarization of South African Society 1972-1988. Em I. Liebenberg, J. Risquet, & V. Shubin (Edits.), *A Far-Away War: Angola, 1975-1989* (pp. 41-56). Cidade do Cabo, Cabo Ocidental, África do Sul: SUN MeDIA.
- Louw, M. H. (1978). Introduction to the National Security Concept. Em M. H. Louw (Ed.), *National Security: A Modern Approach* (pp. 1-16). Pretória: Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade de Pretória.
- Mackinder, H. J. (25 de Janeiro de 1904). The Geographical Pivot of History. *The Geographical Journal*, 421-444.
- Ministry of Defence. (1986). White Paper on Defence 1986. 40.
- Moodie, T. D. (1975). *The Rise of Afrikanerdom: Power, Apartheid, and the Afrikaner Civil Religion*. California: University of California Press.

- Moore, J. (1987). *South Africa and Nuclear Proliferation: South Africa's Nuclear Capabilities and Intentions in the Context of International Non-Proliferation Policies*. St. Martins's Press: Nova Iorque.
- Moreira, A. (2014). *Ciência Política* (6ª ed.). Coimbra: Almedina.
- O'Brien, K. A. (2011). *The South African Intelligence Services: From Apartheid to Democracy, 1948-2005*. Nova Iorque: Routledge: Studies in Intelligence Series.
- * Cawthra, G. (1986). *Brutal Force: The Apartheid War Machine*. Londres: International Defence and Aid Fund.
- * Seegers, A. (1996). *The Military in the Making of Modern South Africa*. Londres: Tauris Academic Books.
- Orbann, C. T. (1984). *South African Defence Policy*. NPS. California: NPS.
- Parson, T. (1968). *The Structure of Social Action: A study in social theory with special reference to a group of recent European writers* (Vol. I). Free Press.
- Parsons, T. (1991). I - The Action Frame of Reference and The General Theory of Action Systems: Culture, Personality and the Place of Social Systems. Em T. Parsons, *Social System*. Londres: Routledge - Taylor & Francis Group.
- Ribeiro, A. S. (2010). *O Essencial ao Processo Estratégico: Teoria Geral da Estratégia*. Coimbra: Almedina.
- Russel, S. (1988). Analogy by Similarity. Em D. H. Helman, *Analogical Reasoning: Perspectives of Artificial Intelligence, Cognitive Science, and Philosophy* (pp. 251-269). Synthese Library. Obtido em 10 de Maio de 2017, de <https://people.eecs.berkeley.edu/~russell/papers/helman88-similarity.pdf>
- Scholtz, L. (2015). *The SADF in the Border War 1966-1989*. Solihull: Helion & Company.
- Steenkamp, W. (1989). *South Africa's Border War: 1966-1989*. West Midlands: Heion & Company.
- van der Waag, I. (2015). *A Military History of Modern South Africa*. Jepperstown: Jonathan Ball.
- Veríssimo, G. (2013). *Elementos de Geopolítica e Geoestratégia*. (P. A. Sousa, Ed.) Lisboa, Portugal: Ideesign.
- Vries, R. d., Burger, C., & Steenkamp, W. (2017). *Mobile Warfare for Africa: The Successful Conduct of Wars in Africa and Beyond - Lessons learned from the South African Border War* (Vol. I). West Midland: Helion & Co.

Vries, R. d., Burger, C., & Steenkamp, W. (2017). *Mobile Warfare for Africa: The Successful Conduct of Wars in Africa and Beyond - Lessons learned form the South African Border War - Atlas*. West Midland: Helion & Co.

ANEXOS

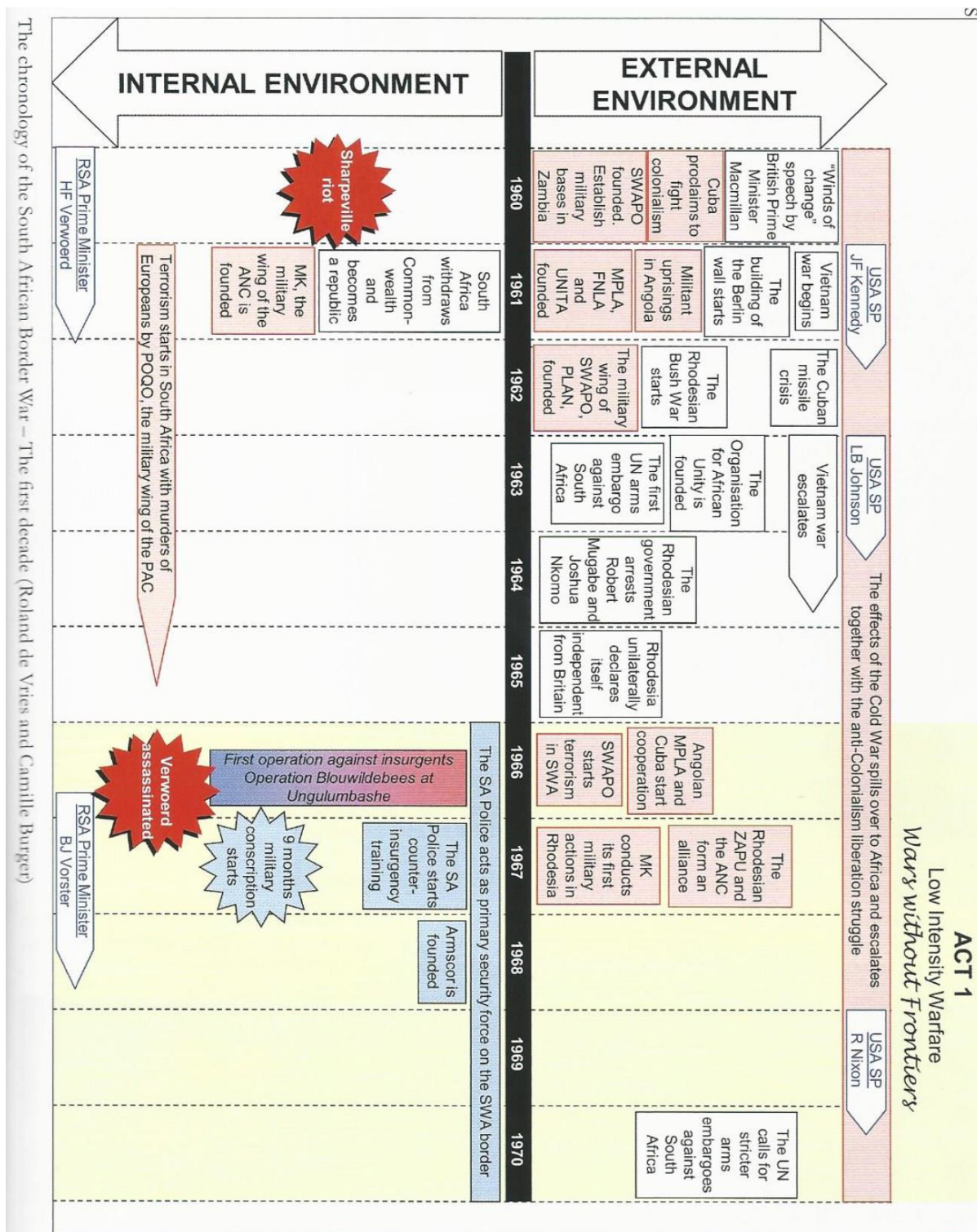
ANEXO 1 –DESPESA GOVERNAMENTAL/ORÇAMENTAL E DESPESA DA DEFESA (1962–1990)

Ano	Despesa Governamental em Rands (milhares)	Alteração % na despesa governamental	Despesa em Defesa em Rands (milhares)	Alteração % da Despesa em Defesa	Despesa da Defesa em % da Despesa Governamental	Despesa Governamental em % do PIB
1962	647434	N/A	71865		11,1	16,6
1963	698419	10,7	124697	73,5	17,9	17,2
1964	782104	12,1	115304	-7,5	14,7	17,2
1965	1007866	22,4	189243	64,1	18,8	19,2
1966	1097566	8,9	179004	-5,4	16,3	19,3
1967	1657325	15,1	212437	18,7	12,8	20,2
1968	1889350	11,4	242192	14	12,8	20,2
1969	2078285	1,1	236987	-2,2	11,4	18,9
1970	2464846	18,6	258372	9	10,5	19,8
1971	2711330	11	251632	-2,6	9,3	20,1
1972	3524729	30,2	315253	25,3	8,9	23,5
1973	3810232	8,1	327285	38,2	8,6	22,3
1974	4549417	19,4	425317	30	9,4	21,2
1975	5659474	24,4	696914	63,9	12,3	21,9
1976	7040387	24,5	1087213	56	15,5	24,4
1977	8547029	21,4	1384427	27,3	15	26,3
1978	9401732	10	1605700	16	17,1	26
1979	10595752	12,7	1669495	4	15,8	24,9
1980	12110944	14,3	2133903	27,8	17,6	23,3
1981	14351470	18,5	2514084	17,8	17,5	21,4
1982	17193060	19,8	2871464	14,2	16,7	22,4
1983	20580094	19,7	3194861	11,3	15,5	23,4
1984	23934649	16,3	3385523	6	14,1	23,7
1985	29248141	22,2	3997821	18,1	13,7	24,8
1986	35273259	20,6	4475035	11,9	12,7	26,1
1987	43068649	22,1	5814407	29,9	13,5	26,9
1988	50907143	18,2	7064025	21,5	13,9	27,2
1989	61037664	19,9	8542159	20,9	14	27
1990	70986803	16,3	10258858	20,1	14,5	26,5

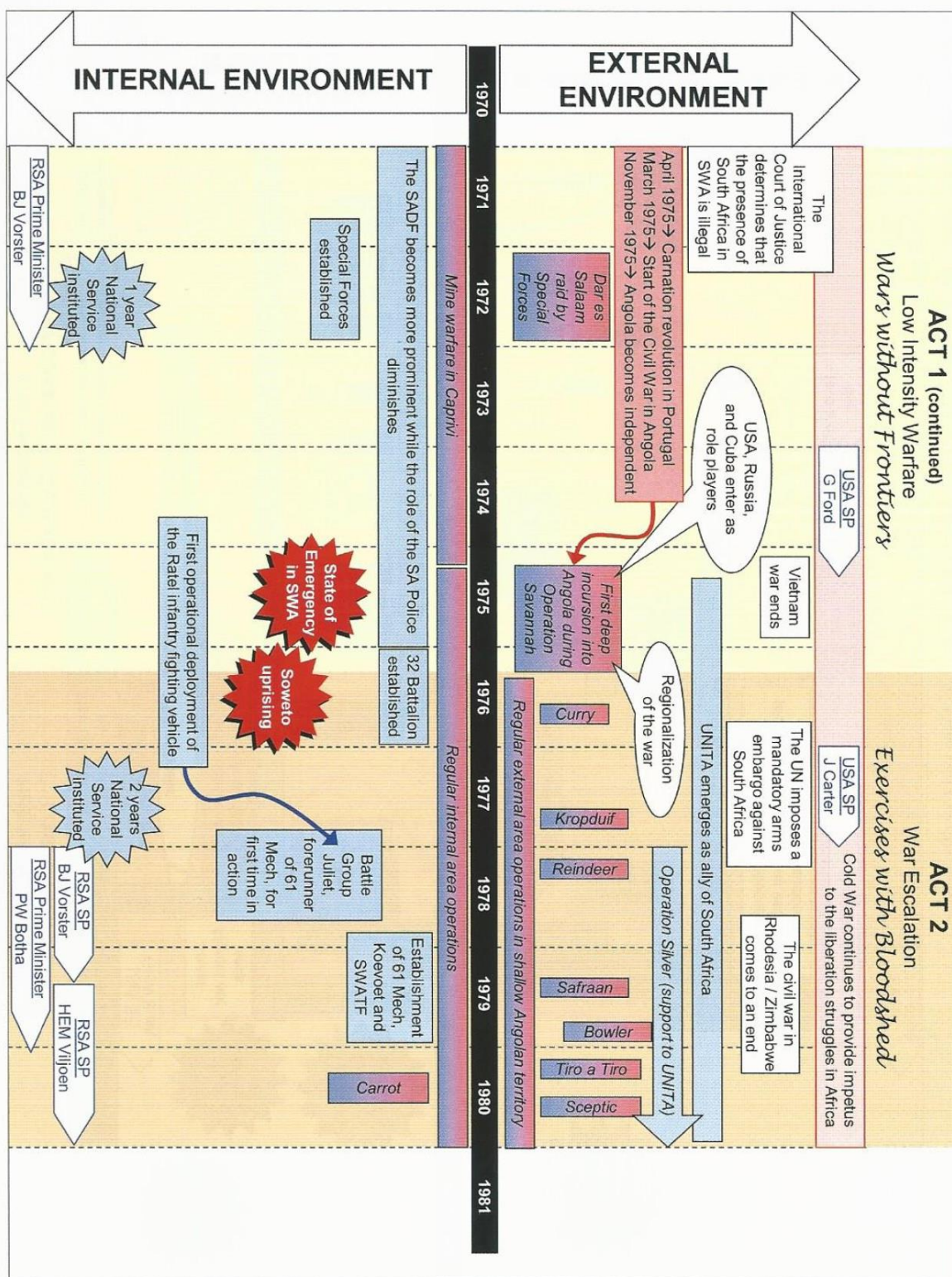
NOTA: “O orçamento da defesa, à época, excluía o orçamento da SAP. Também não inclui, necessariamente, os fundos secretos para as várias atividades internas e externas. Fundos secretos originavam de várias fontes, dependendo da perceção das necessidades” (Liebenberg, 2015, p. 46).

Fonte: Adaptado de Liebenberg, 2015, p. 46

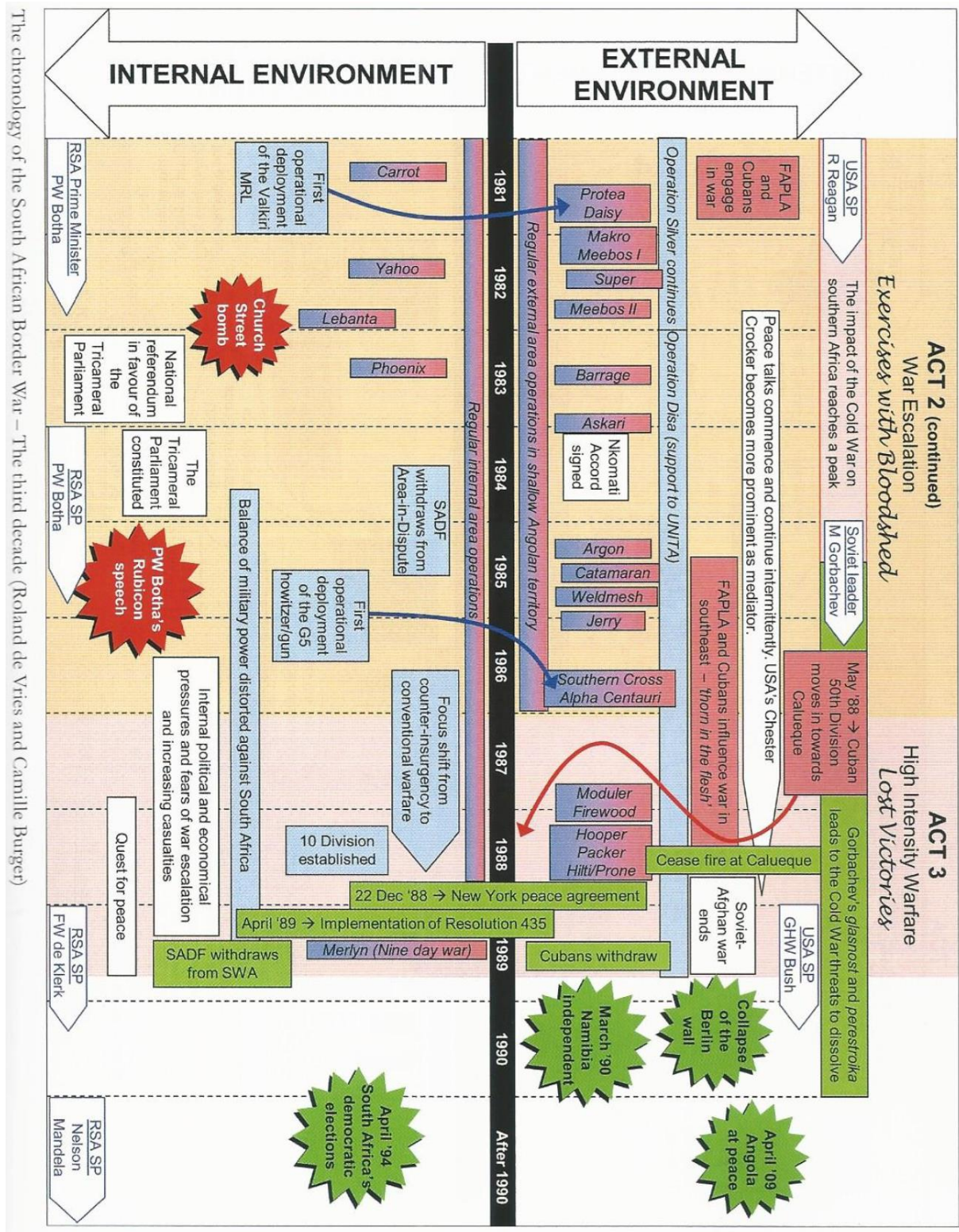
ANEXO 2 – CRONOLOGIA DA GUERRA DA FRONTEIRA SUL-AFRICANA (SOUTH AFRICA BORDER WAR)



Notas: 1) principais eventos do ambiente total (interno e externo) da primeira década (1960 – 1970); 2) «Ato I» (Act I) – Guerra de Baixa Intensidade sem fronteiras (Wars without Frontiers) entre 1966 – 1975; 3) Início da Luta armada da MK; Guerras de Independência em Angola, Moçambique, Namíbia e Rodésia, com a independência unilateral de facto do último; Embargos de armas contra a África do Sul;



Notas: 1) principais eventos do ambiente total (interno e externo) da segunda década (1970 – 1980); 2) Independência de Angola e Moçambique – fim da presença militar portuguesa – provoca uma série de ações militares na região – Operação 'Carlotta' pelos Cubanos e Operação Savannah pelos Sul-africanos, com a finalidade de apoiar os aliados do MPLA e FNLA, respetivamente; 3) Restante década - «Ato 2» (Act 2) – marcado pela Escalada da Guerra na forma de «Exercícios Sangrentos» (Exercises with bloodshed)



Fonte: (Vries, Burger, & Steenkamp, 2017, pp. 94-96)

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – REVISÃO DE LITERATURA

Ficha Ideográfica I

Autor(es)	Título	Editora/Instituição	Ano
Kevin A. O'Brien	<i>The South African Intelligence Services: From Apartheid to Democracy 1948–2005</i>	Routledge	2011
Ideias–Conteúdo			
<p>O livro compila os trabalhos e tese de doutoramento do autor que se debruça no estudo das estratégias, políticas, estruturas e ações dos vários sistemas de forças da África do Sul, entre 1948 e 2005, com ênfase nas atividades que envolveram os serviços de inteligência, desde as atividades executadas no âmbito da Total National Strategy e, subsequentemente, da Total Counter-revolutionary Strategy. O livro apresenta a génese dos serviços de inteligência da África do Sul, desde o início do século XX dos serviços de inteligência militar da extinta Força da Defesa da União, da outrora União da África do Sul, até as reformas do pós-<i>apartheid</i>. O livro articula todas os sistemas de forças que a presente dissertação pretende examinar, dissecando e relacionando as estruturas orgânicas de cada sistema de forças, incluído os sistemas de decisão ao nível político, estratégico e tático, explicando e relacionando o procedimento de retroação de informação e inteligência entre essas estruturas, até ao comando superior responsável em elaborar as decisões ou regular as atividades. O livro descreve e interpreta todas as conceitualizações das estratégias e políticas de segurança da África do Sul, por via de fontes primárias como documentos governamentais (atos, leis, etc.), memórias (dos registos da <i>Truth and Reconciliation Commission</i>), entrevistas, jornais, discursos, declarações políticas, etc., e fontes secundárias como biografias e outras obras literárias (artigos de terceiros, teses, dissertações e obras de valor científico), tornando o livro numa das mais importantes fontes desta dissertação. O livro apresenta informação relacionada com as definições das ameaças contra a África do Sul – <i>Total Onslaught</i> e <i>Revolutionary Onslaught</i> –, com o desenvolvimento das estratégias e políticas para fazer frente a essas ameaças – <i>Total National Strategy</i> e <i>Total Counter-revolutionary Strategy</i> – as estruturas e ações realizadas pelos os pilares/sistemas de força da inteligência, forças armadas e forças de aplicação da lei, e a forma como se encadearam e operarão de forma conjunta, combinada e híbrida.</p>			

Ficha Ideográfica II

Autor(es)	Título	Editora/Instituição	Ano
Alden, C.	<i>Apartheid Last Stand: The Rise and Fall of the South African Security State</i>	Anthony Rowe Ltd	1996
Ideias–Conteúdo			
<p>O estudo aborda todas as medidas empenhadas pela África do Sul, na dimensão da segurança nacional para defender e garantir a sobrevivência do povo africâner face às ameaças do ambiente, desde a década de 1960, ao domínio político e ao quadro legal do «desenvolvimento separado» – <i>apartheid</i> – que era visto pelo poder político como o único modelo social que garantiria a preservação do povo africâner – grupo étnico minoritário da África do Sul – fundamentando, objetivamente, quais as razões que levaram ao empenhamento de tais medidas, desconstruindo as propriedades dessas mesmas medidas – com maior ênfase na dimensão de segurança nacional –, nomeadamente nas áreas dos órgãos de administração do Estado competentes em gerir todas as atividades relacionadas com a segurança nacional, desde a formulação da estratégia e políticas de segurança (apresentado o raciocínio que levou ao emprego dos meios a disposição) ao comando e controlo das ações realizadas pelos respetivos sistemas de forças (por via de centros conjuntos hierarquizados e especializados). O estudo é descritivo, explicativo e interpretativo, tornando-a numa das principais obras de referência desta dissertação.</p> <p>O estudo fornece à dissertação uma linha de raciocínio temporal dos eventos que permitiram a concretização de todos os objetivos definidos para defender o povo africâner, interpretando as causas e efeitos das ações realizadas para concretizar estes objetivos, tendo descrito, explicado e interpretado a génese, emprego e as consequências das estratégias da <i>Total National Strategy</i> e <i>Total Counter-Revolutionary Strategy</i>, e o emprego no terreno.</p>			

Ficha Ideográfica III

Autor(es)	Título	Editora/Instituição	Ano
Filatova, I., & Davidson, A.	<i>The Hidden Thread: Russia and South Africa in Soviet Era</i>	Jonathan Ball	2013
Ideias–Conteúdo			
<p>O livro apresenta uma descrição, explicação e interpretação dos eventos históricos que marcaram as relações externas entre a África do Sul e a Rússia (mais tarde União Soviética), desde a guerra anglo-bóer – no âmbito da qual os russos forneceram apoio geral aos bóeres contra os britânicos, devido às relações criadas pelos imigrantes, maioritariamente judeus – os <i>polgroms</i> –, da Rússia para as Repúblicas Bóeres –, as relações económicas, financeiras e tecnológicas relacionadas com a indústria mineira – em rápida ascensão em ambos os países (entre o final do século XIX e início do século XX), que se estenderia até o final da década de 1920, mesmo após a revolução bolchevique –, a deterioração das relações entre a África do Sul e a URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), especialmente após a segunda guerra mundial, afim de posicionar favoravelmente a União da África do Sul, e posteriormente a República da África, com o hemisfério ocidental pró-americano durante a guerra fria. Tendo, por isso, a URSS desenvolvido uma «Política contra o Colonialismo e o <i>Apartheid</i>» – cujo objetivo era negar os recursos da região à esfera de controlo ocidental – que incluía pressionar o regime sul-africano por via do um aumento de apoio clandestino e/ou encoberto à forças antigovernamentais e grupos de pressão, e, posteriormente, o apoio evidente em guerras regulares contra o regime de Pretória, e o patrocínio da URSS à organizações internacionais (Organizações das Nações Unidas e Organização da União Africana) que pressionavam o regime da África do Sul com mecanismos sancionatórios, que reduziam a sua capacidade de manobra de liberdade de ação. Este livro fornece, a dissertação, informação sobre as estratégias e políticas da URSS contra a África do Sul, que, por sua vez, influenciou a mesma a produzir estratégias e políticas (de segurança) para contrariar as da URSS.</p>			

Ficha Ideográfica IV

Autor(es)	Título	Editora/Instituição	Ano
Giliomee, H.	<i>The Afrikaners: Biography of a people</i>	C. Hurst & Co	2011
Ideias–Conteúdo			
<p>O livro apresenta o mais relevante estudo da história da etnogénese do povo africâner – uma biografia de um povo –, e do percurso na África do Sul, desde o estabelecimento da colónia do cabo pela Companhia Holandesa das Índias Orientais, percorrendo todos eventos que envolveram e marcaram o desenvolvimento deste grupo étnico e as relações sociais do mesmo com os nativos, os poderes vigentes e outras organizações (comerciais, corporativistas, etc.), até as migrações, por razões de opressão do poder vigente – britânico – a épica Grande Marcha – «Great Trek» –, para a realização do «Destino Especial da Afrikanerdom» – o nacionalismo africâner – de fundar as Repúblicas Bóeres onde este povo poderia prosperar em África – este nacionalismo teria uma profunda relação de apoio com a Igreja Holandesa Reformada –, seguida pela subjugação violenta e humilhante dos britânicos após a segunda guerra anglo-bóer, que reduziu o povo africâner à um estatuto social-económico precário, que ameaçou a destruição da cultura, valores, costumes e da identidade do povo africâner; a criação da União da África do Sul. A partir de grupos de interesses – como a Afrikaner Broederbond, a Organização do Movimento da Língua Africâner – o povo africâner iria se emancipar e vencer as eleições de 1948 – vitória do Partido Nacional –, iniciando uma reforma e aprofundamento de legislações que fomentassem o crescimento e empoderamento do povo africâner, segregando e separando os restantes grupos étnicos de forma a não se constituírem como um ameaça a minoria africâner. Este estudo apresenta a descrição, explicação e interpretação das motivações das lideranças políticas e grupos de interesse, que defendiam o povo africâner; que levaram a criação das políticas e estratégias para defender o regime imposto pelos africâneres desde 1948 - <i>apartheid</i>.</p>			

Ficha Ideográfica V

Autor(es)	Título	Editores/Instituição	Ano
Liebenberg, Ian	<i>The Militarization of South African Society 1972-1988</i>	SUN MeDIA	2015
Ideias–Conteúdo			
<p>O trabalho apresenta uma descrição extensiva, com conteúdos quantitativos e qualitativos, do processo de militarização da sociedade sul-africana orientada por um conjunto de ameaças afim de se atingir uma situação final desejada. O trabalho descreve e interpreta as alterações orçamentais na área da defesa, entre 1972-1988, identificando as principais contratações/aquisições militares – artigos bélicos – e o aumento dos operacionais militar e policial, incluindo as consequências das sanções e embargos de armamento sobre a indústria de armamento da África do Sul, e o programa de armas nucleares sul-africano.</p> <p>O trabalho fornece informação dos apoios (internos e externos) ao regime e autoridades militares e forças de segurança, as exigências – na forma de ameaças percebidas – que deveriam ser suprimidas por essas autoridades, as ações desenvolvidas por essas autoridades, e as respetivas consequências realizadas no âmbito da militarização da sociedade sul-africana.</p>			

Ficha Ideográfica VI

Autor(es)	Título	Editores/Instituição	Ano
Moodie, T. D.	<i>The Rise of Afrikanerdom: Power, Apartheid, and the Afrikaner Civil Religion</i>	University of California Press	1975
Ideias–Conteúdo			
<p>O livro estuda a ascensão do nacionalismo africâner, e a sua íntima relação com a Igreja Holandesa Reformada, desde o estabelecimento da colónia do Cabo, pelos holandeses, até o estabelecimento do <i>Apartheid</i>. O estudo aborda e interpreta vários eventos que consolidaram o nacionalismo africâner, justificando o crescente poder dos africâneres até a criação do <i>apartheid</i>; inclui importantes interpretações que relacionam a ascensão política do nacionalismo africâner com grupos de interesses desta comunidade étnica, em preservar a volk (povo), cultura, língua e religião africâner. O estudo fornece um maior detalhe de informação sobre os elementos identitários do povo africâner, nomeadamente, a língua e religião, fazendo uma explicação da importância de ambos elementos na ascensão desse povo ao poder político.</p>			

Ficha Ideográfica VII

Autor(es)	Título	Editora/Instituição	Ano
Moore, J.	<i>South Africa and Nuclear Proliferation: South Africa's Nuclear Capabilities and Intentions in the Context of International Non-Proliferation Policies</i>	St. Martins's Press	1987
Ideias–Conteúdo			
<p>O livro descreve e explica todos os eventos relacionados com o desenvolvimento das capacidades tecnológicas nucleares para fins energéticos e bélicos no âmbito das políticas de segurança (energética e nuclear militar) da África do Sul, e as implicações que envolveu dentro do contexto nacional e internacional. O livro apresenta com maior detalhe toda a informação relacionada com o programa nuclear da África do Sul, relacionando o mesmo com as estratégias e políticas de segurança do país, enquanto arma dissuasora contra os regimes vizinhos da África Austral.</p>			

Ficha Ideográfica VIII

Autor(es)	Título	Editora/Instituição	Ano
Orbann, C. T.	<i>South African Defence Policy</i>	Naval Postgraduate School	1984
Ideias–Conteúdo			
<p>O livro fornece uma interpretação crítica das políticas da Total National Strategy, elaborando uma análise de cada ponto/linha/guia/política do «Plano de 12 pontos» de forma articulada entre os restantes pontos e com o contexto interno e externo da África do Sul, identificando as potencialidades e vulnerabilidades sistémicas da África do Sul para a realização dos objetivos definidos por estas políticas. O livro oferece informação desmiuçada sobre as políticas de segurança definidas pela Total National Strategy, incluindo, uma interpretação subjetiva quanto ao desvio da perceção dos decisores sul-africanos sobre as ameaças para a África do Sul, ou seja, o autor efetua um julgamento quanto a qualidade do raciocínio/pensamento estratégico que permitiu a interpretação das ameaças e a definição das respetivas respostas a essas ameaças.</p>			

Ficha Ideográfica IX

Autor(es)	Título	Editora/Instituição	Ano
Scholtz, L.	<i>The SADF in the Border War 1966-1989</i>	Helion & Company	2015
Ideias–Conteúdo			
<p>O livro fornece uma interpretação crítica das políticas da Total National Strategy, elaborando uma análise de cada ponto/linha/guia/política do «Plano de 12 pontos» de forma articulada entre os restantes pontos e com o contexto interno e externo da África do Sul, identificando as potencialidades e vulnerabilidades sistémicas da África do Sul para a realização dos objetivos definidos por estas políticas. O livro oferece informação desmiuçada sobre as políticas de segurança definidas pela Total National Strategy, incluindo, uma interpretação subjetiva quanto ao desvio da perceção dos decisores sul-africanos sobre as ameaças para a África do Sul, ou seja, o autor efetua um julgamento quanto a qualidade do raciocínio/pensamento estratégico que permitiu a interpretação das ameaças e a definição das respetivas respostas a essas ameaças.</p>			

Ficha Ideográfica X

Autor(es)	Título	Editora/Instituição	Ano
Steenkamp, W.	<i>South Africa's Border War: 1966-1989</i>	Helion & Company	1989
Ideias–Conteúdo			
<p>O livro de apresenta uma extensa descrição e explicação cronológica das atividades executadas pela SADF durante a Guerra da Fronteira, nomeadamente em Angola e Namíbia, incluindo as causas que levaram ao emprego das forças militares nesta guerra. O estudo descreve as ações (estratégicas) realizadas pelas várias unidades empregues neste ambiente operacional de forma genérica – incluindo das forças policias empregues para missões de no âmbito de contrainsurgência e em apoio da SADF – e as operações convencionais realizadas, nomeadamente, em Angola, onde os objetivos eram limitados e cirúrgicos.</p>			

Ficha Ideográfica XI

Autor(es)	Título	Editora/Instituição	Ano
van der Waag, I.	<i>A Military History of Modern South Africa</i>	Jonathan Ball	2015
Ideias–Conteúdo			
<p>O livro apresenta uma linha de raciocínio da história militar moderna da África do Sul (entre o final do século XIX até ao presente) onde descreve as estratégias, doutrinas, cultura estratégica e objetivos dos vários conflitos e operações militares em que a África do Sul participou durante esse período.</p> <p>O livro efetua um resumo sucinto quanto as estratégias e políticas militares da África do Sul durante o período da Guerra da Fronteira, evidenciando a perceção das ameaças do governo sul-africano, os organismos criados para gerir a guerra interna e externa, e as consequências dessas estratégias para os Estados vizinhos e a sociedade sul –africana e namibiana e, mais importante, nas estruturas militares da Republica.</p>			

Ficha Ideográfica XII

Autor(es)	Título	Editora/Instituição	Ano
Barber & Barratt.	<i>South Africa's foreign policy: The search for status and security 1945-1988</i>	Cambridge Studies in International Relations	2015
Ideias–Conteúdo			
<p>O livro apresenta um estudo temático das políticas e relações internacionais da África do Sul desenvolvidas após a segunda guerra mundial, tendo por base as premissas e fundamentos do regime do <i>apartheid</i> e o objetivo de desenvolver um estatuto legítimo para o regime instaurado. O estudo percorre o período designado, com alguns antecedentes relevantes, abordando as perceções dos governos do Partido Nacional quanto ao ambiente interno, africano e internacional, e as respostas governamentais das ameaças percebidas contra o regime e objetivos teleológicos. O livro, naturalmente, enfatiza a relação das políticas de segurança e as políticas internacionais do país, enfatizando as ações e decisões do período dos mandatos de P.W. Botha enquanto Primeiro-Ministro (1978-1984) e Presidente de Estado (1984-1989), que coincide com o objeto de estudo desta dissertação.</p>			

APÊNDICE 2 – PERSPETIVAS TEÓRICAS

Perspetiva Sistémica da «Análise da Vida Política» de David Easton (1965)

No contexto da aplicação na Ciência Política, Moreira (2014) declara que esta perspetiva sistémica analisa o “conjunto de ações que procuram o ajuste constante entre as exigências do ambiente e a capacidade de resposta do sistema [político]”. Acrescenta ainda que esta perspetiva é a “mais coerente e influente da perspetiva sistémica no domínio da ciência política” salientando que a mesma “passou a figurar em todas as exposições didáticas e se transformou num guia frequente das investigações monográficas”. (p. 103). Esta perspetiva permite o uso, adaptado, dos conceitos nominais ou objetos/elementos conceituais, formando a base para a construção do modelo de análise da dissertação e dos conceitos operacionais.

Ambiente Total de um Sistema Político

Um sistema político “pode ser visto como um meio para resolver as diferenças, ou como um conjunto de interações através das quais as exigências são transformadas em *outputs*. De outra perspetiva, é um meio pelo qual os recursos e energias da sociedade são mobilizados e orientados para a consecução de objetivos. No último sentido, a descrição é particularmente útil para destacar a necessidade de organizar o apoio dos membros para que o sistema possa agir” (Easton, 1965, p. 153). Esse ambiente é dividido em *ambiente extrassocial* e *intrassocial*, em que o primeiro “abrange todos os sistemas exteriores à sociedade global em exame (...) o segundo compreende todos os sistemas internos que abarcam a mesma sociedade global (...)”. Daqui resulta a noção de *ambiente total*, na qual mergulha o sistema político, aberto e em constantes trocas com esse ambiente (*inputs–outputs*)” (Moreira, 2014, p. 102). Com este conceito poderemos identificar e descrever as origens das causas que levaram a produção das Políticas e/ou Estratégias de Segurança da África do Sul. No plano estratégico, iremos utilizar o conceito de ambiente operacional que será abordado posteriormente.

Inputs

Inputs são “as comunicações dos muitos eventos que ocorrem (...) [nos] ambientes [do] sistema político” servindo de “indicador do impacto que estes têm sobre o sistema, e a forma como estes moldam dois tipos especiais de *inputs* no Sistema, exigências e apoios” (Easton, 1965, p. 29).

Exigências

O conceito de exigências (*demands*) “resumem uma ampla gama de condições e eventos que são transmitidos ao sistema (...) na suposição explícita de que sob as circunstâncias apropriadas as exigências podem se tornar num potencial perigo para a persistência de qualquer

tipo de sistema [provocando *stress* ao sistema] (...) quando o *stress* se torna tão grande que nenhum sistema para atribuir valores autoritariamente pode suportar” (Easton, 1965, p. 37). Representa “uma variável sumária que nos permite juntar economicamente muitos dos acontecimentos no ambiente [total] de um sistema [político] aos processos dentro do próprio sistema [político]” (Easton, 1965, p. 48). As exigências podem atuar “como assediadores à um sistema (...) na medida em que as exigências permanecem insatisfeitas, estas podem levar ao declínio do apoio a um sistema em um ou outro de vários aspetos. A relação entre as exigências e os *outputs* podem estar desequilibrados que estimulam oposição ativa, não apenas para as autoridades existentes, mas também para o regime e comunidade política” (Easton, 1965, p. 57). Importa perceber os como as exigências são o resultado da conversão de desejos (expetativas, opinião pública, motivações, ideologia, interesses e preferências) dos elementos do ambiente total. Existem mecanismos estruturais e culturais da sociedade externa ao sistema político que regulam a entrada de desejos (*wants*) (na verdade uma grande variedade de desejos) que são suprimidas por estes reguladores, “apesar disto parecer enfaticamente óbvio, podemos facilmente perder a noção do facto que o *input* de exigências é o produto da identificação de um comportamento observável da parte de uma pessoa ou grupo (...) na maioria dos sistema políticos, que têm algum tipo de diferenciação estrutural (...) os reguladores são de dois tipos” (Easton, 1965, p. 57).

Apoios

Um apoio é uma variável sumária e explicativa que mensura a forma como os elementos, que constituem os subsistemas do ambiente total, e até dentro do próprio sistema político, reagem às transformações desse ambiente, e às ações realizadas do sistema político, provocando resultados (*outcomes*) que levam a fluxos de apoios para o sistema político. Os apoios são muito diversificados nas caraterísticas e manifestações, e podem variar de intensidade e direção como ilustra a figura 21, todavia, para o interesse desta dissertação, interessa, apenas, o apoio às autoridades, porque são as ações derivadas das decisões que irão influenciar os elementos que produzem esses. Os apoios são extremamente relevantes para um sistema político considerando que todas as ações realizadas pelo mesmo estão diretamente relacionadas com as “flutuações no apoio [que] podem influenciar um sistema em uma ou em todas as três maneiras diferentes.

Sobre o apoio importa investigar quem eram os membros ou grupos mais relevantes do “conjunto dos «aparelhos ideológicos do Estado» compostos pelas igrejas, as Escolas, a Família, o Direito, os partidos políticos, os sindicatos, os órgãos de informação, o setor cultural das Humanidades, Belas Artes, desportos, etc.”, visto que “a sua caraterística é funcionar (...)

no sentido (...) de inoculação ideológica” (Lara, 1987, p. 74). A Tabela 5, expõe de forma sistematizada e sumária os tipos de legitimidade que afetam os objetos políticos de Regime e as Autoridades, sobre o efeito de determinadas fontes de legitimidade.

Canais de Comunicação para fluxos de processamento de exigências para problemas

São canais que elaboram o procedimento de tratamento das exigências, noutras palavras, de modo a criar um procedimento, “com a intenção de evitar sobrecargas posteriormente, que serão levados às autoridades competentes de produzir as decisões e ações de atuar sobre estas, ou não sobre estas”. Estes canais desenvolvem fluxos de processamento de exigências que, para lidar com o volume de exigências que entram no sistema, deverão ser em número suficiente e devidamente especializados, isto porque “quase todo aumento na diferenciação política interna e na especialização, aumenta [proporcionalmente] a capacidade de um sistema para lidar com um maior volume de exigências”. Por um lado, ao racionalizar ou maximizar os desempenhos das tarefas, a especialização “aumenta a habilidade dos membros [das autoridades], através dos quais as exigências devem passar, e, assim, aumenta a velocidade com que se pode esperar que [estes] processem tais exigências”. Por outro lado, a especialização também significa, normalmente, “a multiplicação do número de canais disponíveis para as exigências de processamento (...) poucos sistemas poderiam persistir se todas as exigências brutas, inicialmente colocadas num sistema, prosseguissem diretamente, sem modificações, para as autoridades ou os *outputs*.” (Easton, 1965, pp. 125-129). Para isso, o sistema elabora um processo de redução que tem pelo menos duas consequências. Uma delas é que permite que os membros do sistema “modifiquem, suficientemente, as exigências para que o apoio para estas possa ser mobilizado e maximizado, ou para que pelo menos alguma parte das exigências ganhe apoio suficiente para formar a base para uma decisão vinculativa”. (Easton, 1965, p. 128). Mas como uma segunda consequência, o volume de exigências pode ser substancialmente reduzido em algum ponto [do sistema] ao longo da rede e o conteúdo pode ser modificado.

Redução das Exigências

A redução reduz o número de exigências a que se deve prestar atenção, estabelece algumas prioridades entre toda a gama de exigências à espera de ser posta em prática e, assim “ajudam a deslocar e, finalmente, reduzir o número de outras exigências enfrentadas pelos membros de um sistema (...) mas, as reduções podem abranger uma série de exigências” (Easton, 1965, p. 140). O processo através do qual as exigências se convertem em problema servirá, portanto, como um meio para aliviar uma possível sobrecarga no sistema. Pode-se fazer isso em uma de duas maneiras diferentes, qualquer redução anterior pode ser convertida

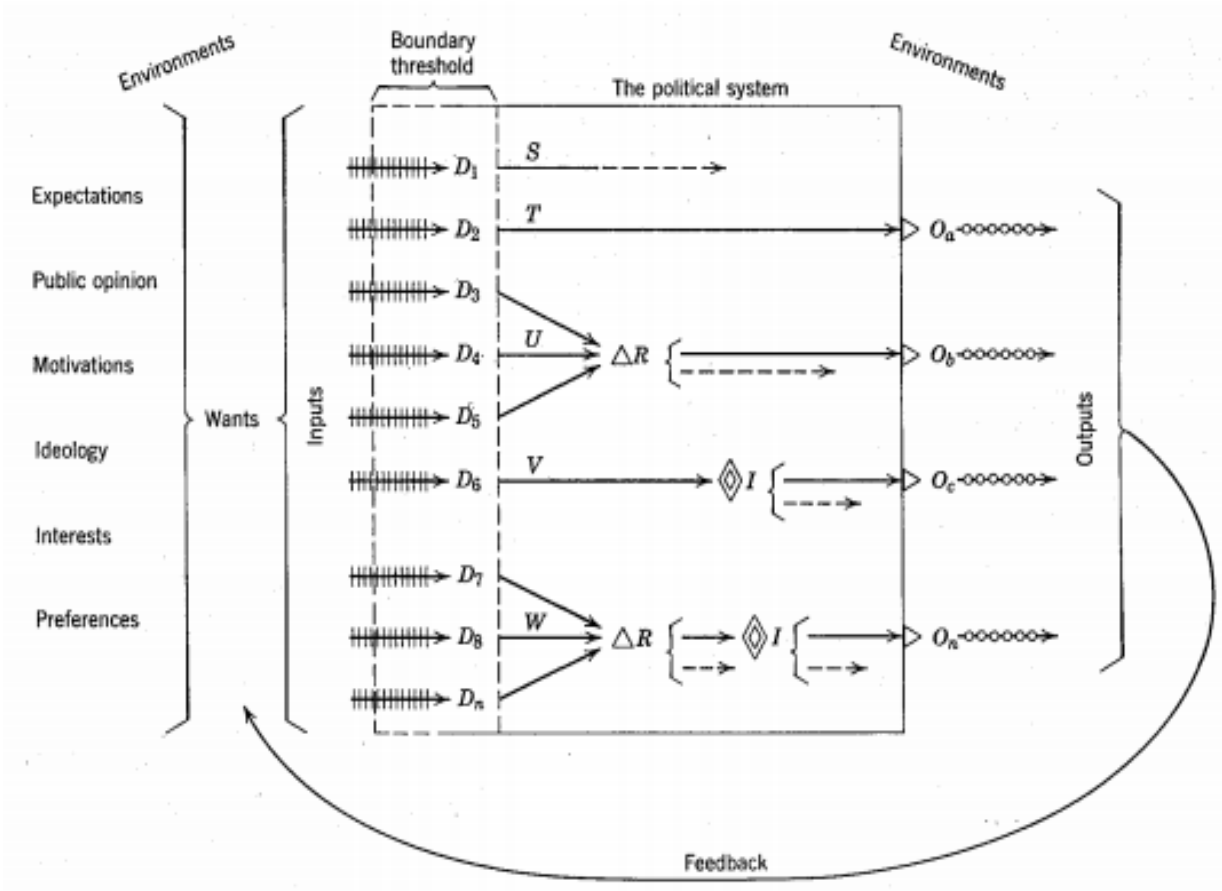
diretamente em problema (...) [por isso] pode (...) continuar a ser um problema, sem resolução, por um tempo considerável e, em última análise, murchar” (Easton, 1965, pp. 140-141).

Canais de fluxos de processamento de exigências

Para o interesse desta dissertação, interessam os canais de fluxo W e V. O Canal W “demonstra que é possível, para um número de exigências, a experiência de regulação ao serem combinadas ou modificadas em conjunto”. Estas podem “não passar para a fase de processamento seguinte e, nesse caso, como mostrado pela linha quebrada, estas desaparecem (...) se continuarem, estas podem ser convertidas em um problema ou conjunto de problemas no sistema”. Aqui, também, as probabilidades são que “na seleção de um conjunto de exigências (...) para formar «problemas políticos», a gama de exigências que entram será drasticamente reduzida”. Mais uma vez, depois de terem sido combinadas num problema no sistema, a(s) exigência(s) pode(m) morrer ou pode(m) finalmente chegar a fase de *output*.” (Easton, 1965, p. 79). O conceito deste canal permite compreender a formulação da «Total National Strategy. No Canal V “a exigência desvia a fase de redução e combinação (...) uma vez no sistema, esta é imediatamente transformada em uma conversão a problema. Este canal permite perceber a formulação da «Total Counter Revolutionary Strategy».

Com estes canais, poderemos organizar o procedimento das agências, departamentos ou outros órgãos que participaram na interpretação das exigências e que participaram na produção das Políticas e/ou Estratégias Nacionais da *Total National Strategy* e *Total Counter-Revolutionary Strategy*, e, subsequente, no tratamento da inteligência fornecida, posteriormente, pelos ciclos de retroação de informação. Na subseção onde se encontra explicado o «Sistema Estratégico», que prevê um «Sistema Estratégico e Técnico», será relacionado este processamento de fluxos de exigências», corresponde ao «Sistema de Decisão», que articula e utiliza o «Sistema de Informação e Comunicação», o «Sistema de Combate» e o «Sistema de Apoio». A interligação agregada unitária de todos estes sistemas corresponde ao «Sistemas de Forças».

Figura 11 – Tipos de Padrões de Fluxos de Exigências



Fonte: Easton, 1965, p. 74

Nota: Legenda na Tabela 3 (página seguinte)

Tabela 5 – Tipos Lógicos de Canais de Fluxos de exigências







	Tipo Lógico do Canal	Designação
D ₁	D desaparece antes de chegar a O	S
D ₂	D até O	T
D ₃	D até R até O	U
D ₄	D até R até desaparecer	U
D ₅	D até I \diamond até O	V
D ₆	D até I \diamond até desaparecer	V
D ₇	D até R até I \diamond até O	W
D ₈	D até R até I \diamond até desaparecer	W

D	<i>Demand</i> (Exigência)
O	<i>Output</i>
I	<i>Issue Conversion</i> (Conversão a problema)
R	<i>Reduction</i> (Redução)

Fonte: Adaptado de Easton (1965, p. 7

9	ΔR até O
10	ΔR até desaparecer
11	I \diamond até O
12	I \diamond até desaparecer
13	ΔR até I \diamond até O
14	ΔR até I \diamond até desaparecer

Tabela 6 – Legenda e Explicação dos Símbolos da Figura anterior

Ambientes (<i>Environment</i>): estes incluem os ambientes intra e extrassocial. Isto é mostrado como uma banda larga, indefinida quanto a limites, para indicar que pouco importa. Interpretamos a conversão de desejos como tendo lugar nos ambientes ou no sistema. Desejos: por definição este termo refere-se a expectativas, opiniões, motivações, ideologia, interesses e das quais as exigências ou pelos quais as exigências são moldadas.		
Pontos de conversão		Interpretação
Símbolo	Referência	
	D_{1-n}	Expressão das exigências: as setas sombreadas representam os <i>inputs</i> e entrada de exigências. Estas indicam os variados desejos que foram expressos como exigências. As letras <i>D</i> e seus índices identificam exigências diferentes.
	S to W	Canais de fluxo e padrões: as setas sólidas representam os canais ao longo dos fluxos de processamento de exigências; e as setas quebradas sugerem o desaparecimento das exigências. As letras identificam os cinco tipos básicos de padrões de fluxo que as exigências podem tomar.
	R	Pontos de redução e de combinação: uma vez que a exigência faz parte dos processos políticos, esta pode ser modificada ou combinada com outras, reduzindo assim o número total de exigências no sistema. Unidades de redução: estas não são mostradas, mas podem consistir em quaisquer indivíduos ou grupos no sistema. Tipicamente, nos sistemas modernos estes assumem a forma de partidos, líderes de opinião, elites, grupos de interesse, legisladores, administradores e outros.
	I	Conversão a problema: em algum momento as exigências são transformadas num «problema»; uma seleção é finalmente feita para conversão em <i>outputs</i> .
	O_{a-n}	Conversão em <i>outputs</i>: as solicitações no formato original ou processado são transformadas em decisões e ações associadas. Os índices identificam <i>outputs</i> diferentes. As setas circulares representam o fluxo dos <i>outputs</i> para os ambientes. <i>Outputs:</i> são implementados pelas autoridades/órgãos competentes.
		
Retroação: embora isso seja mostrado como uma única linha contínua, na verdade este representa canais de feedback extremamente numerosos. Estes representam os caminhos tomados através do ambiente por <i>outputs</i> como estes influenciam desejos e exigências anteriores.		

Fonte: Adaptado de Easton (1965, p. 75)

Formulação de um Problema

Antes que as exigências, que já tenham sido recolhidas e combinadas, possam ser processadas em *outputs*, “deve haver alguma maneira dos membros politicamente relevantes concentrarem-se nitidamente em algumas das exigências que requerem a sua atenção” (Easton, 1965, p. 140). Em qualquer momento, “em que o volume de exigências excede apenas parte do número total pode ser preparada para consideração ativa ou pode-se esperar que seja tratada como base para uma decisão (...) estas serão as exigências que se tornaram no problema de maior controvérsia” (Easton, 1965, p. 140). Na maioria dos sistemas, “especialmente os modernos – mas, por razões que gradualmente aparecerão, não excluindo outros -, há um grande número de exigências que refletem problemas que exigem atenção a todo momento” (Easton, 1965, p. 140). Os membros de um sistema “não podem e não devem lidar com todos estes de uma só vez” (Easton, 1965, p. 140). Logo, é necessário algum método para discriminar e seleccionar entre os problemas. Esta é “a tarefa fundamental da formulação de problemas, isto

reduz as exigências a um número mais restrito, no qual a atenção pode ser centralizada” (Easton, 1965, p. 140).

A formulação de um problema “pode ser possível como resultado de várias exigências terem sido combinadas e sintetizadas, conforme os canais convergentes sugerem, e essas exigências combinadas podem então tornar-se a num problema” (Easton, 1965, p. 145). tais problemas controversos, “formam problemas políticos porque são vistas como alternativas realistas das quais uma seleção provavelmente será feita com relação aos resultados do sistema” (Easton, 1965, p. 145). Os problemas chegam ao sistema político, após todo o processo de redução, combinação e sintetização de exigências, na forma de «problemas administrativos» que “são compostos por exigências que tomam forma nas organizações administrativas ou que são consideradas nas mesmas [*withinputs*]” (Easton, 1965, p. 145) – nos casos em que “os funcionários públicos podem estar preocupados com problemas técnicos que poucos outros são competentes para lidar, e muito menos para se interessar” (Easton, 1965, pp. 145-146).

Visto que as exigências “podem, inicialmente, ser colocadas num sistema por qualquer grupo, incluindo administradores (...) vemos que o mesmo grupo pode até processar um conjunto de exigências em problemas” (Easton, 1965, p. 146). Outras exigências “podem ser reduzidas em grande parte nos limites dos órgãos legislativos de um sistema e, portanto, podem ser designadas como «problemas legislativos»” (Easton, 1965, p. 146). Estes podem surgir como “um produto de diferenças que ocorrem entre os próprios legisladores ou entre o executivo e a legislatura”. Outros problemas podem ser “ainda mais restritos em caráter e, no entanto, servem igualmente para reduzir as exigências que, de outra forma, poderiam aumentar a carga das autoridades” (Easton, 1965, p. 146). Alguns destes problemas “podem envolver apenas indivíduos selecionados, como os membros de um comitê legislativo ou os conselheiros que envolvem um Chefe-Executivo (...) a resolução do problema pode elimina-lo e tornar difícil ou impossível levantar-se em outros lugares com uma base séria de uma política [pública]” (Easton, 1965, p. 146).

Alternativamente, “pode haver êxito em condensar uma série de exigências em um único problema importante para uma maior consideração por parte de outros”. Sob certas circunstâncias, “as exigências nem sequer se tornam verdadeiros problemas legislativos, como, por exemplo, se forem introduzidas durante os dias mais baixos de uma sessão legislativa e podem ser apressadas, sem discussão, sob a pressão do tempo” (Easton, 1965, p. 146).

Com este conceito – «problema» (*issue*), e respetivo processo de formulação, podemos identificar e descrever as ameaças percebidas pelo sistema político da África do Sul,

nomeadamente, a «*Total Onslaught*» e a «*Total Revolution/Revolutionary Onslaught*» – sendo mantido a definição integral destes de acordo com os dados das fontes bibliográficas –, como sendo exigências ao sistema político da África do Sul.

Mediação por Grupos e Liderança

Easton (1965) declara que existe uma probabilidade alta que o apego/apoio, de membros relacionados com um ou mais objetos políticos, possa ser “mediado através de subgrupos do qual pertence um membro e do qual este leva com as suas sugestões políticas, seja afetivo ou cognitivo” (p. 225). Embora não seja provável que um membro seja totalmente desprovido da ligação direta para cada um dos três objetos políticos, esses sentimentos podem ser completados pelo, independentemente, apoio ou hostilidade gerada através da participação em grupos”. Tanto quanto o próprio indivíduo “em causa, este pode ser bastante indiferente ao objeto político” (p. 225). A sua adesão a um grupo significaria que na medida em que este fosse convencido a juntar-se e desenvolver “atitudes e comportamentos do grupo ou que a sua presença contribuísse para a força percebida [do grupo], assim este iria contribuir alguma parte do seu apoio ou oposição enquanto este é mediado através do grupo” (pp. 225-226).

A associação de grupo num sistema é possível, e é onde os “grupos desempenham algum papel nos processos políticos, em que cada membro pode avançar ou suspender o apoio diretamente, a título individual ou, indiretamente, através da disponibilização do seu apoio a um grupo” (Easton, 1965, p. 226). Assim, enquanto cidadão de um sistema político moderno, “um membro pode sentir fortes laços com seu regime; como membro de um subgrupo no sistema, estes laços podem ser reforçados ou prejudicados” (Easton, 1965, p. 226). A pressão cruzada à qual o membro individual, nestas circunstâncias, ficaria exposto, teria, sem dúvida, “implicações importantes para a influência na ação do grupo, mas o facto permaneceria que ambos os tipos de [apoios] diretos e mediados devem ser considerados independentemente em qualquer estimativa da ascensão ou declínio de apoio” (Easton, 1965, p. 226).

A rede de apoio de laços entre as Elites

Para colocar o assunto num nível mais geral, se um sistema político pretenda persistir, não é necessário “que o apoio se desloque diretamente dos membros [do sistema] para os objetos políticos”. Existem condições que podem tornar possível “extensas cadeias de apoio em que as unidades estão ligadas entre si através de líderes intermédios que podem comandar ou comprometer-se entre si”, de facto, às vezes, quando “a erosão, portanto, precisa de ocorrer, somente ao nível da liderança é que pode ser eficaz”. Nos sistemas políticos altamente estratificados, “várias classes sociais e políticas podem se comunicar indiretamente por via de

apenas um intermediário, em que, na maior parte, as elites atuam como ligações de comunicação e pontos focais de apoio”. A adesão de todo o sistema “pode ter apenas vagos sentimentos de pertencer ao sistema, mas podem ter fortes anexos para as subunidades de que fazem parte”. Ainda que haja uma baixa entrada de apoio dos membros comuns do sistema, isso não representa qualquer ameaça “se cada liderança intermediária evidenciar fortes ligações para o próximo nível mais elevado da liderança” (Easton, 1965, p. 227).

Autoridades

Os ocupantes dos cargos das autoridades devem ser claramente distinguidos dos próprios cargos. A presidência, o primeiro-ministro ou o legislador são “escritórios ou cargos altamente formais (...) podem ser ocupantes de cargos altamente diferenciados como nos sistemas políticos modernos” (Easton, 1965, p. 212). O conceito autoridades para identificar esses ocupantes, genericamente, pode ser dito incluir membros de um sistema que se adequam aos seguintes critérios; devem se envolver nos assuntos diários de um sistema político; estes devem ser reconhecidos pela maioria dos membros do sistema como tendo a responsabilidade por esses assuntos; e suas ações devem ser aceitas como obrigatórias na maior parte do tempo pela maioria dos membros, desde que atuem dentro dos limites de seus cargos” (Easton, 1965, pp. 212-213).

No interesse da dissertação, assume-se que “as próprias autoridades podem ser capazes de patrocinar exigências inteiramente novas [*withinputs*] (...) com base num conjunto complexo de operações que as autoridades executam, que podem levar em consideração as exigências dos outros; mas, também podem, por iniciativa própria, estabelecer objetivos e avaliar as necessidades à luz das circunstâncias atuais e das antecipações dos recursos e consequências futuras”. Ao expressar as próprias exigências ou ideias sobre o que deveria ser feito, as autoridades podem procurar direcionar ou redirecionar as energias dos membros do sistema para novos caminhos, ou usar novos grupos sociais que estão surgindo no sistema. Ao adotar os *outputs*, o sistema é limitado apenas pela variedade de objetivos que podem ser inventados e pelas condições que envolvem a sua implementação” (Easton, 1965, p. 346).

O conceito de autoridade é “fundamental para a conceitualização atual de *outputs* (...) a ideia de que estes constituem um conjunto de atividades que fluem das autoridades em um sistema”. É o facto de serem produzidos pelas autoridades que os distinguem como *outputs*. Os membros politicamente poderosos “podem muito bem tocar a melodia para a qual as autoridades «dançam» e, nesse sentido, efetivamente dominam os *outputs*”. Estamos, portanto,

“obrigados a identificar as autoridades como produtoras dos *outputs* que fluem de um sistema político” (Easton, 1965, p. 343).

Com este conceito, poderemos identificar e descrever todos os produtores das ações estratégicas. O estudo irá operacionalizar, de forma equiparada, o conceito de «Pilar do Estado» para identificar estas autoridades e respetivos *outputs*, e o conceito de «Sistema de Forças» para descrever, singularmente, os constituintes de cada produtor de *outputs* específico, considerando que as perspetivas e visões dos autores utilizados varia na definição destes elementos.

Outputs

Os *outputs* “são apenas um tipo de comportamento político [entre a «Boa Vontade», «Coação» e «*Outputs*»] (...) são, de facto, um tipo especial de comportamento ou atividade política, porque através destes as pessoas que ocupam as funções de autoridade de um sistema são capazes de exercer algum controlo ou direção sobre outros membros do sistema. Em virtude do reconhecimento ou aceitação de seus poderes, os membros que agem em funções de autoridade são capazes de comprometer e dirigir os recursos e energias de outros membros do sistema para a consecução de metas. Nenhuma sociedade poderia sobreviver sem prever tais tipos de atividades, pelo menos de forma mínima. Além disso, muitas informações necessárias para produzir *outputs* tendem a convergir para as autoridades, é para estes que exigências e expressões de apoio ou hostilidade são direcionadas em um sistema político” (Easton, 1965, p. 350).

Os *outputs* diferem quanto ao objeto que pretende afetar, que pode ser o próprio sistema político – «transação dentro do sistema», ou o ambiente – «transação com o ambiente total». Nesta dissertação, interessa apenas a segunda. Os *outputs* podem ser caracterizados pela sua qualidade: autoritária ou associada; e modo: declaração ou execução. A conjugação destas opções resulta em quatro tipos de *outputs*: i) Declaração Autoritária; ii) Declaração Associada; iii) Execução Autoritária; iv) Execução Associada. No âmbito da dissertação, as declarações autoritárias e Execuções Autoritárias são as de interesse de análise. Com este conceito, podemos identificar e descrever os procedimentos de retroação de informação dos *outcomes* (resultados) dos *outputs*, e as consequentes alterações ou regulações desses *outputs*.

Declarações Autoritárias

As declarações Autoritárias “assumem a forma de indicações verbais das regras vinculativas que devem orientar o desempenho das tarefas. São decisões por parte das autoridades de que certas ações devem ser ou serão tomadas. Em um sistema legal, aparecem como leis, decretos, legislação formal, regulamentos, ou decisões administrativas e judiciais

(...) qualquer que seja a forma específica, estas são resultados autoritários, uma vez que indicam que as autoridades pretendem que as atividades serão realizadas para manter ou modificar a distribuição de algumas das coisas valorizadas na sociedade dada” (Easton, 1965, p. 354).

Essas declarações são, geralmente, “prolegómenos para as ações a serem tomadas sob sua autorização ou justificativa, no entanto, além desses desempenhos, as próprias declarações podem agir de forma independente para contribuir ou melhorar o stress em um sistema devido a falha de *output*” (Easton, 1965, p. 354). No entanto, o resultado verbal “pode, por si só, afetar a atitude dos membros e obter a contribuição de seu apoio, isso pode ser suficiente. A importância de todas as declarações deriva do facto de que as pessoas obtêm alguma satisfação dos símbolos (...). Símbolos verbais, como aqueles incorporados em ideologias, são capazes de estimular ou aliviar tensões internas e exigências articuladas” (Easton, 1965, p. 354). Em muitos casos, “a afirmação de que uma determinada situação existe, ou que em algum momento no futuro próximo serão tomadas ações, ou que a ação já estivesse em andamento pode ser suficiente, independentemente das atualizações, para fornecer aos membros as gratificações que estes procuram nos processos políticos, ou com a libertação de frustrações que estes gostariam de evitar” (Easton, 1965, p. 354).

Declarações Associadas

As Declarações Associadas encontram-se “sob a aparência, por vezes, de convicções ideológicas ou racionalidades e, em outros, como articulações simples de políticas. Em cada caso, estes derivam a sua eficácia para promover ou corroer o apoio do facto de que estes acompanham e ajudam a interpretar ou explicar afirmações ou ações autoritárias. As implicações e o significado de uma decisão ou de um conjunto de ações vinculativas podem não ser evidentes para os membros de um sistema ou as atribuições envolvidas não podem ser apreciadas da forma considerada desejável pelas autoridades. Qualquer que seja a capacidade que essas realizações autorizadas possam ter para aumentar ou desestimular o apoio, podem ser reforçadas ou contrariadas, conforme o caso, por declarações associadas que consigam interpretar, explicar ou elaborar as implicações dos resultados” (Easton, 1965, pp. 357-359).

As declarações associadas “também podem aparecer na forma de políticas. (...) em dois sentidos. (...) regras de decisão adotadas pelas autoridades como guia de comportamento. Este é o significado do termo quando falamos sobre as políticas que, de facto, são adotadas pelas autoridades como regras de operação vinculativas. Isto é o que podemos dizer quando questionamos a sabedoria da política de um governo como incorporada nas suas leis sobre um problema. Nesse sentido, as políticas seriam apenas um termo para um tipo de saída verbal

autorizada” (Easton, 1965, p. 358). Ademais, o termo, também, “é empenhado em um segundo e mais amplo sentido para descrever as intenções mais gerais das autoridades das quais qualquer saída vinculativa específica pode ser uma expressão parcial. Como tal, as declarações de políticas não são vinculativas para os membros. Mas ao revelar as intenções das autoridades, estes auxiliam a interpretar o significado e direção de resultados autorizados e, nesta medida, podem encorajar ou desencorajar sua aceitação pela associação” (Easton, 1965, p. 358).

Execuções Autoritárias

As Execuções Autoritárias são “decisões vinculativas sobre o que deve, ou deve ser feito (...) [que] podem assumir a forma de obrigar outras pessoas a fazer algo, como pagar impostos ou servir nas forças armadas (...) [é uma] alocação de valores [que implica] uma implementação direta de uma declaração verbal da intenção de realizar as ações, se as circunstâncias surgirem (...) consiste nas ações realmente tomadas à luz das circunstâncias que existem quando um esforço é feito para implementar a decisão formal (...) representa uma efetiva alocação formal de valores” (Easton, 1965, p. 354). As Execuções Autoritárias assumem duas formas: “em alguns [i] objetos tangíveis ou instalações; [ii] alguns serviços intangíveis. Tangíveis são o *stock* no comércio de autoridades, como fontes para estimular o apoio (...) [materializada em] instalações físicas, visíveis e utilizáveis (...) sob a forma de estradas, usinas, barragens, *hardware* militar (...) as autoridades comprometem-se a fornecer a maior parte dos bens e instalações principais (...) para influenciar o nível de apoio numa direção negativa ou positiva (...) as autoridades, também, se dedicam à alocação de serviços intangíveis como a lei e a ordem, defesa, transporte, educação ou atendimento médico” (Easton, 1965, p. 354), sendo que estes “podem estar relacionados a coisas tangíveis (...) como no caso de barragens, rodovias, ferrovias ou hospitais. Mas a satisfação final vem dos serviços prestados através destas instalações” (Easton, 1965, p. 354). Os desempenhos intangíveis “geralmente incluem vários tipos de recompensas psicológicas que podem ser distribuídas pelas autoridades e que podem ser ainda mais capazes de promover o apoio do que os bens materiais” (Easton, 1965, p. 354). Através dos resultados (*outcomes*) dos *outputs* é que “possível contribuir para o sentido de dignidade ou valor de um grupo, como nos casos em que a discriminação por raça, credo ou cor foi proibida, ou quando grupos étnicos podem ser cuidadosamente incluídos em posições de estima entre as autoridades competentes” (Easton, 1965, p. 353).

Execuções Associadas

Easton (1965) explica que “as satisfações provenientes de um sistema político também estão intimamente ligadas a execuções que assumem a forma de bens tangíveis e serviços

intangíveis associados à ação autorizada e que, no entanto, não adquirem qualquer qualidade”. Ou seja, “em muitos casos, o crescimento do apoio específico deve-se tanto a essas «Execuções Associadas» como àqueles que são manifestamente de caráter autoritário”. Incidental à posição que uma pessoa na autoridade detém, “este será capaz de agir porque possui uma qualidade vinculativa e, portanto, cai na categoria de Execuções Autoritárias”. O autor continua declarando que “a posição de autoridade melhorará a sua oportunidade de conceder benefícios, vantagens, favores e facilidades que decorrem da margem de discricção, poder, conhecimento especial e habilidades ligadas à sua posição”. Isto porque “através do controlo sobre o dinheiro, a posição, o prestígio e o próprio poder, uma pessoa em autoridade pode ser capaz de regular informalmente a alocação desses valores de forma a influenciar o nível de apoio específico, tanto positivamente daqueles que beneficiam e negativamente daqueles que podem sofrer” (Easton, 1965, p. 360).

Tabela 7 – Tipos de Outputs

Qualidades	Modos	
	Declarações	Execuções
Autoritárias	Ações coercivas, leis, diplomas, regulação, ordens e decisões judiciais	Ações coercivas
Associadas	Políticas, justificações e compromissos	Benefícios e favores

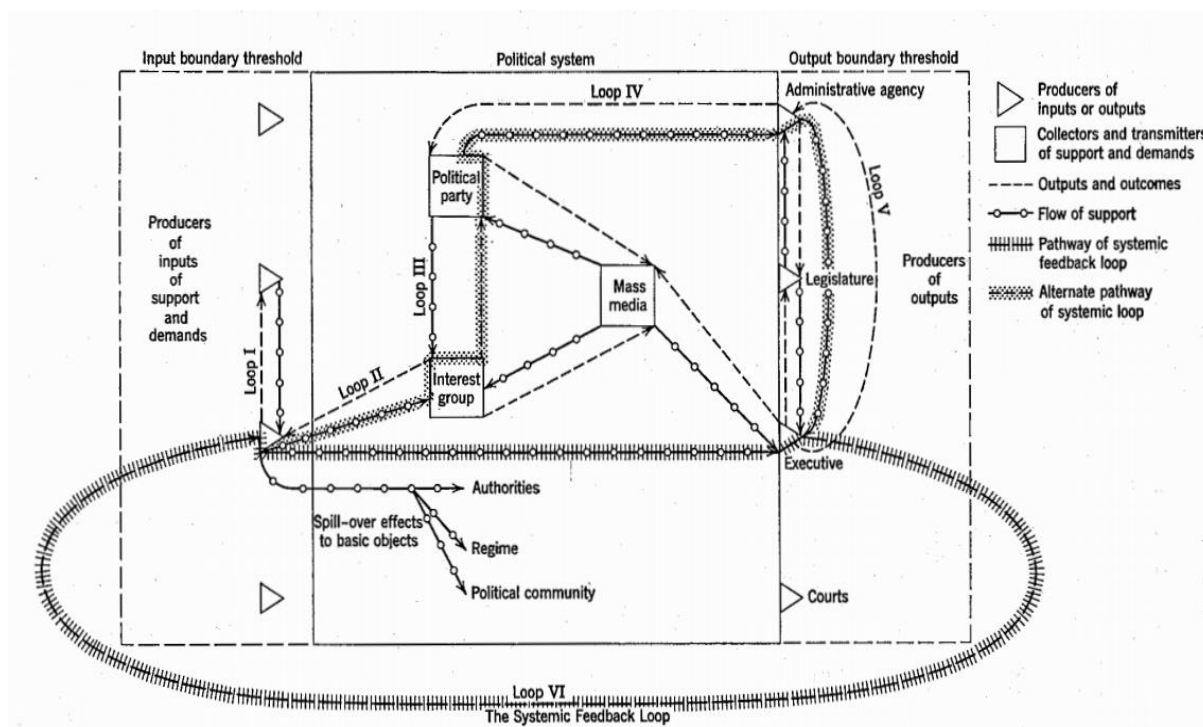
Fonte: Adaptado de Easton (1965, p. 353)

No âmbito da dissertação, os conceitos de Declarações Autoritárias e Associadas e Execuções Autoritárias e Associadas permitem identificar e descrever as Estratégias, políticas de segurança e «ações estratégicas de segurança», que se definiu, por via de silogismos de sorites, das conclusões/conceitos de Liddel Hart (1974) e Collins (1973). No capítulo seguinte, encontrar-se-á explicitado essa construção.

Ciclos Sistémicos de Retroação

O conceito de «ciclo de retroação» é “a forma de identificar não só as informações que retornam, mas todas as outras ações direcionadas a tirar vantagens dessa informação”. Para isso, este ciclo dispõe de dois processos interligados: primeiro são «*Outputs* reguladores» de um sistema e as consequências, que “representam a forma como as autoridades se ajustarão à situação em que se encontram”, e a segunda é “a própria informação que é alimentada sobre o estado do sistema e as consequências decorrentes de qualquer ação reguladora ou de ajuste foram realizadas pelas autoridades” (Easton, 1965, p. 367).

Figura 12 – Múltiplos Ciclos de Retroação Sistémico



Fonte: Easton, 1965, p. 373

O Ciclo I “indica que entre os produtores dos *inputs* de exigências e apoios, tal ligação pode ocorrer. Um membro (ou grupo de membros) em um sistema podem expressar as opiniões políticas a outro; O outro pode responder criticamente ou de outra forma; à luz da resposta, o primeiro membro pode mudar suas opiniões ou comportamento” (Easton, 1965, p. 373).

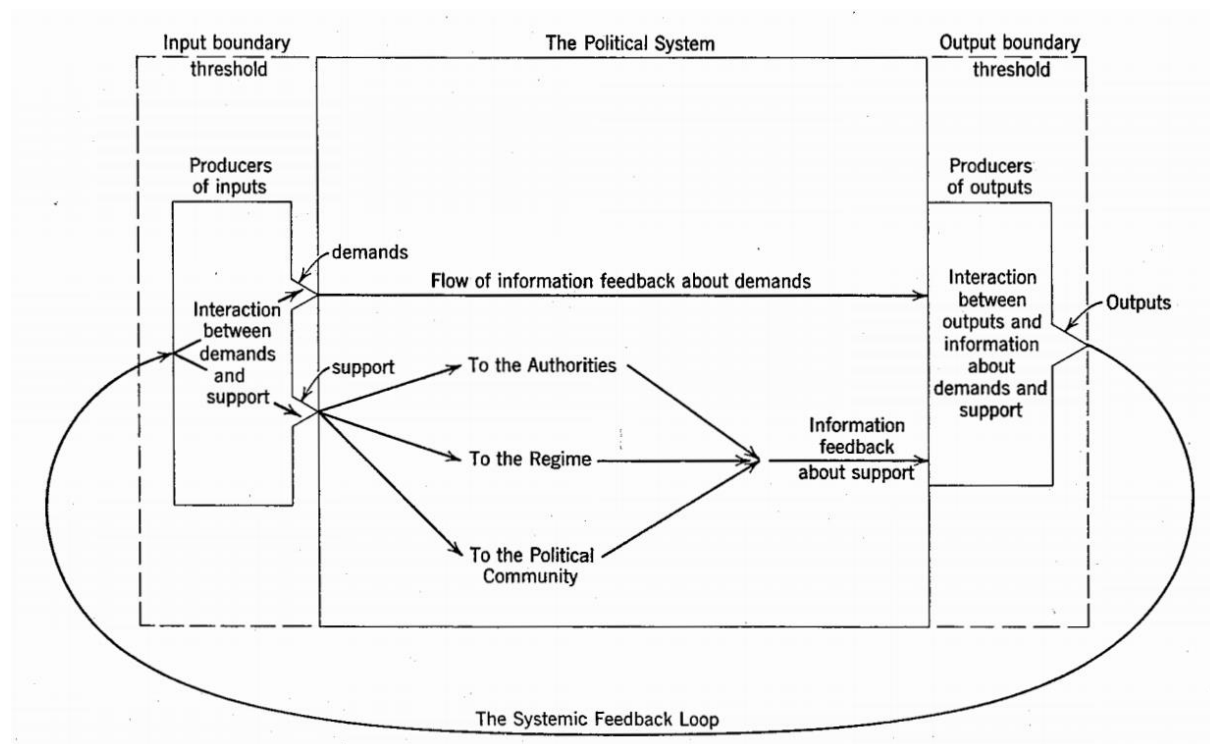
O ciclo II mostra um ciclo que surgiu entre um desses dois membros recebe alguns benefícios, digamos, de um grupo de interesse [Guedes (citado por Lara, 2015, p. 267) declara que «são grupos que se formam na sociedade política cujo objetivo é a defesa ou realização de um interesse político legalmente tutelado, sem se pretender a alteração do ordenamento jurídico existente, mas sim através dele»], como indicado pela linha quebrada na sua direção, e que retorna o apoio como sua resposta (...) o comportamento do grupo de interesse pode ser influenciado e controlado na próxima rodada por essa retroação de apoio e assim por diante em um processo mutuamente interativo” (Easton, 1965, pp. 373,375).

O ciclo III “descreve o caminho que a retroação segue entre o mesmo grupo de interesse e um partido político. Em contrapartida, presumivelmente por benefícios recebidos, o grupo de interesse, por sua vez, recebe apoio da parte; O inverso é geralmente igualmente verdadeiro” (Easton, 1965, p. 375).

O ciclo IV é um “ciclo de limite, mas desta vez entre o partido, anteriormente mencionado, e uma unidade que produz *outputs* para o sistema como um todo (...). Esta unidade

pode ser ligada em um processo de retroação com o executivo do sistema político. Neste caso, como indicado pelo ciclo V, a retroação de informação sobre o apoio está confinada aos produtores de *outputs* (...) os *outputs* do executivo voltam a influenciar o comportamento do indivíduo (ou grupo) com quem iniciamos [ciclo VI], o produtor de *inputs* de apoio e exigências. Sua (ou sua) reação a esses *outputs* (...) são comunicadas diretamente de volta para o executivo como mostrado pela linha cruzada de pontos alternados e traços. Mas, poderia ter sido tão facilmente planeada, como passar por várias agências intermediárias de recolha [e análise] de exigências, e (...) agências de recolha [e análise] de apoio, representadas aqui por grupos de interesse, partidos ou meios de comunicação de massa. Um desses caminhos alternativos é indicado pela linha sombreada que flui do produtor dos *inputs* através do grupo de interesse, partido e órgão administrativo, para o executivo” (Easton, 1965, p. 375).

Figura 13 – Ciclo Sistémico de Retroação



Fonte: Easton, 1965, p. 378

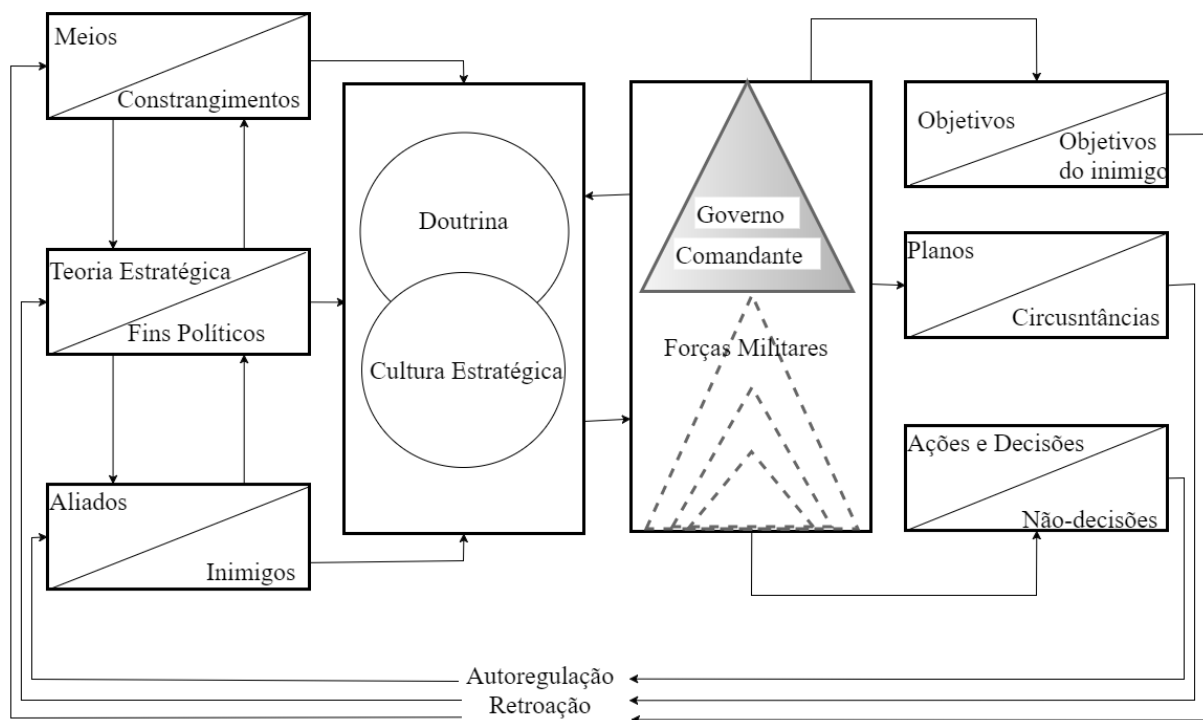
Teoria do Sistema Estratégico e Técnico de Coutau-Bégarie (2015)

Na secção anterior foram caracterizadas todas as componentes envolvidas para a produção das políticas de segurança e as respetivas ações de segurança. No entanto, apesar da excelente articulação disponibilizada pela perspectiva de Easton (1965), é necessário acrescentar um conteúdo apropriado a uma análise estratégica. Para esse fim, utilizaremos o «Sistema Estratégico e Técnico» que deriva diretamente das lições e conceitos de Easton (1965), ou seja, podemos acrescentar e articular os conceitos deste «Sistema Estratégico e Técnico» no modelo de análise.

Sistema Estratégico

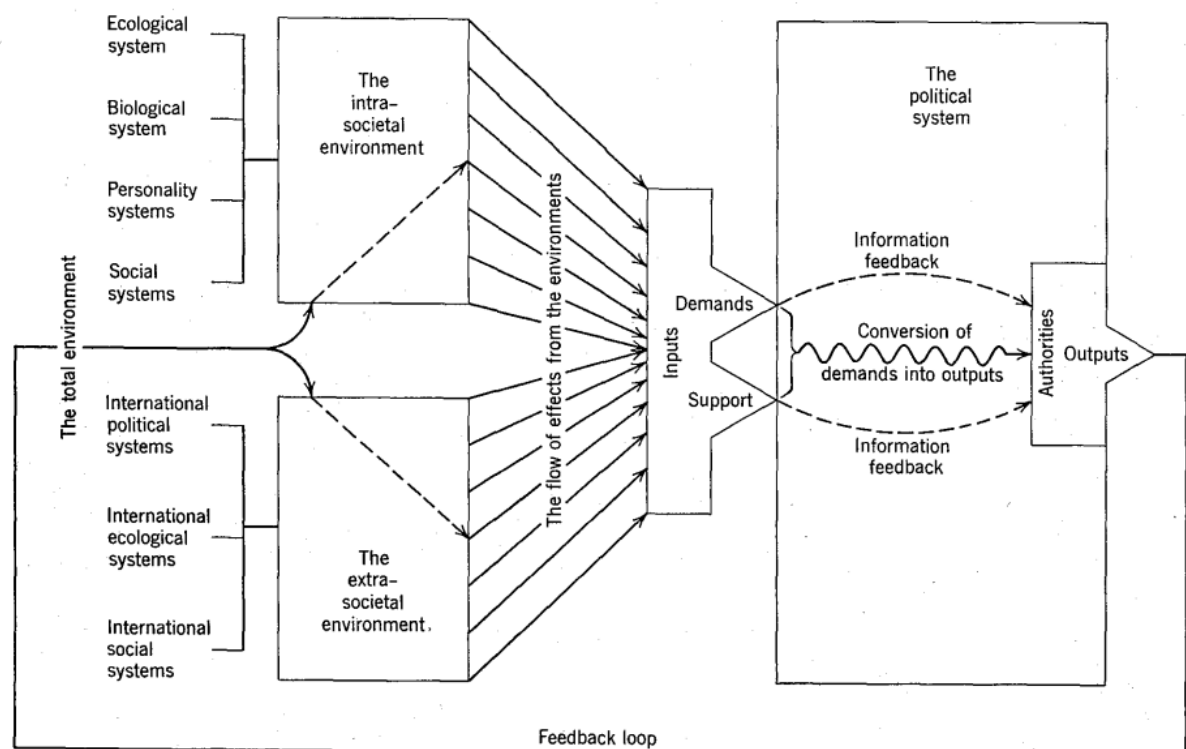
O sistema estratégico encontra-se diretamente relacionado com o plano estratégico, pois este consiste na “articulação de todas as forças colocadas ao serviço da estratégia total, integral ou nacional”. (...) [Este plano] tem duas esferas: a esfera material (as forças) e cultural (as doutrinas, cultura estratégica, as forças morais: coesão e adesão à noção, lucidez e solidez das elites dirigentes)” (Coutau-Bégarie, 2015, p. 615). Estas duas esferas “sofrem influências do ambiente (*inputs*) e reagem ao definir objetivos, que se opõe aos objetivos do inimigo, atual ou potencial; esses objetivos são convertidos em planos que chocam com as circunstâncias (fricção de Clausewitz); a sua aplicação exige decisões e confrontará com disfuncionalidade de todas as ordens (burocráticas, logísticas, técnicas), que se traduziram em decisões erróneas ou em não-decisões” (Coutau-Bégarie, 2015, p. 615). Essas decisões afetam o ambiente inteiro ou total, sendo “a principal característica do sistema estratégico, e sendo a autorregulação a «gasolina» do conflito” (Coutau-Bégarie, 2015, p. 615). A figura seguinte expõe este sistema, onde podemos comparar com a figura 14 que tem a mesmo arquétipo do sistema de análise política de Easton. O principal interesse da análise sistêmica é a “insistência na globalidade e as relações constantes entre os elementos que compõem o sistema”. Tal abordagem é particularmente adequada para “estruturas complexas que não podem ser reduzidos a uma única categoria de elementos ou de fenómenos” (Coutau-Bégarie, 2015, p. 607)

Figura 14– Funcionamento do Sistema Estratégico – Quadro de Análise de Produção de Decisão



Fonte: Adaptado de Coutau-Bégarie, 2015, p. 614

Figura 15 – Modelo de Resposta Dinâmica de um Sistema Político



Fonte: Easton, 1965, p. 30

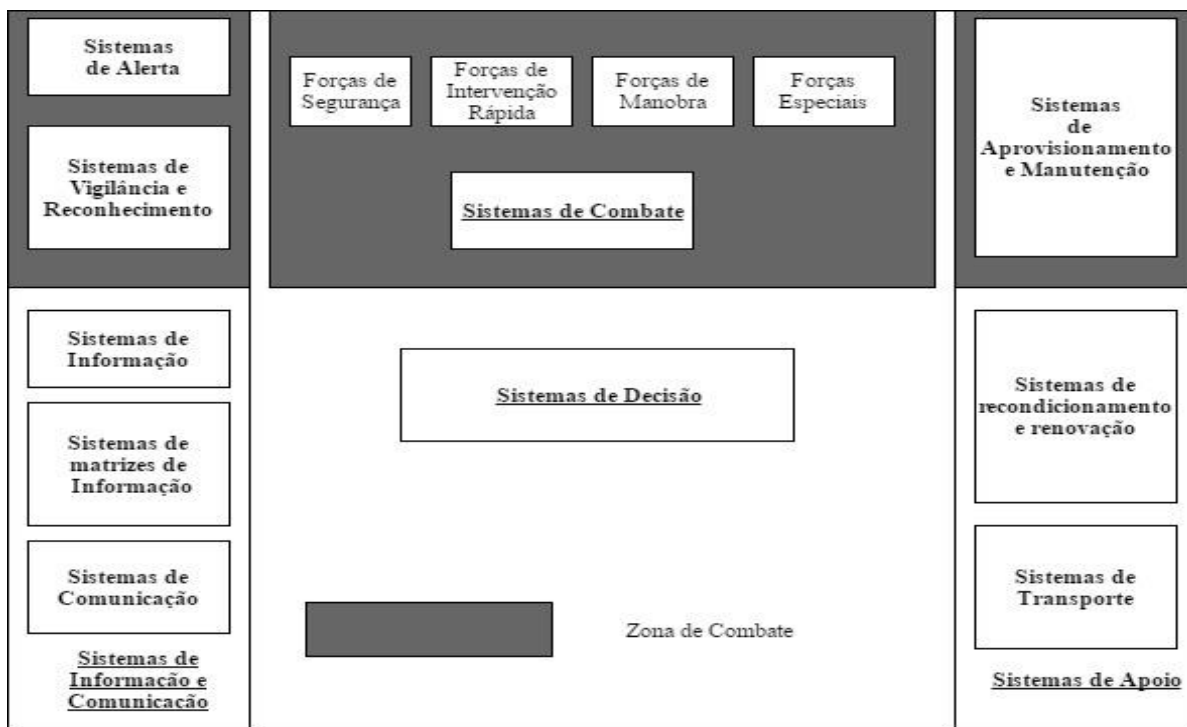
Sistema Técnico – Sistema de Forças

Este sistema introduz uma visão de «Sistema global», exposto graficamente na figura 21, onde se inserem três sistemas: a) sistemas de armas/combate; b) sistemas de forças; c) sistema estratégicos; que corresponde a três planos, respetivamente: a) plano técnico; b) plano tático e operacional. Este sistema de forças é constituído por diversos elementos que são agrupados pelas funções, podemos designá-los de sistemas funcionais, que são quatro:

- i) Sistemas de Combate – constituído pelas Forças de Segurança, Forças de Intervenção, Forças de Manobra e Forças Especiais daquele sistema de forças;
- ii) Sistemas de Informação e Comunicação – constituído por sistemas de alerta – *early warning systems*–, vigilância e reconhecimento, assessoria de informação/inteligência, matriz de informação/inteligência, e comunicação;
- iii) Sistemas de Apoio – constituído por subsistemas de aprovisionamento e manutenção, recondicionamento e renovação, e transporte;
- iv) iv) Sistemas de Decisão – que equivale às hierarquias com autoridade normativa imputada de decidir sobre as ações dos sistemas de forças;

Os elementos destes sistemas funcionais que estão envolvidos diretamente envolvidos na «Zona de Combate» estão delimitados pela zona cinzenta.

Figura 16 – Sistema de Forças



Fonte: Adaptado de Coutau-Bégarie, 2015, p. 613

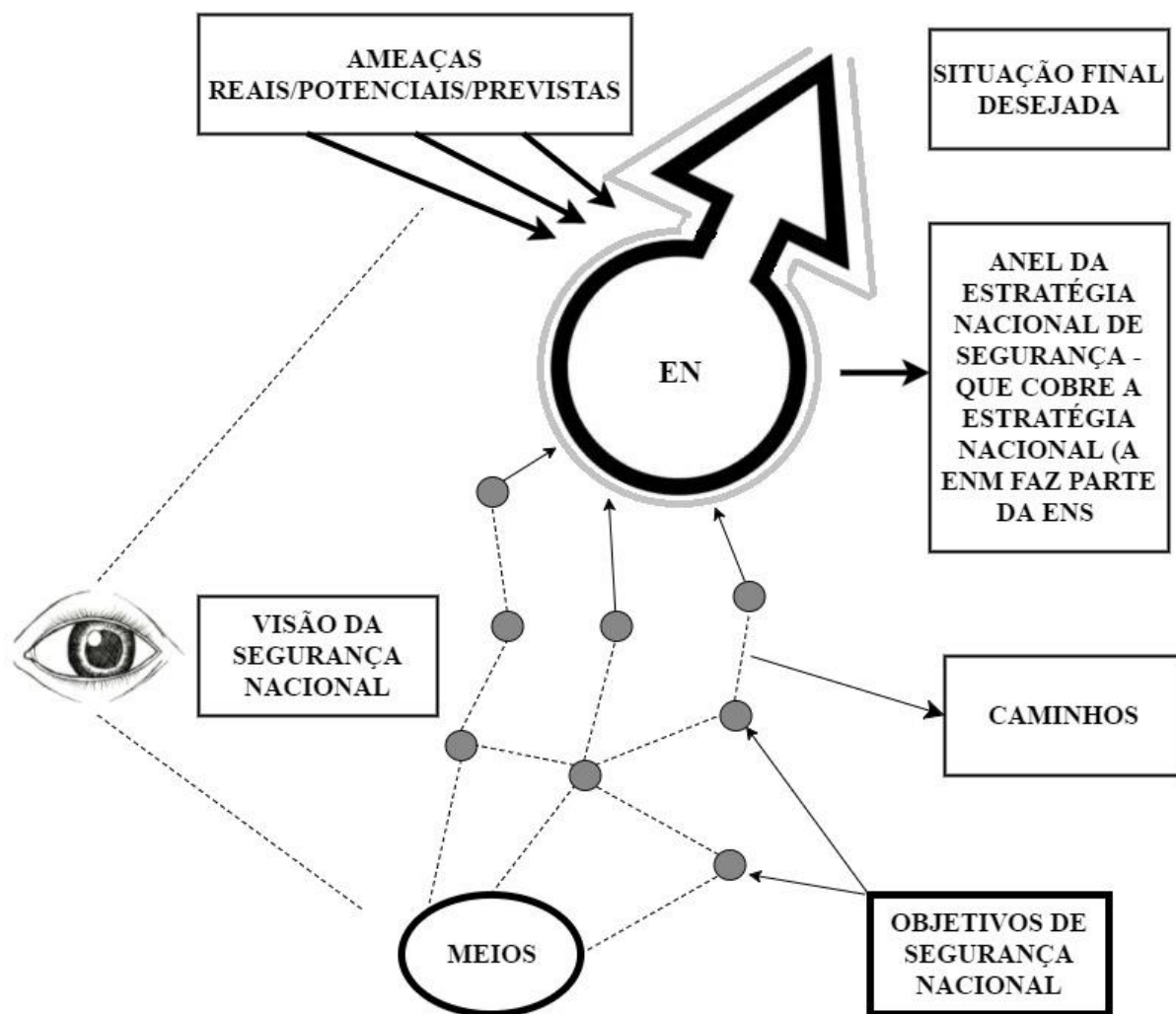
Teoria da Estratégia de Barlow (2016) – Guerra Composta Terrestre

A perspectiva desenvolvida por Eeben Barlow (2016) advém da sua longa experiência durante a *Rodesian Bush War* (1964–1979), durante a Guerra da Fronteira (1966–1989), onde desempenhou funções na SADF e CCB, da sua experiência enquanto assessor e consultor político–militar na empresa privada ‘Executive Outcomes’, do qual foi Presidente e fundador, da experiência subsequente enquanto assessor e consultor privado, e, por fim, da experiência que continua a desenvolver na empresa privada STTEP® (*Specialized Task Training Equipment & Protection*) do qual é Presidente Executivo. Esta perspectiva compila a sua experiência quanto ao desenvolvimento e aplicação de políticas, estratégias e operações para a salvaguarda dos interesses nacionais de um Estado africano pós-colonial. No entanto, as lições fornecem modelos e conceitos que serão aplicados nesta dissertação de forma a criar uma plataforma concetual entre a política e a estratégia operacional aplicada pelas autoridades/sistemas de forças da África do Sul.

Arquetipo para o desenvolvimento de uma Estratégia Nacional de Segurança

Barlow (2016) explica que o desenvolvimento de uma Estratégia Nacional de Segurança deve “implicar a assessoria, aplicação, alinhamento, coordenação e monitorização de todos instrumentos do poder nacional para alcançar os objetivos que incrementem e assegurem a segurança nacional”. Adicionalmente, Barlow (2016) acrescenta que aqueles que produzem a Estratégia Nacional de Segurança devem ter uma «Visão da Segurança Nacional» que considera um conjunto de elementos que devem ser considerados para a criação de uma «Política de Segurança Nacional», que deve “analisar e assessorar sobre os riscos e ameaças de longo prazo, considerando, não apenas a probabilidade e o nível de perigo colocado pelos inimigos e as ameaças, mas, adicionalmente, ao tempo que irá demorar para desenvolver os meios para deter–los e sobre quais as circunstâncias em que a política será implementada” (p. 51). No esquema de desenvolvimento da Estratégia Nacional conseguimos agrupar e relacionar num mesmo fluxograma os elementos/conceitos essenciais para a produção de uma Estratégia Nacional tendo o propósito (situação final desejada) definida. Esta ferramenta será utilizada para sintetizar e esquematizar o desenho da Estratégia Nacional de Segurança.

Figura 17 – Desenvolvimento da Estratégia Nacional de Segurança



Fonte: Elaboração Própria (Draw.io) adaptado de Barlow, 2016, p.52

Barlow (2016) declara que os Objetivos de uma «Estratégia Nacional de Segurança» são “fortalecer e apoiar os «Pilares do Estado» contra um pacote de vasta gamas de ameaças que incluem ameaças militares e não militares”. Para conseguir isso, uma Estratégia Nacional deve expressar-se sobre os seguintes termos: a) ameaças – antecipadas, correntes e previstas; b) fins – situação final desejada; c) Caminhos – métodos pelo qual se alcançam os fins desejados; d) meios – recursos disponíveis ou necessários para alcançar os fins; considerando que “os meios terão a necessidade de ser reforçados para assegurar que os caminhos em que estes serão utilizados possam ser empregues. Além disso, a «Estratégia Nacional de Segurança» apenas será exequível (economicamente, realisticamente e sustentavelmente) se os fins, caminhos e meios encontrarem-se balanceados, alinhados e sincronizados” (p. 51).

Barlow (2016) explica isto criando fluxogramas e organogramas que expõe as componentes da «Estratégia Nacional de Segurança» apresentando assim um arquétipo para o

desenvolvimento de uma Estratégia Nacional de Segurança (Africana). Este esquema será utilizado em paralelo com o modelo de análise de para preencher os elementos que permitiram a definição da Estratégia Nacional da África do Sul.

Pilares do Estado

Os «pilares do Estado» são: i) a Inteligência; ii) as Forças de aplicação da lei, Forças Armadas, Governação [a forma como o Governo executa a sua prerrogativa], Economia, População e Perceção [componente da psicologia da sociedade de um Estado, moldado pelos valores multivariados ou injetados pelos órgãos de comunicação]”. O governo tem o dever e responsabilidade de “desenvolver, proteger e fortalecer os pilares dos Estado ao empenhar operações ofensivas e defensivas de Guerra Composta Terrestre contra uma ameaça ou inimigo nacional ou externa” (pp. 126-127). Destes pilares, interessam-nos os órgãos relacionados com a Inteligência, Forças de aplicação da lei e as Forças Armadas, e cada um representa um sistema de forças, sendo, por isso, definidos as autoridades de segurança. Nesta dissertação serão apenas estudados e avaliadas os pilares da inteligência, forças de aplicação da lei e forças armadas.

Pilar da Inteligência

Os serviços de inteligência são os mecanismos de alerta prévia do Estado. Os *inputs* recebidos são utilizados para “guiar e desenvolver de políticas e estratégias nacionais e, subsequentemente, as políticas e estratégias de segurança nacional” (Barlow, 2016, p. 127). Estes serviços operam dentro e fora das fronteiras nacionais, e devem utilizar todos os ativos, recursos e fontes para “recolher informação sobre tudo que possa ter impacto negativo para os interesses nacionais, externos e vitais do Estado (...) devem analisar o passado, dissecar o presente, antecipar o futuro e disseminar o produto da inteligência para os corretos usuários com tempestividade” (Barlow, 2016, p. 127). Os serviços de inteligência “devem, adicionalmente, desempenhar um papel defensivo (contrainteligência) e proteger as ações do governo” (Barlow, 2016, p. 130). Uma contrainteligência fraca “expõe os pilares do Estado às ações inimigas e as vulnerabilidades do Estado aos ataques inimigos” (Barlow, 2016, p. 130). A ligação entre serviços de inteligência, agências de aplicação da lei e as forças armadas “é essencial para continuar a aceder e confirmar ameaças” (Barlow, 2016, p. 130). Apenas através do uso de “inteligência credível, acionável, verificada e prevista é que o governo, as agências e departamentos, e as forças de segurança serão capazes de adaptar as estratégias e ações e neutralizar ameaças pendentes” (Barlow, 2016, p. 130).

Pilar das Forças de Aplicação da Lei

As Agências de aplicação da Lei “(que incluem a Judiciária independente) são primariamente responsáveis em defender o Estado de Direito e assegurar um clima protegido e seguro para os cidadãos no país. Por isso, são uma importante componente para da estrutura de segurança do país e a primeira linha de defesa do Estado face ao aumento da criminalidade, dissidência interna, militância e protestos (...). Defender os a lei reque uma próxima e continua ligação entre as agências de aplicação da lei, serviços de inteligência e unidades de inteligência militar que poderão, através dos ativos, recursos, fontes, e rede de agentes para fornecer informação com valor as agências de aplicação da lei” (Barlow, 2016, p. 130).

Pilar das Forças Armadas

As forças armadas “são o último meio do Estado com o qual se repudiam ameaças armadas (campanhas de AGF (*Antigovernment Forces*)] de alta intensidade ou ameaças ofensivas de forças militares externas/regionais (...). As forças armadas necessitaram de lidar com “um número adaptativo, complexo, dinâmico, diverso e multidimensional de ameaças”. Estas deverão organizar e posicionarem-se para “responder a qualquer situação de crise efetivamente e rapidamente ao estar corretamente estruturado, bem liderado/comandado e corretamente equipado”. Devem seguir “uma doutrina realista, desenvolvida pelas numerosas e validas lições consideradas” (Barlow, 2016, p. 132). As forças armadas “são o instrumento do Estado que devem conter todas as ameaças pela projeção de força nacional e internacional. Forças Armadas disciplinadas, bem treinadas, lideradas e equipadas são uma credível força dissuasora para qualquer agressor, e, são de facto, um reflexo do Estado e da sociedade” (Barlow, 2016, p. 135).

Como se observa na figura seguinte, os pilares do Estado constituem-se como os apoios da «Integridade e estabilidade do Estado»¹⁵, sendo constituídos, na perspetiva de Barlow (2016), pelos seguintes: a) Inteligência; b) Aplicação da Lei (Policias e Judiciaria); c) Forças Armadas; d) Governança; e) Economia; f) População; g) Perceções; sendo que estes pilares se encontram sobre os «fundamentos do governo»¹⁶, que podem minar ou apoiar estes pilares na

¹⁵ O autor explica que a integridade do Estado “pode ser ligada a uma mesa com sete pilares assentes num firme fundamento (subentenda-se fonte de legitimidade) (...) o governo tem o dever e responsabilidade de desenvolver, proteger e fortalecer os pilares do Estado ao lançar operações ofensivas ou defensivas de guerra composta contra ameaças ou inimigos” (pp. 126-127).

¹⁶ O autor explica que a Estratégia Nacional (juntamente com as diretivas, guias e políticas) é formulada “ao nível político e forma o fundamento do Pilar da Governação. Isto é, no entanto, o *input* dos serviços de inteligência, das agências de inteligência das forças de aplicação da lei e da inteligência militar que asseguram que as estratégias e políticas realizadas são comensuradas e realizadas tempestivamente em relação com as ameaças existentes” (pp. 127). O governo necessita de numerosos *inputs* de inteligência acionável que permitam o planeamento e desenvolvimento das estratégias e políticas.

sua missão coletiva de garantir a sobrevivência do Estado. Estes pilares “têm a responsabilidade de proteger e defender o Estado. Qualquer ataque diplomático ou económico contra a soberania do Estado, ou qualquer manifestação de uma campanha de AGF (*Armed Antigovernment Forces*) ou invasão militar externa, irão focar as ações e esforços contra um ou mais pilares do Estado. Se dois ou mais pilares colapsarem o governo torna-se insustentável e frágil” (p. 126).

Figura 18 – Pilares do Estado



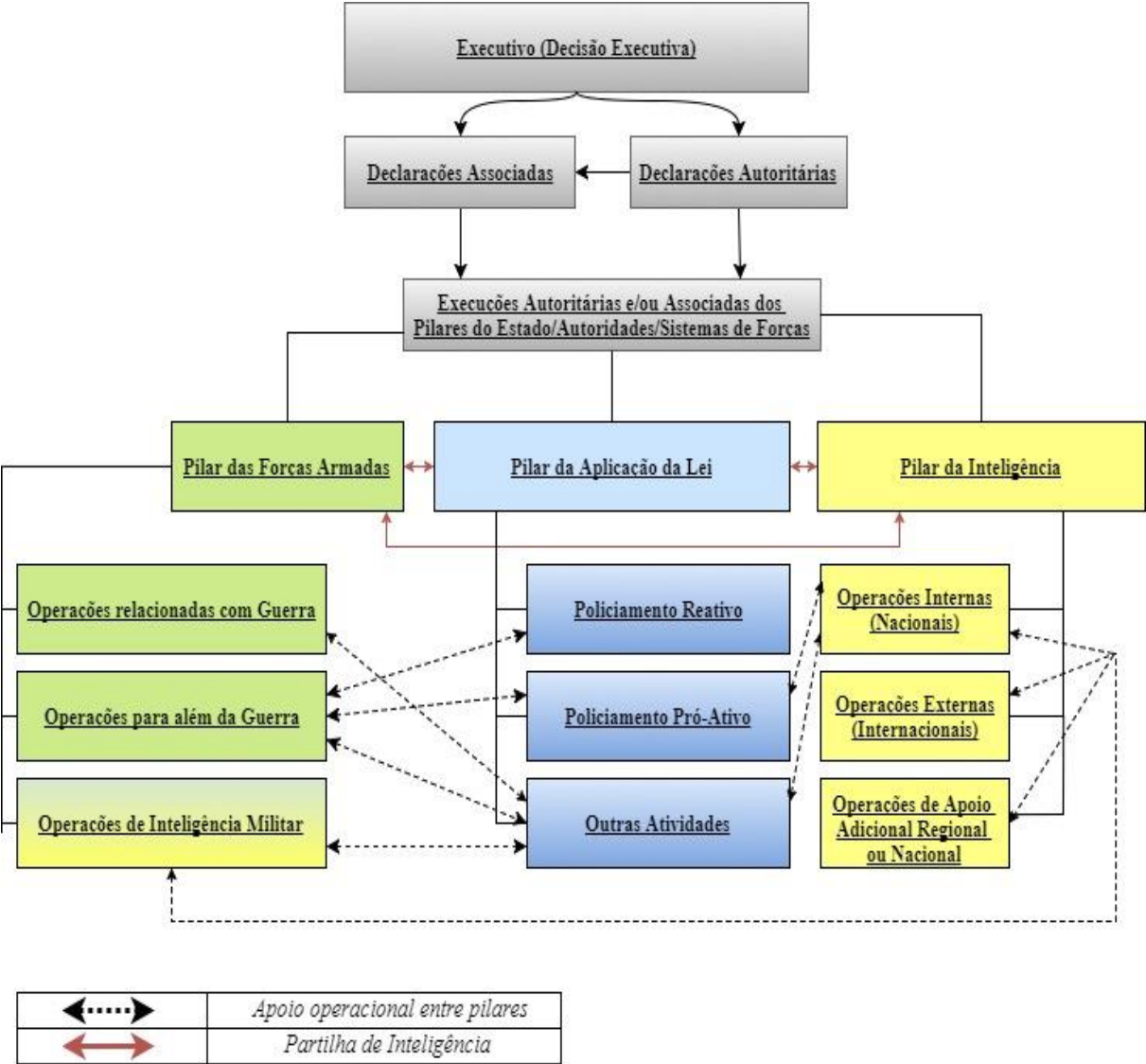
Fonte: Adaptado de Barlow, 2016, p.127

Operações dos Pilares do Estado

Eeben Barlow (2016), introduz conceitos mais descritivos das ações estratégicas executadas e a correspondência e relação das mesmas com as autoridades do sistema político, que serão encaixados e equiparados às perspetivas anteriores, pelos sistemas que integram o sistema de forças da perspetiva anterior, que serão estudadas na dissertação. A sua perspetiva contribui com a possibilidade de perceber como se procede a implementação prática de uma «Estratégia Nacional de Segurança», descrevendo e explicando esta como sendo uma “plataforma de médio à longo prazo para identificar, assessorar, gerir e/ou neutralizar ameaças internas ou externas de uma Estratégia Nacional (...) [que] deve estar alinhada com a «Estratégia Nacional» e com as Estratégias de outras agências e departamentos governamentais (...) deve fazer provisão para dar respostas calculadas, realistas e proporcionais, com a finalidade de justificar qualquer ação do Estado contra qualquer ameaça (...) deve ser holística, incluindo a identificação de todas as facetas da segurança, e assegurar o sucesso da

implementação da Estratégia Nacional” (pp. 50–51). As figuras seguintes mostram o fluxograma das relações entre declarações e execuções.

Figura 19 – Fluxograma da decisão executiva e inter-relação das ações estratégicas dos Pilares das Forças Armadas, Forças de Aplicação da Lei e Inteligência do Pilar das Forças Armadas do Estado



Fonte: Elaboração Própria (com Draw.io)

Figura 20 – Tabelas de Relação Entre TTPs e Ações Estratégicas dos Pilares do Estado

Pilar da Inteligência	<u>Executa a política de inteligência nacional ao fixar requisitos de inteligência e ameaças, ao focar-se em esforços de recolha, em recolher informação, em disseminar a inteligência recolhida - no mínimo - sobre:</u>		<u>Operações Adicionais de Apoio Nacional ou Regional</u>
	<u>Operações Internas (nacionais)</u>	<u>Operações Externas (Internacionais)</u>	Operações de Guerra discrecionária
	Subversão e Terrorismo	Estratégias Regionais (especialmente políticas, militares e económicas) acompanhada de desenvolvimentos geopolíticos	Neutralização de individualidades ou alvos físicos de elevado valor
	Ataques planeados de sabotagem		Operações de Decepção Estratégica
	Transação financeira ilegal		Organização e treino de forças proxies
	Apoios externos à Grupos Antigovernamentais, elementos subversivos, e outros grupos	Contratação e aquisição de equipamento e treino militar	Operações de Propaganda
		Concentração e aumento de forças militares externas ou	Estabelecimento de bases secretas
	Tráfico de Armas	Forças Proxies regionais	Ataques diretos de Negação de Serviços (DoS)
	Tráfico de Recursos (Diamantes, Petróleo, ouro, marfim, etc.)	Subversão e Terrorismo	Contra-inteligência
	Ações/agentes de espionagem externa	Apoio externo à forças proxies	Ligação inter-serviços e/ou ramos de Inteligência
	Agentes de propaganda externa	Inteligência topográfica	
	"Quinto Colunista" (Imprensa/Comunicação Antigovernamental)	Ataques planeados de DoS	
	Ciber-ataques	Ciber ataques com bases no exterior	
	Crime organizado	Apoio externo para insurgentes	
	Personalidades, financiamento e apoio		
Pilar das Forças de Aplicação da Lei	<u>Agências, incluindo as judiciais, responsáveis em garantir a força da lei e assegurar um clima seguro e protegido para os cidadãos de um país, sendo um importante componente do da estrutura de segurança de um país e a primeira linha de defesa para um Estado face ao aumento do crime, dissidência interna, militância e protestos</u>		
	<u>Policamento Reativo</u>	<u>Policamento Pró-ativo</u>	<u>Outras atividades</u>
	Responder aos pedidos de assistência dos cidadão	Utilização de Inteligência Criminal para prevenir crimes antes de acontecerem	Inteligência Forense
	Patrulhamento rotineiro e despadronizado	Patrolhamento em áreas específicas	Eliminação de Minas e Explosivos
	Orientar atividade policial com base em queixas	Atividades policia orientadas para os padrões dos crimes	Contra-terrorismo
	Seção da Polícia que emita mandatos oficiais relacionadas com as atividades	Atividade policial orientada com base nos dictames da gestão, investigação e inteligência	Proteção de Individuos, alvos, empresários, políticos e diplomatas de elevado valor
	Seção da Polícia que emita mandatos oficiais relacionadas com as atividades	Ênfase na prevenção de crimes	Proteção de infraestruturas e edifícios governamentais
	Ênfase em resolver crimes transacionais e violentos	Resultados numa abordagem holística do crime	Controlo de Tumultos
			Ações contra Grupos Antigovernamentais
			Investigação de crimes multifacetados (crime organizado, narcóticos, homicídios, furtos, hijacking e assaltos)
Pilar das Forças Armadas	<u>Último recurso do Estado para eliminar ameaças armadas, devendo estar prontas para assistir as agências e departamentos governamentais face crises e desastres nacionais. A sua principal função é conduzir ações contra forças hostis e fornecer proteção armada às agências governamentais e civis que trabalham em áreas dominadas por forças inimigas</u>		
	<u>Operações Relacionadas c/ Guerra:</u> desenhadas para defender, fortalecer, apoiar - e, se necessário, expandir os pilares do Estado, os objetivos estratégicos nacionais políticos e de segurança, e os interesses nacionais, externos, vitais do Estado; <u>Operações p/ além da Guerra:</u> operações que, regularmente, não envolve ameaça de força; <u>Operações de Inteligência militar:</u> todas as operações de recolha de informações classificadas ou sensíveis, operações de contra-inteligência através de medidas passivas e ativas, operações encobertas e operações de guerra psicológica e propaganda.		
	<u>Operações Relacionadas c/ Guerra</u>	<u>Operações p/ além da Guerra (OAG)</u>	<u>Operações de Inteligência Militar</u>
	Operações Convencionais e Não convencionais Ofensivas, defensivas e de conetção para concretização de objetivos externos do Estado	Apoio às forças de aplicação da lei em operações de investigações por perímetros, pontos de revista de veículos, segurança fronteiriça, patrulhas de demonstração de força	Recolha de Inteligência sobre potenciais estados-vizinhos e organizações que possam ameaçar diretamente e/ou indiretamente os Pilares do Estado
	Campanhas de Apoio à uma nação aliada, à oposição política de um país vizinho	Operações de Apoio à desastres	Condução de ações e operações encobertas ofensivas de identificar, neutralizar e/ou interromper personalidades seniores inimigas, planos e ações previstas
		Operações Humanitárias	
	Campanhas de apoio à cidadãos dissatisfeitos que efetuaram uma mudança de governo (Revolução e/ou Golpe de Estado)	Apoio à agências de saúde durante crises médicas (contenção de surtos de doenças)	Condução de operações de contrainteligência para defender e proteger os segredos do estado e dos seus órgãos
		Demonstrações de Força para conter ações políticas e/ou violentas	
		Apoio à missões da ONU e UA	
		Operações de Busca e Salvamento	

Fonte: Elaboração Própria

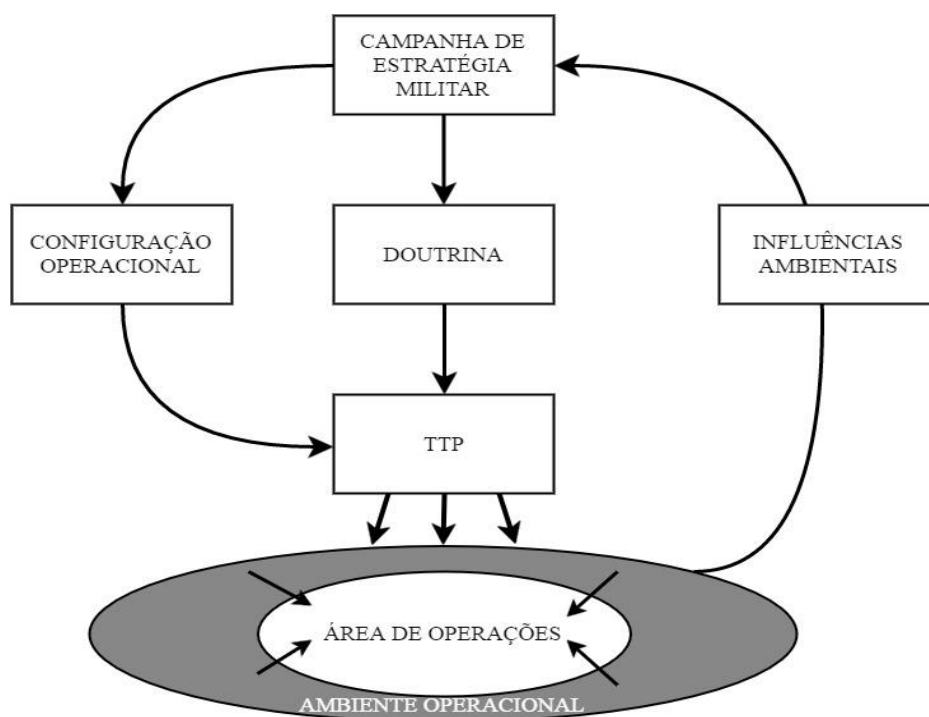
Pilar das Forças Armadas	Operações Relacionadas c/ Guerra	Operações p/ além da Guerra (OAG)	Operações de Inteligência Militar
	Operações Ofensivas	Operações em conflitos de baixa intensidade	Operações de Recolha Aberta
	<i>Operações com vista a concretizar objetivos políticos através das seguintes opções:</i>	Operações de desminagem	<i>Recolha de inteligência em Fontes Abertas</i>
	Capturar, assegurar e manter terrenos estratégicos, chave ou táticos	Operações de limpeza de explosivos improvisados	Jornais
	Identificar, localizar, atacar, e desorganização ou aniquilar forças inimigas ou antigovernamentais	Purificação de fontes de água	Revistas
	Negar recursos ao inimigo	Programas de vacinação	Emissões Rádio
	Recolher informações e inteligência	Apoio geral de saúde (em conjunto com as autoridades de saúde do Estado)	Transmissões televisivas
	Perseguir e explorar a retirada do inimigo	Proteção de comboios/caravanas de ajuda	Jornais Militares
	Ataque preemptivo contra forças em preparação e agrupamento	Desenvolvimento desportivo	Jornais de Investigação Científica
	Quebrar a vontade de combater do inimigo	Consultoria em matéria de agricultura, educação e higiene (em conjuntura com as autoridades agrícolas e de saúde do Estado)	Internet e Redes Sociais
	Desbalanço militar e político do inimigo	Apoio e desenvolvimento de infraestruturas	Operações de Recolha Clandestinas
	Explorar os ganhos da política externos	Assistência de Segurança	<i>Recolha de Inteligência por via de unidades/agentes especializados e veículos aéreos não tripulados, ou:</i>
	Colapsar os pilares do Estado do inimigo	Operações de Apoio às Forças de Aplicação da Lei	Interrogamento de reféns resgatados/libertados
	Operações Defensivas	Proteção de pontos chave nacionais	Interrogamento de simpatizantes
	<i>Operações que podem fazer parte de operações ofensivas (têm como objetivo recuperar a iniciativa) ou serem apenas uma operação independente</i>	Demonstrações de Força	Interrogamento de aldeões
	Manter e defender áreas de importância estratégica	Operações de Perímetros de Pesquisa	Interrogamento de prisioneiros de guerra
	Derrotar um ataque inimigo ou parar a sua ofensiva	Pontos de revistas de veículos	Operações de Recolha Encobertas
	Dominar uma área e limitar o campo do batalha do inimigo	Operações de baixa intensidade contra Forças Antigovernamentais	<i>Recolha por meios ilegais de informação classificada ou sensível, e inteligência de fontes classificadas ou 'secretas', através de:</i>
	Retirar o momentum do inimigo para reaver a iniciativa	Operações contra-terrorismo	Espionagem por agentes de infiltração e penetração
	Para ganhar tempo para refazer e reorganizar as próprias forças para constituir um contra-ataque	Operações contra-narcóticos	Interceção de documentos inimigos classificados (mapas e planos)
	Enfraquecer um inimigo mais forte	Operações durante desastres naturais	Radio-escuta - Guerra Eletrónica
	Apoio às forças de aplicação da lei em operações de investigações por perímetros, pontos de revista de veículos, segurança fronteiriça, patrulhas de demonstração de	<i>Fornecer apoio humanitário em conjunto com outras autoridades para garantir a segurança e proteção às populações afetadas por</i>	Ciber-espionagem
		Inundações e chuvas torrenciais	Roubo de dados
		Terramotos	Hacking de computadores
		Vulcanos	Operações diretas Encobertas de natureza da Guerra Discrecional
		Secas	Operações de Ação direta (eliminação ou rapto de personalidades de elevado valor e destruição de alvos de elevado valor)
		Passagem descontrolada nas fronteiras nacionais de refugiados e desalojamento de pessoal interno devido a conflitos, guerras e fome	Sabotagem
	Operações de Apoio		Ataques com bombas
	<i>Operações que podem ser conduzidas tanto em operações ofensivas como defensivas</i>		Estabelecimento de grupos de agitação cujas ações são coordenadas
	Operações de alívio - operações onde ocorre permutação do pessoal e material na posição com a finalidade de restaurar e reequipar a unidade anterior, evitando o desgaste		Estabelecimento e treino de forças <i>proxies</i>
	Operações Conjuntas ou Combinadas - operações que envolvem dois ou mais serviços das Forças armadas		Golpes de Estado
	Operações em áreas urbanas - operações realizadas em zonas de urbanização significativa		Operações de Guerra Psicológica
	Operações de Guerra Discrecional - operações encobertas (ver operações diretas encobertas) conduzidas no interior de outro Estado, que não deixam indícios ou que indiquem e declarem uma intenção hostil do Estado que a realizou, geralmente executadas por unidades altamente treinadas de um dos serviços das forças armadas		Operações de Desinformação Estratégica
	Operações de Guerrilha - uso de forças não convencionais ou irregulares associadas à guerra revolucionária com objetivo de assediar e frustrar as forças inimigas com um número mais reduzido de forças, desempenhando emboscadas e golpes de mão, seguido sempre de uma retirada		Operações de Recolha de Inteligência operacional e tática
	Operações aerotransportadas/aeromóveis - operações cujo meio de projeção de forças (material e pessoal) é por desembarque de paraquedas ou desembarque por helicópteros		Interceção rádio das comunicações entre comandantes de forças (posição de forças por triangulação, intenção e planos)
	Operações de Ligação/Junção - operações que interligam ou combinam duas unidades distintas		Reconhecimento aéreo com câmaras de FLIR (<i>Forward-Looking-Infra-Red</i>) e térmicas
			Reconhecimento de Combate (unidades de reconhecimento)
			Postos de Observação e Escuta, equipas <i>sniper</i> , oficiais observadores avançados,
			Contato com a população local

Fonte: Elaboração Própria

Relação entre área de operações e ambiente operacional

A ação prática e descritiva destes pilares que na dimensão tática correspondem à “empenhamentos baseados em TTP’s – táticas, técnicas e procedimentos – entre forças governamentais e o inimigo” que são formulados de acordo com um paradigma de ação dos sistemas de decisão – doutrina –, mas sofrem alterações provenientes de configurações operacionais – “objetivos estratégicos militares que foram traduzidos em planos e ações dentro da dimensão operacional da guerra” (Barlow, 2016, p. 63) – enquanto resultado das influências ambientais (*inputs*) tanto do «ambiente operacional» como do «ambiente de operações», em que o primeiro corresponde a uma “amalgamação de fatores, ameaças e circunstâncias que moldam as decisões dos comandantes e o uso eficiente das forças militares dentre a área de operações” (Barlow, 2016, pp. 66–67), e a segunda corresponde “à área geográfica em que as operações ou campanhas militares são conduzidas (...) inclui a área de responsabilidade sobre as Campanha de Estratégia Militar” (Barlow, 2016, p. 63).

Figura 21 – Relação entre área de operações e ambiente operacional



Fonte: Adaptado de Barlow, 2016, p.67

APÊNDICE 3 – MODELO DE ANÁLISE BASE E DEFINIÇÃO DOS CONCEITOS OPERACIONAIS

Modelo de Análise Base

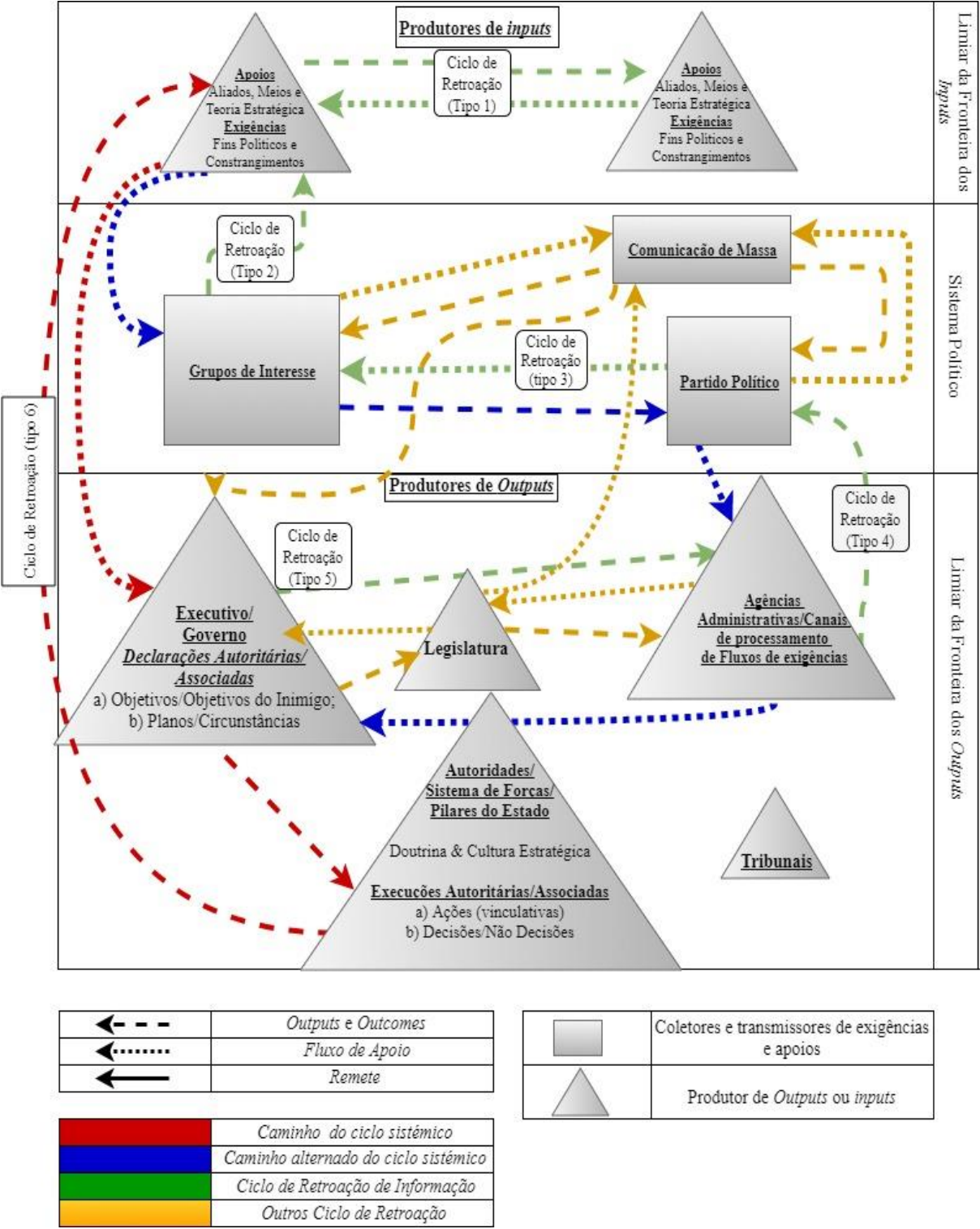
O modelo base de análise é o produto da articulação e organização dos modelos lógicos/concetuais de David Easton (1965), Coutau-Bégarie (2015) e de Eeben Barlow (2016). O modelo de análise base está numa orientação vertical (figura 28), começando pelo ambiente total/operacional onde os produtores de *inputs* se encontram – que devem ser vistos como entidades unitárias (Estados, grupos de Estados, Organizações Internacionais, grupos políticos, etc.). Estes emitem *apoios*, que na ótica do sistema estratégico Coutau-Bégarie (2015) materializam-se em meios tangíveis e intangíveis, de potenciais teorias estratégicas¹⁷. Decorrem interações entre estes *inputs* (ciclo de interação 1), que refinam aquilo que foi percebido pelos diferentes órgãos e/ou agentes do sistema político, nomeadamente do(s) partido(s), das agências administrativas de processamento de exigências, e das autoridades que procuram respostas para estes *inputs*. De modo a criar resposta a estes *inputs*, outras interações entre várias autoridades e órgãos acontecem (ciclo de retroação 2, 4 e 5).

Ademais, existem grupos de interesse que ao interagem com os órgãos e agentes do sistema político conseguem persuadir ou coagir o executivo a tomar decisões e ações que visam satisfazer os interesses, diretamente ou indiretamente, por via, geralmente, de partido (ciclo de retroação 3) ou de outros elementos do sistema político. Ocorre também ação da comunicação de massas e do legislativo que ao receber *outputs* e *outcomes* dos diferentes elementos do sistema político, que produzem fluxos de apoio positivos ou negativos sobre os mesmos, que podem variar consoante a própria natureza subjetiva da comunicação em massa, beneficiando ou prejudicando os grupos de interesse, a comunidade política, o regime político, as autoridades, o executivo, legislativo e judicial com o público geral – este elemento não será estudado. O executivo é o elemento imputado com a decisão de realizar *outputs*, sejam na forma de «Declarações Autoritárias e Associadas». No entanto, caso as premissas das declarações pretendam ser materializadas, estas terão de recorrer à «Execuções Autoritárias e Associadas», imputadas às autoridades dos sistemas de forças, na forma de «ações estratégicas de segurança», que são materializadas em TTP's (Técnicas, Táticas e Procedimentos) realizadas pelas autoridades/sistemas de forças/pilares do Estado competentes para esse efeito através da

¹⁷ Na forma de contributos académicos e práticos de pensamento estratégico desenvolvido por indivíduos ou grupos para a resolução de problemas, como a construção de doutrinas e na definição da cultura estratégica. Emitem, também, exigências, materializados em fins políticos de um ou mais inimigos/antagónicos/rivais e/ou do próprio sistema político (categorizados como *withinputs*).

tipologia de Barlow (2016). O modelo de análise final da dissertação exclui os objetos e relações da comunicação de massa, Legislatura e Tribunais, porque não trariam premissas para cumprir os objetivos da dissertação.

Figura 22 – Modelo Lógico de Análise Integrado



Fonte: Elaboração Própria (com a ferramenta [Draw.io](https://draw.io))

Definição dos Conceitos Operacionais

Adriano Moreira (2014) elabora uma discussão quanto “a necessidade da formulação de conceitos que orientem a investigação (...) no sentido de que no início da investigação do entendimento de novos factos assenta mais na intuição do que na predefinição do objeto de estudo, e que esse primeiro conceito vem finalmente ser substituído por outro já elaborado em face de experiências, por aproximações sucessivas, que então é o conceito operacional” (p. 111). O passo seguinte é o dos conceitos nominais que “resultam de uma espécie de luta com a realidade para delimitar a espécie de fenómenos que constituem o objeto de observação, com base na própria experiência” (p. 111). Esse procedimento envolve sempre “recortar um setor da realidade, com base em critérios que são discutíveis, e em atribuir um nome à realidade automatizada” (p. 111). Os conceitos nominais ou descritivos “constituem o primeiro instrumento de organização da realidade a estudar, são puramente descritivos e nunca são verdadeiros ou falsos (...) são é mais ou menos úteis para ajudar nas operações de classificar os fenómenos em categorias mais vastas ou classes para comparar, para quantificar quando esta operação é possível” (p. 112). Estes conceitos, quando organizados, em “grupos de características diretamente observáveis, na maior parte correspondem à experiência comum dos homens, e por isso são um fácil instrumento de comunicação geral” (p. 112). Os chamados conceitos operacionais “caraterizam e também limitam a capacidade metodológica do *behaviorismo*, preocupado com os comportamentos e não com os significados” (p. 112), o conceito operacional “organiza, por abstração da realidade, vários conceitos nominais de observáveis, e justifica-os pela utilidade para as operações de classificar, comparar e quantificar” (p. 113).

Quando se estudaram os vários conceitos operacionais, o procedimento começou por identificar os fenómenos que constituem objeto de observação, e que «batismo» se atribuiu a cada um daqueles fenómenos observados, tornando-o num conceito nominal ou descritivo. Todavia, estes conceitos “não se tornam operacionais até que haja uma «concretização» ou «racionalização» do mesmo face a um conceito nominal no sentido de lhe atribuir um significado comportamental” (Moreira, 2014, p. 114), para que tenham “utilidade para as operações de classificar, comparar e quantificar (...) o comportamento, pragmaticamente definido em função das necessidades e possibilidades da observação, [que] é a primeira base comum para a análise, que cada observador encaminhará de acordo com as matrizes teóricas e com as opções feitas no domínio dos problemas que constituem o ambiente da ciência política” (Moreira, 2014, p. 114).

Autoridade de Segurança/Sistema de Forças/Pilar do Estado

Órgão do Estado

Como qualquer outro elemento que compõe o Estado, uma autoridade é, antes de mais, um órgão do Estado. Marcello Caetano (2012) determina que estes são “cargos, colégios ou assembleias aos quais, segundo a Ordem Constitucional, pertence o poder de manifestar uma vontade imputável ao Estado” (p. 179), devido ao “facto de numa coletividade haver membros dela que atuam como titulares dos órgãos, isto é, como encarregados de formar e manifestar a vontade que convém aos interesses coletivos (...), exige o estabelecimento de normas que digam como é que o individuo deve agir quando atua como titular do órgão”. Por isso, “o Estado manifesta-se na vida jurídica através dos órgãos: o órgão é o Estado e qualquer ato do órgão é ato do Estado. (...) os titulares dos órgãos, quando atuam nos termos da lei, produzem atos imputáveis aos órgãos e que como tais passam a ser atos imputados pelo Estado” (pp. 182-183). Por isso, todos os órgãos têm funções como veremos.

Função do Estado

A «função do Estado» define-se como “uma atividade específica, complementar de outras atividades também específicas, cujo exercício coordenado é indispensável à produção de certo resultado” (Caetano, 2012, p. 148). Todas as funções do Estado podem ser “consideradas jurídicas no sentido de que podem constituir-se objetos do Direito, [logo] há atividades com conteúdo jurídico e outras sem conteúdo jurídico” (Caetano, 2012, p. 158). Assim, um «Órgão do Estado» pode ser definido como os «cargos, colégios ou assembleias aos quais, segundo a Ordem Constitucional, pertence o poder de manifestar, uma vontade imputável do Estado, por via da organização da força, posta ao serviço de interesses vitais, com a finalidade de garantir a estabilidade dos bens e a da duração das normas e da irrevogabilidade das decisões do Poder que importem justos interesses a respeitar».

Órgão de Segurança

Caetano (2012) desenvolve o conceito de segurança, começando por afirmar que é o primeiro fim que Estado deve garantir, caso contrário os restantes não poderão emergir. Considera que “o Poder Político dirige a defesa contra a natureza e o aproveitamento desta, concentra e disciplina esforços para a luta contra um inimigo em comum, garante no seio da própria sociedade a coexistência pacífica segundo as regras de justiça que define e impõe (...) o poder político institui uma força coletiva organizada que é posta ao serviço de interesses gerais e de princípios socialmente aceites (...) a força organizada tende a converter-se em coação jurídica” (pp. 144-145). Assim, a «Segurança» define-se como sendo a “organização

da força posta ao serviço de interesses vitais: é também, por outro lado, a garantia da estabilidade dos bens, e, por outro, a da duração das normas e da irrevogabilidade das decisões do Poder que importem justos interesses a respeitar” (p. 145), Barlow (2016) declara que “o governo, os serviços de inteligência, as agências de aplicação da lei (Policias e tribunais), as forças armadas, e a população têm a responsabilidade de proteger e defender o Estado”. Logo, é responsabilidade do governo manter e proteger a integridade e soberania do Estado, encorajando o crescimento económico, garantindo a segurança e um ambiente estável para a população”. Essa integridade do Estado “pode ser conectada a um apoio de sete pernas ou ‘pilares’, partilhando como base uma firme fundação [do governo] (...) a erosão de dois ou mais pilares erode a integridade do Estado” (p. 128).

Um «Órgão de Segurança» pode exercer as seguintes funções:

- a) «função jurídica executiva» que se trata da “atividade dos órgãos do Estado que tem por objeto direto e imediato promover e assegurar o cumprimento das leis e aplicar sanções aos infratores delas” (Caetano, 2012, p. 168), esta função visa “punir os violadores da lei, [e] obriga-las a reparar as ofensas” (Caetano, 2012, p. 168) - neste caso são as policias;
- b) «função não-jurídica política» que é definida como “a atividade dos órgãos do Estado cujo objetivo direto e imediato é a conservação da sociedade política e a definição e prossecução do interesse geral mediante a livre escolha dos rumos ou das soluções consideradas preferíveis” (Caetano, 2012, p. 172), sendo que “essa atividade fundamental, constante e extensa, que os órgãos superiores do Estado desenvolvem para assegurar a unidade e coesão nacional, definir os ideais coletivos, escolher os objetivos concretos a realizar em cada época e os meios a empregar, manter o equilíbrio constitucional, defender interesses nacionais na ordem externa, garantir a segurança do Estado, etc., e que não toma qualquer forma externa ou se traduz em atos políticos ou atos de governo subtraídos em larga medida à disciplina jurídica” – as forças armadas detêm esta função. O princípio fundamental “da função política é o interesse geral (...) a característica do exercício é a liberdade de opção entre várias soluções possíveis (...) Quem governa, opta (...) ao traçar certa orientação ou ao adotar certo plano, escolhe uns caminhos e rejeita outros” (Caetano, 2012, p. 172);
- c) «função não-jurídica técnica» que são as funções onde “a atividades dos agentes do Estado cujo objeto direto e imediato consiste na produção de bens ou na prestação de serviços destinados à satisfação de necessidades coletivas de caráter material ou cultural, de harmonia com preceitos práticos tendentes a obter a máxima eficiência dos meios empregados” (Caetano, 2012, p. 172).

Outputs – Ações Estratégicas de Segurança – Declarações e Execuções Autoritárias e Associadas

No âmbito da teoria geral da ação de Parsons (1968), a primeira característica principal da «ação» é um certo «atomismo», que pode ser descrita como “a forte tendência a considerar principalmente as propriedades de atos unitários concetualmente isolados e de inferir as propriedades dos sistemas de ação apenas por um processo de generalização «direta» a partir destes”. Ou seja, apenas os “modos mais simples e mais óbvios de relacionamento dos atos de unidade nos sistemas – os indispensáveis para a ideia de um sistema – são considerados”. Estas ações devem ser “agrupadas de acordo com os atos que são, de acordo com o ator, como uma unidade agregada”. Os atos potenciais de um ator “podem ser relevantes como meios e condições para a situação de ação do outro, e assim adiante¹⁸” (p. 52).

Parsons (1968) define, categoricamente, o que significa «ação» ou «ato». Um «ato» envolve, logicamente, o seguinte: 1) “implica um agente, um «ator»”; 2) “para fins de definição, o ato deve ter um «fim», um estado de coisas futuro para o qual o processo de ação é orientado”; 3) “deve ser iniciado em uma «situação¹⁹» da qual as tendências de desenvolvimento diferem em um ou mais aspetos importantes do estado de coisas para o qual a ação é orientada, o fim” (p. 44). 4) “há inerente na conceção desta unidade, nas aplicações analíticas, um certo modo de relação entre esses elementos²⁰” (pp. 44-45).

O essencial para o conceito de ação é que deve “haver uma orientação normativa, não que isso deva ser de qualquer tipo particular” (p. 45). Portanto, a primeira importante implicação é que “um ato é sempre um processo no tempo (...) a categoria de tempo é elementar para o esquema”. O conceito de «fim» implica, sempre, uma “referência futura, a um estado que ainda não existe e que não existiria se algo não fosse feito pelo ator ou, se já existente, não

¹⁸ Não obstante ao que é explicado pelo autor, este adverte que “é natural que nas fases iniciais de desenvolvimento de um sistema teórico, os seus adeptos devem trabalhar esquemas concetuais que pareçam ser mais adequados e simples”, e que “somente com o acúmulo de conhecimento factual [experiências repetidas] e com o trabalho mais refinado e subtil de implicações e dificuldades lógicas que as possibilidades mais complexas são levadas em consideração”, sendo que é “na fase de desenvolvimento, mais próximo do nível de senso comum, que, geralmente, se encontra uma tendência atomística nas teorias científicas” (p. 52).

¹⁹ O autor explica que esta situação é, por sua vez, analisável em dois elementos: a) “aqueles sobre os quais o ator não tem controlo, isto é, que este não pode alterar ou impedir de ser alterado, em conformidade com o seu fim”; b) “aqueles sobre os quais este tem controlo”, a primeira “pode ser denominada de «condições» de ação, a última os «meios»” (p. 45).

²⁰ O autor esclarece que “na escolha de meios alternativos para o fim, na medida em que a situação permite alternativas, há uma «orientação normativa» de ação” (p. 44). O autor continua a explicar que dentro da área de controlo do ator, “os meios empregados não podem, em geral, ser concebidos nem escolhidos aleatoriamente ou como dependentes, exclusivamente, das condições da ação, mas devem, em algum sentido, estar sujeitos à influência de uma escolha seletiva independente e com fator determinante, cujo conhecimento é necessário para a compreensão do curso de ação concreto” (pp. 44-45).

permanecesse inalterado”. O processo, visto principalmente em termos de sua relação com os fins, “é chamado de «realização», «cumprimento» e «conquista»”.

Segundo, o facto de que “uma gama de escolhas abertas ao ator com referência tanto aos fins quanto aos meios, em combinação com o conceito de uma orientação normativa de ação, implica a possibilidade de «erro», do fracasso em alcançar fins ou fazer a escolha «certa» de meios” (pp. 45-46).

Terceiro, o quadro de referência do esquema “é subjetivo em um sentido particular”, isto é, “lida com fenómenos, com coisas e eventos como estes aparecem do ponto de vista do ator cuja ação está sendo analisada e considerada”. Os fenómenos do «mundo externo» “desempenham um papel importante na influência da ação²¹” (Parson, 1968, p. 46).

Existe ainda uma quarta implicação em que o autor declara que “para fins da teoria da ação, não é necessário ou desejável levar a cabo tais análises [de modelos de referência de todas ou algumas outras ciências] na medida em que a ciência em geral seja capaz de fazer”. Ou seja, o autor sugere que “o limite é definido pelo quadro de referência com o qual o aluno da ação trabalha, isto é, este está interessado em fenómenos com um aspeto que não pode ser reduzido a termos de ação apenas na medida em que estes colidem com o esquema de ação de maneira relevante – no papel de condições ou meios”, desde que as “suas propriedades, que são importantes neste contexto, possam ser precisamente determinadas, estas podem ser consideradas como dados sem análise adicional” (p. 47).

Grande Estratégia, Poder Nacional e Segurança Nacional

A ação da estratégia é a materialização da vontade de uma Estratégia, nesse caso, uma Estratégia Nacional ou Grande Estratégia. Se observarmos a hierarquia da Guerra elaborada por

²¹ Portanto, a segmentação de uma ação deve ser efetuada, de acordo com o autor, “na medida em que podem ser utilizados por esse esquema teórico particular, estes devem ser redutíveis a termos que são subjetivos nesse sentido particular” (p. 46). Este facto, continua o autor, “é de fundamental importância na compreensão de algumas das peculiaridades das estruturas teóricas que estão sendo consideradas aqui” (p. 46). O mesmo facto, explica o autor, introduz “uma complicação adicional que deve ser continuamente lembrada (...) que toda ciência empírica [que é este estudo] está preocupada com a compreensão dos fenómenos do mundo externo” (p. 46). Então, os factos da ação são, para o cientista que os estuda, afirma o autor, “factos do mundo externo – nesse sentido, factos objetivos” (p. 46), isto é, “a referência simbólica das proposições que o cientista chama de factos é para os fenómenos «externos» ao cientista, não para o conteúdo de sua própria mente (p. 46)”. Mas, neste caso particular, o autor declara que ao contrário do que ocorre nas ciências físicas, “os fenómenos em estudo têm um aspeto subjetivo cientificamente relevante” (p. 46). Portanto, continua o autor, “enquanto o cientista social não está preocupado em estudar o conteúdo de sua própria mente, este está muito preocupado com o das mentes das pessoas cuja ação este estuda”. Isso exige, acrescenta o autor, “a distinção dos pontos de vista objetivos e subjetivos”. A distinção e a relação entre as duas são de grande importância. Por «objetivo», nesse contexto, explica o autor, “sempre se entende do ponto de vista do observador científico da ação”, e pelo “«subjetivo», do ponto de vista da ciência, o «ator»” (p. 46). Uma consequência posterior, termina o autor, “decorre da «subjetividade» das categorias da teoria da ação” (p. 46), por exemplo, “quando um biólogo ou um psicólogo comportamentalista estuda um ser humano é como um organismo, uma unidade separada espacialmente distinguível no mundo” (p. 46).

Barlow (2016) percebe-se que “quaisquer que sejam as razões percebidas ou aclamadas para se fazer a Guerra”, existe a necessidade de construir “uma hierarquia específica para a tomada de decisão, que toma lugar antes da vontade do governo de empregar as forças armadas na batalha”. Estabelece-se uma “Hierarquia da Produção de Decisão continua e relevante, independentemente do tipo de governo ou ameaça, e começa [a sua atividade] pela formulação da Estratégia Nacional” (Barlow, 2016, p. 141).

Em resumo, a Estratégia Nacional refere-se ao “desenvolvimento e implementação de planos políticos que o governo coloca para incentivar os compromissos políticos, económicos, militares, diplomáticos, sociais e outros esforços para avançar os interesses da nação (e em alguns instantes o das classes ou elites governantes)” (Barlow, 2016, p. 141).

O conceito de «Grande Estratégia», também denominada de Estratégia Nacional, de acordo com o Coronel Collins (1973), enuncia-se como sendo “a arte e a ciência de empregar o «poder nacional» em todas as circunstâncias para exercer os tipos e graus de controlo desejados sobre a oposição aplicando a força, a ameaça de força, pressões indiretas, diplomacia, subterfúgio e outros meios imaginativos para alcançar os objetivos de segurança nacional (...) exprime a visão do governo sobre a forma como este pretende posicionar o Estado²² no curto, médio e longo prazo (...) define o papel que o governo intenciona para a conduta do Estado, domesticamente, na região, no continente e internacionalmente, e identifica como as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças podem ser exploradas ou neutralizadas para o benefício do Estado” (p. 273). A Estratégia Nacional de Segurança “é a componente da Estratégia Nacional que define a perceção do governo sobre quem poderá ser o inimigo ou ameaça, e que perigo este impõe sobre o Estado (...) também sugere como as ameaças podem ser vencidas pela projeção de forças” (Barlow, 2016, p. 26). Este conceito permite classificar, concetualmente, o que era a *Total National Strategy* e a *Total Counter-Revolutionary Strategy*.

²² Barlow explica que o desenvolvimento de uma Estratégia Nacional de Segurança deve “implicar a assessoria, aplicação, alinhamento, coordenação e monitorização de todos instrumentos do poder nacional para alcançar os objetivos que incrementem e assegurem a segurança nacional” (p. 51). Ademais, acrescenta que “aqueles que produzem a Estratégia Nacional de Segurança devem ter uma «Visão da Segurança Nacional» que considera um conjunto de elementos que devem ser considerados para a criação de uma «Política de Segurança Nacional»” (p. 51), que deve “analisar e assessorar sobre os riscos e ameaças de longo prazo, considerando, não apenas a probabilidade e o nível de perigo colocado pelos inimigos e as ameaças, mas, adicionalmente, ao tempo que irá demorar para desenvolver os meios para deter-los e sobre os quais as circunstâncias em que a política será implementada” (p. 51).

Figura 23 – Hierarquia da Estratégia de Barlow (2016)

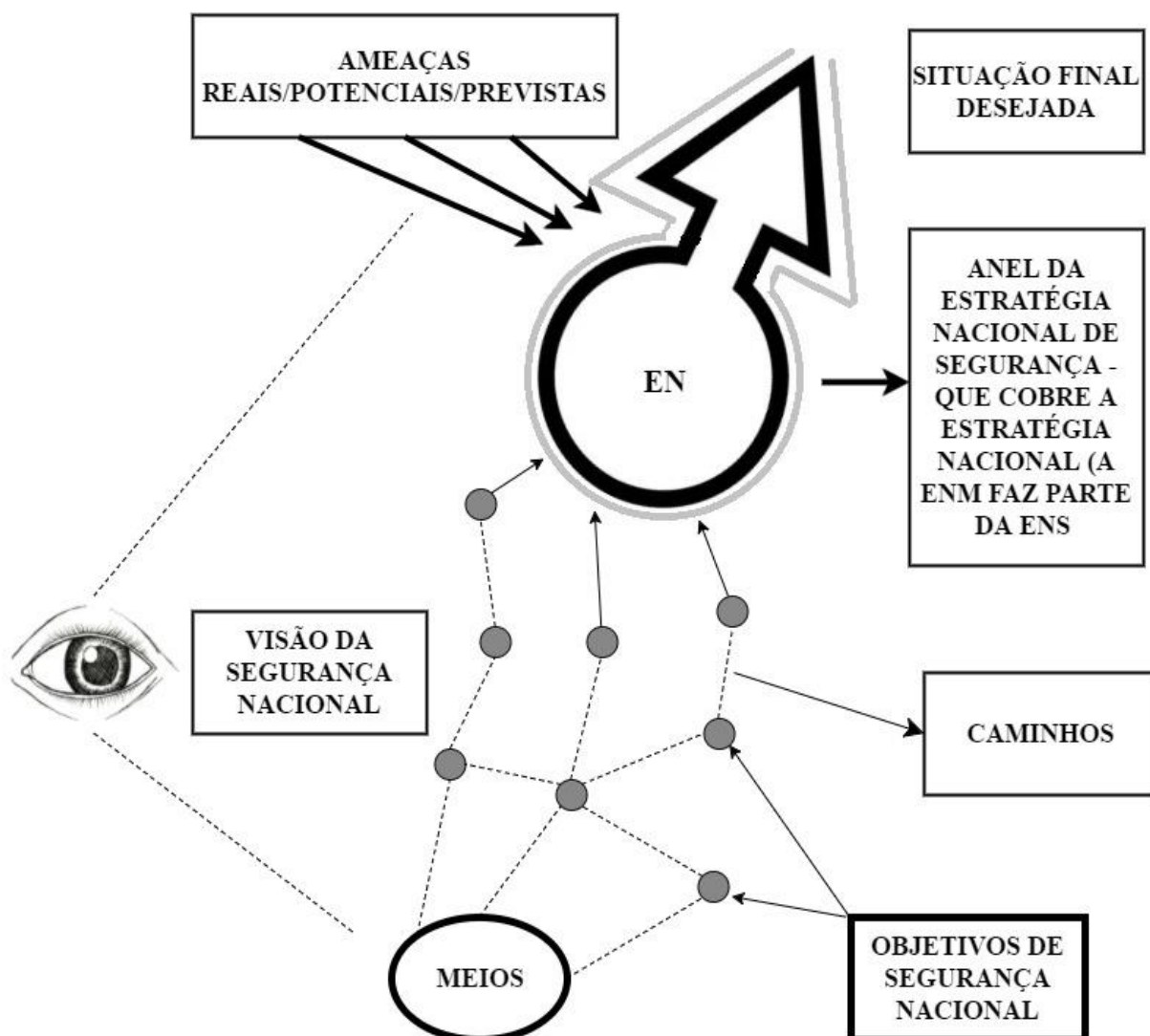


Fonte: Adaptado de Barlow, 2016, 25

Barlow (2016) declara que uma «Estratégia Nacional de Segurança» deve “fortalecer e apoiar os «Pilares do Estado» contra um pacote de vasta gamas de ameaças que incluem ameaças militares e não militares” (p. 51). Para conseguir isso, uma Estratégia Nacional deve expressar-se sobre os seguintes termos: a) ameaças – antecipadas, correntes e previstas; b) fins – situação final desejada; c) Eixos/Caminhos – métodos pelo qual se alcançam os fins desejados; d) meios – recursos disponíveis ou necessários para alcançar os fins, considerando que “os meios terão a necessidade de ser reforçados para assegurar que os eixos em que estes serão utilizados possam ser empregues (...) além disso uma «Estratégia Nacional de Segurança» apenas será exequível (economicamente, realisticamente e sustentavelmente) se os fins, eixos e meios encontrarem-se balanceados, alinhados e sincronizados” (p. 51).

No esquema de desenvolvimento da Estratégia Nacional é possível agrupar e relacionar num mesmo fluxograma os elementos essenciais para a produção de uma Estratégia Nacional para concretizar uma situação final desejada imaginada. Barlow (2016) explica isto num arquétipo para o desenvolvimento de uma Estratégia Nacional de Segurança (africana).

Figura 24 – Arquétipo para o desenvolvimento de uma Estratégia Nacional de Segurança



Nota: ENM – Estratégia Nacional Militar; ENS – Estratégia Nacional de Segurança;

Fonte: Elaboração Própria (Draw.io) adaptado de Barlow, 2016, p.52

Do conceito anterior, deve-se considerar o conceito nominal de «Poder Nacional» que é “a soma total das capacidades ou potencialidades de qualquer nação derivada de políticas disponíveis, económicas, militares, geográficas, sociais, científicas e tecnológicas. Liderança e vontade nacional são os fatores unificadores” (Collins, 1973, p. 269). Este conceito permite apresentar os meios e atributos disponíveis e/ou necessários para a realização de uma ação estratégica. O conceito de Segurança Nacional permite definir objetivamente a causa final da realização da ação estratégica que se pretende operacionalizar nesta dissertação, que define-se como a “proteção de uma nação de todos os tipos de agressão externa, espionagem, reconhecimento hostil, sabotagem, subversão, aborrecimento e outras influências inimigas” (Collins, 1973, p. 273).

Ação da Estratégica

No Papel Branco da Defesa de 1977, foram definidas as áreas de segurança nacional que deveriam receber atenção interdepartamental, sendo previstas as seguintes ações (estratégicas): 1) Ação política; 2) Ação militar/Paramilitar; 3) Ação económica; 4) Ação Psicológica; 5) Ação científica e tecnológica; 6) Ação cultural-religiosa; 7) Serviço de Pessoal; 8) Serviços de informação; 9) Serviços de Segurança; 10) Logística Nacional, recursos e produção de Serviços; 11) Serviços de transporte e distribuição; 12) Serviços financeiros; 13) Serviços comunitários; 14) Serviços de telecomunicações. Reconhece-se que todas estas ações e serviços prestados são de importância material e formal para a Segurança Nacional, no entanto apenas serão estudadas aquelas cujo objetivo é afetar diretamente ou indiretamente, e fisicamente (ativos tangíveis), os dispositivos e sistemas de forças dos inimigos.

Portanto, e de forma a compreender o anterior, o conceito operacional de Ação estratégica de segurança é definido a partir da agregação de vários conceitos nominais ou básicos, tendo como base o conceito de «ação da Estratégia» de Liddel Hart (1974), sendo uma ação que “no plano físico, ou logístico, é o resultado de um movimento que: a) altera as disposições do inimigo e, ao criar, de repente, uma “Mudança da frente”, desloca a distribuição e organização das forças; b) separa as forças; c) põe em perigo as provisões; d) ameaça a rota ou as rotas pelas quais poderia recuar em caso de necessidade e de se restabelecer na sua base ou pátria” (p. 326). Naturalmente, Hart (1974) pretendia definir um conceito aplicável para ação militar, todavia, podemos extrapolar o conceito para estudar outros sistemas de forças e respetivas ações, no contexto de ação de segurança.

Objetivos Nacionais e Objetivos de Segurança

Os «Objetivos Nacionais» são “os objetivos fundamentais, metas ou propósitos de uma nação para a qual as políticas são direcionadas e as energias são aplicadas. Estes podem ser de curto, médio ou longo alcance na natureza” (Collins, 1973, p. 273). Logo, os «Objetivos Nacionais de Segurança» são “objetivos nacionais que visam, primordialmente, proteger os «interesses nacionais» de ameaças, tanto externas como internas” (Collins, 1973, p. 273), sendo «interesses nacionais» definido como “um conceito altamente generalizado de elementos que constituem as necessidades imperiosas de um Estado, incluindo a auto preservação, independência, integridade nacional, segurança militar e bem-estar económico” (Collins, 1973, p. 273). Ambas estratégias aplicam este conceito, para guiar os meios ao dispor, para a concretização de uma situação final desejada – onde os interesses nacionais se encontrem salvaguardados.

Políticas Nacionais de Segurança

«Políticas Nacionais» são as “grandes linhas de ação ou declarações de orientação adotadas por um governo na prossecução de objetivos nacionais”; o terceiro conceito é o de «Estratégia Nacional» que é definido como “a arte e a ciência de empregar o Poder nacional em todas as circunstâncias, durante a paz e a guerra, para atingir os objetivos nacionais” (p. 273). No que se relaciona com as «Políticas Nacionais», é do interesse desta dissertação as políticas específicas relacionadas com Segurança, logo, são as “políticas nacionais que orientam, principalmente, a consecução de objetivos nacionais de segurança” (Collins, 1973, p. 273). Ambas estratégias aplicam expõe linhas de orientação – nomeadamente a *Total National Strategy* –, enquanto que a *Total Counter-Revolutionary Strategy* tinha apenas um curto número de declarações de orientação. Importa perceber que estas políticas são a «mensagem» que explica aos subordinados responsáveis pela execução das ações estratégicas, que conduta, ou tipo de conduta, devem estes adotar para a concretização de uma situação final desejada.

APÊNDICE 4 – ASCENÇÃO E DEFESA DA *AFRIKANERDOM*

Afrikaner Broederbond – O Corporativismo Africâner

Para explicar o corporativismo africâner, é necessário explicar os acontecimentos que se deram após a Guerra Anglo-Bóer, e explicar como se relacionaram e uniram-se os grupos e organizações africâneres na tarefa de concretizar os interesses nacionalistas africâneres e a aquisição do poder político. Até a Guerra Anglo-Bóer, “o modo de vida rural era implícito na *afrikanerdom*” (Moodie, 1975, p. 49). A urbanização generalizada dos africâneres na sequência da guerra, enquanto resultado da política da terra queimada, “acabaria por efetuar uma nova atitude em relação à cidade” (Moodie, 1975, p. 49). Enquanto isso, “o preconceito rural contra o mal das cidades combinado com o medo da anglicização no grito reverberante de «volta para a terra» (...) até 1923, o Dr. Malan pedia que os africâneres urbanos fossem reassentados no *platteland* [campo]” (Moodie, 1975, p. 49). No entanto, um grupo de Africâneres da *Rand* [Witwatersrand] descobriu que “a velocidade e a extensão em que a urbanização estava em curso significava que as cidades poderiam ser conquistadas pelos africâneres e a *afrikanerdom*” (Moodie, 1975, p. 49). O estabelecimento de blocos africâneres sólidos nas cidades “enfraqueceu a influência da língua inglesa”. Além disso, “esses guetos africâneres eram suficientemente numerosos para garantir o estabelecimento de escolas e igrejas urbanas africâneres” (Moodie, 1975, p. 49), estes últimos deveriam servir de canais para a “propagação entusiástica do novo nacionalismo liberal” (Moodie, 1975, p. 50). Entre as organizações que surgiram naquele momento para promover os objetivos nacionalistas despertados pelo movimento da língua africâner foi a *Afrikaner Broederbond*²³. O propósito explícito desta sociedade era “reunir jovens africâneres sérios em Joanesburgo e ao longo do *Reef* para:

- a) realizar uma unidade saudável e progressiva entre todos os africâneres que procuram ativamente o bem-estar do africâner.
- b) despertar a autoconsciência nacional do africâner e inspirar o amor da língua, religião, tradições, país e pessoas africâneres.
- c) para promover cada preocupação da nação africâner.

A adesão foi restrita a protestantes que “falassem africâner, que aceitavam a África do Sul como a sua pátria, que fossem de caráter moral sólido e permanecessem firmes na defesa de sua identidade africâner” (Moodie, 1975, p. 50). O *Bond* foi, em primeiro lugar, “limitado a apenas uma pequena banda de africâneres ardentes em Witwatersrand, cujas principais

²³ O autor explica que “esta *Afrikaner «Brothers 'League»* foi fundado (...) por Henning Klopper (17 janeiro 1895 – 20 novembro 1985), que mais tarde iniciaria a *Ossewatrek*”.

atividades visavam assegurar a aceitação dos africâneres como igual ao inglês na vida social e econômica da cidade” (Moodie, 1975, p. 50).

Assim, os *Broers* “insistiam em falar africâner em público e insistiram em serem atendidos em africâner nos locais de negócios” (Moodie, 1975, pp. 50-51). A *Bond* realmente se enraizou quando “um grande número de professores se juntou a este, incluindo Ivan Lombard, que seria secretário geral por três décadas, e um certo Greybe, o presidente do *Transvaal Onderwysers Vereniging*” (Moodie, 1975, p. 51). A aquisição de professores como membros significava que a *Bond* fosse “fortalecida por novos membros entusiastas, mas, também, que esses professores seriam altamente influentes na formação das mentes da geração seguinte” (Moodie, 1975, p. 51). Ao contrário do movimento da língua no Cabo, “a *Broederbond* de Henning Klopper também tinha fortes tendências republicanas” (Moodie, 1975, p. 51). Por conseguinte, apesar do objetivo original da *Broederbond* para africâneres, esta organização semirreligiosa foi “uma agência potencialmente importante para a propagação da fé civil completa” (Moodie, 1975, p. 51).

O crescimento desta *Broederbond* e a difusão geral da religião civil devem ser colocados no contexto político e religioso. A realização da intenção original da *Broederbond* era “o cultivo positivo da boa vontade recíproca, amizade e fraternidade como fatores vinculantes na luta para reunir todos os africâneres que falam africâner” (Moodie, 1975, p. 99) que desejavam a elevação do povo africâner. Quando a *Bond* se tornou secreta e encoberta, em 1922, com Ivan Lombard como secretário organizador, a sua influência “começou a se estender muito além do *Rand*” (Moodie, 1975, p. 99) em que os membros, provenientes de todas as partes do país, tornaram-se “numa nova elite africâner que se sentia unida em uma cruzada civil-religiosa para o povo” (Moodie, 1975, p. 99). Embora o centro administrativo da *Bond* permanecesse em Joanesburgo, “a sua liderança ideológica mudou-se para Potchefstroom, onde o professor J. C. van Rooy tornou-se presidente”. Este foi um fator muito determinante na direção que a *Bond* deveria tomar, pois Potchefstroom era o viveiro do kuyperianismo²⁴” (Moodie, 1975, p. 99).

A principal unidade organizacional para atividades da *Bond* era a «divisão» ou «célula» local constituída “por entre cinco e vinte membros que se reuniam pelo menos uma vez por mês para discutir como a vida étnica do africâner poderia ser enriquecida” (Moodie, 1975, p. 100). Cada célula era “idealmente composta de representantes de uma variedade de ocupações diferentes, de modo que uma secção transversal da opinião africâner poderia se expressar nas

²⁴ O autor explica que a doutrina ‘kuyperiana’, criada pelo pastor holandês Abraham Kuyper (29 de outubro 1837 – 8 de novembro 1920), pregava a exclusividade imutável das nacionalidades étnicas, e que todas as diferentes esferas da vida nacional estavam incluídas no chamamento de Deus.

reuniões” (Moodie, 1975, p. 100). A *Bond* tentou assim criar “uma multiplicidade de grupos primários nos quais «pessoas comuns» poderiam interagir criativamente para provocar mudanças desejadas” (Moodie, 1975, p. 100). O vínculo seria baseado sobre a noção de que “se muitas pessoas se juntassem num espaço, estes poderiam ouvir discursos e concordar ou discordar, mas estes realmente não podem deliberar um com o outro (...) o resultado foi que os líderes poderiam criar planos e realizá-los, mas não os membros comuns (...) o vínculo surgiu assim das pessoas comuns que queriam ajudar” (Moodie, 1975, p. 100).

Em 1944, “um terço dos *Broers* eram professores e quase um décimo eram funcionários públicos” e “a maioria da percentagem restante eram agricultores ricos (...) podendo se assumir de forma segura que uma proporção relativamente alta de académicos africanos, os clérigos do Kuiperianismo, bem como a persuasão do *volkskerk*, e uma série de advogados rurais eram importantes membros importantes” (Moodie, 1975, p. 100). Uma vez que a elite da *plattel* (rural) “consistiu no magistrado e advogado local, o médico, o pastor, o diretor da escola e os agricultores mais ricos, a adesão rural do *Bond* foi claramente extraída da «gentry» local”. Entre os novos africanos urbanos, “os canais mais rápidos para o avanço social residiam no ensino ou no serviço civil, então aqui também a participação da *Broederbond* era surpreendentemente semelhante ao puritanismo inglês pré-revolucionário, que era (...) a religião política de intelectuais (ministros) e cavalheiros” (Moodie, 1975, p. 100).

No entanto, apesar desta política explícita de recrutar apenas jovens zelosos, “no momento da declaração de Lombard, a *Bond* tinha vigência há vinte e cinco anos; e não há motivo para duvidar do relatório de 1944 da inteligência militar de Smuts de que os membros de *Bond* de facto detiveram posições de liderança no Partido Nacional, negócios e sindicatos africanos, o serviço civil, a profissão docente e os sínodos do NGK (*Nederduitse Gereformeerde* – Igreja Holandesa Reformada)” (Moodie, 1975, p. 101). Se esse fosse o caso, então, a *Bond* foi “extraordinariamente astuta na seleção de seus jovens promissores, ou a adesão ao *Bond* era útil para o avanço profissional (...) provavelmente ambos os fatores foram aplicados (...) uma vez que a elite Africano era muito pequena na década de 1920 e na década de 1930, homens jovens com ambição e habilidade deveriam ter sido amplamente conhecidos” (Moodie, 1975, p. 101). A *Broer* dava preferência “aos africanos e outras pessoas e empresas bem-dispostas no setor económico, público e vida profissional” (Moodie, 1975, pp. 101-102). Os principais princípios da fórmula de iniciação da seguinte maneira:

1. “O futuro membro é informado de que a *Afrikaner Broederbond* nasceu da profunda convicção de que a nação africano com seu próprio carácter e tarefa foi chamada a ser nesta

terra pela mão de Deus e está destinada a continuar a existir tanto tempo como Deus assim o desejar” (Moodie, 1975, p. 103);

2. “Espera-se que viva e apresente a firme convicção de que o destino das nações é controlado por uma mão Todo-Poderoso e Divino e se manter firme no cristianismo, sua tradição tímida, fundada nas duas mesas da Lei Sagrada de Deus [os Dez Mandamentos], que é a herança da nossa nação africâner” (Moodie, 1975, pp. 103-104);
3. “Vocês devem se esforçar para a realização dos ideais do *Bond*, não só cooperando em esforços organizados, mas também por sua conduta individual na sua própria esfera de influência e círculo de trabalho, inspirado e apoiado por seus irmãos e orientado pelos ideais do *Bond*” (Moodie, 1975, p. 104);

O início da iniciação revelava “uma correspondência íntima entre os princípios governantes da *Bond* e a teologia civil africâner totalmente desenvolvida da década de 1940” (Moodie, 1975, p. 104). Subjacentes a ambos era a “convicção de que Deus havia eleito o povo africâner para um mandato especial, conforme demonstrado pela sua história na tradição histórico-cristã” (Moodie, 1975, p. 104). Um quarto princípio ao qual o novo iniciado teve que jurar “ênfaticamente a necessidade de segredo sobre as atividades da *Bond*, especialmente os nomes dos colegas (...) o sigilo levava ao exclusivismo e egoísmo grupal (...) quando o grupo era convocado para servir fins exclusivistas, essa tendência era, naturalmente, ainda mais fortalecida” (Moodie, 1975, p. 104). Em virtude da eleição do povo por Deus, “cada africâner era parte de uma elite (...) mas, dentro desta elite, membros do *Broederbond* eram especialmente escolhidos (...) o procedimento era cuidadoso na seleção de membros que não podia deixar de reforçar o senso psicológico de haver sido mandatado por Deus para servir a *Afrikanerdom* de forma especial” (Moodie, 1975, p. 104).

Uma vez que um indivíduo era iniciado na *Bond*, “este deveria participar de reuniões regulares nas quais foram discutidos assuntos de interesse vital para o povo africâner, como a pobreza dos africâneres, a educação materna, a anglicização da *afrikanerdom*, a segregação racial, etc.” (Moodie, 1975, pp. 104-105). Todas as propostas sobre tais questões eram consideradas, “pelo menos de um ponto de vista alargado do africâner, em virtude da composição da associação celular” (Moodie, 1975, p. 105). Uma vez que “uma sugestão específica para promover a causa do Africâner fora aprovada por um grupo local, era submetida a debate para outras células locais em toda a terra” (Moodie, 1975, p. 105). Finalmente, “a proposta seria apresentada antes da assembleia-geral anual da Obrigação”. Se fosse ratificado, o próximo estágio era “submetê-lo ao Povo” (Moodie, 1975, p. 105). A questão em si, com

todos os prós e contras, não era submetida ao povo em nome do *Broederbond* (...) porque a *Bond* não procurava nenhum crédito por si só”. As propostas eram normalmente deixadas nas mãos das pessoas que tinham mostrado a maior preocupação com o problema e que estavam mais informadas sobre isso” (Moodie, 1975, p. 105). A maneira usual para esses especialistas trazer seu caso “era convocando um *Volkskongres* (Congresso do Povo), que recebia muita publicidade na imprensa africâner e que todos os africâneres interessados eram convidados a participar” (Moodie, 1975, p. 105). Tais *Volkskongresse* “geralmente levavam à formulação de uma associação independente especificamente dedicada a promover as propostas que se originavam no segredo da discussão da *Broederbond* e eram seladas pela aprovação do povo e no *Volkskongres*” (Moodie, 1975, p. 105).

Como a *Broederbond* se difundiu além do Transvaal, os membros “começaram a estabelecer novas associações culturais voluntárias para promover a ideologia nacional cristã” (Moodie, 1975, p. 102). A província do Cabo e do Estado Livre de Orange “já queriam uma vida associativa intensa (...) mesmo nas mais pequenas aldeias havia a sociedade de debate, o grupo juvenil, a associação de mulheres, a sociedade dramática, a cooperativa agrícola, etc.” (Moodie, 1975, p. 102). No entanto, em contraste com as organizações estabelecidas antes de 1925, “os corpos mais novos (*Broederbond* inspirado) acentuaram a afirmação e a proselitismo positivo” (Moodie, 1975, p. 102). No fundo da luta espreitava a consciência de que “a cultura africâner ainda não se tornou algo que o próprio Africâner poderia reivindicar através de ação e aplicação (...) na tradição mais antiga e liberal, as associações voluntárias foram estabelecidas para atender a certos fins limitados, como entretenimento, caridade, educação moral dos jovens, ou falar e leitura informal dos africâneres” (Moodie, 1975, p. 102). Este compromisso político mais amplo do *Bond* foi cuidadosamente delineado e especificado no congresso de 1933 nos seguintes termos:

O vínculo esperava que todos os *Broers* procurassem os seguintes sete ideais nas atividades políticas:

1. A eliminação de tudo o que entrasse em conflito com a plena independência internacional da África do Sul.
2. Remoção da inferioridade na organização estadual da seção africâner e sua linguagem.
3. Separação de todas as raças domiciliadas na África do Sul.
4. Abolição da exploração por estrangeiros dos recursos naturais e da população da África do Sul. Isto deveria incluir um desenvolvimento industrial mais intensivo.

5. Reabilitação da comunidade agrícola e a garantia de um padrão de vida civilizado através do trabalho para todos os cidadãos brancos.
6. A nacionalização das finanças e a coordenação prevista da política económica.
7. “A *afrikanerization* da nossa vida pública e a nossa educação numa direção nacionalista cristã, deixando livre o desenvolvimento interno de todos os setores da população na medida em que isso não seja perigoso para o estado” (Moodie, 1975, p. 103).

Ficaria assim claro que a *afrikaner broederbond* seria o grupo de interesse principal na ascensão e defesa dos interesses do povo africâner, influenciando todo o espectro da vida desse povo e das decisões políticas, sociais, económico, etc.

Ascensão Política da Afrikanerdom e criação do Apartheid

a. Políticas de Daniel François Malan – Segregação Racial

Daniel François Malan (22 maio 1874 – 7 fevereiro 1959), outrora pastor da Igreja Reformada Holandesa, possuía uma visão – manifestada numa tendência/vontade pessoal – em que os africâneres, e inclusive outros grupos brancos sul-africanos, seriam africanos em equiparação com os nativos, e não colonizadores. Esta iteração ficou manifestada num discurso após a vitória do PN em 1948, quando Malan (cit. por Barber & Barratt, 1990, p. 35) disse: “Nós somos parte de África (...) as nossas ações aqui na África do Sul são largamente influenciadas pelo o que toma lugar no resto de África. Não desejamos apenas posicionarmos em termos amigáveis com os territórios de África por essa razão, mas também temos um crescente comércio com estes territórios. É inevitável que pelo comércio, pela tentativa do controlo de doenças, a África do Sul está integrada nestes territórios” (Malan, 1948. Esta visão – de “aceitação de uma identidade africana, o empenho em forjar ligações materiais, a assunção da liderança natural branca – mas, haviam sinais que o contexto em que seriam procurados iria mudar dramaticamente do desenrolar dos anos” (Barber & Barratt, 1990, p. 36). Malan “não perdeu tempo em transformar a muito esforçada vitória [das eleições de 1948] em ação legislativa”. Constituindo, em muitas instancias, sobre existente legislação promulgada sobre governos anteriores, o PN “rumou para aquilo que se tornariam nos pilares da legislação do *apartheid*” (Alden, 1996, p. 15). No entanto, “enquanto muitos ideólogos do PN que, naquele tempo, queriam introduzir a política de completa separação territorial das diferentes comunidades étnicas da África do Sul, o próprio Malan era opositor destas bases pragmáticas” (Alden, 1996, pp. 15-16), tendo declarado que (cit. por Alden, 1996, pp. 15-16): “Caso alguém possa criar um *apartheid* territorial total, caso seja praticável, todos poderiam admitir que poderia ser um estado ideal de negócio (...) mas essa não é a política do nosso partido. [A

separação territorial total é] impraticável sobre as condições atuais da África do Sul, onde toda a nossa estrutura económica baseia-se em larga extensão na mão-de-obra nativa”.

Durante o mandato enquanto Primeiro-Ministro, de 4 de junho de 1948 até 30 de novembro de 1954, as primeiras medidas²⁵ do Partido foram na área social, nomeadamente com o «Ato de Proibição de casamentos mistos de 1949» e o «Ato de Imoralidade de 1950» onde “relações sexuais e casamentos entre brancos e negros não seriam oficialmente tolerados (...) requisito necessário para este programa abrangente de institucionalização da separação racial, o governo passou o «Ato de Registro Populacional de 1950» que pedia a categorização de todos os sul-africanos de acordo com um critério racial estabelecido pelo governo (...) seguiu-se pela passagem do «Ato de áreas de grupos de 1950» que sancionava o estabelecimento e reforço de áreas de separação residencial para grupos populacionais racialmente categorizados (...) posteriormente o «Ato de Reserva para infraestruturas separadas» [que] definiu a base para a promoção e manutenção de um leque de infraestruturas segregadas e iníquas (...) finalmente, o «Ato de Educação Bantu de 1953» que colocava a educação africana nas mãos do governo central, permitindo a deliberada promoção de treino inferior entre os africanos em linha com as perceções do governo do futuro *status* ocupacional” (Alden, 1996, p. 15).

a. Políticas de Hendrik Verwoed – Desenvolvimento Separado – Apartheid

Após a Malan, sucedeu-lhe Johannes Gerhardus Strijdom (14 de julho de 1893 – 24 agosto de 1958) que cumpriu apenas um mandato enquanto Primeiro-ministro, entre 30 novembro 1954 até 24 agosto 1958, tendo efetuada poucas promulgações legais no âmbito do *apartheid* – devido a problemas de saúde que obrigava o mesmo a interromper as funções –, mesmo tendo sido durante o mandato que Nelson Mandela fora capturado e julgado – no caso de Rivonia. Sucedeu-lhe Hendrik Verwoed (8 de setembro de 1901 – 6 de setembro de 1966), que desempenhou a função de Primeiro-Ministro, entre 2 de setembro de 1958 até o assassinato em 6 de setembro de 1966, tendo sido responsável pelo “desenvolvimento da doutrina do *apartheid* até à sua máxima extensão”. Verwoerd, outrora teologista e Ministro dos Assuntos Nativos “tomou o conceito herdado [de Malan] e a estrutura preliminar do *apartheid* e procedeu a colocação do próprio carimbo” (Alden, 1996, p. 16).

Sobre Verwoerd, “o *apartheid* (pelo qual este chegou a ver como algo essencialmente negativo no sentido que o ponto focal baseava-se no estabelecimento de restrições à população

²⁵ Os problemas domésticos “sobressaltaram aqueles da política externa (...) a principal tarefa dos novos líderes era fortalecer a sua frágil posição de poder (...) haviam apenas ganho 70 dos 150 lugares da Câmara Baixa em 1948”, logo “para fazer passar qualquer legislação pelo Parlamento, estes teriam de formar uma aliança com o Partido Africâner e os seus nove membros da Câmara.

africana) foi evitado em benefício de «desenvolvimento separado», um termo grandioso que apelava para a redução do controlo político sobre territórios específicos dentro da República estabelecido sobre uma base étnica (chamados de Bantustões ou Pátrias) para as autoridades africanas respetivas”. Estas construções políticas iriam constituir-se “como fórum para exercer as aspirações políticas africanas e, no final, seriam-lhes garantidos a independência pelo governo²⁶” (Alden, 1996, p. 16). Todavia, quanto aos mestiços – denominados de *coloureds* – “foi lidado oficialmente ao coloca-los num caminho de «desenvolvimento paralelo», querendo com isto dizer, que de acordo com as prescrições do desenvolvimento separado a comunidade mestiça era suficientemente avançada para no futuro ter as próprias instituições políticas dentro da África do Sul branca²⁷”. Quanto a comunidade proveniente do Hindustão e do subcontinente indiano, “nenhuma provisão foi feita para os 800 000 indianos que residiam na África do Sul e estes foram encorajados pelo governo para regressar à Índia” (Alden, 1996, p. 18). As políticas de desenvolvimento separado – *apartheid* – “significava a separação social, política e territorial das raças”. O aspeto mais radical, obviamente, era “a criação de *homelands* ou Bantustões tribais, para cada grande grupo tribal da África do Sul (...) os negros teriam expressão política e direitos de resistência permanente apenas dentro das áreas tribais designadas. Este conceito de desenvolvimento separado, frequentemente denominado de «Grande *Apartheid*», forneceu aos líderes do Partido Nacional uma ideologia de longo prazo para a unificação da nação africaner²⁸” (Jaster, 1980, p. 3).

²⁶ O autor explica que seriam estabelecidas «fronteiras industriais» ao longo das pátrias iriam que “servir tanto para atrair emprego africano, que de outra forma seria destinado para áreas urbanas brancas, e forneceria aos territórios benefícios económicos”. Assim os negros que não cumprissem os critérios de emprego e alojamento na África do Sul branca “seriam removidos para as respetivas pátrias étnicas”, fazendo com que “o fenómeno de urbanização africana fosse revertido durante a década de 1970”. A promulgação do «Ato de Promoção de Auto governação Bantu de 1959» e o estabelecimento da «Corporação de Investimento Bantu» em 1960 foram “eventos-chave que permitiram o início do desenvolvimento separado”(p.16). No entanto, os sul-africanos, de origem africana, “enquanto residissem e trabalhassem nos 87 por cento da África do Sul reservada para a população branca, eram lhes restringidos direitos nas bases económicas, sociais ou políticas da África do Sul”. Todo o processo seria monitorizado “através da aplicação de um sistema de restrições e passes (controlo de influxo) reforçado pela segurança policial” (p.17). Sobre todo este processo “emergia uma pesada burocracia de oficiais de «Assuntos Bantu» e segurança cuja função primária era supervisionar o aumento do ambiente regulatório bizantino que acompanhava os esforços de implementar o desenvolvimento separado”(idem).

²⁷ “Nenhuma base territorial comparável com o que foi acordado com a população africana foi visualizada pelo governo, no entanto, o reconhecimento da posição de pré-eminência da comunidade mestiça na província do Cabo resultou uma legislação que promovia o emprego dos mestiços nesta região” (p. 17).

²⁸ Os africaner reconheciam isto como “um meio pelo qual estes pudessem sobreviver e prosperar enquanto povo nas décadas de 1930 e 1940. Também forneciam ao governo uma resposta moralmente defensiva para a crescente exigência do mundo exterior para que os negros pudessem ter voz política na África do Sul (até 1959 os negros tinham uma pequena representação parlamentar indireta). Isto iria, ao mesmo tempo, direcionar as aspirações nacionalistas negras para os presumíveis canais seguros das políticas dos Bantustões” (p. 3).

Ascensão dos «securocrats» e a Defesa da Afrikanerdom

Os eventos desencadeados pelas políticas e estratégias de segurança estão intimamente relacionados com a ascensão da *Afrikanerdom* – o nacionalismo do povo Africâner com base na língua e cultura africâner, uma ideologia de matriz cristã calvinista conservadora e da herança e legado dos pioneiros holandeses (entre outros povos europeus protestantes e calvinistas) que se estabeleceram na África do Sul desde o século XVII –, e na ascensão da influencia de personalidade políticas que privilegiavam o aumento de um Estado de Segurança – *Securocracy* – no Sistema Político da África do Sul – o crescente aumento da influencia dos serviços, agências ou departamentos de segurança – polícias, serviços de inteligência e forças armadas – nos assuntos e processo de decisão do executivo/governo/gabinete e restantes órgãos do Estado, afetando toda a matéria da sociedade civil (política socioeconómica e cultural) e política (constituição, legislação e regulamentação) de um país. Para que a restante análise de informações seja compreendida, na lógica da causa eficaz dos factos históricos, é incontornável a descrição e explicação destes fenómenos que antecedem a formulação das políticas e estratégias de segurança, e as respetivas ações estratégicas.

A ascensão dos «securocrats» nos assuntos políticos da África do Sul começou imediatamente após o estabelecimento e transformação da UDF (*Union Defence Force*) para a SADF “sobre o *Defence Act* (nº 44) em 1957, que definia [também] o Sudoeste Africano como parte integrante da África do Sul enquanto preocupação de soberania militar (...)”. Uma das consequências dessa ascensão foi a militarização da sociedade da África do Sul. Liebenberg (2015) declara que o Estado de Segurança – que “alguns [autores]referem a esta situação, dependendo de algumas qualificações, como «Estado Guarnição», «Estado de mente de segurança», «Estado *Bunker*», ou «Estado Pretoriano»” (p. 41), e, mais tarde, militarização²⁹ foi definido pela vitória do PN em 1948. O governo de mão dura “iria escalar desde a década de 1960 até para o final da década de 1980” (p. 41). Nestas circunstâncias, a “síndrome da guerra fria “foi explorada como uma desculpa para manter o *status quo* na África do Sul e

²⁹ O autor declara que o fenómeno de militarização de uma sociedade acontece “quando os líderes de um país dependem incrementalmente do exército e forças de segurança para suprimir a dissidência ao invés de tentar chegar a soluções políticas através da negociação e diplomacia”. O autor propõe uma alternativa que define militarização, a «*securitisation*» do Estado e sociedade; no entanto, alguns argumentam que as mentalidades que levam a «*securitisation*» do Estado e sociedade são apenas o prelúdio da militarização e da projeção de força militar internamente e externamente pelo Estado”. O Professor desenvolve o conceito afirmando que este fenómeno “frequentemente ocorre quando um país, ou secção governante da população, sente-se ameaçada. Isto leva à um Estado que depende do poder militar e que enfatiza a segurança do Estado ao invés de projetos de desenvolvimento, educação, princípios de equidade/igualdade de cidadania, direitos humanos, direitos de voto, imprensa livre, movimentação e associação livre, direito a pertencer aos grupos ou orientações culturais, linguísticas, religiosas e/ou não religiosas, e os valores de negociação ou democratização. (p. 41).

Namíbia. As comunicações sociais do ocidente e África do Sul forneciam inesgotáveis exemplos sobre como a URSS fornecia armas para todos e diversos” (p. 41). O governo sul-africano explorou a narrativa do comunismo para acrescentar uma imagem de ameaça à segurança da ascensão dos africâneres, nomeadamente devido ao princípio da equidade racial, e “sendo a maioria dos líderes brancos sul-africanos do pequeno Partido Comunista os princípios defensores dos direitos dos negros (...) os liberais anglófonos, hereges africâneres e os nacionalistas negros defendiam o mesmo, eram todos juntos facilmente classificados de comunistas³⁰” (Jaster, 1980, p. 5).

³⁰ Esta definição aberta de comunismo foi “refletida no «Ato de Supressão do Comunismo (1950)», que oferecia a polícia mais poder para prender, deter e banir [apologistas desta ideologia]”. O Comunismo foi extensivamente definido para incluir “qualquer doutrina ou esquema que focasse na alteração política, industrial, social ou económica da República e que promovesse a desordem, por via de atos desleais ou omissões, ou pela ameaça de tais atos ou que focasse no encorajamento de sentimentos de hostilidades entre as raças europeias e não-europeias” (Jaster, 1980, p. 5).

O poder recém-adquirido foi fortalecido de forma a “obter um permanente controlo no equilíbrio de poder e suprimir protestos internos, [por isso] os novos líderes da África do Sul desenharam uma Estratégia básica de defesa externa (...) vendo que não existiam ameaças de ataques externo”. Mas, estavam muito mais preocupados com a crescente insurreição política e social “resultado pelo nacionalismo negro pelo continente africano, desenvolvimento que era visto como um resultado direto da agitação comunista e parte do plano global comunista de enfraquecer o ocidente ao combater por África e recursos controlados pelo ocidente” (Jaster, 1980, p. 6). Na matéria de segurança, importa referir a introdução dos objetivos da «*African Chart*» (Carta de África) que, “apesar de ser a visão operacional de Malan, refletia as esperanças dos brancos sul africanos” (Barber & Barratt, 1990, p. 36). Malan falava nesta carta desde 1945 e manteve a mesma narrativa até 1953, onde apontava que existiam cinco objetivos para África:

- a) “protegê-la da dominação asiática (...) Malan acreditava que os asiáticos, em particular os indianos, iriam inundar partes de África (...) e com a sua população de 400 milhões [dado da década de 1940] iriam procurar locais para alocar a sua supérflua população, e o mais obvio lugar para alocar seria África” (Barber & Barratt, 1990, p. 36);
- b) “manter África para os africanos (...) Malan incluía naturalmente os brancos sul africanos (...) [e dizia que:] África devia ser salvaguardada para o influxo de europeus, enquanto estes se encontrassem sediados aqui permanentemente, porque estes carregam o fardo civilizacional” (Barber & Barratt, 1990, p. 36);
- c) “assegurar o desenvolvimento das linhas cristãs ocidentais” (Barber & Barratt, 1990, p. 36);
- d) “manter o comunismo afastado” (Barber & Barratt, 1990, p. 36);
- e) “manter [África] desmilitarizada” (Barber & Barratt, 1990, p. 36).

Para impedir que a estratégia comum dos grupos de pressão da África do Sul com o objetivo de absolver ou abolir as políticas e legislação do *apartheid*, os governos de Malan (4 de junho 1948 – 30 de novembro 1954) e Strijdom (30 de novembro de 1954 – 24 de agosto de 1958) definiram como “objetivo superior (...) impedir que os nacionalismos radicais negros se disseminassem para sul em direção das fronteiras da África do Sul e de infetarem a sua população não-branca” através de “uma contra estratégia (...) que aplicava qualquer força que julgava ser necessário para manter a segurança interna e fazer concessões para aquilo que os líderes viam como sendo desacatos instigados por comunistas entre os não brancos” (Jaster, 1980, p. 4). Para concretizar esta contra estratégia foram “operadas um conjunto de assunções chave, muitas que se provaram ser falsas. Acima de tudo, estes assumiram que a África do Sul,

por virtude de ser branca, cristã, governada por anticomunistas e a sua posição estratégica e económica dominante, seriam um aliado bem-recebido e valioso para a luta do ocidente contra o comunismo (...) mas a sua atenção [do ocidente] estava focada na Europa e nas democracias ocidentais. África estava muito longe da arena principal da luta Este-Oeste”. Outra assunção de Pretória era que as “potenciais coloniais iriam ser figuras reconhecidamente importantes para os assuntos africanos da África do Sul (...) em que a Britânia e outros Estados coloniais iriam defender o *status quo* em África. A descolonização, se acontecesse, “estava prevista como sendo um processo de seleção criterioso, que se estenderia durante muitos anos”. O governo sul-africano empregou esta estratégia principalmente “devido à perceção de oportunidade das interações políticas e estratégicas da guerra fria, em que se posicionaria ao lado do ocidente contra a ameaça comunista demonstrando um comprometimento para desempenhar um papel na defesa ocidental que comensurasse com a sua dimensão e capacidades³¹” (Jaster, 1980, p. 6).

Políticas de Segurança de H. Verwoed e H. Vorster – Apoio externo e Ações Diretas de Contrainsurreição, Contraguerrilha e Contrarrevolução de baixa intensidade

A visão criada na década de 1950 mostrou-se, ainda na mesma, estar incorreta, e confirmou-se como facto consumado na década seguinte – aquando da expressão do Primeiro Ministro Britânico Harold MacMillan (1960) no infame discurso «*Winds of Change*» “o movimento dos nacionalismos africanos é um facto político que deve ser aceite” –, tendo servido de presságio e prelúdio para todos os eventos na África do Sul – Levantamento de Sharpeville no mesmo ano – e na região da África do Sul – independência do Congo Belga e início da guerra de libertação de Angola.

Portanto foram aprovadas várias atos de legislação, como o ato de «90 dias» (*Ato de alteração de lei geral n.º 37 de 1963*), a «Lei de 180 dias» (*Ato de alteração de procedimento penal n.º 96, de 1965*), o *Ato de sabotagem* (1962), a *Lei de segurança interna* (1972, alterada em 1976 e 1982), o *Ato de Segurança Pública* (em 1953, alterada de 1986) e o *Ato de terrorismo* (1967). Os serviços de inteligência do país foram apoiados pelos seguintes: “em 1972, *Ato da Inteligência de Segurança e Conselho de Segurança do Estado*, [após a subida de Botha a Primeiro-Ministro, e depois como Presidente de Estado, foram promulgadas a] *Lei de*

³¹ O autor explica que a África do Sul participou com 60 soldados da força aérea durante o bloqueio de Berlim (24 de junho de 1948 – 12 de maio de 1949) e com um esquadrão de caças de combate nas forças da ONU na Guerra da Coreia (25 de Junho de 1950 – 27 de Julho de 1953) – e quando os Britânicos tentaram criar a MEDO (Middle East Defense Organization), a África do Sul “aceitou o convite de para juntar-se, e comprou 68 tanques britânicos «Centurion» mais aeronaves, entre 1955 e 1959, como prova do seu empenhamento em enviar forças para a médio oriente” (p. 6).

segurança para o gabinete do estado, em 1978 (*Lei n.º 104, de 1978*); *Ato do Serviço de Inteligência Interna* do Bophuthatswana, 1982 (*Lei n.º 25, de 1982*) e o *Ato do Conselho de segurança nacional*, 1981 (*Lei n.º 27, de 1981*); o *Ato do Conselho de Inteligência e Segurança do estado* de Transkei, de 1987 (*Lei n.º 67, de 1987*); e o *Ato do Serviço de Inteligência Nacional*, 1988 (*Lei n.º 31, de 1988*) de Venda” (O'Brien, 2011, p. 48). Estas disposições legais também apareceram “para conceder mais aquiescência aos atos ilegais ou irregulares exercidas sob o *apartheid*, particularmente o assassinato seletivo dos adversários individuais do Estado” (O'Brien, 2011, p. 48), e, além disso, “a secção 6 do *Ato de terrorismo* concedia às forças de segurança o direito de deter alguém para interrogatório para obter informações sobre atividades e a intenção desta natureza” (O'Brien, 2011, p. 48), o que “permitiu às forças de segurança para interrogar e torturar indivíduos à vontade para efeitos de obtenção de informações, em vez de acusar as pessoas em questão nos tribunais”. Esta secção foi posteriormente substituída “pela secção 29 da *Lei de Segurança Interna* que permitia a detenção para efeitos de interrogatório” (O'Brien, 2011, p. 48), e, finalmente, “o uso de força letal foi também autorizado pelo direito sul-africano, particularmente para proteger uma pessoa ou a propriedade dos indivíduos, ou prender os suspeitos recalcitrantes, sob a *Lei do Processo Penal* (1977); em certo sentido, isso foi interpretado para aplicar às operações de contrainsurgência, onde a matança dos rebeldes foi uma defesa justificável da Comunidade” (O'Brien, 2011, p. 48)

Reformas do Ministro da Defesa PW Botha – Gênese das estratégias, políticas e capacidades de contrainsurgência dos Sistemas de forças

Quando o Primeiro-Ministro Verwoerd nomeou Botha para o cargo de Ministro da defesa em 1966, “a SADF tinha começado a desenvolver-se como uma força bastante diferente do antecessor, a *Union Defence Force*”. Ao mesmo tempo, rivais da SADF nos serviços de inteligência e polícias civis (manifestada na Inteligência da República) – BOSS mais tarde - e a *Security Branch* da SAP) expandiram a sua influência sobre o processo político, como guiado por seus mestres. A nomeação de Botha, em abril de 1966, marcou «o nascimento da SADF como um ator corporativo na política interna³²” (O'Brien, 2011, p. 42).

³² Antes disso, a SADF, explica o autor, tinha sido restringida por “negligência orçamental, as crises económicas, interferência política nos assuntos e a ausência de uma identidade profissional claramente definida” (p. 42). A maior restrição era a dependência dos ingleses (e outros Estados ocidentais) para o material, treino e inteligência”. Muito disso já tinha começado a mudar no momento em que Botha tornou-se Ministro da defesa, tais como “a fim da dependência da Grã-Bretanha, mas a SADF ainda foi crescendo como uma instituição” (pp. 42-43). Para refletir essas alterações, Botha reestruturou “a cadeia de comando das forças de segurança, mais significativamente talvez na SADF”, e em meados da década de 1960, “o Conselho de Pessoal de Defesa substituiu o Comando Supremo da SADF em um movimento destinado a «refletir a influência dos estilos de gestão militar dos EUA»” (p. 43).

Não pode ser subestimada a importância e o significado deste período de ascensão de Botha: de 1975 a 1978, a África do Sul, de repente, “enfrentou um número muito graves ameaças e preocupações de segurança que havia desenvolvido, em alguns casos, literalmente, durante a noite”. O primeiro destes foi a “crescente preocupação pelas forças de segurança sobre todo o sul do continente africano” (O’Brien, 2011, p. 43). Para a SADF, o fracasso da sua estratégia “para tanto bloquear a adesão ao poder em Luanda do MPLA, uma organização de rebelde marxista apoiada por Moscovo, após o golpe de Estado Português em abril de 1974, e impedir o desenvolvimento da SWAPO com base no sul de Angola ao lado dos aliados do MPLA, agora significava que a África do Sul tinha duas frentes (Angola, Namíbia e Moçambique nas fronteiras da África do Sul) com governos hostis de marxista, que estavam dispostos a fornecer abrigo e apoio para os movimentos de guerrilha” (O’Brien, 2011, p. 43). A segunda era o maciço aumento “da crise que este processo de descolonização tinha produzido para o maior aliado de África do Sul na região, a Rodésia: a independência de Moçambique disse, imediatamente, que as forças de guerrilha da Rodésia poderiam procurar refúgio e angariar apoio naquele país e, também, assim como na Zâmbia” (O’Brien, 2011, p. 43). Se a Rodésia caísse para uma organização de guerrilha amigável aos movimentos de libertação da África do Sul, a segurança da África do Sul “seria drasticamente ameaçada pela perda do *cordon sanitaire* em que – com o fim das colónias portuguesas – tinha o tempo contado para manter longe qualquer ameaça direta ao Estado” (O’Brien, 2011, pp. 43-44).

É de grande nota que muita da perícia de contrainsurgência da SADF, especialmente em operações secretas, “foi adquirida com as experiências dos membros da SADF e da SAP que serviram com as forças de segurança da Rodésia – operando em conjuntamente com a Infantaria Ligeira da Rodésia, a *Special Air Service* da Rodésia, a polícia britânica da África do Sul e, especialmente, os *Selous Scouts* da *Central Intelligence Organisation* – durante as operações em 1960 e 1970 contra insurgentes em toda a África do Sul”. Igualmente, o estabelecimento da Inteligência da África do Sul “beneficiou imenso os membros das forças de segurança da Rodésia – incluindo todos os acima – que, após a transição da Rodésia para Zimbabué, em 1980, entraram na África do Sul (sob a Operação WINTER) para se juntarem a SADF ou a SAP e continuar a executar guerra contra o anti-*apartheid*/anticomunista³³” (O’Brien, 2011, p. 44).

³³ O autor explica que tendo em conta, não só, “a muito estreita cooperação de Pretória com Salisbury em políticas partilhadas, mas também pelo DMI enquanto principal fonte de financiamento para estruturas e catividades de COIN na Rodésia” (p. 44). O autor continua a explicar que alguns destes elementos – mais particularmente as encobertas – “formaram a base para a maioria das unidades de inteligência secreta da década de 1980, incluindo unidades alternadamente conhecido como D40 – *Barnacle*, a *Civil Cooperation Bureau*, a *Directorate for Covert Collection* e outras unidades de inteligência operacional, que apoiaram a política da África do Sul de assassinatos dos adversários (...) que teria um forte impacto sobre os operacionais e táticas das forças de segurança sul-

Significativamente, o BOSS, a CIA (*Central Intelligence Agency*) e a polícia de segurança portuguesa PIDE não “conseguiram prever o golpe de abril de 1974 em Lisboa; isto levou a sérias recriminações entre a relação entre a CIA e o BOSS, e, finalmente, a rescisão formal da cooperação da CIA em 1977 (embora alguns oficiais americanos reconheceriam, mais tarde, que algumas agências de inteligência dos EUA, no entanto, mantiveram algum nível de intercâmbio clandestino com os sul-africanos)”. Os sul africanos, desde pelo menos o final da década de 1960, “forneceram secretamente aos portugueses armas, helicópteros e pilotos; houve até um centro de comando conjunto instituído em Cuito Cuanavale em 1968 para coordenar ataques contra a SWAPO e o MPLA. Isso tudo foi percebido “como um investimento de valor para ajudar a salvaguardar o *cordon sanitaire* protegendo África do Sul da África hostil”. Houve até um relatório que afirmava que o DMI pretendia “transferir armas e mantimentos para colonos brancos no sul de Angola em setembro de 1974, para lutar contra os rebeldes; isto foi vetado por Vorster e os mantimentos foram apreendidos pelo BOSS em Komatipoort”. Além disso, a CIA se baseou, até a década de 1970, estreitamente nas avaliações do BOSS (e da PIDE) em eventos da África Austral; tal defeito deixou “todos os três serviços fora de passo com os preparativos para lidar com as consequências do golpe de estado para a África Austral e significava que a CIA e o BOSS, em particular, tinham que lutar para lidar com uma nova situação em Moçambique e Angola particularmente” (O'Brien, 2011, p. 65). Internamente, no entanto, o governo do Partido Nacional “acreditava que tinha derrotado o radicalismo negro e comunista para sempre, e que tudo o que restou foi o incentivar do desenvolvimento de um sistema separado da política negra, a ser canalizada através de instituições desenhadas por planeadores e políticos em Pretória” (O'Brien, 2011, pp. 44-45), o então «desenvolvimento separado», segundo o qual todos os negros, nominalmente, viveriam em terras natais (ou bantustões) dependendo de sua origem tribal, em que “o objetivo disso era impedir que os africanos «causassem problemas» para os brancos, colocando-os sob colaboradores africanos em terras natais; que permitiria descentralizar a necessidade de repressão” (O'Brien, 2011, p. 45).

Enquanto a arquitetura de segurança nacional e recursos de inteligência de segurança do estado foram sendo desenvolvidos entre o BOSS e o SSC, as forças de segurança do estado de *apartheid* foram levando a luta para os adversários no mercado interno, na África Austral, e internacionalmente. Enquanto a SADF em geral e, mais tarde, o DMI especificamente

africanas, e especialmente na sua vontade de usar operações de assassinato e contraguerrilha para «lidar com» os operacionais e estruturas dos movimentos de libertação” (p. 44).

começaram a desenvolver capacidades clandestinas e secretas para apoiar as atividades de contrainsurgência, era a *Security Branch* e o BOSS que mais cedo levaram ao desenvolvimento de tais capacidades ativas. Para a SAP, as operações de contrainsurgência “tinham começado com a implantação da *Security Branch* na Namíbia em março de 1965 (...) afim de combater a SWAPO, com base na região do norte da Namíbia, que desempenhava uma guerra de libertação, semelhante ao do ANC na África do Sul, através de seu braço armado o PLAN” (O’Brien, 2011, p. 34).

Em 1968, a SAP começou a instrução formal de contrainsurreição “na Academia de Polícia e de Experiência Prática na base Maleoskop fora de Pretória”, e eram “enviados para a Namíbia por não mais de três meses”. Na implantação, estas unidades de contrainsurgência” empregavam-se em missões de procurar e destruir contra guerrilheiros da SWAPO, agindo em cooperação com os operacionais da *Security Branch* destacado para as unidades de contrainsurgência para fins de interrogatório” (O’Brien, 2011, p. 35).

No ano anterior, o governo sul-africano “tinha decidiu enviar pessoal de contrainsurgência SAP para a Rodésia para combater a ZANU, na sua aliança com o ANC” (O’Brien, 2011, p. 35). Após operações conjuntas do MK/ZIPRA (*Zimbabwe People's Revolutionary Army*) na Rodésia, em agosto de 1967, “a África do Sul tornou-se totalmente envolvida em operações de contrainsurgência da Rodésia (...) pessoal de COIN da SAP e DMI foram também destacados para a ligação com os portugueses em Moçambique e Angola, uma abordagem utilizada anteriormente com os franceses na Argélia” (O’Brien, 2011, p. 35). Em 1974, pelo menos 2.000 funcionários da SAP estavam envolvidos em operações de contrainsurgência na Rodésia; no auge, mais de 4.000 funcionários SAP estavam servindo na Rodésia” (O’Brien, 2011, p. 35). A justificação para esta intervenção era simples: a SAP foi enviada “para lutar contra os homens que originalmente vieram da África do Sul e estavam a caminho de volta para cometer terrorismo na África do Sul” (O’Brien, 2011, p. 35).

O governo sul-africano tiraria as lições aprendidas na Rodésia, Quênia e Namíbia —, bem como dos modelos para pseudo-operações. As experiências desses profissionais de contrainsurgência da SAP na Rodésia “foram trazidas de volta para apoiar programas de formação para missões de COIN da polícia em ambos Sudoeste Africano e no teatro interno” (O’Brien, 2011, p. 35). Como um precursor para isso, a SAP “começou a estabelecer unidades de contrainsurgência composto por pessoal negro e branco; eram limitadas as operações de «conquistar corações e mentes» os povos de Ovambo (principalmente o aconselhamento médico gratuito e distribuição de bens) e ter a capacidade de operacionalizar a inteligência

recolhida em *Ovamboland*, parcialmente na conduta de pseudo-operações contra a SWAPO³⁴” (O’Brien, 2011, p. 35).

No entanto, a terceira nova ameaça foi, em 1976, a Revolta de Soweto, que “forneceu, instantaneamente, milhares de novos recrutas para MK e, num grau muito menor, a APLA nos meses seguintes da revolta (...) milhares de jovens sul-africanos negros tentaram deixar o país ilegalmente para reunir com os movimentos de libertação no exílio, e realizar treino para se tornarem parte da luta armada” (O’Brien, 2011, p. 35). Sobre aqueles que permaneceram na África do Sul (a maioria), estes “deram origem a um novo nível de instabilidade nas cidades e em diversas regiões da República” (O’Brien, 2011, p. 35), em que a SAP não era capaz de lidar eficazmente através de meios de policiamento «tradicionais» e começou a “introduzir unidades de doutrina operacional de contrainsurgência (sob a forma de «contrainsurgência urbana») dentro da África do Sul pela primeira vez” (O’Brien, 2011, p. 35) e, ao mesmo tempo, “aplicava as capacidades de «contrainsurgência rural» em todo o país” (O’Brien, 2011, p. 35).

Levando todos esses fatores em consideração, entre 1975 e 1978, África do Sul “realmente confrontava uma situação radicalmente nova de segurança interna e externa” (O’Brien, 2011, p. 36), e para atender a esta preocupação, “tiveram que ser desenvolvidas estratégias eficazes que (nas mentes dos políticos e *securocrats*) reunissem todos os recursos da sociedade sul africana para combater essas ameaças ambos dentro África do Sul, na Namíbia, contra qualquer ameaça à segurança da República provenientes da região sul africana e contras inimigos no exterior”.

Quando o Primeiro-Ministro P.W. Botha subiu ao poder, em 1978, com os leais seguidores e conselheiros³⁵, já haviam sido efetuadas uma série de reformas legislativas que legalizariam as operações dos sistemas de forças. Entre essas reformas, ocorreu o aumento

³⁴ O autor explica que, entre 1968 e 1972, a força aérea sul-africana e, em menor grau, o exército da África do Sul, apoiaram as operações de contrainsurgência dos Estados vizinhos. No entanto, com as greves gerais na Namíbia em 1971-1972, “a SAP estava em queda para atender as necessidades de policiamento”. Assim, a SADF envolveu-se; em julho de 1973, e a SAP “foi forçada a retirar-se da Namíbia, temporariamente, devido à violência política e a declaração unilateral de independência do Ovambo, forçou a plena entrada da SADF na Namíbia” (p. 35). Apesar de algumas pequenas unidades de contrainsurgência SAP terem sido levantadas da Rodésia e reempregadas em Ovambo em 1975-1976, a SAP “iria apenas voltar em força, em janeiro de 1979, sob operação K (para *Koevoet*), uma unidade, vista como um dos mais brutais, no entanto, unidades de contrainsurgência/terrorismo especialista eficaz dentro das forças de segurança”. Combinar os recursos de recolha de inteligência da *Security Branch* com os recursos de reação rápida das forças especiais, a *Koevoet* introduzia o Namibiano (e mais tarde Sul-Africano) numa unidade semelhante à dos *Selous Scouts* no teatro da Rodésia: uma unidade de contrainsurgência da *Security Branch* plenamente capaz de executar operações de combate e para recolha de inteligência na Namíbia” (35-36).

³⁵ O autor acrescenta que entre estes estariam o General Magnus Malan, futuro Ministro da Defesa, e Louis le Grange, seria o Ministro dos Departamentos do Turismo e Obras Publicas (1978-1979), das Prisões (1979-1980), da Polícia (1979-1982) e da Lei e Ordem (1982-1986) – “Botha era mais militarizado que Vorster. Botha e os conselheiros foram batizados de «*securocrats*» – aqueles que favoreciam opções (militares) de mão dura” (p. 41).

orçamental para despesa em segurança e defesa nacional para preparar os respetivos sistemas de forças para uma eventual situação belicosa, que cresceu continuamente no decorrer da guerra (ver anexo 1). Como parte do núcleo das estratégias definidas pelo sistema político sul-africano, os *securocrats* “sabiam que um dos principais objetivos iniciais das forças insurgentes seria o estabelecimento de bases para operar” (O'Brien, 2011, p. 118). Enquanto o aparato de segurança estava bastante certo de que (pelo menos, inicialmente) “poderia impedir tais bases na África do Sul, tanto através da destruição das estruturas do ANC (*African National Congress*)/SACP (*South African Communist Party*)/MK (*umkhonto we sizwe* – lança da nação) [dentro do país e a prevenção de quaisquer infiltrações” (O'Brien, 2011, p. 118), o Primeiro-Ministro Botha (citado por O'Brien, 2011, p. 118), em fevereiro de 1983, declarou no Parlamento que “cada país que oferece abrigo a terroristas anti África do Sul terá de lidar com as forças de segurança da África do Sul, tanto quanto as terroristas estão em causa”. A figura seguinte articula os elementos da visão de geral de segurança dos *Securocrats* de acordo com a perspetiva de Barlow (2016).

APÊNDICE 5 – GEOPOLÍTICA, AMBIENTE TOTAL, PROBLEMAS/INPUTS E SISTEMA POLÍTICO DA ÁFRICA DO SUL

Geopolítica da África do Sul na África Austral e o Objeto de Estudo

O Major-General e Geógrafo Político Karl E. Nikolas Haushofer (27 de agosto de 1869 —13 de março de 1946) (citado por Veríssimo, 2013, p. 65) contribuiu para a definição e distinção entre Geografia Política – “estudo da distribuição do poder estatal à superfície dos continentes e as condições (solo, configuração, clima e recursos)” – e de Geopolítica – “que estuda a atividade política num espaço natural”. O caso da África do Sul na África Austral oferece a oportunidade de explorar a aplicabilidade de diferentes teorias geopolíticas, afim de produzir algumas asserções uteis para o argumento que se pretende defender. As iterações desta secção devem ser consideradas para o período histórico da segunda metade do século XX.

Tese dos Poderes Conjugados

Teoria do Poder Equilibrado de Spykman

O cientista político americano Nicholas John Spykman (13 Outubro 1893 – 26 Junho 1943) desenvolve, a partir das teorias de MacKinder sobre o Poder Terrestre, e desenvolve os conceitos de *heartland* – uma região geográfica que: a) é “nitidamente uma área continental”; b) “é inacessível ao poder marítimo”; c) “é uma área plana, permitindo rápidos contatos e comunicações”; d) “contém uma enorme variedade de recursos o que lhe confere a possibilidade de manter, sem limites, uma situação de fortaleza sitiada”; e) Permite, pelas capacidades, uma alta densidade populacional” (Campos, 1996, p. 98), Crescente Interior – que denomina de *rimland* – Spykman (citado por Veríssimo, 2013, p. 81) define esta como sendo uma “zona Tampão de conflitos entre «poderes marítimos» e os «poderes terrestres»” –, massas marginais e continentes periféricos, cordão oceano e o novo mundo. O argumento desta teoria é que existe um conflito entre as potências marítimas e terrestres, em que a primeira executa todos os esforços para negar a segunda o acesso ao oceano. Esta teoria contribuiu para o pensamento geopolítico da Guerra Fria, em que a África do Sul imaginou-se como um aliado útil do sistema ocidental.

Figura 25 – Regiões de poder equilibrado



Fonte: Campos, 1996, p. 102

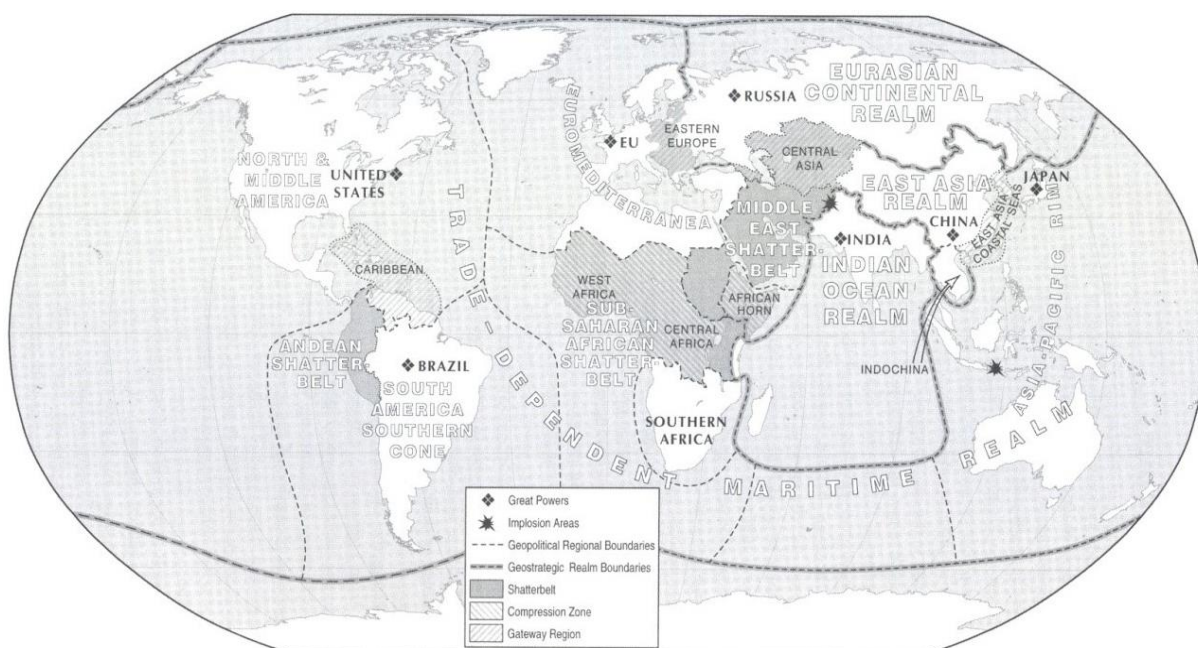
Teoria das Cinturas Fragmentadas – ‘Shatterbelts’

O Professor Emérito de Geografia Humana, Saul B. Cohen (nascido em 28 de julho de 1925), dividiu o mundo em quatro áreas de poder: a) mundo dependente do comércio marítimo; b) Poder continental euroasiático; c) Região geopoliticamente independente; d) *Shatterbelts* (que podem ser regiões que pelas características geográficas físicas podem ser cinturas de passagem – tornando-se zonas tampões –, cinturas comprimidas – tornando-se regiões de elevada propensão ao conflito – ou zonas que podem ser ambas ou nenhuma das anteriores, mas formam uma região geográfica singular que lhes qualifica de cintura fragmentada). Cohen defendeu que África não é essencial ou importante para o mundo dependente do comércio marítimo. No entanto, o autor (cit. por Campos, 1996, p. 104) “considera a possibilidade de a África a sul do Sara venha a constituir uma unidade geopolítica separada”; e indicou que caso a Europa abdique da África oriental a favor da Ásia meridional “daqui se poderá inferir que a nova África do Sul será um forte elo daquela primeira área de poder, tendo em conta a sua posição geográfica, no meio de dois oceanos, os recursos naturais e as estruturas de transportes adequadas para servir todo o *core* da África do Sul”. Sobre a África do Sul, temos ainda os seguintes:

- a) África do Sul inserida no meio de dois oceanos, o Atlântico Sul e Índico, e a 3.000 quilómetros da Antártida – oceanos e continente de características diferentes entre si

- b) O Atlântico Sul, vasta massa aquática, de tráfego marítimo, de ligação ao Atlântico Norte, o oceano dos países industriais, e ao Pacífico através do Canal Beagle;
- c) O Índico, demarcando a chamada Rota do Cabo, por onde se processa o fluxo de petróleo árabe e dos minérios estratégicos sul-africano;
- d) A Antártida, vasto continente gelado, totalmente desabitado, mas potencialmente rico em recursos minerais (carvão, cobre, ferro, estanho, níquel, chumbo, manganésio, prata, ouro, petróleo, e urânio entre outros), porém, devido à espessura do gelo, impossível, por ora, de ser explorado.

Figura 26 - Cohen, Regiões Geoestratégicas e Geopolíticas



Fonte: Cohen, 2009, p. 423

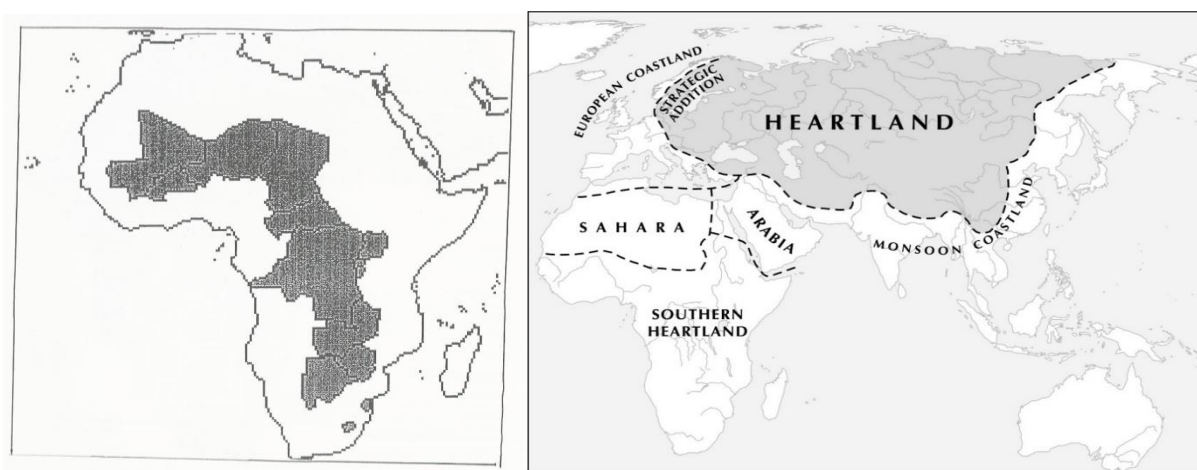
Esta teoria permite argumentar que a posição da África do Sul favorece-lhe na exploração de ações geopolíticas sobre a África Austral – uma zona que poderia ser definida de *core* da África Austral –, a rota do cabo, o atlântico sul e índico, motivando-a e possibilitando-a aspirar para o estatuto de potência regional e diretora dos assuntos daquela região, e um importante ator nos assuntos internacionais, em especial para assuntos de comércio e fluxo naval de *commodities* e outras mercadorias que o mercado internacional depende.

'Heartland' do Sul e o 'Rimland' africano

A respeito da África Subsariana, que foi batizado por Spykman de «Promontório Africano» ou «*Heartland* do Sul», sendo esta uma região encravada no centro do continente africano, que “somente tem acesso [ao mar] através dos territórios de Angola, do Congo e da Tanzânia”, tendo-se tornando numa “realidade geoestratégica a considerar no estudo desta

região geopolítica, porquanto se pode apresentar como uma condicionante de política externa para os países da região” (Veríssimo, 2013, p. 154). – Spykman (cit. por Campos, 1996, pp. 97-98) define geograficamente esta região como um *Heartland* por esta “apresentar semelhanças ao *Heartland* do Norte, ou seja, zona de florestas seguida de vastas planícies onde existem bons pastos e excelente mobilidade; e os principais rios Zambeze, Zaire, Orange e Limpopo, provenientes de planaltos interiores, não facultarem acessibilidade à navegação”. Ademais, Spykman (cit. por Veríssimo, 2013, p. 138) considera que este seja um “território continental ligado ao *heartland* pelo Médio Oriente, inacessível ao poder marítimo e gerador de poder terrestre, indo desde o Saara até ao Cabo”, importa referir que devido ao estreito acesso ao mar do território da atual República do Congo, este território considera-se, mesmo assim, encravado.

Figura 27 – África Encravada & Zonas distintas da Ilha-Mundo de Mackinder



Fonte: Almeida, 1994, p. 139; Campos, 1996, p. 97

Spykman desenvolve o termo de «*Rimland* Africano» para denominar a cintura que circunda o *heartland* africano que “pode condicionar o acesso do *heartland* do Sul ao mar” (Veríssimo, 2013, p. 154). Esta cintura ou faixa, integra Angola, Namíbia, África do Sul, Moçambique, Tanzânia e Quênia, e, por causa de tudo isto, faz com que seja “uma das mais importantes áreas geopolíticas independentes do futuro, devido aos imensos recursos, posições estratégicas no Índico, Antártico e no Atlântico Sul” (Campos, 1996, pp. 103-104).

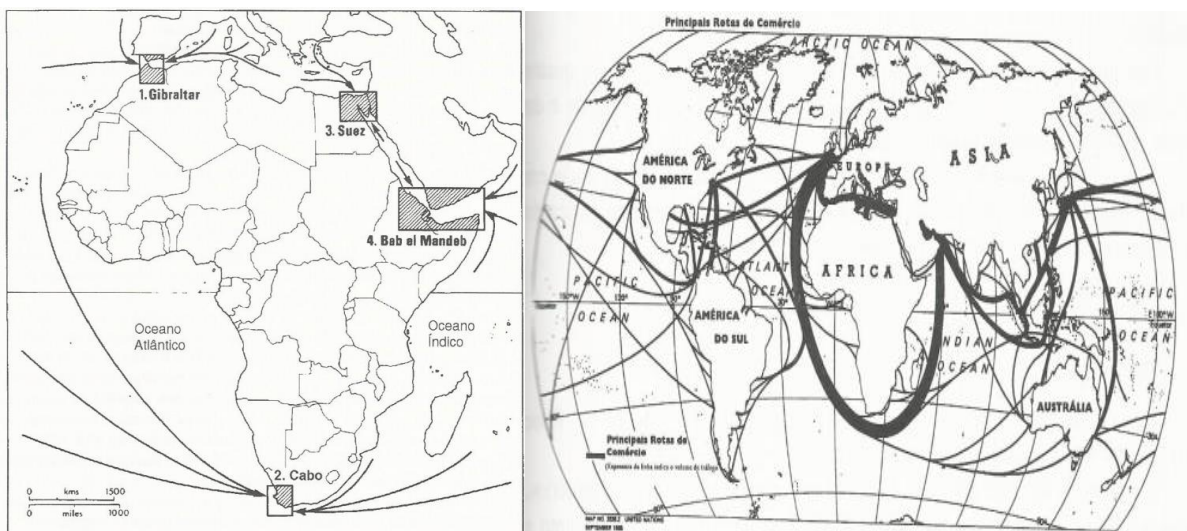
A África do Sul, pela sua localização geográfica, confere-lhe “o controlo sobre a ligação entre os oceanos Atlântico e Índico, apresenta-se com uma importância particular no conjunto dos países do *Rimland* Africano (...) o aludido *rimland* engloba a África do Sul, Lesoto, Suazilândia, e parte da zona costeira de Angola e de Moçambique (...) porém, abrange as vias férreas e portos principais de escoamento da Zâmbia e Zaire no lado Atlântico, e Zimbabué, Zâmbia e Malawi no Índico” (Campos, 1996, p. 104).

Rota do Cabo, jazidas minerais e a Base naval de Simonstown

Importa, referir que “no epicentro da confluência entre o Atlântico Sul e Índico, situa-se o *choke point* do Cabo, o ultimo do conjunto da fiada existente neste oceano: Sunda, Malaca, Sri-Lanka, Ormuz e Canal de Moçambique”. Por último, “recorda-se que próximo do Cabo da Boa Esperança, existe a principal base naval sul-africana de Simonstown” (Campos, 1996, p. 106). Com todos os aspetos anteriormente referidos, compreende-se que “a África do Sul é uma das potencias do Índico (...) pela sua posição geográfica (...) conta com algumas possibilidades de projetar poder em direção aos aludidos oceanos e de exercer domínio, se for caso disso, na Rota do Cabo”; por outro lado, a posse de minérios estratégicos “também lhe conferiu uma posição de força (...) a existência de ouro (sistema internacional monetário) e de urânio, conjuntamente com a tecnologia apropriada para a fabricação de armas nucleares (ver apêndice 8), colocou-a numa posição muito especial no contexto geoestratégico” (Campos, 1996, p. 107).

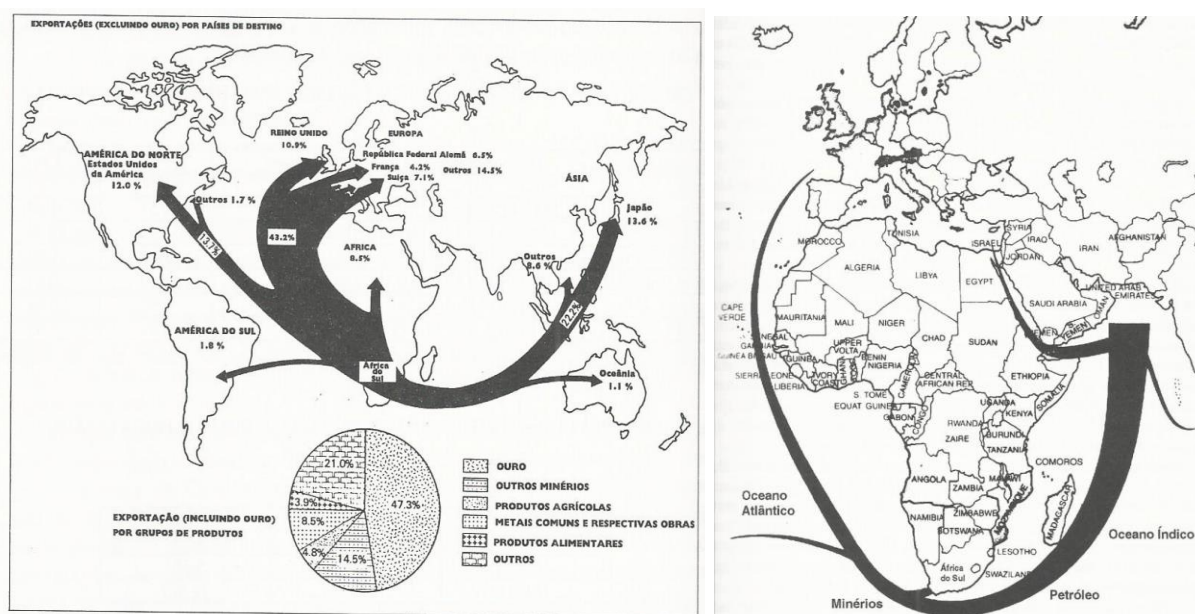
A importância marítima da África do Sul “resultava do grau de utilização da rota do Cabo, em termos económicos e estratégicos, como via alternativa do Canal do Suez (...) local de estrangulamento que está sujeito a ser fechado à navegação sem aviso prévio, o que desde já favorece a rota do Cabo” (Campos, 1996, pp. 121-122). Por isso tudo, a África do Sul “assegurava que a rota do Cabo era a mais movimentada do mundo, designando-a por «rota vital do ocidente» (...) pelos milhões de barris de petróleo que circulavam pelo cabo” (Campos, 1996, p. 122). Com o aumento da presença militar naval soviética na costa africana e Oceano Índico, surgiram três preocupações: a primeira era que “os navios de guerra soviéticos poderiam interditar os navios mercantes ocidentais que passassem pelo Cabo”; a segunda era se caso “o poder naval soviético aumentasse no Índico, isso desafiaria, seriamente, a posição estratégica dos EUA”; a terceira era “o medo que a URSS, com as suas demonstradas capacidades de transporte aéreos e navais, interviesse na África Austral” (Campos, 1996, p. 123).

Figura 28 - Pontos Estratégicos - 'Choke Points' do Continente Africano



Fonte: Campos, 1996, p. 116, 163

Figura 29 - Destinos dos recursos naturais sul-africanos e Rota do Petróleo e dos Minérios;



Fonte: Campos, 1996, p. 162, 121

Com as qualidades e condições explicadas, a África do Sul conseguiu gerir apoios suficientes dos países do ocidente para sustentar as suas operações naquela região, e desenvolver ferramentas para garantir essas operações.

Geopolítica das ações/operações estratégicas de segurança da África do Sul na África Austral

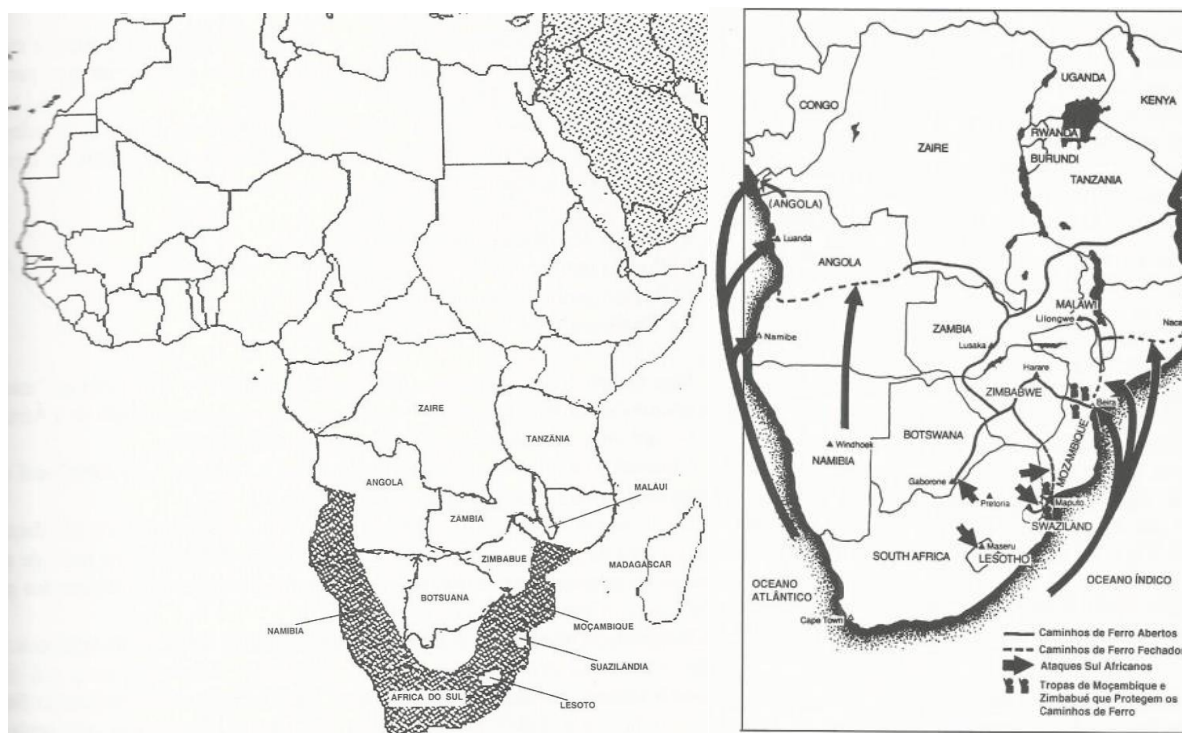
Campos (1996) declara que a “orientação que o povo africâner sempre evidenciou no percurso pela África Austral [desde colônia holandesa do Cabo até ao estabelecimento das Republicas Bóeres] uma certa apetência pelo «espaço-vital», dado que a sua conceção de

fronteira, era, de certo modo, de acordo com o espírito regional da época: determinismo político e consequente mobilidade de fronteiras”. As manobras efetuadas pelas ações estratégicas de segurança pela África do Sul na região austral, foram beneficiadas pela semelhança desta região ao *Heartland* – devido ao facto de a zona ser preenchida por “vegetação de Savana e de semideserto, à exceção de manchas florestais, [que] resultou [na] grande mobilidade das tropas sul africanas e, ao invés, as dificuldades da oposição para montar esquemas propícios para o desencadeamento de guerrilhas”. Este *heartland* “propiciou aos sul-africanos o estilo de vida e caracterizou a sua cultura e modo de pensar e reagir típicos de um povo epirocrático [ou telurocrático] (...) e assim se compreende a primazia que os governantes sempre concederam ao Exército, pois a sua cultura é a de um povo que, com armas na mão, lutou no terreno pela sobrevivência” (p. 101). Portanto, a disposição para o uso da força no área de operações terrestre era natural aos sul-africanos.

Com a entrada das forças navais da URSS ao longo da linha costeira africana, isso “colocou maior pressão nas capacidades de proteger as vias marítimas do Atlântico do Sul, essenciais aos EUA e à Europa”. O governo da África do Sul, durante o período em estudo, colocou “o acento tónico da importância estratégica do país, não só no aspeto geopolítico como também em relação à dimensão económica da região”, devido aos dois elementos de extrema relevância: recursos naturais e transportes marítimos – “aos minerais estratégicos extraídos do subsolo; e o outro [que] consiste no potencial pesqueiro da área”. No que toca aos mineiros a África do Sul, “além de ser o maior produtor mundial de ouro (70%), é também dos maiores extratores de urânio, vanádio, platina, crómio, amianto e diamantes (...) é no território que se encontram os maiores depósitos de vanádio, manganês, platina, florespato e badelite (essencial para os reatores atómicos) (...) a África do Sul e a União Soviética, em conjunto, dominavam o mercado mundial dos minérios” (Campos, 1996, p. 119). Por isso, a via do Cabo era “muito importante e a África do Sul, o [respetivo] ator político que pode[ria] protegê-la” (Campos, 1996, p. 122), o que levou mesmo à NATO a elaborar “um conjunto de planos para a eventualidade da defesa da rota do Cabo”, e considerando a importância da produção mineira da África do Sul e a força que alguns minérios representam em termos estratégicos” (Campos, 1996, p. 123). Logo, para perceber o valor geopolítico das ações estratégicas de segurança da África do Sul, podemos assumir que a intervenção da ex-União Soviética neste *rimland*, controlados diretamente ou indiretamente pelo ocidente, trariam vantagens de várias ordens. Por isso, a África do Sul manteve a sua posição inacessível e esforçou-se para na condução de operações que garantissem o insucesso da fixação e manutenção de regimes pró-soviéticos e da

presença de forças e infraestruturas militares soviéticas e dos seus aliados nos países desse *Rimland*. Portanto, foram os países desse *rimland* que “o governo da África do Sul aplicou a sua «política de desestabilização (...) [em que] controlando de facto o *rimland*, a África do Sul (...) anulou as tentativas dos países vizinhos para se tornarem independentes dos transportes sul-africanos” (Campos, 1996, p. 104), podendo coagi-los da sua vontade e ou mante-los dependentes da África do Sul.

Figura 30 – Rimland Africano; Eixos das Operações Sul-Africanas no Rimland Africano



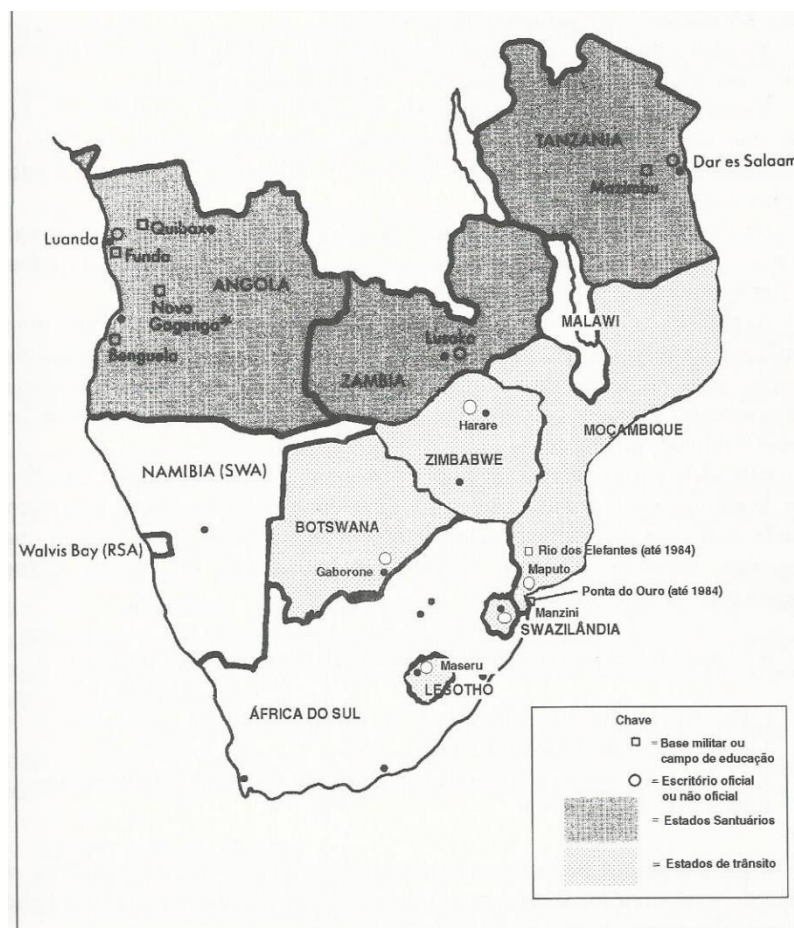
Fonte: Campos, 1996, p. 103 & 297

Todavia, importa acrescentar, por último, que a heterogeneidade étnica da África do Sul produz apresenta diversos pontos fracos que traduz-se numa fraqueza na coesão nacional. Os interesses disruptivos/conflituantes de cada grupo étnico, incluindo entre os subgrupos que os compõe, existe uma clara vulnerabilidade que pode ser explorada por atores externos ou internos, tendo o último caso ocorrido pelo regime do *apartheid*. Essa heterogeneidade é, entre outros, o maior *handicap* para a geração e emprego de capacidades estratégicas.

Ambiente Operacional/Total

As autoridades sul-africanas atuaram em diferentes pontos geográficos, empenhando diferentes ações consoante os objetivos que foram definidos, tornando-se relevante a ação de identificação e delimitação do espaço onde estas agências, forças e serviços de atuaram. O somatório de ações realizadas pelas autoridades.

Figura 31 - Quadro Geopolítico da Guerra da África Austral



Fonte: Campos, 1996, p. 387

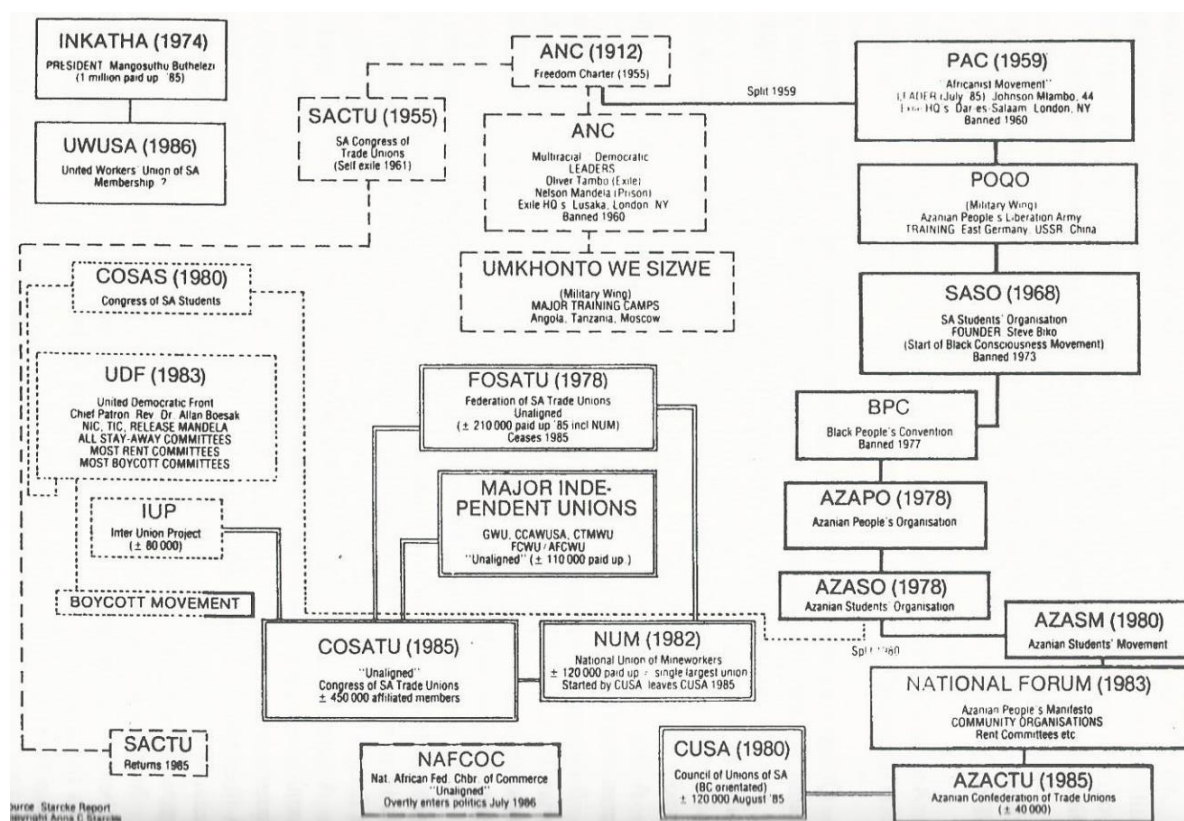
Ambiente Intrassocial

Grupos de Pressão da África do Sul

Na África do Sul, desde a década de 1950, existiram diferentes grupos de pressão, como o Congresso Nacional Africano (ANC), o Congresso Pan-Africano (PAC), o Congresso Indiano Sul-africano (SAIC), a *Black Sash*, o Partido Comunista Sul-Africano (SACP) entre outros grupos que se mobilizaram para combater o programa do PN. Mas, no final da década de 1950 observou-se a “emergência da «Estratégia da Frente Unida» que atuava sobre o estandarte do Congresso dos Democratas”, envolvendo muitos dos grupos mencionados, “emulando a filosofia e experiencia dos nacionalistas indianos, dos nacionalistas africanos a norte, e do

movimento dos direitos cívicos americanos – que utilizavam táticas de protestos não-violentos na procura da aquisição de direitos cívicos” (Alden, 1996, p. 18). O lançamento da «Campanha de Resistência», em 1952, foi o ponto alto desta abordagem³⁶. A euforia gerada foi mal interpretada pelo governo sul-africano que “bloqueou duramente os protestantes, banindo muitas das organizações e prendendo os apoiantes” (Alden, 1996, p. 18), e com a morte de 69 protestantes na *township* de Sharpeville em março de 1960, “seguiu-se a imposição parcial de um estado de emergência e a proibição do ANC e do PAC, delineando a intransigência do governo sobre a contemplação de qualquer reforma das políticas³⁷” (Alden, 1996, p. 18). Após esse evento, alguns grupos de pressão adotaram uma postura violenta para com o sistema político sul africano, praticando atos de agressão contra os mesmos, tornando-se, por isso, grupos armados antigovernamentais, sem prejuízo de continuarem a ser vistos como grupos de pressão, nomeadamente a aliança ANC- SACP.

Figura 32 - Organograma de Grupos de Pressão - Partidos Políticos e Organizações - Anti-Apartheid



³⁶ O autor explica que esta campanha materializou-se em “demonstrações em massa, a queima dos odiados passes [que permitiam a entrada e saída de zonas reservadas aos brancos], críticos para a manutenção do controlo de influxo, boicotes e outros atos de desobediência civil” (p. 18).

³⁷ O autor explica que esta determinação de Verwoerd de prevalecer contra os desafios impostos “foi capturado na sua admoestação para com os brancos sul-africanos para «se manterem firmes como paredes de granito porque a sobrevivência da nação estava em risco»” (p. 18).

Grupos de Pressão da Namíbia

Denominado por Sudoeste Africano, sobre a tutela da Alemanha entre 1884 até a Conferência da Paris em 1919 – fruto da capitulação alemã no fim da primeira guerra mundial, em que “a Liga das Nações confiou o Sudoeste africano à [União da] África do Sul sobre um «Mandato de classe C³⁸», para ser governado como sendo virtualmente uma extensão provincial para o melhor dos habitantes (...) o mandato determinava certos requerimentos e exigia ao governo sul-africano que relata-se anualmente à Liga das Nações” (Steenkamp, 1989, p. 12). Apesar das tentativas por parte da África do Sul de integrar a Namíbia como território integral do país, que culminou no pedido do governo de Jan Smuts, em 1946, à ONU (Organização das Nações Unidas), sucessora da Liga das Nações, para que essa ação fosse aprovada. A ONU recusou sobre a justificação que “a população ainda não atingiu autogovernança, por isso não poderiam opinar sobre o assunto”.

Na restante década, e até 1957, vários casos sobre legalidade das ações e tutela da África do Sul foram disputados no Tribunal Mundial, juntamente com as políticas de segregação e discriminação racial, resultou no aumento do clima de insurgência das populações indígenas, o que fomentou a formação, em 1959, da OPO (*Ovamboland People's Organization*) – por Herman Andimba Toivo ya Toivo (22 de Agosto 1924 – 9 de Junho 2017), que no ano seguinte seria reformulado como SWAPO (*South West Africa People's Organization*) – e da SWANO (*South West Africa National Organization*) – que viria a desaparecer sobre o protagonismo da anterior. Em 1959, devido ao descontentamento provocado pelo realojamento das populações negras da *township* «Velha Localização», o que originou numa revolta que levou a uma ação policial que resultou em 11 mortos e 54 feridos, que se tornaria no “momento histórico pivô que serviu para radicalizar a população e unir as oposições ao domínio sul-africano, e também causou o exílio de Sam Nujoma e outros líderes da OPO a exilarem” (Scholtz, 2015, p. 3).

Grupos Armados Antigovernamentais da África do Sul

MK – umkhonto weSizwe

A proibição do ANC, PAC, SACP e outros grupos, à luz do «Ato de Supressão ao Comunismo» (1950), a promulgação do «Ato das Organizações Desleais» (1960), o «Ato de Sabotagem» (no pacote do Ato da Reforma geral da Lei de 1962) e do «Ato de Terrorismo»

³⁸ O autor explica que os Mandatos de Classe C eram criados para os “territórios, que a Liga das Nações concluía, que eram incapazes de se tornar Estados viáveis, e de facto o mandato não oferecia qualquer provisão que garantisse um eventual governo autónomo, ou que impusesse qualquer restrição legal na forma que poder mandatado era aplicava as leis no território” (p. 12).

(1967), provocou que o fim da Campanha de Resistência visto que “as ambições dos nacionalistas negros alterou-se das anteriores políticas de confrontação não-violenta (baseada maioritariamente na filosofia de Mahatma Gandhi) para uma de luta de guerrilha encoberta em que o africâner e o aparato eram o alvo” (O'Brien, 2011, p. 21). Em 11 de Julho 1963, após a prisão de Nelson Mandela, a restante liderança do ANC foi presa e julgada, levando ao “eficaz termino às significativas resistências domesticas ao governo sul africano durante quase duas décadas” (Alden, 1996, p. 18). A liderança do ANC “passaria a próxima década, a tentar reganhar a sua proeminência de autoridade de líder do movimento de libertação dos negros e mestiços da África do Sul” (O'Brien, 2011, p. 21).

No entanto, seria imediatamente após ao incidente de Sharpsville (1960) que o ANC assertou que a “luta armada era vista como a única opção em aberto”, e fundaram a MK – Lança da Nação, que “começaria por ataques paramilitares contra estabelecimentos na segunda metade da década de 1960, enquanto o ANC mantinha publicamente uma política de não-racismo” (O'Brien, 2011, p. 21). Para concretizar esta “desenvolvida e relevante atividade armada do tipo de guerrilha, um aparato militar profissional tinha de ser criado para formar o núcleo dos futuros grupos guerrilheiros”. Ao escolher este caminho revolucionário, o ANC assertou que era “o caminho mais rápido e fundamental de transformação e transferência de poder de uma classe para outra” (O'Brien, 2011, p. 20).

A MK adotou uma estratégia de guerrilha inspirada na teoria da guerra de guerrilha de Mao Tse-tung, que produziu dois documentos orientadores, a «Operação Mayibuye» e «Estratégia e Táticas do ANC», que promoveu “campanhas de estilo insurgência contra a África do Sul, tanto dentro como fora, que incluíam ações diretas (colocação indiscriminada de minas, e ataques bombistas contra estabelecimentos rurais e forças militares sul-africanas, e outras ações), propaganda armada (como o fomento e apoio de desacatos internos e revoltas na África do Sul) e uma campanha internacional contra a África do Sul” (O'Brien, 2011, p. 21).

Nos anos subsequentes, de acordo com Cawthra (citado por O'Brien, 2011, p. 21), a luta armada da aliança do ANC, SACP e COSATU (*Congress of South African Trade Unions*) dividiu-se cronologicamente em quatro fases: i) de 1961-1965, ações de sabotagem eram dominantes; ii) de 1965-1976, o ANC-SACP tentaram “desenvolver estruturas encobertas e treinar guerrilhas no exterior, oferecendo poucas oportunidades para executar ataques dentro da África do Sul”; iii) de 1976-1984, a seguir a revolta de Soweto, “observou-se o aumento de ataques a alvos estratégicos culminando na estratégia de propaganda armada seguido de uma visita ao Vietnam, em 1978, e a indagação para uma «guerra popular»”; iv) posteriormente à

revolta de 1984, pressionou a prospectiva de uma insurreição geral e guerra popular, apontada para tornar a África do Sul ingovernável” (O'Brien, 2011, p. 21).

As unidades da MK combateram “diretamente unidades da SADF (*South Africa Defence Force*) e SAP (*South African Police*), mais particularmente em Angola”, e muitas das atividades do ANC-SACP nos Estados da Linha da Frente “eram conduzidas em cooperação com os movimentos de libertação da Namíbia – SWAPO (*South West Africa People's Organization*), Zimbabwe (ZANU – *Zimbabwe African National Union*, e ZAPU – *Zimbabwe African People's Organization*), Moçambique (FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique), e outros Estados da Linha da Frente” (O'Brien, 2011, p. 21). A MK iria procurar abrigo em Angola e Moçambique, após a independência de ambos, e em outros Estados da Linha da Frente afim de criar campos de treino, instalar quartéis para execução de operações de infiltração na Namíbia e África do Sul.

UDF (United Democratic Front)

A UDF foi uma organização cuja fundação remonta a proposta do Clérigo mestiço Allan Boesak, em janeiro de 1983, que pretendia criar uma “coligação abrangente de movimentos de resistência que combateriam as propostas do Partido Nacional sobre as reformas constitucionais”. A perceção equivocada do Partido Nacional sobre a UDF era que a mesma se tratava “da ala interna do ANC, e um aliado próximo da COSATU³⁹”. Na perceção da UDF, como também era na perceção dos líderes presos do ANC e daqueles que se encontravam no exílio era que a UDF “representava o ANC em apenas certas formas, mas era um movimento próprio de entre muitos outros” (O'Brien, 2011, p. 96). A UDF e a MDM (*Mass Democratic Movement*) “eram um amplo conglomerado de grupos de igrejas, organizações de direitos humanos, corpos de desenvolvimento local e regional, e outros; também incluía o poderoso, mas odiado «Campanha pelo Fim da Conscrição»” (O'Brien, 2011, p. 97).

A UDF iniciou as operações em agosto de 1983, e “como apoiava a Carta da Liberdade e outros princípios do ANC, a UDF e os ativistas foram imediatamente alvos de ações contrarrevolucionárias⁴⁰” (O'Brien, 2011, p. 97), o que levou O SSC a considera-lo como “o único e mais importante corpo na *revolutionary onslaught* interna” (O'Brien, 2011, p. 97). A UDF foi responsabilizada com de “fomentar desacatos e de promover diretamente e

³⁹ O autor explica que a UDF era vista pelo governo como “central para a *revolutionary onslaught* e a *mass offensive* orquestrada pelo ANC/SACP; consequentemente, nenhuma distinção foi feita entre ameaça externa e interna” (p. 97).

⁴⁰ O autor explica que em 1986, dos 24.000 detidos por desacatos ou outras ações contra o Estado, 80 % eram da UDF, o que se tornou evidente pelos documentos do SSC que a “UDF foi declarada como sendo uma organização que era perigosa para o Estado e que tinha de ser neutralizada” (p. 97).

indiretamente os objetivos do SACP/ANC através das ações em que se envolvia”, isto porque a violência que fluía da UDF, apesar de se autodeclararem como um movimento não-violento, “as ações eram tão concorrentes com as ações terroristas do ANC que era difícil diferenciá-las entre ambas” (O'Brien, 2011, p. 97). Por isso, a UDF era considerada como sendo “completamente envolvida na *revolutionary onslaught* interna, tanto independentemente ou sobre o nome do ANC/SACP” (O'Brien, 2011, p. 97).

Como parte da aliança com o ANC, entre 1985-1986, a UDF organizou-se de forma similar às estruturas revolucionárias do ANC, “que iriam supervisionar e coordenar as atividades em todo o país, do nível mais elevado até às ruas” (O'Brien, 2011, p. 97). Seria criado um sistema ascendente de comités que começava nos «comités de rua» (*street committee*), que reportava a um «comité de área» (*area committee*), que seria dirigido por um «comité de coordenação de área» (*area co-ordinating committee*), em parceria com um «fórum» para coordenação de organizações populares e culturais na respetiva área, sob a tutela do Executivo Nacional da UDF. Nestas estruturas, foi estabelecido os famosos «tribunais populares» que “forneciam alguma forma de lei e ordem na ausência da qualquer autoridade policial (O'Brien, 2011, p. 97).

Grupos Armados Antigovernamentais da Namíbia – People's Liberation Army of Namibia (PLAN)

Os eventos da década anterior promoveram, em 1962, a decisão da SWAPO de “recorrer à luta armada de forma a terminar o domínio sul-africano do Sudoeste Africano” (Scholtz, 2015, p. 4). Nesse mesmo ano, “imediatamente a seguir a instalação do quartel-general da SWAPO em Lusaka, fundou-se a ala armada denominada de PLAN (*People's Liberation Army of Namibia*) (...) dado a total desinclinação do governo sul-africano, então e mais tarde, de aceder a SWAPO ou qualquer outra «organização de libertação», isso efetivamente acionou a fase de guerra ativa”. (Steenkamp, 1989, p. 20).

Até 1966, a SWAPO recrutou “vários combatentes na sua ala militar embrionária (...) treino básico era feito na Tanzânia, e aqueles que fossem selecionados para cursos e especialidades avançadas eram enviados para países como a Argélia, Cuba, Egito, China, União Soviética, Coreia do Norte e China Vermelha (...) ligações foram feitas com a insurgente UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola) que iniciaram operações no

sul de Angola⁴¹” (Steenkamp, 1989, p. 21). Também criaram ligações com a CANU (*Caprivi African National Union*), “um movimento insurgente que recrutava combatentes do estreito de Caprivi” (Steenkamp, 1989, p. 21)⁴².

Ambiente Extrassocial

Dentro desta situação global, as ameaças contra a segurança nacional dos estados ocidentais ao nível local e regional eram percebidas “como provenientes de forças disruptivas dentro do estado, patrocinadas por outros estados e com apoio material e moral de movimentos comparáveis em outros estados, do que da rivalidade convencional entre Estados” (Dutton, 1978, p. 104). Independentemente de quais eram as motivações declaradas, “todos esses movimentos têm um pronunciado revolucionário e todos estes têm em comum o objetivo de destruir os sistemas sociais e/ou constitucionais existentes em seus respectivos países, a fim de substituí-los por sistemas próprios” (Dutton, 1978, p. 104). Todos esses movimentos (com a possível exceção dos movimentos direitistas isolados), “qualquer que seja sua ostensiva motivação ideológica, são percebidos como tendo adotado, em maior ou menor grau, doutrinas do marxismo e do neo-marxismo” (Dutton, 1978, pp. 104-105). Este facto estabelece “uma afinidade comunista, admitida ou não, em todos os sentidos”. Além disso, todos estes “adotaram o léxico e a semântica comunistas, e as suas estratégias têm uma grande semelhança com as estratégias comunistas” (Dutton, 1978, p. 105). Exemplos típicos são: “o papel da doutrina marxista da luta de classes adaptada às situações locais, incluindo as relações entre negros e brancos; a influência da doutrina do imperialismo de Lenine; a exigência por igual distribuição de riqueza” (Dutton, 1978, p. 105).

Dutton (1978) declara, “sem contestar as aspirações legítimas nas guerras de libertação, e sem implicar que os seus filantropos são comunistas, percebe-se, contudo, que a maioria dos seus líderes são comunistas intelectuais ou *protegés* comunistas”. Esses líderes tentaram manter “a sua aliança comunista sobre um perfil baixo, mas desde a recente arrogante intervenção soviética e cubana na África do Sul, e a consequente perda de credibilidade dos EUA; essas inibições parecem ter se dissolvido” (p. 103).

⁴¹ O autor explica que tornou-se numa “relação muito útil e vantajosa porque os angolanos do Sul e os ovambos faziam parte do mesmo grupo étnico e por isso ofereceram a PLAN um acesso fácil par ao seu principal alvo, *Ovamboland*” (p. 21).

⁴² O autor explica que a CANU desfrutava de uma vantagem importante: “conseguia operar a partir da vizinha Zâmbia com autorização oficial do governo zambiano (...) enquanto as atividades da SWAPO no sul de Angola eram restritas devido ao facto que Portugal era amigável à África do Sul” (p. 21).

Estados da Linha da Frente

A percepção de uma ameaça militar convencional materializou-se apenas na aliança/coligação dos Estados vizinhos africanos, com o apoio de forças militares externas (de salientar A República de Cuba e URSS), em que, naturalmente, a “OUA (Organização da Unidade Africana), a ONU (Organização das Nações Unidas)⁴³ e outros agrupamentos (como SADCC – *Southern Africa Development Co-ordination Conference*) de estados negros figuravam na «investida»”. Considerou-se a ameaça representada pelos vizinhos da África do Sul devido “ao acolhimento de terroristas e ao acúmulo de armas convencionais fornecidas pelos soviéticos em Angola, Moçambique e Zâmbia⁴⁴” (Orbann, 1984, pp. 55-56).

Estes agrupamentos de Estados negros que abrigavam grupos armados antigovernamentais, contra a África do Sul, e participavam, efetivamente, com diferentes contributos e intensidades, na luta contra o *apartheid*, foram denominados, no plano político e estratégico, de «Estados da Linha da Frente» – *Front Line States* (FLS). Na década de 1980 do Presidente Mugabe no poder na Ródésia/Zimbabué, e com o «Acordo de Não Agressão e Boa Vizinhança», mais conhecido como Acordo de Nkomati, entre Moçambique e a África do Sul, em que no artigo 3º decreta que “as altas partes contratantes [Moçambique e África do Sul] não permitirão que os respetivos territórios, e as relações geopolíticas alteraram-se, no apoio aos FLS’s” (Orbann, 1984, p. 56).

Organização das Nações Unidas

Entre todas as organizações internacionais de Direito Publico Internacional, a «Organização das Nações Unidas» (ONU) foi a organização que apresentou maior fonte de exigências, desde o momento que, em 1966, a ONU expressou que devido ao facto de que a “população indígena [namibiana] expressa um elevado desejo para a independência, a Assembleia iria dar a África do Sul um curto período de tempo de graça e depois revogaria o mandato caso Pretoria não correspondesse” (Steenkamp, 1989, p. 21).

⁴³ O autor acrescenta que “quando o Ocidente pressionou a África do Sul para efetuar reformas internas, as nações ocidentais também passaram a ser vistas como uma parte indireta do ataque. Nas palavras do General Malan, a fim de proteger os seus interesses na África negra, «pode ser (...), justificadamente alegado, que as Potências Ocidentais se disponibilizam como *handymen* dos comunistas e estão indiretamente contribuindo para a destruição do capitalismo e o estabelecimento de Comunismo mundial»”. (p. 55).

⁴⁴ O autor elabora um raciocínio crítico quanto à percepção sul-africana ao afirmar que existem “dois pontos importantes a serem tirados desta destilação da ameaça multifacetada da África do Sul para a «Total Onslaught»». Primeiro, a avaliação da ameaça “ignora a possibilidade de que as políticas internas da África do Sul possam ser uma causa das tensões internas do país, em vez de racionalizar a causa da agitação interna como ataque externo” (p. 56). Isso é consistente com a avaliação sul-africana da conversão a problemas domésticos desde os distúrbios de Sharpeville de 1960. Em segundo lugar, e o que é mais importante para as políticas da África do Sul, explica o autor, “é que o conceito de «*Total Onslaught*», foi utilizado para justificar a implementação da Total National Strategy” (p. 56).

Geopolítica e Geoestratégia da URSS

O Tenente-General Dutton (1978) declarou que qualquer ameaça local ou regional aos estados, naquela fase da história, era percebida como sendo, mais ou menos, “diretamente relacionada ao conflito bipolarizado Este-Oeste que havia emergido como uma preocupação global predominante na primeira década após o fim do conflito da Segunda Guerra Mundial” (p. 103). Todavia, apesar do projeto original desta situação de conflito haver sofrido uma série de mudanças significativas durante as décadas de 1960 e 1970, “o objetivo básico percebido do Kremlin encontra-se inalterado, e a sua estratégia de seguir os princípios identificáveis da doutrina propostas por Lenin – e influenciado pela exposição de Mao Tse-tung de certos conceitos” (p. 103), respetivamente os princípios da Guerra Popular. O objetivo ideológico da “«vitória completa e total do socialismo sobre o capitalismo» foi adotado como um *slogan* para o comunismo soviético e como uma cobertura para o imperialismo russo” (p. 103). Portanto, a estratégia soviética “adaptou-se “à mudança na «correlação de forças na arena mundial» e à mudança do equilíbrio da força, sem desvio doutrinário radical” (p. 103).

A doutrina soviética sobre balanço do poder permaneceu operacional, em que “o termo «equilíbrio das forças mundiais» seria para os soviéticos “um conceito amplo que abrange uma gama de fatores: econômicos, político, psicológico e ideológico, bem como militar. No entanto, nenhum desses fica sozinho; todos estão interligados” (Dutton, 1978, pp. 103-104). Neste conceito, “a força de um adicionaria força a todos os outros, e vice-versa, e a verdadeira superioridade do ponto de vista do «equilíbrio global das forças mundiais» requer superioridade em todos” (Dutton, 1978, p. 103). Estes expressam a mesma ideia em termos diferentes, como «correlação de forças na arena mundial», «correlação de forças mundiais» e «alinhamento de forças na arena mundial»⁴⁵. Para o cumprimento do seu objetivo, os soviéticos apoiaram, geralmente, “forças desestabilizadoras em países e sociedades não comunistas. Essa seria a parte intrínseca da sua estratégia e estes instigariam e manipulariam deliberadamente uma ampla gama de atividades subversivas e perturbadoras no mundo ocidental” (Dutton, 1978, p. 104). Nesse sentido, então, todos os movimentos disruptivos no mundo não-comunista – com

⁴⁵ O autor explica que apesar da sua “rejeição como um jogo ultrapassado de soma zero por uma escola de pensamento forte e articulada no Ocidente, esta recompensou o Kremlin com vitórias mais tangíveis do que qualquer outro princípio único de política” (p. 103). Adicionando aos ganhos positivos expressos em termos de capacidade nuclear e convencional, os ganhos territoriais e estados satélites, o Kremlin “também o interpreta como servindo os seus próprios interesses pela ação negativa de prejudicar os interesses ocidentais” (p. 103). Assim, “as chamadas nações descomprometidas do Terceiro Mundo, incluindo aquelas que professam sentimentos anticomunistas, são consideradas inclinações na balança em favor da URSS, na medida em que não são favoráveis ao Ocidente” (p. 103).

poucas, se algumas, exceções – “são percebidos como servos aos interesses soviéticos em termos do seu conceito de equilíbrio de força” (Dutton, 1978, p. 104). Estes incluem um “vasto espectro de ações de greves sindicais e marchas de protesto, manifestações, tumultos, desafio à autoridade, revoluções, guerras de libertação e rebeliões ao terrorismo local e internacional” (Dutton, 1978, p. 104).

Percebe-se que a União Soviética, “sob o disfarce de líder do «Bloco Socialista das Nações», está travando uma guerra total contra o mundo «não-socialista» para promover seu próprio imperialismo. ambições de dominação mundial”, em que o “seu objetivo final era os EUA, que, em virtude do seu *status* de superpotência, “são vistos como líderes desse bloco «não-socialista»”. Portanto, a estratégia empregue pela URSS “é percebida como total no contexto dos meios empregados e das esferas de ação nas quais a coerção é afetada; é indireta no contexto global, na medida em que a aplicação da força militar em uma guerra geral não é o fator operacional primário”; este emprega o conceito “de guerra prolongada de baixa intensidade, de acordo com a definição de Mao Tse Tung”; é revolucionário numa escala global, “cujo contexto de guerras e revoluções locais e regionais são integradas dentro da estratégia total em termos do conceito de equilíbrio de poder”. Portanto, os fatores operacionais identificados (e admitidos) foram, de acordo com Dutton (1978): militar; psicológico; político; ideológico; diplomático; cultural; económico; semântico.

O Professor Paul Eidelberg, de Nashville, refere-se a isso como (cit. por Dutton, 1978, pp. 105-106) que era “uma estratégia «octogonal» de guerra prolongada”. Esses oito fatores operacionais sobrepostos, e às vezes indistinguíveis, de conflitos prolongados “são sincronizados para produzir no país alvo (X) uma pressão crescente que, atingindo níveis insuportáveis, acaba por provocar sua desintegração e colapso”. Seria um método que, nas palavras de um manual soviético (cit. por Dutton, 1978, p. 106), “é o ataque ininterrupto; os seus meios, a exploração operacional prolongada, evita pausas e interrupções, e é alcançada por uma sucessão de operações consecutivas, cada uma das quais serve como o elo de transição para o objetivo final, que é «a completa aniquilação das forças vitais do inimigo»”. Nesta doutrina, a *Detente* é “apenas um «elo de transição» ou fator operacional destinado a acelerar esse objetivo” (Dutton, 1978, p. 106). Cada fator, em si mesmo um conjunto de subfatores, varia “em intensidade, dependendo do que os estrategistas do Politburo chamam de «correlação de forças» dentro da área-alvo” (Dutton, 1978, p. 106). As capacidades militares e as condições económicas; a rivalidade partidária e antagonismos de classe; o conflito racial e de grupo; as divisões entre as elites, isto é, “entre os formadores de opinião e os formuladores de políticas –

essas e outras «contradições» são ponderadas e correlacionadas no processo de orquestrar a estratégia da guerra octogonal” (Dutton, 1978, p. 106), com uma orquestração, “facilitada pelo poder altamente centralizado, disciplinado e irrestrito de uma oligarquia agindo sob o sigilo de uma sociedade fechada ” (Dutton, 1978, p. 106).

Tomando essa visão mais adiante, os defensores da *Total National Strategy*, dentro da SADF, “acreditavam que a ameaça para a República derivava diretamente da União Soviética, que estava a desempenhar uma guerra total contra a África do Sul, não podendo haver distinção entre «interno» e «externo» neste conflito, onde as ameaças militares e não militares se misturaram numa só” (O'Brien, 2011, p. 48). Portanto, no contexto do conflito sul-africano, “essa ameaça não veio apenas dos movimentos de libertação e revolucionários que tentavam efetuar mudanças na África do Sul, mas também dos estados que a cercavam, com os movimentos de libertação de inspiração comunista, especialmente os movimentos que se baseavam na Namíbia e em Angola” (O'Brien, 2011, p. 48).

O Programa do Partido Comunista da União Soviética, que definia os principais princípios da política soviética, declara que o Partido (citado por Filatova & Davidson, 2013, p. 225) “considerava ser o seu dever internacionalista em assistir os povos que caminhavam ao longo da estrada da obtenção e fortalecimento da independência internacional, para todos os povos que combatiam para a completa liquidação do sistema colonial”, esta frase “repetiu-se na Constituição da URSS, adotada em 1977” (Filatova & Davidson, 2013, p. 225).

EUA – Política Externa

Os EUA apoiavam, limitadamente, o governo sul-africano, por via da política externa, até ao empossamento do Presidente Reagan, que empregou a política de «*Constructive Engagement*», desenhada e coordenada pelo subsecretário para os assuntos africanos Chester Crocker, em que o EUA manteria, sempre, uma postura de mediador para a resolução do conflito na África Austral. O governo de Reagan que argumentava que “a África do Sul era um parceiro histórico dos EUA e que o governo do *apartheid* deveria ser considerado um parceiro legítimo para procurar uma solução política”. Ao mesmo tempo, os EUA “forneceriam apoio militar às forças de procuração da África do Sul como o movimento rebelde da UNITA em Angola” (Liebenberg, 2015, p. 48).

Por isso, a *Constructive Engagement* “permitia ao governo da África do Sul um espaço de respiração para os empenhamentos militares em Angola e outros locais. Também assegurava que a UNITA (...) continua-se a receber armas” (Liebenberg, 2015, p. 48). O apoio dos EUA no CSNU (Conselho de Segurança das Nações Unidas) “asseguraram que a África do Sul não

seria forçada a retirar de Angola e que o governo sul-africano poderia tentar escapar da responsabilização internacional mesmo dos abrangentes pedidos de maior ação coerciva da comunidade internacional e dos membros dos Estados não alinhados da ONU” (Liebenberg, 2015, p. 48).

Inputs/Problemas

Exigências/Inputs Determinantes dos Problemas do Sistema Político da África do Sul

Exigências Determinantes Internas

J.H. Hofmeyr (citado por Giliomee, 2011, p. 403), outrora um jovem sul-africano, prodígio académico do tempo – havia ingressado na Universidade de Oxford com apenas catorze anos –, e que viria a ser Ministro das Finanças do governo do Primeiro Ministro Jan Smuts, identificou num livro, onde contribuíram vários outros académicos do tempo, intitulado de *The Coming Age*, três causas para potenciais e sérias crises estruturais que comprometeriam a União da África do Sul, relacionadas, maioritariamente, com o descontentamento popular.

A primeira causa era a “falta de unidade nacional entre os dois grupos brancos” fazendo, como exemplo, ênfase e críticas ao caso recente criação da bandeira da União da África do Sul que “reforçava os velhos estereótipos em que a secção anglófona se importava mais com o Reino Unido do que pela África do Sul, e que os nacionalistas africâneres estavam interessados apenas nos benefícios imperiais e em nenhuma das obrigações” (Giliomee, 2011, p. 403). A segunda causa era a economia da África do Sul, em que, apesar do país ser riquíssimo em minerais e possibilidades agrícolas, as minas de ouro, “a única fonte sustentável de divisas estrangeiras, eram um ativo desperdiçado, o setor da manufatura era inerte, e a agricultura era «uma concha difícil de abrir»” (Giliomee, 2011, p. 403). A crise da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929, “provocou uma sucessiva crise mundial que afetou profundamente a economia sul-africana, em todos os setores económicos, reduzindo as exportações do país, o que levou ao subsequente aumento de desemprego – em todas as comunidades étnicas –, a desvalorização da moeda, e dívidas particulares dos agricultores” (Giliomee, 2011, p. 403). Querendo isto dizer que apesar das riquezas e possibilidades, a economia tinha constrangimentos de várias ordens para tornarem estes setores produtivos e geradores de riqueza. A terceira causa era o “fator demográfico racial, que incrementava o medo dos brancos em que o número de negros ‘iria decidir’ a luta do poder, adicionando a isto o medo da miscigenação em que o autor afirmaria que «o desenvolvimento nativo iria levar a equidade social, a misturas raciais e ao afundar do homem branco no oceano negro (...) e que um dia os mestiços iriam brincar nas ruínas da então União da África do Sul»” (Giliomee, 2011, p. 403). O medo dos nativos e das represálias da

sua emancipação são claramente expostas por Holfmeyr (cit. por Giliomee, 2011, p. 403) afirma: “Os Nativos – selvagens, cruéis, um inimigo astuto, onde, no passado, o homem branco derrotou e o submeteu – não irão estes fazer-lhe mal? (...) da sombra de onde isto origina (...) a África do Sul dos nossos dias não encontrará uma saída fácil” (Giliomee, 2011, p. 403), esta conclusão insinuava a necessidade de proteger a população minoritária branca da população maioritária negra e mestiça por via de medidas que os protegessem de qualquer ação desta ameaça percebida.

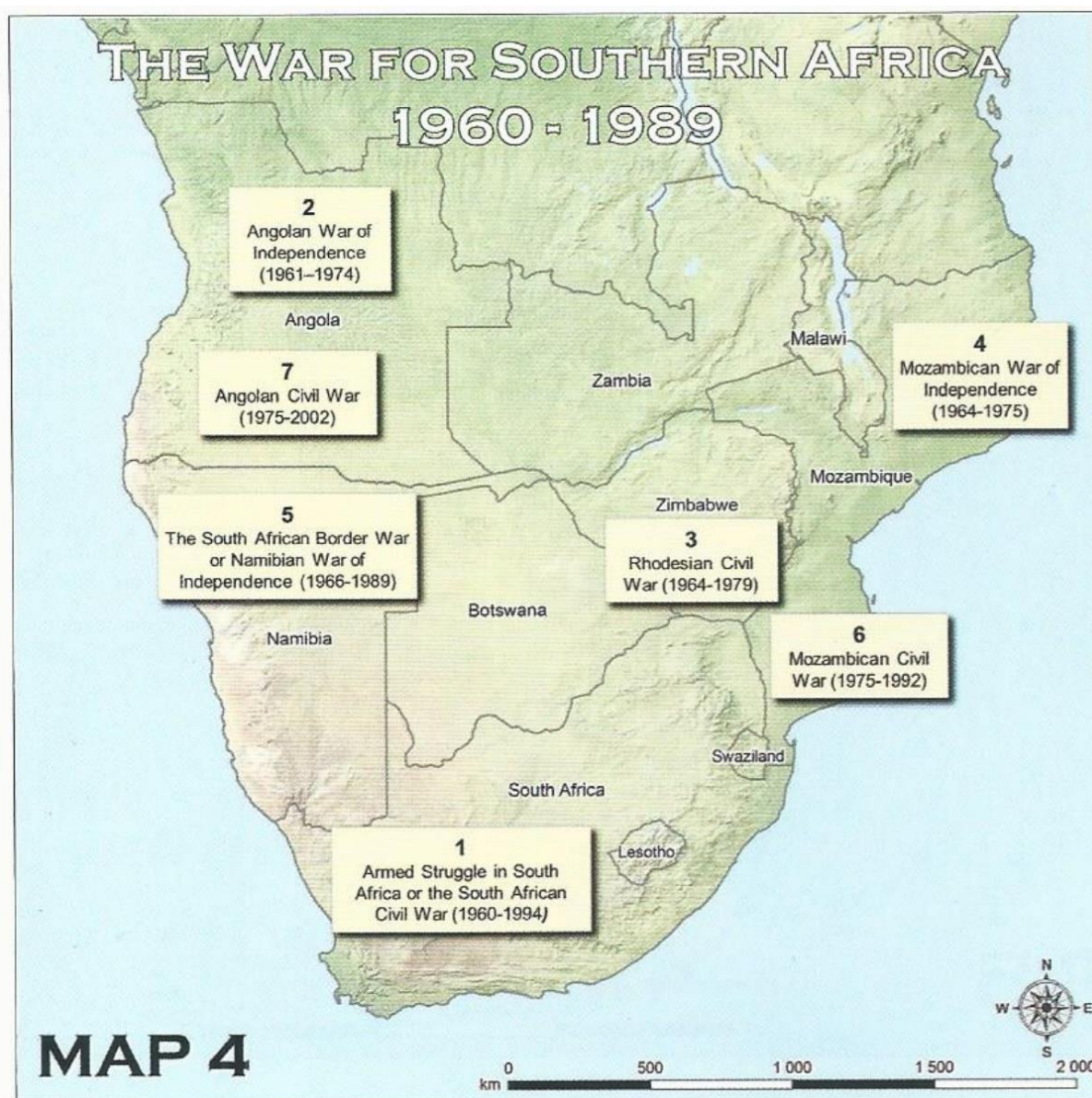
Exigências Determinantes Externas

No plano internacional, desde a década de 1950, que a perceção dos políticos e militares, em Londres, Washington e também em Pretória da existência de “uma ameaça comunista [da URSS] e da insurgência africana inspirada pelo comunismo” (van der Waag, 2015, p. 250) que esteve sempre presente no paradigma da perceção de ameaça dos mesmos. Desde o final da Segunda Guerra Mundial (1945), que o bloco ocidental – liderado pelos EUA -, idealizou e executou uma doutrina de *Containment* contra o bloco oriental afim de impedir a disseminação de governos comunistas simpatizantes da URSS e respetivos países do bloco oriental. A interação estratégica entre os blocos afetou virtualmente toda as agendas políticas da arena internacional. No curso do século XX, “esta visão evoluiu para um dado grau que, na década de 1970, o Estado [sul-africano] acreditava que estava face a uma *Total Onslaught* – por forças de libertação revolucionárias que a confrontavam, tanto na África do Sul como nos [territórios dos] seus aliados por toda África Austral”. Esta dupla-rubrica de uma «maré negra» que “iria varrer os africanos até a sua extinção, enquanto o «comunismo negro» iria cumprir o mesmo objetivo através das crenças culturais e religiosas” (O'Brien, 2011, pp. 4-5).

Para o caso da África do Sul, a URSS considerava-se que “uma comunidade de interesses de classe tornavam o regime sul africano no mais confiável aliado político dos poderes ocidentais no continente africano” (Filatova & Davidson, 2013, p. 229), que “servia de uma importante base económica e militar para o imperialismo naquela parte do mundo (...) Washington via o regime racista como parte dos poucos escolhidos que tinha ligações de «valores culturais comuns»” (Filatova & Davidson, 2013, p. 229), logo, “a África do Sul era considerada era considerado um país imperialista, e parte integral do imperialismo do mundo (...) era o único país imperialista em África, mas possuía um poderoso potencial militar e económico” (Filatova & Davidson, 2013, p. 229). Ao apoiar o ANC, a URSS acreditava que “estava a enfraquecer a prosperidade do ocidente, cuja economia era baseada no colonialismo e recursos baratos” (Filatova & Davidson, 2013, p. 229). A Política Externa da URSS para a

África do Sul, que se constituía nos seguintes simples elementos: i) “enfraquecer e isolar o regime do *apartheid*”; ii) “fortalecer a oposição do país” (Filatova & Davidson, 2013, p. 229). Esta Estratégia Dual não garantiu a vitória (militar) do ANC, no entanto foi muito útil para a agenda da URSS, no sentido que poderia utilizar o seu apoio como propaganda da sua liderança no “movimento internacional contra o *apartheid* (...) um dos maiores sucessos e aspetos efetivos da política da URSS foi a sua posição na Organização das Nações Unidas, do qual os membros dos países africanos e asiáticos constituem dois terços (...) em que em muitos assuntos, estes formavam um bloco de países socialistas (...) o *apartheid* era um destes” (Filatova & Davidson, 2013, pp. 229-230).

Figura 33 – Histórico das Guerras de Libertação da África Austral



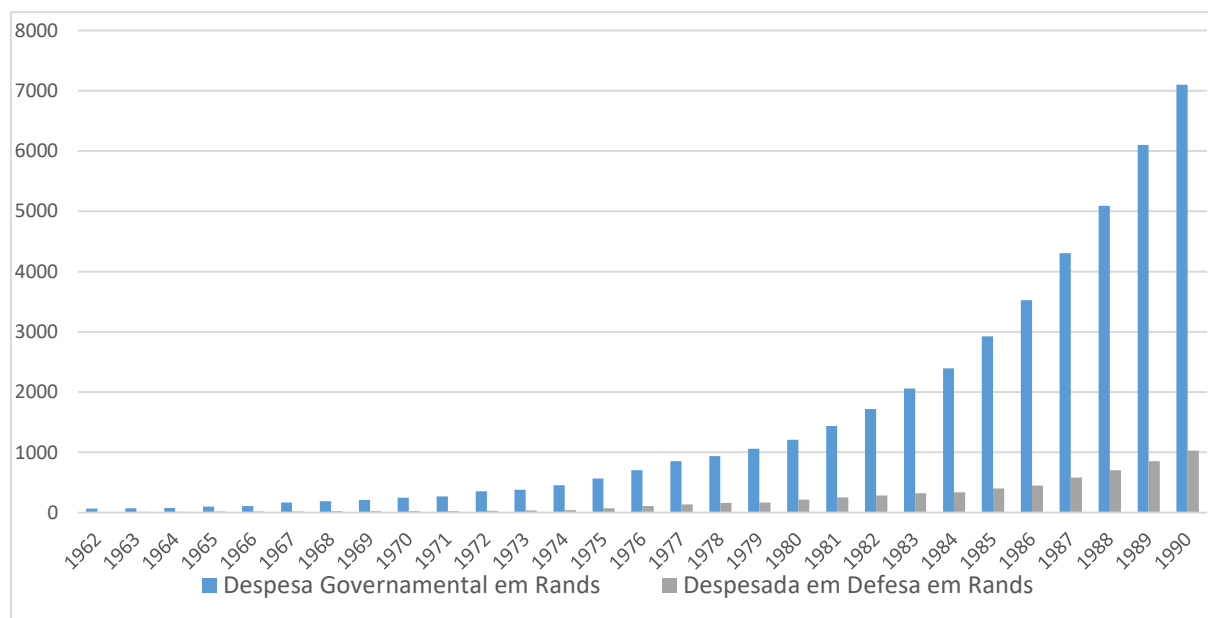
Fonte: Vries, Burger, & Steenkamp, 2017, p. 41

Apoios às Autoridades/Sistemas de Forças

Importa delimitar a forma como devemos estudar os apoios, sendo que no caso das exigências bastou, apenas, dissecar os sistemas ou unidades que constituíam as ameaças da *Total Onslaught* e *Revolutionary Onslaught*. Estabeleceremos como apoios todos os meios (tangíveis e intangíveis), teorias estratégicas (apoio intelectual para a resolução de problemas) e apoios de sistemas aliados externos ao sistema político, de forma aberta ou encoberta, positiva, indiferente ou negativa.

O apoio às forças de segurança foi central para a execução das estratégias e políticas de segurança, nomeadamente pelas ações coercivas sobre outros sistemas políticos, e pelo apoio entre pilares do Estado contra as insurgências e guerrilhas na Namíbia e África do Sul. Os ramos da SADF, especialmente no Exército, “aumentaram o «passo» para ribalta” (Liebenberg, 2015, p. 43), em que a despesa em defesa aumentou anualmente, “apesar de em 1972 a RSA já fosse militarmente mais forte que os outros estados da África subsariana combinados” (Liebenberg, 2015, p. 43), devido ao “largo programa de aumento da contratação e aquisição de armas no final da década de 1970 e início da década de 1980, o que levou a uma corrida às armas na África Austral, especialmente entre os países que sofriam dos envolvimento militares sul-africanos, como Angola” (Liebenberg, 2015, p. 43).

Tabela 8 – Gráfico da despesa orçamental e despesa em defesa (ordem dos R10.000.000)



Nota: Origem dos dados numéricos encontram-se no anexo 2.

Fonte: Elaboração Própria (Microsoft Excel 2016)

O orçamento da defesa “aumentou de R327 milhões no ano orçamental de 1971/1972 para R629 milhões em 1974/1975” (Liebenberg, 2015, p. 43). Em 1976/1977 (parcialmente devido à invasão de Angola) “o orçamento da defesa era de R1.048 milhões. O rearmamento e a crescente indústria das armas “já não era uma questão, mas sim, no ponto de vista de Pretória, um imperativo” (Liebenberg, 2015, p. 50).

Apoios Externos em Artigos bélicos

Liebenberg (2015) declara que a *apartheid*, “trabalhou de forma encoberta com os EUA, enquanto o Reino Unido, França, Bélgica e Alemanha ocidental forneceram armas ao governo do *apartheid* em várias fases” (Liebenberg, 2015, p. 42). Os britânicos forneceram “caças-jato «Vampire», mais tarde os «Canberra» (B1, 12 e T-4) e bombeiros «Buccaneer» (S-50), avião de patrulha marítimo de longo-raio de ação «Shackleton» (MR3) e helicópteros «Wasp». Carros de reconhecimento «Ferret» e viaturas blindadas de transporte de pessoal (Viatura Blindada de Transporte de Pessoal) «Saracen» também foram fornecidos pelos britânicos” (Liebenberg, 2015, p. 42). Os franceses forneceram “caças «Mirage» (Mk III e F1), helicópteros «Puma», «Super Felon» e «Alouette» (primeiro os Mk II, e posteriormente os famosos Mk III) que iriam desempenhar um papel importante na guerra (...) adquiriu também aviões «Harvard» para treino e caças «Sabre» dos EUA (...) forneceu submarinos de classe «Daphné», assegurando que a África do Sul era o único país na África Austral que aumentou a sua capacidade submarina” (Liebenberg, 2015, p. 42). Os belgas forneceram espingardas FN, Espanha forneceu munições à África do Sul, enquanto a Itália forneceu “o primeiro treino e aviões de apoio próximo” (Liebenberg, 2015, p. 42). A África do Sul e Israel (mais tarde Chile, Argentina, Uruguai, Paraguai e Taiwan também) “começaram a trabalhar próximos ao nível de segurança”. A África do Sul comprou, também, “embarcações lança-torpedos da classe «Reshef» de Israel, tendo depois começado a produzi-los localmente” (Liebenberg, 2015, pp. 42-43).

Apoios Internos em Artigos bélicos – ARMSCOR (Armaments Corporation)

Com a aplicação das sanções do embargo de armas contra à África do Sul, o país “embarcou na tarefa de satisfazer a maioria das suas necessidades e até entrou no mercado internacional de armas” (Heitman, 1988, p. 15). Esta tarefa foi realizada, em muito, graças à ARMSCOR, e a diversas empresas privadas, que, após a sua efetiva fundação em 1976, desempenhou a função de “corresponder eficazmente e economicamente o quanto possível para com os requisitos da Republica [da África do Sul], como determinado pelo Ministro [da Defesa], incluindo os armamentos exigidos para a exportação de armas, munições e produtos pirotécnicos exigidos para os membros do público” (Heitman, 1988, p. 15).

Após a implementação da doutrina da *Total National Strategy* foi “reconhecido que o crescimento económico e a preparação militar apenas poderiam ser ampliados através da mais próxima e possível cooperação entre o Estado e o setor privado, e a doutrina da «total strategy» forneceu o raciocínio para a cooperação entre os líderes dos negócios, líderes militares e políticos belicosos” (Liebenberg, 2015, p. 50). Com isto, a África do Sul “começou a desenvolver a sua própria tecnologia de armamento com a ajuda de conhecimento estrangeiro”.

O carro blindado «Eland», uma adaptação do «Panhard» francês “foi produzido sobre licença” e o veículo de combate de infantaria «Ratel» foi desenvolvido “após a experiência obtida durante a primeira invasão de Angola” (Liebenberg, 2015, p. 43). A África do Sul começou a desenvolver “uma variedade de veículos anti-minas [que] foram continuamente desenvolvidos e atualizados, desde os VBTPs *Hyenas* e *Hippo* (...) novos modelos se seguiram como o VBTP, como as viaturas da família do «Ratel», «Buffel», «Albatross», «Samil», «Kwêvöel»” (Liebenberg, 2015, p. 43). As espingardas «FN» belgas começaram a ser “fabricadas na África do Sul sobre licença e denominadas de «R1» (enquanto espingarda de tiro automático foi designada de «R3») (...) Itália (...) forneceu licenças para a construção de Impala («Aermacchi 326»), produzidos aqui [África do Sul] como «Impala Mk I» e «Impala Mk 2»” (Liebenberg, 2015, p. 43). Em matéria de armas de longo alcance de artilharia terrestre, desenvolveram-se os “sistemas de artilharia «G5» [semi-propulsado] e «G6» [auto-propulsado] e lança foguetes múltiplos «Valkiri» seguiram-se. A espingarda de assalto utilizada pelas tropas sul-africanas, a R4, que era uma cópia (improvisada) da «Galil» israelita (...) que substitui as FN e R1/R3”

Tabela 9– Números de artigos completos militares durante a década de 1970 e 1990 no inventário da SADF

Ano	Tanques	Viaturas Blindadas	VCBs	VBTPs	Aeronaves	Helicópteros
1969/70	200	Algumas centenas	Nenhuma	250	185	80+
1973/74	120	900	Nenhuma	250	100	80+
1984/85	250	1400	1200	500+	304	90+
1985/86	250	1600	1500	1500	356	90
1988/89	241	1600	1500*	1500	324*	78*
Nota: Existem, de acordo com o autor, variações entre os autores que compilaram estes dados.						

Fonte: Adaptado de Liebenberg, 2015, p. 47

Problemas/Ameaças

O Tenente-General Dutton (1978) declarou que a “Segurança Nacional implica ação ou organização, ou ambas, destinadas a preservar ou criar condições consideradas mais propícias à otimização dos interesses nacionais em face de ações hostis”. O Tenente-General declarou o anterior para argumentar, por sua vez, que isso “postula a existência de uma ameaça real ou potencial, ou ameaças, aos interesses nacionais identificados”. Ou seja, essa ameaça “deve ser percebida como existente antes que medidas efetivas possam ser tomadas para combatê-la” (p. 102). Esta percepção procura “identificar a natureza da ameaça, a fonte e os fatores de tempo e espaço”. O Tenente-General Dutton (1978) explica que “no mundo ocidental, encontramos uma acentuada diversidade de pontos de vista e, em primeiro lugar, sobre o que constitui uma ameaça”, que é um “corolário do problema do que constitui os interesses nacionais, mas também envolve uma dimensão psicológica significativa” (p. 102). Dutton (1978) argumenta que “no único extremo do espectro da dimensão psicológica, encontramos a tendência de exagerar qualquer indicação de ameaça a parcelas de crise, enquanto no outro extremo, a recusa categórica de admitir a existência de qualquer ameaça, qualquer que seja”. Por isso, os aspectos militares da segurança nacional “relacionam-se diretamente com a percepção da ameaça”, sendo este “o fator decisivo na determinação da organização militar, níveis de força, postura e preparação” (p. 102).

«Total Onslaught»

A «*Total Onslaught*» (*Total Onslaught*) “utilizada pela primeira vez no Relatório de Potgieter em 1971, o resultado da «Comissão para Inquerir em certos aspetos da Segurança de Estado», mais conhecida por Comissão de Potgieter, que foi formada pelo Primeiro-Ministro Vorster devido aos “choques entre os vários Chefes de segurança sobre pré-eminência de cada agência (*Security Branch*, DMI e BOSS)” (O'Brien, 2011, p. 28), que chegou a afirmar, no relatório que “a continua confusão de funções entre o DMI e o *Security Branch* apresentavam perigos para a segurança do Estado (...) para produzir linhas-guia e missões.” (O'Brien, 2011, p. 28). Foi nesse relatório onde “também se utilizou pela primeira vez o conceito de «Segurança Nacional» Sul-africano (...) em que – notificou-se que «os inimigos procuram derrubar o *status quo* na África do Sul» (...) os «Inimigos estão ativos em muitas esferas (...) tentando atacar em todos os campos (...) [respetivamente] (i) militar; (ii) político; (iii) económico; (iv) social; (v) educacional; (vi) psicológico; (vii) subversivo; (viii) terrorismo; (ix) sabotagem; e (x) espionagem ... Um ataque pode ser feito a segurança do Estado em cada uma dessas esferas” (O'Brien, 2011, pp. 28-29).

No «1975 White Paper on Defence» “o Estado reconheceu (...) que estava face a uma *Total Onslaught* por forças de libertação e revolucionárias que a confrontavam, tanto na África do Sul como na região” (O'Brien, 2011, p. 47). Com o ataque contra a África do Sul “aparentando estar a ocorrer em quase todas as esferas – diplomática, política, económica, militar, social e cultural – a ameaça foi articulada como um ‘Investida Total’ – *Total Onslaught*”. Apesar dos desfechos em Angola e Moçambique, em 1975, “a ameaça militar convencional era considerada, pelo então Ministro da Defesa Botha, como limitada, já que a força da SADF (*South Africa Defence Force*) representaria um constrangimento muito pesado sobre o inimigo. Portanto, a ameaça militar era principalmente indireta de apoio comunista para terroristas e guerrilheiros. Essa perceção de ameaça “era similar àquela desenvolvida por Botha [enquanto Ministro da Defesa Nacional] no início dos anos 60 e refinada em 1971. Entretanto, isso não significava que a ameaça da guerra convencional pudesse ser descontada”. O General Malan (citado por O'Brien, 2011, p. 55) afirmou que embora “seja principalmente uma guerra não convencional” (...) a ameaça de uma guerra convencional num futuro próximo não pode de forma alguma ser excluída” (O'Brien, 2011, p. 47). Em geral, na opinião de Magnus Malan (citado por O'Brien, 2011, p. 55), a «investida» [foi] direcionada às quatro «bases de poder» da África do Sul: 1) o político/diplomático; 2) o económico; 3) a relação social/psicológica; 4) a segurança [interna]”. Enquanto os comunistas ainda eram vistos “como a principal força por trás da «*Total Onslaught*», estes não eram vistos como o único” (O'Brien, 2011, p. 47). Para além da ameaça de uma ação militar contra a República, a «investida» também previu ações anti-sul-africanas nas esferas política, diplomática, religiosa, psicológica, cultural, social e desportiva” (O'Brien, 2011, p. 47).

A caracterização derivou da “sua única expressão física [ou seja] da existência de elementos armados de organizações políticas banidas acomodadas em Estados vizinhos” (O'Brien, 2011, p. 47), acreditando, por isso, que “a ameaça à RSA dentro do âmbito da batalha internacional comunista para a dominação mundial também estava relacionado com o aumento e estabelecimento de influência e presença comunista na África Austral” (O'Brien, 2011, p. 47) que apoiava “as tentativas de infiltração da RSA para propósitos de terrorismo, sabotagem e subversão dentro da visão de derrubar a ordem existente. Esta perceção de ameaça deu pouco espaço para julgamento” (O'Brien, 2011, p. 47).

A *Total Onslaught* constituiu-se como o resultado da conjugação de várias cobiças que se constituíram como exigências, que ao serem reduzidas resultaram em numa ameaça

percebida que se compõe em três: 1) *Swart Gevaar*⁴⁶ (Ameaça Negra) constitui como o principal elemento de toda a *Total Onslaught* por esta haver sido a ameaça percebida, potencial e real definida pelo governo, potencializado pelos os restantes elementos; 2) *Rooi Gevaar* (Ameaça Vermelha – Comunismo) por ser o instrumento ideológico que o governo acreditava que potencializava a *Swart Gevaar*; por último o 3) Liberalismo Ocidental que “era também pouco popular pelo governo e os apoiantes, e as leis do *apartheid* proibiram a discussão e mobilização política aberta, enquanto os liberais⁴⁷ advogassem uma sociedade aberta e livre de discriminação racial” (Liebenberg, 2015, p. 42), sendo que permitiria a criação de vacuidades que poderiam ser exploradas. Estas ameaças iriam constituir-se no problema que deveria ser resolvido pelo sistema político sul-africano por via das decisões e ações das autoridades.

«*Revolutionay Onslaught*

Numa reunião do SSC, realizada em 18 de julho de 1985, o SSC apresentou um relatório intitulado «Princípios para o combate da *Revolutionary Onslaught*» que lançou uma série de “princípios contrarrevolucionário, que coincidiam com as «lições» e princípios estabelecidos por escritores tais como Fraser e McCuen; estas seriam, posteriormente, adotadas pelo SSC”. Em 26 de agosto de 1985, o SSC aprovou uma “avaliação de inteligência que declarava que a África do Sul se encontrava em «estado de guerra revolucionária», que já tinha sido determinado numa reunião do SSC, duas semanas antes, que “a agitação se tornou numa luta revolucionária”. Estes pontos de vista, traduzidos em exigências, que não eram para serem divulgados até 1986, [que se converteram num novo problema, desenvolvido do anterior] em que esta “*Revolutionary Onslaught* tinha alcançado a fase de guerrilha dentro África do Sul”, e que o passo seguinte apropriado era “combater fogo com fogo, organizar as próprias forças de guerrilha para implantar dentro África do Sul”. Além disso, o governo “delineou uma estratégia contrarrevolucionária de três fases: primeiro, restabelecer a lei e a ordem; em segundo lugar, instituir a modernização socioeconómica dos municípios; terceiro, a instituição de uma reforma constitucional” (O'Brien, 2011, p. 140). Estas formariam os princípios orientadores contra a *Revolutionary Onslaught*. A «*Revolutionary Onslaught*», «*Total Revolution*» ou «*Terrorist*

⁴⁶ O autor explica que a evidente e corrente ameaça era percebida pelo povo africâner “como sendo, naturalmente, esta *swart gevaar*: o medo de ser aniquilado pela maioria negra”. Daí que “o mandato essencial dos sucessivos governos sul-africanos tem sido a demonstração da vontade e capacidade de enfrentar esta ameaça eficazmente e manter a supremacia branca” (p. 1).

⁴⁷ O autor explica que desde a 2ª Guerra Mundial, e especificamente desde o advento oficial do *apartheid*, os líderes sul-africanos “enfrentaram uma nova e crescente ameaça de interferência externa nas políticas raciais domésticas. Esta ameaça, que os porta-vozes do governo atribuíram ao nacionalismo negro radical e ao liberalismo ocidental ao serviço, inconsciente, do mundo comunista, intensificou os medos de uma revolta interna negra apoiada por uma potencia externa” (p. 1).

Onslaught» foi definido pelo SSC (*State Security Council*) como “o clima revolucionário – baseado em greves, protestos, ataques guerrilheiros, fogo posto e homicídios” que correspondia com o “aumento dramático das ações violentas da oposição doméstica contra o regime da África do Sul”, sendo declarado que a “África do Sul está agora num estado de Guerra Revolucionária” (O'Brien, 2011, pp. 109-110).

No «Relatório do Comité de Investigação para o planeamento futuro da SADF e matéria relacionada com a ARMSCOR», ou «Comité de Geldenhuy» ,de 1984, é apresentada uma apreciação da comunidade da inteligência (DMI, *Security Branch* e NIS) que pretendia realizar uma “investigação compreensiva e profunda sobre a Força de Defesa e aspectos relacionados de Armscor, afim de determinar de que maneira as organizações acima mencionadas deveriam ser ajustadas para enfrentar os desafios do futuro decorrentes das realidades económicas opressivas e da situação de segurança da RSA, bem como do novo marco constitucional, dispensação, da maneira mais económica e eficaz” (Ministry of Defence, 1986, p. 1), que, resumidamente, definia que os objetivos dessa *Revolutionary Onslaught* eram:

1. Criar e intensificar um clima revolucionário, isolando a RSA”;
2. Destruir a economia da RSA;
3. Subverter/destruir a vontade e a capacidade do governo e da população de resistir à *Revolutionary Onslaught*;
4. Acionar e mobilizar a população para resistência conjunta contra o sistema atual;
5. Condução e intensificação da *Terrorist Onslaught*;
6. Neutralizar as forças de segurança da RSA;
7. Destruir a nova dispensação política;

A mesma apreciação da inteligência advertia sobre:

- a) o alarmante acúmulo de armas convencionais que ocorre nos chamados Estados da Linha de Frente (FLS), tendo sido esse aumento em número acompanhada de armamento mais sofisticado de maior qualidade. Esse acúmulo excessivo obrigou a SADF, não apenas, a manter a sua capacidade ofensiva convencional, mas, também, introduzir mais sofisticação.
- b) A Influência do Fator Espacial, em que a área [operacional] é o único fator relativamente estável no que diz respeito à análise ambiental da RSA (...) no entanto, o espaço entre a RSA e seus inimigos diminuiu de forma alarmante.
- c) A RSA era um vasto país com fronteiras estendidas e um longo litoral que exigia muito da SADF. Isso significa que a SADF tinha que operar em uma área e não em uma frente.

Isso requeriu atenção especial à logística, mobilidade estratégica e tática, necessidade de cobertura geral, descentralização da execução e capacidade de combate noturno.

A *Revolutionary Onslaught* definia-se por uma componente externa, e outra interna. A ameaça externa, era “dirigida contra todos os componentes da base de poder nacional da RSA e da SWA (política, económica, social, de segurança e psicológica) está culminando principalmente em um *revolutionary onslaught*” (Ministry of Defence, 1986, p. 12). Esta *onslaught* seria “dirigido e coordenado de tal forma pela União Soviética, como planeador Chefe e iniciador, que promove a execução da estratégia indireta da URSS em relação à África Austral e favorece os interesses soviéticos nesta região” (Ministry of Defence, 1986, p. 12). Nesta *onslaught*, a URSS fez uso, especialmente, “da sua influência em organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização para a Unidade Africana (OUA) e no Terceiro Mundo, a fim de alcançar seus objetivos estratégicos”. No que diz respeito à SWA, Angola e Zâmbia e, em menor escala, o Botswana, serviram “como os países anfitriões mais importantes para a SWAPO” (Ministry of Defence, 1986, p. 12). A OUA constituiu “um dos fóruns mais importantes através dos quais as actividades dos estados africanos são[eram] coordenadas e dirigidas” (Ministry of Defence, 1986, p. 12). No entanto, a execução deste objetivo comum apenas ganharia substância “se acompanhada pelo envolvimento em grande escala da URSS e dos seus estados satélites”. Embora as suas atividades fossem orientadas, principalmente, “para a propaganda, a OUA também serve[iu] como um canal para fornecer fundos para o *revolutionary onslaught* e para promover a imagem internacional dessas organizações terroristas” (Ministry of Defence, 1986, p. 12). Além da ONU e da OUA, a URSS “também utiliza[ou] cada vez mais, entre outros, o Conselho Mundial de Igrejas e organizações sindicais internacionais em seus esforços para isolar a RSA e promover a *revolutionary onslaught*” (Ministry of Defence, 1986, p. 12). Essas organizações eram utilizadas “particularmente para exercer pressão sobre o Governo da RSA de se abster de qualquer forma de ações transfronteiriças e proporcionar maior liberdade política de movimento, especialmente, ao ANC” (Ministry of Defence, 1986, pp. 12-13).

Na sua componente interna, o principal expoente era a Frente Democrática Unida (UDF) e as suas afiliadas. Havia, também, o Partido Comunista da África do Sul (SACP), “que atua como o chamado partido avançado, e o ANC, que é o principal responsável pelo ataque contra a RSA” (Ministry of Defence, 1986, p. 13). Outro grupo, que desempenhou um papel “consideravelmente menor no ataque contra o país, compreende o Congresso Pan-Africano (PAC) com suas alas internas de juventude e trabalho, bem como a Organização do Povo de

Azanian” (Ministry of Defence, 1986, p. 13), o último grupo propagava a chamada filosofia do Poder Negro e pan-africanista. As ações do ANC e do PAC “contra alvos determinados na RSA eram dirigidas a partir de estados vizinhos” (Ministry of Defence, 1986, p. 13). O ANC tinha instalações na Zâmbia e o país funcionava “como um centro de planeamento e coordenação de ataques terrorista”. Apesar do facto de que os estados vizinhos “rejeitavam oficialmente as ações terroristas armadas contra a RSA nos seus territórios, o ANC e o PAC, de facto, “atuavam de maneira clandestina sob a proteção do *status* de refugiado” (Ministry of Defence, 1986, p. 13). Embora as abordagens ideológicas fossem diferentes, os grupos revolucionários esforçavam-se “na direção de um objetivo de longo prazo direcionado à derrubada violenta do atual sistema [regime, comunidade e autoridades políticas] da RSA” (Ministry of Defence, 1986, p. 13) e a substituir por “um chamado governo maioritário (negro) dentro de um estado unitário no qual uma elite ditatorial dominaria as massas” (Ministry of Defence, 1986, p. 13). O SACP esforçou-se por uma eventual dominação e pelo estabelecimento de um sistema comunista de governo, baseado nos princípios marxistas/leninistas” (Ministry of Defence, 1986, p. 13).

A violência começou a disseminar, alarmantemente, em setembro de 1984, “após a revolta do triângulo de Vaal e o surto de violência em Sebokeng, Evaton e Sharpeville (o último seria bastante significativo, dado que era a «Meca» dos movimentos de libertação após o Massacre de Sharpeville, em 1960, que muitos marcaram como o início da guerra para libertar a África do Sul)” (O’Brien, 2011, p. 139). As forças de segurança necessárias para restaurar a lei e a ordem “espalharam-se por todo o país (...) sendo também significativo como a «Geografia» de resistência começou a mudar dos principais municípios metropolitanos para os centros urbanos” (O’Brien, 2011, p. 139).

Quando as perturbações começaram, em setembro de 1984, a situação interna foi caracterizada “inicialmente por distúrbios, particularmente em certas escolas negras, e distúrbios gerais, tais como arremesso de pedras, incêndios criminosos e ocorrências similares que foram confinados principalmente ao Triângulo Vaal e à Província Oriental” (South Africa Ministry of Defence, 1986, p. 12). Desde então, “a natureza, o escopo e a intensidade da agitação, bem como seus objetivos políticos fundamentais, desenvolveram-se de tal forma que, atualmente, são considerados parte integrante do ataque contra a RSA”. Dos grupos de resistência mais importantes que formam a ponta de lança deste ataque eram chamados *Charterist*, isto é, “aqueles grupos de resistência que propagam a Carta da Liberdade como seu manifesto de política” (South Africa Ministry of Defence, 1986, p. 12).

Tabela 10 – Estatística dos incidentes terroristas (julho 1976-abril de 1990)

<i>Alvo</i>	<i>Número</i>	<i>% do total</i>
Polícia	485	31,3
Militar	63	4,1
Jurídica	36	2,3
Estado	242	15,6
Económico	339	21,9
Civil	369	23,8
Outros	15	1,0
Total	1.549	

Fonte: O'Brien, 2011, p. 139

Entre o surto de violência de junho de 1986, “cerca de 851 pessoas foram mortas pela polícia, e durante os próximos nove anos, de acordo com o Instituto Sul-Africano de relações raciais, 18.997 pessoas morriam da violência renovada, muitos na guerra civil entre o ANC e o *Inkatha* em KwaZulu-Natal e Witwatersrand” (O'Brien, 2011, p. 140). Ao mesmo tempo, a MK lançou “uma série de operações de infiltração contra o estado em Joanesburgo e em outros lugares” (O'Brien, 2011, p. 99).

Tabela 11 - Incidentes do MK

<i>Incidentes do MK (Ano/Número Total)</i>					
1976	4	1979	12	1982	39
1977	20	1980	19	1983	55
1978	13	1981	55	1984	44
				1985	136
				1986	231
				1987	235

Fonte: O'Brien, 2011, p. 142

Sistema político

Grupos de Interesse – Corporativismo das Elites Africâneres

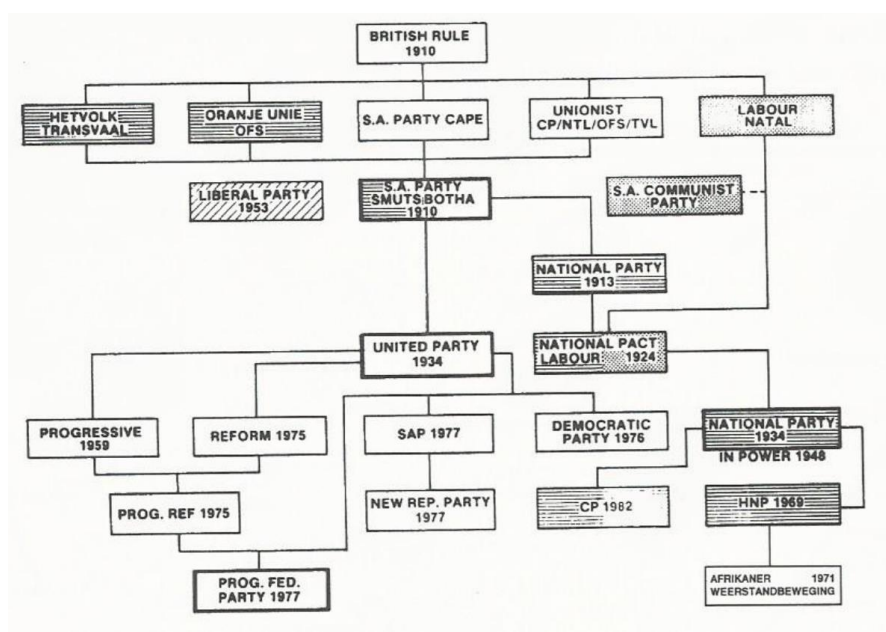
Os grupos de interesse que por via direta ou indireta influenciaram as decisões do sistema político na comunidade e pessoas coletivas da sociedade africâner. Jaster (1980) explica que “ao nível mais profundo tratava-se de uma função de engrenagem das lideranças da comunidade africâner” (Jaster, 1980, p. 2), ou seja, os “membros da pouca numerosa elite africâner conheciam-se muito bem entre si através de contatos de antigos alunos e membros do Partido Nacional, da *Nederduitse Gereformeerde Kerk* (Igreja Holandesa Reformada), das organizações culturais e empresariais africâneres e, obviamente, da *Afrikaner Broederbond*” (Jaster, 1980, p. 2). Este carater corporativista da liderança africâner facilitou a “formulação dos objetivos coletivos para as organizações africâneres e introduziu o propósito de unidade da ação corporativista africâner (por exemplo: «as Igrejas» apoiavam o governo, «as universidades» apoiavam a «igreja» e vice-versa)” (Jaster, 1980, p. 2). O autor continua o

raciocínio afirmando que “através desta rede corporativista, o governo [foi] capaz de criar consenso entre a elite africâner na natureza das ameaças de segurança e as políticas apropriadas para lidar com estas. Existe[ia], por isso, uma proximidade na congruência entre a retorica e a ação, entre a ameaça e a resposta” (Jaster, 1980, p. 2). Ademais, este sistema informal de “desenvolvimento-consensual entre a elite, era tranquilizadora para o publico africâner, que viam que os ministros, educadores, editores e membros do parlamento suportavam a política do governo” (Jaster, 1980, p. 2). Jaster (1980) afirma, quanto ao publico africâner, que “juntamente com a geral falta de interesse dos africâneres pela política, isto levou a uma muito maior confiança no governo e menor critica eleitoral do que nas democracias ocidentais” (p. 2).

Partido(s) Político(s)

O’Brien (2011) declara que “quando o PN (Partido Nacional) foi eleito em 1948 e declarou a política do *apartheid* (Separação), estes fizeram-no na ótica da necessidade para assegurar a sobrevivência da nação Africâner, num país onde se julgava que uma maioria indígena governante iria levar ao genocídio contra a nação africâner, e onde os ingleses nunca poderiam ser confiados” (p. 5). O PN manteve-se no poder até 1994, e representou os interesses do eleitorado (branco), e dos interesses dos grupos corporativistas africâneres, mesmo com os desentendimentos, constrangimentos ou escândalos da governação de titulares do governo do Partido Nacional.

Figura 34 - Partidos Políticos Brancos



Fonte: Campos, 1996, p. 429

APÊNDICE 6 – DOCTRINA E CULTURA ESTRATÉGICA DOS SISTEMAS DE FORÇAS DA ÁFRICA DO SUL

Doutrina dos Sistemas de Forças

Coutau-Bégarie (2015) declara que uma Doutrina é a aplicação de “uma escolha calculada da pluralidade de teorias existentes” que apresente “uma representação e uma concetualização de ações privilegiadas (...) locais e não globais, adaptadas a um quadro nacional ou domínio técnico para uma finalidade prática (...) de guiar a elaboração das decisões práticas” (p. 279).

Formulação da Doutrina Militar

Sobre a Doutrina Militar, o Tenente-General J.R. Dutton (1978) começa por explicar que “os militares estão preocupados com o emprego da força das armas no interesse da segurança nacional, quando e na medida em que isso seja necessário”. Logo, a estratégia militar abrange “uma ampla gama de opções, como, por exemplo, *deterrence*, dissuasão, ações preventivas, ação preventiva, guerra limitada ou guerra total”. Portanto, as opções incluem “uma variedade de posturas, métodos de guerra, armamentos e sistemas de armas” (p. 102).

Na definição da Estratégia Militar, e consequentemente nas doutrinas militares, “além dos elementos físicos mais óbvios, como a identidade do inimigo, a sua capacidade e potencial militares, a topografia etc., a análise também deve levar em conta uma infinidade de outros fatores”, tais como “os seus objetivos, as suas metas, a sua motivação, os seus conceitos de guerra, as suas doutrinas estratégicas, as suas táticas e o seu emprego de meios não-militares – assim, a perceção da ameaça” (Dutton, 1978, p. 102).

A partir disso, fica claro que “embora o papel principal dos militares seja o uso da força armada, o estrategista militar deve olhar muito além de armas, navios, aviões e explosivos para garantir uma estratégia militar sólida” (Dutton, 1978, pp. 102-103). Assim “toda a atividade de Estado e sociedade torna-se pertinente para a sua tarefa” (Dutton, 1978, p. 103).

Doutrinas Militares

No que diz respeito aos objetivos da RSA, objetivos e políticas de segurança nacional, bem como das ameaças conhecidas que enfrentava o país, a fundação na qual as doutrinas estratégicas do Exército da África do Sul se basearam, se apresentavam no Papel Branco da Defesa de 1977 como segue:

- a) *Verdedigingstand* (Posição de Defesa) – o Estado da África do Sul “é modelado sobre a política do governo que fixa que não temos nenhuma agressão contra qualquer Estado ou grupo de objetivos; que nós não somos expansão territorial contemplado e que na paz e na

cooperação com os Estados vizinhos queremos vida” (Department van Verdediging, 1977, p. 11). Este caminho “não significa que qualquer agressão contra nós, não vamos tolerar; nossa posição é defensiva, mas alerta” (Department van Verdediging, 1977, p. 11). Para a defesa contra uma invasão, no entanto, o exército da RSA utilizará os meios e a vontade de defender a sua integridade territorial, por meio de uma batalha convencional ofensiva contra qualquer agressor” (Department van Verdediging, 1977, p. 10).

- b) *Afskrit* (Horror) – “Em oposição à possibilidade de um ataque de forças convencionais na RSA, a dissuasão crível é considerada como o melhor meio de renunciar aos inimigos em potencial da RSA em tal maneira de ação” (Department van Verdediging, 1977, p. 11). Para este fim, a RSA “mantém uma aprendizagem equilibrada, força aérea e frota, equipada com armas de ponta, e é amplamente equipada em tecnologias militares modernas” (Department van Verdediging, 1977, p. 11). No que diz respeito à mão de obra, “a ênfase é colocada na qualidade em todos os níveis, especialmente em termos de treino, liderança e motivação” (Department van Verdediging, 1977, p. 11).
- c) *Teen-Insurgensie* (Contrainsurgência) – Contra-atacar a insurgência e reforçar a autoridade dos requisitos de sanções escolhidos “é uma estratégia indireta da qual as forças armadas podem ser a única solução, porque o terrorismo é apenas um dos meios utilizados pelos insurgentes para alcançar seu objetivo” (Department van Verdediging, 1977, p. 11). No entanto, “o papel que a força militar deve desempenhar é crucial e a Força de Defesa da África do Sul atribui grande importância ao estudo e à execução da contrainsurgência” (Department van Verdediging, 1977, p. 11).
- d) *Hulp aan die Burgerlike Owerhede* (Assistência às autoridades civis). A Força de Defesa da África do Sul “está sempre pronta para ajudar as autoridades civis a fazer cumprir a lei e a ordem e fornecer a assistência necessária para a manutenção da vida, saúde e propriedade, bem como para a manutenção de serviços essenciais em toda a RSA” (Department van Verdediging, 1977, p. 11).

Teoricamente, as doutrinas a) e b) enquadram-se na Doutrina da Guerra Móvel ou de Manobra, e as doutrinas c) e d) enquadram-se na Doutrina de Contrainsurgência. Nesta situação, na aplicação da doutrina de Guerra Móvel ou de Manobra – na fase da guerra de alta intensidade e nas incursões militares convencionais em Angola – e na fase contrainsurgência – guerra de baixa intensidade – foram aplicadas, pelos sistemas de forças, duas culturas estratégicas que eram compatíveis com as doutrinas empregues, que seriam o resultado das experiências históricas e das configurações operacionais/geográficas dos sistemas de forças sul-africanos.

Doutrina de Contrainsurgência/Contrarrevolução

Sobre a contrainsurgência sul-africana, esta foi desenvolvida logo no início da década de 1960, devido ao aumento de atividades insurgentes na Namíbia. O exército sul-africano começou a estudar obras da “doutrina de contrainsurgência americana – quando o então Major Magnus Malan frequentava aulas do Curso do Exército Americano no Forte Leavenworth, no estado do Kansas, em 1962” (Scholtz, 2015, pp. 37-38). Durante a década de 1960 e 1970, observadores do exército e força aérea “foram colocados como adidos nas forças colonias portuguesas em Angola e Moçambique (...) a guerra na Rodésia também foi estudada, especialmente porque muitas unidades sul-africanas (...) combatiam clandestinamente no lado rodesiano” (Scholtz, 2015, p. 38). Estes esforços forneceram experiência real para serem criadas lições aprendidas para o desenho da futura doutrina. No entanto, o contributo direto de comandantes de outras guerras de contrainsurgência, influenciaram o pensamento sul-africano. Entre estes, salientam-se o General Beaufre (25 de janeiro de 1902 — 13 de fevereiro de 1975) como “uma importante fonte do pensamento da SADF ao nível estratégico-securitário”, o livro «*The Art of Counter-Revolutionary Warfare*» do americano John McCuen (30 de março de 1926 – 18 de julho de 2011) foi uma das fontes mais exploradas pelos sul-africanos, onde era recomendado que “uma contrainsurgência deve ter objetivos claros e gerais; para que as massas, especialmente a «maioria silenciosa», seja mobilizada contra os insurgentes; e para que os esforços de todos os departamentos estivessem unidos num único, abrangente e integrado plano” (Scholtz, 2015, p. 38).

Outro autor influente foi o Tenente General Fraser (6 abril de 1915 – 18 dezembro de 1994), da SADF, que num estudo não publicado, intitulado «*Lessons learnt from past revolutionary wars*» que abordava “a literatura disponível sobre guerra contrarrevolucionária naquele tempo (...) o ponto fundamental era que a vitória não acontecia entre o choque dos dois exércitos no campo de batalha (...) a guerra de contrainsurgência devia ser conduzida na forma de um sistema interligado de ações políticas, económicas, administrativas, psicológicas, polícias militares (...) o governo só poderá vencer ao recapturar o apoio das massas, e ao destruir completamente aquela organização e da irradicação da sua influência sobre a população” (Scholtz, 2015, p. 39).

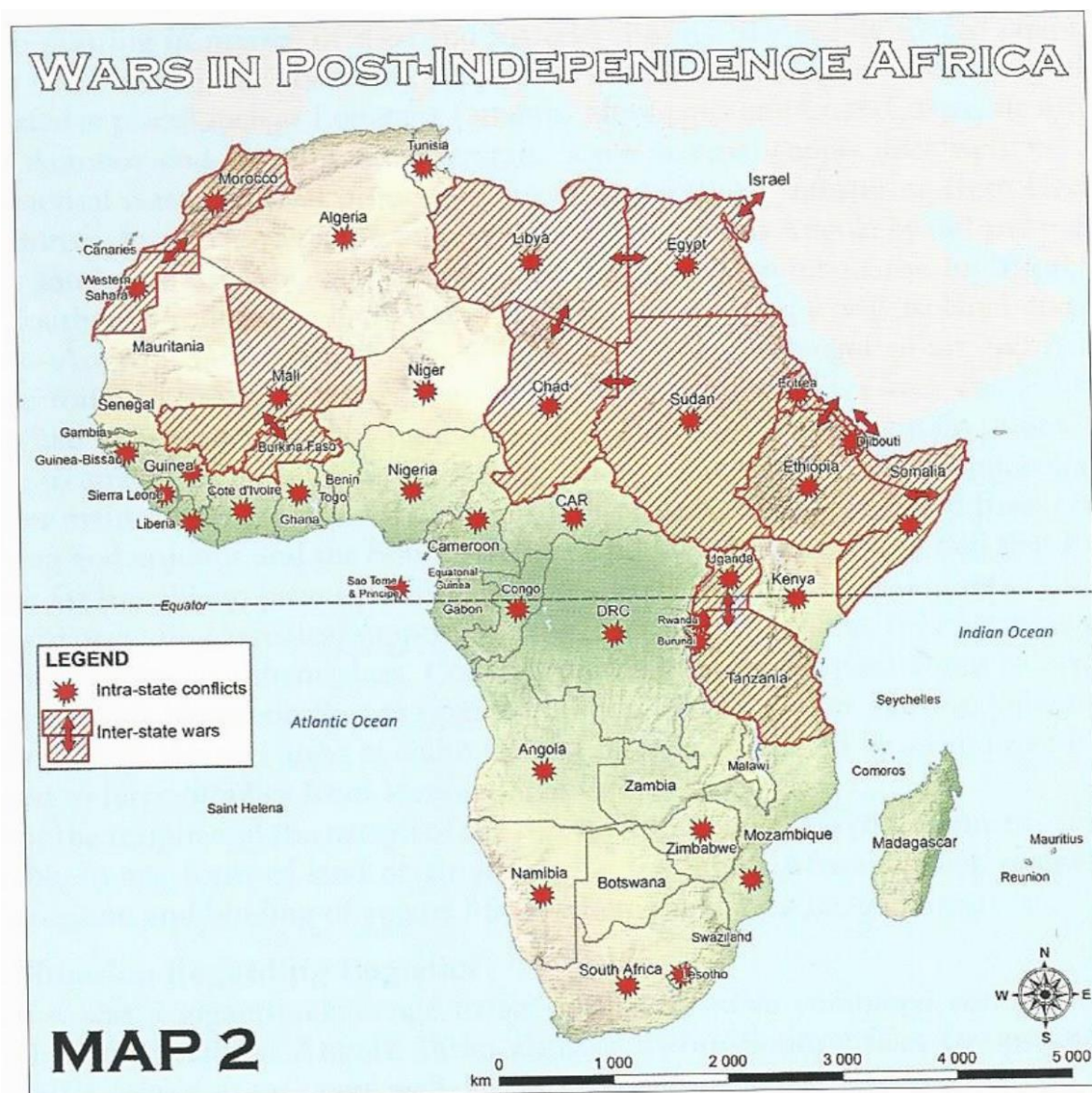
Como o objetivo era, para ambas partes, era vencer o apoio das populações, “a ação política manteve-se primordial durante a guerra (...) cada movimento militar e administrativo tinha de ser pesados pelos efeitos políticos e vice-versa (...) a responsabilidade global devia ficar no poder civil em todos os níveis possíveis”, e recomendava-se que fossem realizadas

“reformas políticas, e salientava que a vida das populações locais sobre o governo fossem visivelmente melhores que aquela oferecida pelos insurgentes” (Scholtz, 2015, p. 39).

De acordo com Vries, Burger e Steenkamp (2017) as táticas e operações de contrainsurgência, também aplicadas na África do Sul, “podem ser descritas como esforços de guerra contrarrevolucionária, tanto rural ou urbana ou ambas (...) que envolvem infindáveis «botas no chão» ou patrulhas montadas; frequentes operações de áreas; execução de emboscadas; pontos de revista de veículos [*road-blocks*] e operações de perímetros de pesquisa [*cordon and searches*]; conquistar a ameaça de minagem insurgente (...); combater insurgentes em fuga; e conquista do apoio popular; (...) mesmo os menores contatos devem ser imediatamente abordados: a chave é a permanente vigilância e reação rápida” (p. 194). Atendendo a dificuldade de executar os métodos de contrainsurgência devido a realidade em que “o soldado contrainsurgência está compelido a vestir um uniforme e insígnia, enquanto o insurgente encontra-se sobre nenhuma restrição, o que significa que este tem a oportunidade sem paralelo de dissolver-se na população local” (p. 195). Logo, “os aspetos legais e éticos da conduta militar devem ser encontrados nas ROEs [*Rules of Engagement*] (...) quaisquer que sejam as circunstâncias de qualquer intervenção ou empenhamento militar durante operações de contrainsurgência, ROEs aprovadas para todos os efetivos se prepararem para iniciar operações” (p. 195)

A campanha sul-africana de contrainsurgência na Namíbia “moldou a doutrina militar que seria eventualmente empregue contra o ANC e outros movimentos que a apoiavam” (p. 196). Para todos os efeitos, a experiência da Guerra da Fronteira da África da Sul, produziu vários estudos sobre os fatores que, ao serem eficazmente atendidos, resultaram no emprego de uma doutrina de contrainsurgência de sucesso.

Figura 35 – Guerras de Pós-independência em África



Fonte: Vries, Burger, & Steenkamp, 2017, p. 40

Sumariamente, “para que uma contrainsurgência tenha sucesso, o foco primário deve ser, inquestionavelmente, ganhar o apoio ativo, aceitação, confiança, respeito e boa vontade das populações”, que exige a capacidade de “auscultação (...), de sensibilidade com os sistemas culturais e valores locais, de assegurar uma governação eficaz e de compaixão com as pessoas”. (Vries, Burger, & Steenkamp, 2017, p. 202);

Doutrina da Guerra de Manobra

A doutrina de guerra de manobra aplicada pelos sistemas de forças da África do Sul, nas situações de guerra convencional, é herdeira das experiências das guerras anglo-bóer, das lições aprendidas com as tribos indígenas – nomeadamente as táticas aplicadas por Shaka Zulu –, e, maioritariamente, das experiências e lições da primeira e segunda guerra mundial, e das guerras

e revoluções, no médio oriente até indochina e extremo oriente nomeadamente a Revolução Comunista Chinesa, que enfatizou a doutrina da guerra de manobra como uma importante fase da guerra revolucionária.

Desde muito cedo que os sul-africanos, desde os Bóeres aos Zulus, “mostraram uma inclinação natural para a manobra afim de sobreviver, especialmente quando em inferioridade (...) o mesmo se aplicou na Guerra da Fronteira da África do Sul” (Vries, Burger, & Steenkamp, 2017, p. 111). O método de guerra “é baseado no único e abrangente conceito: mobilidade (...) desde o século XVIII, três fatores encorajaram isto: vastos espaços, uma população relativamente pequena e muito dependente de milícias (denominados de *Kommandos*)” (Scholtz, 2015, pp. 39-40), que eram unidades de infantaria montada, cujo conceito “atingiu o zénite durante a guerra Anglo-Bóer (1899-1902), quando os bóeres superaram os adversários britânicos nos níveis operacionais e táticos” (Scholtz, 2015, p. 41). Após a integração das republicas bóeres, a formação da União da África do Sul, a primeira guerra mundial, este método de guerra foi aplicado com enorme sucesso nas campanhas da Somália e Etiópia da África do Sul, mas com pouco sucesso no norte de África e na Itália, levando aos oficiais sul-africanos a aplicar e a manterem as doutrinas de guerra convencional ocidentais até aos a década de 1960. Seria depois da análise da ameaça, em 1968, foi decidido que “devia-se mover-se da plataforma de abordagem da segunda guerra mundial para uma de guerra móvel (...) que se seguiu de um relatório do Conselho de Oficiais, que recomendava que a tática de surpresa, ataques comandos, pontos fortes, ataques de infiltração, golpes-de-mão e técnicas de defesa móvel tinham de ser formadas para o futuro núcleo da nova doutrina operacional de guerra móvel do Exército⁴⁸” (Scholtz, 2015, p. 41).

A África do Sul, que estava face à “uma agressão multidimensional que se apresentava maioritariamente numa ameaça revolucionária, que facilmente podia escalar para um grande conflito convencional – que, naturalmente, aconteceu no sul de Angola no final da década de 1980” (Vries, Burger, & Steenkamp, 2017, p. 111). Caso essa escalada de violência ocorresse, a *SADF* acreditava que “as forças de combate iriam inevitavelmente confrontar-se com uma

⁴⁸ O autor explica que estas ideias foram implementadas, em larga medida, por “um grupo de novos oficiais do Colégio Militar de *Voortrekkerhoogte*, como o Coronel Constand Viljoen, que se tornaria comandante do colégio em 1966” (p. 41), que argumentava que “a velha abordagem não funcionaria de nenhuma forma em África (...) as distâncias eram muito grandes, os espaços muito vastos e o aglomerado de militares muito pequena (...) a velha abordagem exigia exércitos massivos, que a África do Sul não tinha (...) por isso (...) a ideia da guerra móvel (...) era baseada em não manter a posição mas criar uma configuração de batalha de forma a atrair o inimigo para uma zona de morte e depois utilizar a superioridade de poder de fogo e movimento” (p. 41). Noutras palavras, ao invés de manter e de ocupar território como sendo o fundamental ponto de partida, “fatores como rapidez de movimento (mobilidade), alcançar a retaguarda do inimigo, surpresa e decepção do inimigo tornar-se-iam instrumentos que tornariam o combate do inimigo difícil ou impossível” (p. 41)

força numericamente superior – especialmente em Angola – (...) dos vizinhos dos «Estados da Linha da Frente»⁴⁹ (Vries, Burger, & Steenkamp, 2017, p. 111).

A doutrina em evolução da SADF sobre guerra móvel, em 1984, “a receita vencedora, com essas novas abordagens para a guerra móvel, foi de vital importância para a salvaguarda da África do Sul e Namíbia”. Em 1984, a SADF “apresentou um resumo adequado da sua doutrina emergente para as operações convencionais no Papel Branco Semestral sobre Defesa, com o qual as brigadas e grupos de combate tiveram que obedecer” (Vries, Burger, & Steenkamp, 2017, p. 111):

1. Seja altamente móvel e mecanizado para poder operar em uma ampla frente para simultâneos ataques a vários alvos;
2. Seja principalmente autossustentável, uma vez que as batalhas preferencialmente este realizou fora das fronteiras da África do Sul. Isso incluiu a capacidade de reparar as perdas de veículos bem para a frente, bem como a capacidade de violar ou superar obstáculos;
3. Possuir poder de fogo superior para efetivamente apoiar elementos de combate dispersos;
4. Ser capaz de operar à noite;
5. Retirar uma capacidade de contrainsurgência, de modo a poder enxugar um inimigo que se encontra dividido e disperso

Culturas Estratégicas dos Sistemas de Forças

Guerra Composta Terrestre – Cultura Estratégica Contrarrevolucionária

A Guerra Composta Terrestre abrange um conjunto de operações que “requerem o empenhamento dinâmico e positivo de todos os pilares do Estado para que o sucesso de uma estratégia comum resulte pelos esforços unificados de uma vasta frente (...) através de uma coordenação próxima de todas as agências, departamentos e serviços”. Por isso, “a estrutura, treino, equipamento, e cooperação conjunta entre forças e agências devem ser enfatizadas”. Estas operações multidimensionais “permitem as forças armadas operar em ambientes complexos e diversos com o apoio de agências intergovernamentais e departamentos (...) [que]

⁴⁹ Os autores explicam que esta predição era ligeiramente irrealista visto que “os «Estados da Linha da Frente» estavam tão afetados pelas finanças e outros problemas que não havia dúvidas que formar e manter uma força expedicionária sem apoio externo massivo (...) mas, durante o percurso, essa superioridade numérica na força terrestre e aérea apareceu como foi previsto– especialmente me Angola, cujos exércitos eram infindavelmente fornecidos com armamentos modernos e equipamentos da União Soviética” (p. 111). Os sul-africanos também acreditavam, corretamente, que “qualquer que fosse a retorica desfavorável que fosse endereçada para a Assembleia-Geral da ONU e das capitais do mundo, era improvável que as superpotências permitissem que quaisquer países da África Austral conduzissem uma guerra convencional no longo termo (...) devido ao medo destes serem arrastados para uma versão do Vietnã africano (...) e a África do Sul seria um dos beligerantes, em que a única forma de aguentar-se era pelo uso de uma doutrina de manobra para fazer frente às deficiências dos ativos e apoios militares” (p. 111).

representam [uma] abordagem compreensiva e governamentalmente inclusiva para identificar, conter e eliminar forças armadas hostis e ameaças associadas” (Barlow, 2016, pp. 132-133).

Barlow (2016) declara que “historicamente, foi crucial a correta assunção do centro de gravidade de forças opostas, para se prevenir uma fútil e frequentemente guerra procrastinada em que uma economia pode não ser capaz de sustentar indefinidamente”. De forma inversa, proteger o próprio centro de gravidade “foi crítico para prevalecer contra qualquer conflito⁵⁰ ou guerra”. Apesar dos argumentos intelectuais sobre o centro de gravidade e dos fatores críticos, estrategistas e comandantes “continuam a interpreta-lo incorretamente (...) tal como as vulnerabilidades críticas são frequentemente construídas como pontos de gravidade” (p. 27). O autor expõe o erro atual do uso do paradigma clássico de vitória político-militar em que “a batalha era ganha quando o comandante da força opositora era capturado ou morto” que provoca a “visão contemporânea que a mudança forçada de um regime equivale a destruição de centro de gravidade esta incorreto”. A população subjugada “pode resistir ao novo governo, e até mesmo começar uma revolta armada antigovernamental para colapsar o governo fantoche ou ejetar forças externas ocupantes”. O autor explica que o conceito «centro de gravidade» é identificado, através da obra ‘Sobre a Guerra’ de Clausewitz (citado por Barlow, 2016, p. 27), como “o ponto nevrálgico de todo o poder e movimento do qual tudo depende (...) é o ponto em que todas as energias devem ser direcionadas”. O autor declara que “se o centro de gravidade do inimigo for corretamente identificado, atacado e destruído, seria assumido que este perderia tanto a sua habilidade e vontade de combater tornado-o, por isso, emasculado” (Barlow, 2016, p. 27). A «Trindade de Gravidade» é o agrupar de três hipóstases, ou seja, de centros de gravidade, que “consiste numa liderança, apoio popular e moral, e apoio financeiro ou outro” que permitem o desenvolvimento de “uma campanha estratégica multidimensional” (Barlow, 2016, p. 28).

Hierarquia da Estratégia Nacional de Segurança

Barlow (2016) formulou uma hierarquia, onde a Estratégia Nacional de Segurança encontra-se subordinada à Estratégia Nacional, e divide-se em três Estratégias Nacionais [setoriais]: 1) Militar; 2) de Inteligência; 3) de Aplicação da Lei; estas estratégias nacionais estão relacionadas diretamente com três dos sete «Pilares do Estado», o pilar das Forças

⁵⁰ Barlow define conflito como sendo, “primariamente, dissidência interna (doméstica ou nacional) (...) que, se deixado ao acaso, e qualquer que seja a causa, pode resultar no desenvolvimento de movimentos armados antigovernamentais que podem disseminar-se além-fronteiras, para estados vizinhos, e resultar em ações militares limitadas envolvendo forças de procuração” (p. 20). E define Guerra como “o resultado das hostilidades entre líderes políticos de nações opostas orientada para a concretização de um resultado geopolítico subjetivo” (p. 20).

Armadas⁵¹, o pilar da Inteligência⁵² e o pilar da Aplicação da Lei⁵³, respetivamente. As tipologias das TTP's destes pilares encontram-se no apêndice 2 (páginas 117-122) e serviram como base de analogia com os resultados da pesquisa. Apenas serão estudados os pilares das forças armadas, aplicação da lei e inteligência.

Progressão de uma Estratégia e Conflito Revolucionário

As AGFs fazem uso de “homicídio, bombardeamentos indiscriminados, tortura, crime transnacional, brutalidade e aterrorização extrema da população (...) e numerosos golpes de estado, que resultam frequentemente ao estabelecimento de juntas militares” (Barlow, 2016, p. 34). Barlow (2016) apresenta a perspetiva do Presidente do Uganda, General Yoweri Kaguta Museveni, onde este apresenta quatro fases/estados da progressão de um conflito revolucionário: i) “mobilização do povo contra uma opressão percebida ou real”; ii) “luta armada utilizando o ambiente político e o terreno natural (...) tomando, usualmente, a forma de guerrilha e pode também incluir terrorismo”. Ataques contra alvos ligeiros/frágeis é de primária importância “porque estes mostram resultados e capturam a atenção da imprensa”. Esta fase da guerra “é conhecida como insurreição, e a luta contra isto denomina-se contrainsurreição”. Os insurgentes “dispersam-se nas florestas ou se misturam nas concentrações da população local após os empenhamentos, que são caracteristicamente curtos”; iii) Guerra Móvel apontada primariamente para as áreas da retaguarda com o objetivo de cortar as linhas de abastecimento e capturar armas e munições. Uma AGF irá montar uma enorme escala de operações durante esta fase. Veículos podem ser utilizados para as AGF se empenharem mais perto dos alvos ou para montar armas pesadas para fornecer apoio de fogos”; iv) Guerra Convencional – “fase em que o movimento antigovernamental goza do apoio popular” (Barlow, 2016, p. 35). Esta progressão “segue o modelo Maoista para levantamentos armados antigovernamentais (...).

⁵¹ O autor explica que o pilar das forças armadas “corresponde ao último meio para afastar ameaças (campanhas antigovernamentais de alta intensidade de forças militares regionais ou estrangeiras). Além disso, as forças armadas podem assistir departamentos e agências governamentais se o Estado estiver a fazer face à uma crise ou desastre nacional” (p. 132).

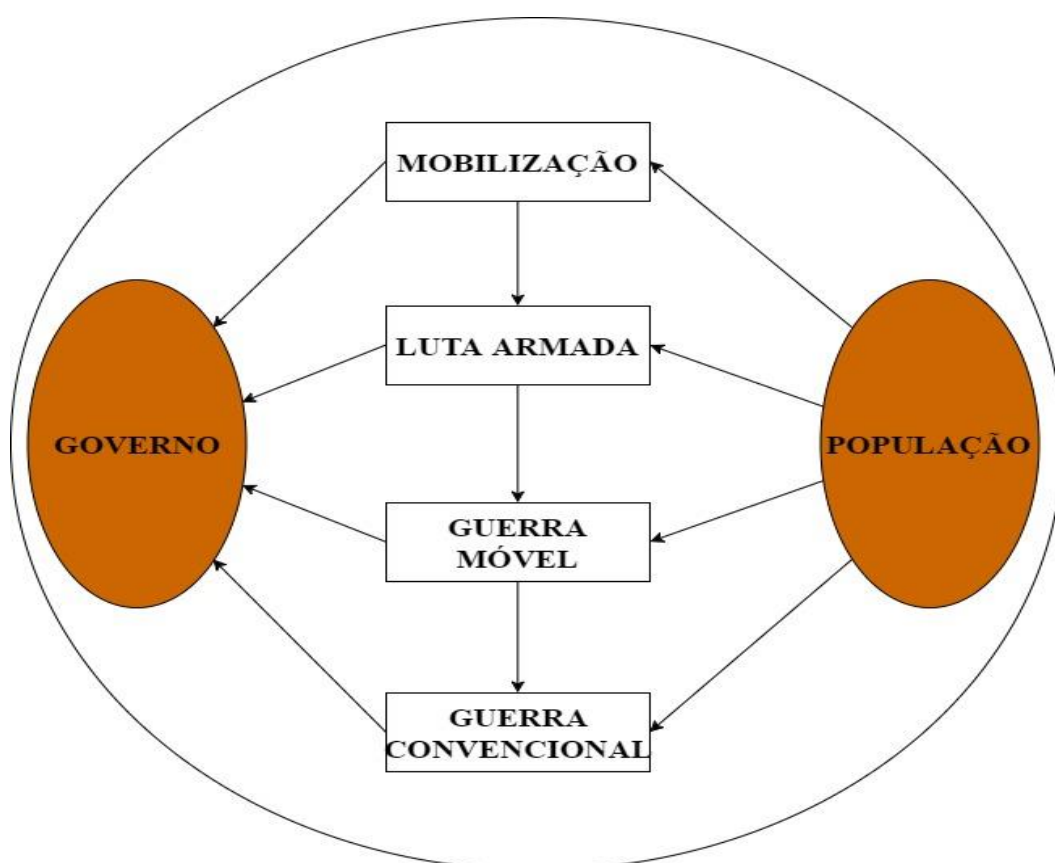
⁵² O autor explica que o pilar da inteligência corresponde ao “sistema de aviso prévio. Os *inputs* são utilizados para guiar o desenvolvimento da estratégia nacional e políticas, e, subsequentemente, a estratégia de segurança nacional e as políticas (...) os serviços de inteligência operam tanto dentro ou fora de fronteiras nacionais (...) devem servir e executar a política nacional de inteligência ao fixar em requisitos de inteligência e ameaças, focando-se em esforços de recolha, recolha de informação e disseminação de inteligência (...). O governo pode, além disso, orientar os serviços de inteligência para conduzirem e ou apoiarem operações nacionais ou regionais [de ação direta]” (pp. 127-128).

⁵³ O autor explica que o pilar da aplicação da lei “(que inclui uma judiciária independente) são primariamente responsáveis em fazer cumprir a lei e assegurar um clima seguro e protegido para os cidadãos de um país (...). As agências de aplicação da lei estão preocupadas primariamente com policialmente de ordem pública, prevenção de crimes e resolução de crimes” (p. 130).

Esta progressão, com variações, provou-se a si mesmo como sendo um modelo de conflito de muito sucesso através das numerosas insurreições em África.

Barlow (2016) elabora um esquema onde explica as fases da guerra revolucionária, definindo-a como “uma batalha entre revolucionários e um governo ou regime em que os revolucionários tentam derrubar e substituir a ordem política com a sua própria ideologia, ou criar uma secessão do Estado existente” (pp. 83–84).

Figura 36 – Progressão de um conflito revolucionário



Fonte: Adaptado de Barlow, 2016, p. 36

Guerra Móvel – Cultura Estratégica de Guerra Convencional da SADF

A teoria da guerra de manobra pelas forças convencionais sul-africanas “baseia-se tudo sobre o movimento, apropriadamente definido como uma abordagem para as operações em que destruir a coesão geral do inimigo e a luta para superar é primordial (...) esta exige uma mentalidade em que fazer o inesperado, usar a iniciativa e investigação a originalidade é combinada com uma determinação implacável para ter sucesso (...) a validade para a guerra de manobra, portanto, está na mobilidade” (Vries, Burger, & Steenkamp, 2017, p. 146).

A guerra móvel, combina a “manobra do estilo de guerra convencional e guerra não convencional, aparece em qualquer campo de batalha sob a forma de *élan*, audácia e a

disposição de assumir riscos calculados” (Vries, Burger, & Steenkamp, 2017, p. 146). Esta teoria sublinha “os determinantes dinâmicos da guerra, como a surpresa; movimento rápido; impulso; manobra; penetração profunda; manutenção da iniciativa e liberdade de ação; tomada de decisão rápida; e comando na frente” (Vries, Burger, & Steenkamp, 2017, p. 146). A guerra móvel dos sul-africanos enfatizou “táticas de ponto-de-esforço principal e o princípio de comando da frente” (Vries, Burger, & Steenkamp, 2017, p. 146). Este conceito, como os sul-africanos o experimentaram no sul de Angola, destacou a validade das operações em profundidade, o impulso rápido e o ataque preventivo. Essa doutrina emergente para o Exército sul africano, que para além disso, “iniciou o desenvolvimento de oficiais e soldados profissionais que se tornaram sintonizados com as batalhas móveis que exigem decisões rápidas” (Vries, Burger, & Steenkamp, 2017, p. 146). Uma lição importante que merece ser reafirmada é “que o grau de liberdade de ação e de retenção da iniciativa que é desfrutada no final da luta é o critério pelo qual o sucesso no campo de batalha é medido” (Vries, Burger, & Steenkamp, 2017, p. 146).

APÊNDICE 7 – APARELHO ADMINISTRATIVO DE SEGURANÇA

Agências Administrativas – Estruturas e Canais de Processamento De Exigências

State Security Council (SSC)

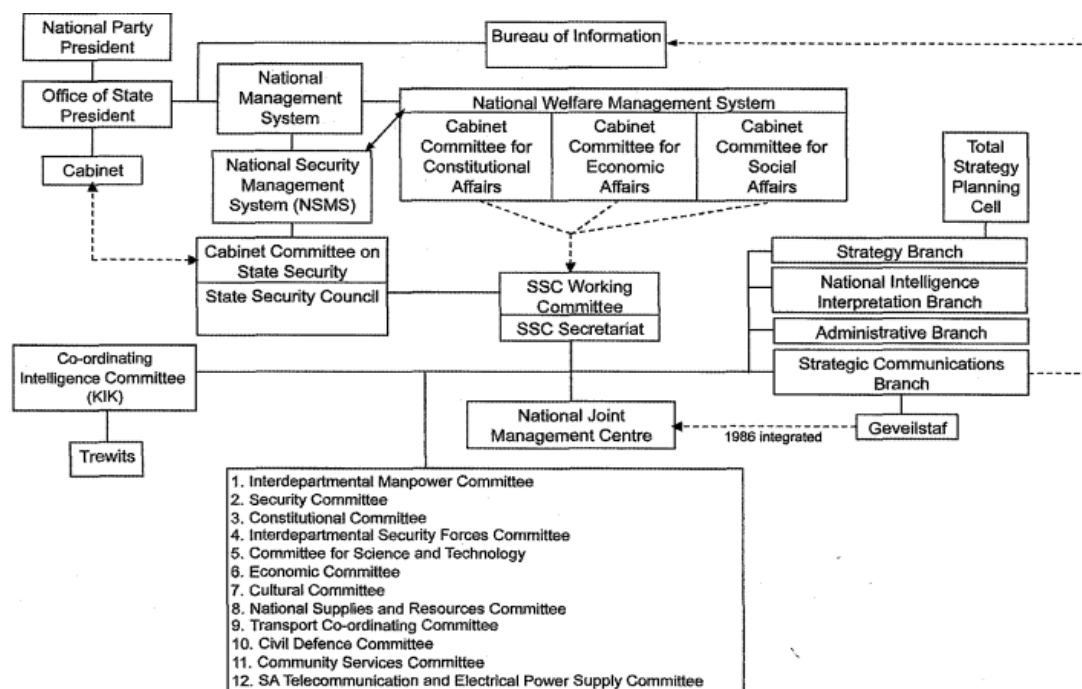
As implicações provocadas pela adoção de uma estratégia contrarrevolucionária, “enquanto linhas-mestras da política de Estado, cobriram assuntos desde a formulação de políticas, conscientemente informadas da estratégia de contrarrevolução, até a reestruturação do Estado que refletisse as considerações contrarrevolucionárias”. Os estrategistas contrarrevolucionários requereram a “institucionalização de um estrutura político-militar unificada para fornecer a base para o desenvolvimento de uma política de Estado em concordância com os ditames estratégicos, e também para coordenar a implementação da política de Estado, as autoridades governamentais acompanhariam a adoção da estratégia contrarrevolucionária com o estabelecimento de um corpo unificado” (Alden, 1996, p. 7).

O SSC foi criada, em 1972, após a revisão de Potgieter sobre o processo de produção de políticas de segurança do Estado; sobre o *Security Intelligence and State Security Council Act*, e foi lhe imputada com as funções de: aconselhar o governo em matéria de (i) formulação de políticas e estratégias nacionais em relação com a segurança da República, e na maneira em que tal política ou estratégia deva ser implementada e executada; (ii) políticas que combatam qualquer ameaça em particular para a República; e (b) determinar as prioridades de inteligência; Os membros estatutários incluíam o Primeiro-Ministro; o Ministro Sênior da República (caso não fosse ainda membro); o Ministro da Defesa, Assuntos Estrangeiros, Justiça e Polícia; O Chefe da SADF e da SAP (*South African Police*); os Secretários da Inteligência de Segurança (mais tarde o Chefe do BOSS ou da NIS), dos Assuntos Estrangeiros e da Justiça, e todos os outros que de tempos em tempos fossem cooptados para estas deliberações. O SSC “era vista pelos *securocrats* como similar ao Conselho de Segurança Nacional dos EUA; enquanto que o SSC era apenas uma de quatro comités que reportava ao governo” (O'Brien, 2011, p. 30).

O SSC foi o centro da discussão e planeamento para, inicialmente, a *Total National Strategy* e, depois, a formulação e implementação da política nacional e estratégia em relação a segurança da República, a *Total Counter-Revolutionary Strategy* uma vez que o conflito se mudou para esta fase”; Este também geria o *National Security Management System*(NSMS) que veio “para governar todos os aspetos da sociedade sul africana sob um paradigma de segurança subjacente e a apoiar isto a «Estratégia Total» da África do Sul e sudoeste africano. Como um vastíssimo leque de tópicos podia ser interpretado como tendo um impacto sobre a «segurança» do estado, o SSC incluía consideração em quase todas as facetas - militar,

económico, cultural, social, político, etc. da vida da República”. Isso tornou muito mais poderoso do que os outros três comités de gabinete (assuntos culturais, assuntos econômicos e assuntos sociais) e o lugar “onde se realizaram esforços eficazes de tomada de decisão e coordenação no âmbito das estruturas de segurança do estado” (O'Brien, 2011, p. 30).

Figura 37 - Estruturas do SSC (em 1985)



Nota: Setas em tracejado significam que partilham inteligência por via de reuniões conjuntas em um dos órgãos indicados; setas completas indicam a existência de canais de comunicação por via de um agente (oficial de ligação);

Fonte: O'Brien, 2015, p. 73

National Management Security System (NSMS)

A NSMS foi institucionalizada para ser um “adjunto do SSC, e foi ativada pelo Gabinete da África do Sul em 16 de agosto de 1979; significativamente, o «1979 White Paper on Defence» tinha avisado do «aumento da pressão política, económica e militar sobre a África do Sul», avisando também advertiu sobre “uma «maior pressão política, económica e militar sobre a África do Sul», alertando também que «a ameaça militar contra a RSA estava se a intensificar a um ritmo alarmante»” (O'Brien, 2011, p. 84). De acordo com a análise de Seegers (cit. por O'Brien, 2011, p. 84) a evolução institucional do NSMS seguiu três fases claras: a primeira foi “entre o período da retirada da *Commonwealth* em 1961 até as recomendações da Comissão Potgieter em 1972, que levaram ao estabelecimento do SSC” (O'Brien, 2011, p. 84); a segunda, “desde o surgimento do SSC até a ativação do NSMS em 1979” (O'Brien, 2011, p. 84); Tudo isto foi devido ao “reconhecimento de que O SSC, na sua forma existente, era inadequada”.

Finalmente, a terceira foi “devido aos desenvolvimentos pós-1980, incluindo os dois estados de emergência” (O'Brien, 2011, p. 84).

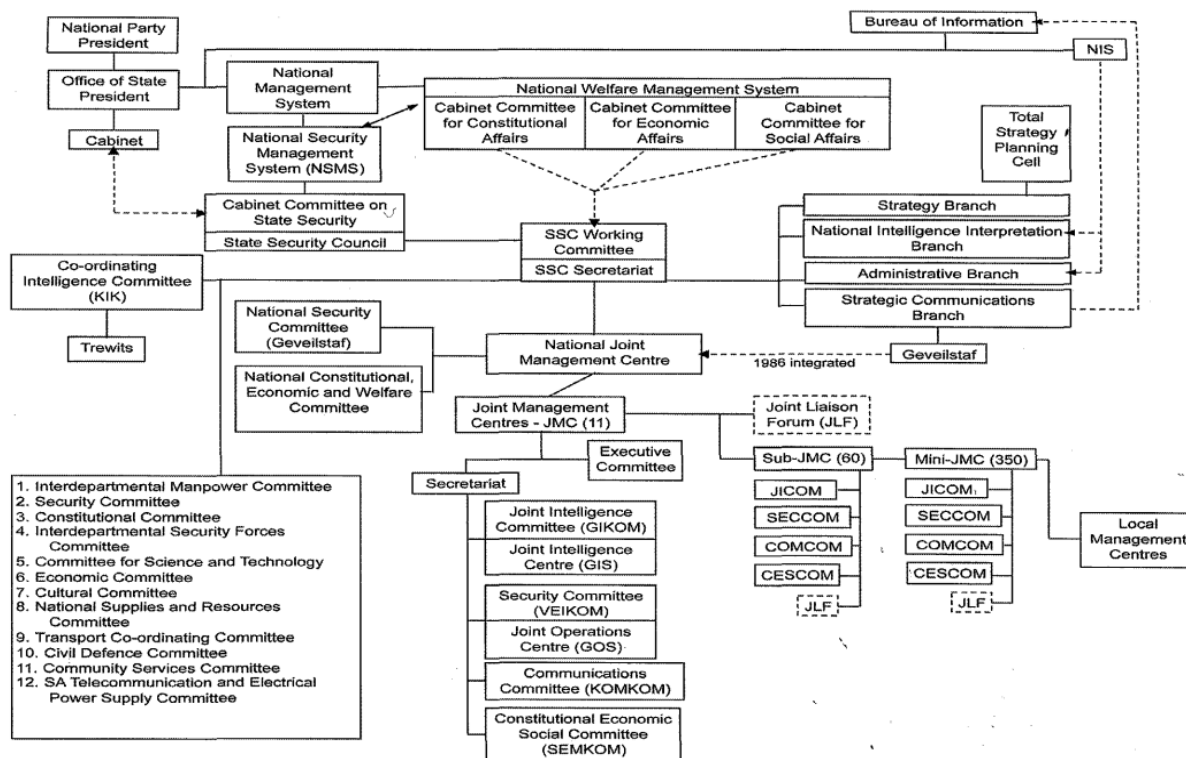
Figura 38 - Estrutura da NSMS

Fonte: O'Brien, 2011, p. 85

National Welfare Management System (NWMS)

A NWMS foi criada em 1985, por ordem executiva, ficando “diretamente controlada pela OSP (*Office of State President*)” (O'Brien, 2011, p. 93), ficando dividida da cadeia hierárquica, em relação com a NSMS, no entanto, “ao nível nacional não foi refletida aos níveis regionais e local, onde ambos [sistemas] residiram sobre a bandeira dos JMCs” (O'Brien, 2011, p. 93). A necessidade da sua criação, foi o resultado (*outcome*) da “alteração da natureza do conflito de contrainsurgência para uma guerra contrarrevolucionária, tendo-se tornado claro que um dos principais métodos para derrotar a nova «*Revolutionary Onslaught*» era através da «conquista de corações e mentes» das populações” (O'Brien, 2011, p. 93) a melhor forma de o fazer, na visão do governo, era pelo bem-estar do povo. No entanto, a guerra contrarrevolucionária “iria-se basear em duas tendências domésticas (nacionais) de contrainsurgência nas *townships*” (O'Brien, 2011, p. 93) – as *townships* “tornaram-se no alvo específico da NWMS; a violência revolucionária que se iniciou nos centros populacionais tinha se tornado, também, no centro dos levantamentos contra o poder central (e por isso, a percepção dos *securocrats*, a «*Revolutionary Onslaught*» movia-se para o interior das fronteiras da África do Sul) e, por isso, era a preocupação primária da NSMS” (O'Brien, 2011, p. 93) –, savanas e cidades, e o governo como o fornecedor de bens de necessidade para o povo – o clássico entrelaçar de «corações e mentes» com operações de contrainsurgência em todo o espectro” (O'Brien, 2011, p. 93). Este sistema estava centrado em redor dos três gabinetes não-militares: Assuntos Económicos, Assuntos Sociais e Assuntos Constitucionais, todos iriam instituir Comités de Trabalho (a semelhança das estruturas da NSMS) para “contribuir como um todo na NWMS; a sua gestão completa era da responsabilidade do «secretariado do bem-estar», presidido pelo Presidente do Estado. Ao integrar o NWMS na OSP (*Office of State President*) e a construção das estruturas paralelamente com as da NSMS ao nível nacional e através dos JMCs ao nível regional, isto iria «assegurar que as preocupações de bem-estar ficassem integradas na condução da Guerra contrarrevolucionária numa base contínua»” (O'Brien, 2011, p. 93).

Figura 39- Organograma e relação das estruturas da NSMS, NWMS e SSC



Fonte: O'Brien, 2015, p.89

National Joint Management (NJMC) e os Joint Management Centres (JMCs)

Os JMCs – Centros de Gestão Conjunto –eram os «tijolos» da NSMS. Desenhados para servir “como fonte de inteligência sobre o estado das condições locais, estes forneciam recomendações – para todos os níveis da cadeia hierárquica – sobre tudo desde preocupações pela segurança local às necessidades de infraestruturas, facilitando a implementação da política executiva sobre assuntos socioeconómicos, políticos e de segurança” (O'Brien, 2011, p. 87). Foram constituídos doze (12) JMCs em cada quartel-general regional da SADF em todo o país (sediado em cada província e na capital). Adicionalmente, cinco (5) JMCs foram estabelecidos para supervisionar a Walvis Bay [na Namíbia]; o Comando da Namíbia; Comando do Sul dos Bantustões TBVC (*Transkei, Bophuthatswana, Venda and Ciskei*); e um Comando do Norte para todos os Estados da Linha da Frente; um para Angola. Em resposta a crise da Rodésia, a 26 de março de 1979, o SSC “estabeleceu mais um JMC para a Rodésia para operar a missão diplomática da África do Sul em Salisburgo, para complementar a estratégia do SSC de apoio clandestino para a Rodésia” (O'Brien, 2011, p. 87). Seis semanas depois, a 28 de agosto, O SSC também aprovou o estabelecimento de um JMC em Moçambique para “coordenar futuras ações contra Moçambique e em apoio [das operações] da Rodésia” (O'Brien, 2011, p. 87).

Cada JMC era constituído por sete componentes na seguinte estrutura:

- 1) Comité de Gestão Diário ou Comité Executivo que incluía o Chefe dos quatro comités centras abaixo;
- 2) Secretariado que tinha a responsabilidade de gerir a compilação e processamento de toda a burocracia dos comités – atas de reuniões, etc. – de forma a manter um registo das atividades do centro;
- 3) Comité de Segurança (*Security Committee* – SECCOM/VEIKOM) que consistia em um oficial da SAP, SADF, NIS, *Security Branch*, Policia Ferroviária, Defesa/Comando Civil, e os representantes do Estado ou estruturas provinciais. Este comité era responsável em planear, monitorizar e coordenar todas as ações das forças de segurança regionais, as funções (operacionais) eram controladas por um JOC (*Joint Operations Command*) – que era controlado por um comandante local da SAP;
- 4) Comité Conjunto de Inteligência (*Joint Intelligence Committee* – JICOM/GIKOM), que era composto por representantes do DMI, NIS, *Security Branch*, *Kitskonstabels* [força paramilitar com missões e funções policiais], e até esmo companhias de segurança privada que operam em apoio ou cooperação com as forças de segurança, e também oficiais do governo de qualquer nível (provincial, regional ou local). Era chefiado por um Comandante Local da Inteligência do Exército, a GIKOM era controlada por um JIC (*Joint Intelligence Center*). A função do GIKOM era fornecer inteligência essencial do dia-a-dia para o funcionamento do JMC; isto era feito em coordenação (através de um JOC) de cada uma das Forças de Segurança e outros elementos representados. A JICOM contribuía eficazmente em unir as «anteriormente desordenadas agências de inteligência» e de «contribuir para a redução parcial da duplicação e paralelismo das tarefas de recolha de inteligência». Também assegurava que a Inteligência era passada efetivamente pela cadeia de comando da NSMS, através de cada nível da JMC, até chegar ao NJMC e ao secretariado da SS; isto acontecia para assegurar uma coordenação geral da inteligência dentro do sistema, ao invés da inteligência ser processada através das diferentes agências até ser inserida pelas ligações de comando com o SSC enquanto componente não coordenada no topo (O'Brien, 2011, p. 90).
- 5) Comité de Comunicações (*Communications Committee* – COMCOM/KOMKOM), incluía representantes das Operações Combinadas da SADF, da SAP e do *Bureau of Information*, sendo responsável pela compilação e disseminação de propaganda dentro de uma área designada;

- 6) Comité Constitucional/Económico/Apoio Social (*Constitutional/Economic/Welfare Committee* – CESCO/SEMKOM), que incluía representantes de vários (alojamento, finanças, assuntos constitucionais, pensões, etc.) departamentos governamentais preocupados com reformas de segurança social;
- 7) Comité de Ligação (*Liason Committee*) que lida com o setor público, noutras palavras, seria o Comité de Relações Públicas;

A ramificação dos JMCs “a cada nível, seguia linhas geopolíticas” (O'Brien, 2011, p. 87), em que no topo da hierarquia “residiam os 12 JMCs internos [dentro do território da África do Sul]” (O'Brien, 2011, p. 87), sob cada um destes, à um nível mais local, “havia 60 Sub-JMCs que correspondiam com as divisões distritais da SAP”, e, finalmente, “aproximadamente 450 Mini-JMCs – eram a “mais importante componente de toda a NSMS e da Estratégia Contrarrevolucionária”, que através da “provisão das necessidades de bem-estar da população, em paralelo com a eficaz campanha de contrainsurgência nas *townships* e cidades, os JMCs «tanto neutralizavam e continham a disposição quasi-insurgente que estava a varrer o país»”, os mini-JMCs “também serviriam para co-planear e coordenar os órgãos nas tentativas (...) de desenvolver estruturas alternativas aos da aliança ANC/UDF” (O'Brien, 2011, p. 92). supervisionavam a estratégia contrarrevolucionária dentro de cada distrito magistral” (O'Brien, 2011, p. 87). Cada Sub-JMC e Mini-JMC “refletia a mesma estrutura básica de um JMC, incluindo os sistemas de comités (...) o comando de cada uma destas unidades correspondia com o nível de responsabilidade” (O'Brien, 2011, p. 87), no entanto, os JMCs regionais “eram comandados por um comandante regional da SADF, os Sub-JMCs por um comandante distrital da SAP, e os Mini-JMCs pelos comandantes locais da SAP” (O'Brien, 2011, p. 87). Ao nível mais local, os LMCs (*Local Management Centres*) “supervisionavam cada cidade e vila designada”. Estabelecia-se um canal de comunicação de inteligência desde os LMCs, que atravessava toda a hierarquia dos JMCs, ou seja, dos LMCs para os Mini-JMCs, para os Sub-JMCs, para os JMCs, ao NJMC” (O'Brien, 2011, p. 88).

Sistemas de Forças/Pilares Do Estado

Sistema de Forças do Pilar das Forças Armadas (SADF)

A SADF era composta por quatro ramos: *South African Air Force* (SAAF), *South African Navy* (SAN), *South African Army* (SAA) e *South African Medical Service* (SAMS), não sendo a última um ramo de combate, mas sim de apoio de saúde geral aos restantes ramos.

South African Air Force (SAAF)

A Força Aérea da África do Sul, cuja principal missão era “concretizar uma situação aérea favorável e mantê-la”, e secundária era “apoiar as forças terrestres nas suas operações”, estava organizada em dois Comandos Regionais (i e ii) e quatro Comandos Funcionais (iii, iv, v e vi):

- i) Comando Aéreo Ocidental – “com Quartel-General em Windoek, controlava as operações da SAAF em apoio às operações de contrainsurgência no norte da Namíbia (...) que incluía [operações de] reconhecimento, apoio próximo, referência [para o fogo de artilharia terrestre], fornecimento de repetidores de comunicação, logística, evacuação de baixas e evacuação médica” (Heitman, 1988, p. 9);
- ii) Comando Aéreo Austral – com Quartel-General no complexo de Silvermine, na Cidade do Cabo, partilhado com o Comando das Operações Navais, era “responsável por todas as operações marítimas, de patrulhas costeiras, patrulhas piscícolas, e missões de resgate aeronavais”, e “controlava todas as bases aéreas ao longo da costa”;
- iii) Comando do Controlo do Espaço Aéreo – “responsável por ambos aviso prévio e defesa aérea”;
- iv) Comando de Apoio Tático – “com a tarefa de estabelecer e operar bases temporárias onde quer que a SAAF necessitasse (...) utilizando pistas aéreas ou pistas de terra batida” (Heitman, 1988, p. 10);
- v) Comando da Logística Aérea – “fornecia serviços técnicos e logísticos especializados (...) era responsável em instituir novos modelos, modificações aprovadas e contratação, aquisição, controlo e distribuição de sobressalentes e consumíveis à SAAF ” (Heitman, 1988, p. 11).
- vi) Comando de Treino – “controla todas as instituições de treino da SAAF” (Heitman, 1988, p. 11), composto pela Universidade da SAAF, a Escola de Voo Central, as duas Escolas de Voo de Combate, a Escola de Navegação Aérea e a Escola de Formação Técnica.

South African Navy(SAN)

A Marinha de Guerra da África do Sul, estava organizada em dois Comandos de Área: Comando Naval Ocidental, com a quartel-general no complexo de Silvermine na Cidade do Cabo e a sua base naval em Simonstown, e o Comando Naval Oriental com o quartel-general em Durban e a principal base na ilha de Salisburg. Desenvolvia três missões: i) “proteger as águas territoriais da Republica; ii) fornecer apoio aos departamentos governamentais relevantes envolvidos no controlo da zona económica exclusiva que cobre 300.000 milhas náuticas quadradas; iii) deter um ataque marítimo convencional contra a África do Sul” (Heitman, 1988,

p. 12). Esta Força estava organizada em três unidades operacionais (i, ii e iii), unidades de apoio (iv), Força Anfíbia, (vi) e a 10ª Esquadra de Fragatas, que se encontrava inoperacional por estar em reserva: i) Flotilha de Navios de Ataque – “era a principal força ofensiva com o importante papel de prevenir infiltrações e deter qualquer possível agressão convencional”; ii) Flotilha de Submarinos – “a principal *deterrent* convencional (...) conduzia patrulhas regulares das águas sul-africanas”; iii) Flotilha Draga-Minas – “utilizados nas patrulhas costeiras e treinos (...) virtualmente a única força do seu tipo na África Austral”; iv) Navios de Apoio – “equipados para reabastecimento no mar de combustíveis, munições e produtos secos (...) também têm instalações médicas, que permitem-lhes ser empenhados no papel de apoio à desastres e busca e salvamento”; vi) Fuzileiros – a Brigada de Fuzileiros “operavam embarcações ligeiras de patrulha” (Heitman, 1988, p. 12).

South African Army (SAA)

O Exército Sul-africano era, naturalmente, o ramo predominante nas operações militares da SADF na área de operações, por isso, é um dos principais focos do presente estudo. A SAA estava organizada em três grandes componentes:

- i) Força Convencional – composta por duas Divisões Mecanizadas, cada uma composta por uma Brigada Blindada – “com dois Regimentos de Blindados, dois Batalhões de Infantaria Mecanizada, um Regimento de Carros Blindados, um Regimentos de Artilharia, um Regimento de Artilharia, unidades de comunicações e manutenção e oficinas de campanha” – e Duas Brigadas Mecanizadas – “semelhantes às Brigadas Blindadas, mas com três Regimentos de Infantaria Mecanizada e sem blindados” – e uma Brigada Paraquedista – “com três Batalhões e um Regimento equipado com morteiros 120mm” (Heitman, 1988, p. 7);
- ii) Força Territorial – organizada em dez Comandos Regionais e a Área Militar da Base de Walvis Bay, na Namíbia, e estavam “responsáveis pela segurança da região e fornecer logística, apoio administrativo e serviços a outras unidades, ou à formações estacionadas ou a operar na sua área de responsabilidade”. Estas Forças eram compostas de um misto de *Commandos* – “Batalhões de Infantaria Ligeira especializadas em tarefas contra insurgentes” – e unidades da Força de Cidadãos – “Batalhões de Infantaria Ligeira equipadas e treinadas para operações de contrainsurgência” (Heitman, 1988, p. 7);
- iii) Escola de Guerra (*Army Battle School*) e Universidade do Exército (*Army College*). O Estado-Maior, em Pretória, era composto por cinco departamentos “representados por um Diretor-Geral que eram responsáveis pelo desenvolvimento da doutrina, organização,

inventários de equipamentos, táticas das unidades do seu departamento, de acordo com a Doutrina do Exército” (Heitman, 1988, p. 5).

Em 1975, com o início da operação Savannah (a invasão de Angola), Botha tinha “começado a racionalizar a SADF (...) para combater, primeiro, a *Total Onslaught* e, mais tarde, a *Revolutionary Onslaught*”. Para isso, o exército Sul-Africano foi dividido em três funções distintas: as Forças Convencionais, as Forças de Contrainsurreição e elementos de apoio e formação. Este movimento “também foi impulsionado pela assimilação das várias teorias de contrainsurgência propagadas pelo DMI” (O'Brien, 2011, p. 43).

Enquanto as Forças Convencionais estavam, geralmente, envolvidas em conflitos na Namíbia e Angola, as Forças de Contrainsurreição – geralmente compreendendo a Força Territorial dentro da África do Sul – foram divididas em dez comandos regionais dentro África do Sul. Assim, ao contrário da «guerra da fronteira» na Namíbia, a «defesa de área» foi a chave dentro África do Sul. Estas forças de contrainsurgência, “projetadas para dar apoio às ações da SAP, foram compostas por forças em *part-time* das SADF que se encontravam em unidades da Força *Commando* e Força de Cidadãos (força de reserva, centrada sobre um batalhão de infantaria leve)”, estes eram apoiados por membros da Força da Permanente “que responderiam à crises (...), receberam formação básica de contrainsurgência, incluindo a formação de [operações de] «conquistar corações e mentes», para suas operações nas áreas rurais e urbanas do país”. Em certos casos, “algumas unidades receberam formação especializada antiterrorista e de contrainsurgência, como foi dado as unidades *Hammers* no Cabo Oriental em meados da década de 1980” (O'Brien, 2011, p. 43). A importância desta separação de funções foi sentida em um número de maneiras diferentes. Primeiro, esta permitiu “o desenvolvimento completo da *Area Defence Policy* (conhecido mais tarde como *National Security Management System*, na sua totalidade); em segundo lugar, isso levou ao desenvolvimento de uma identidade corporativa separada (a noção de *securocrat*) na SADF, bem como nos escalões superiores das forças de segurança como um todo; e, em terceiro lugar, levou à expansão estrutural da SADF como uma força (...) Entre 1975 e 1990, a SADF duplicou de tamanho, atingindo quase 100.000 no final da década de 1980, com 325.000 na força do cidadão e a reserva” (O'Brien, 2011, p. 43).

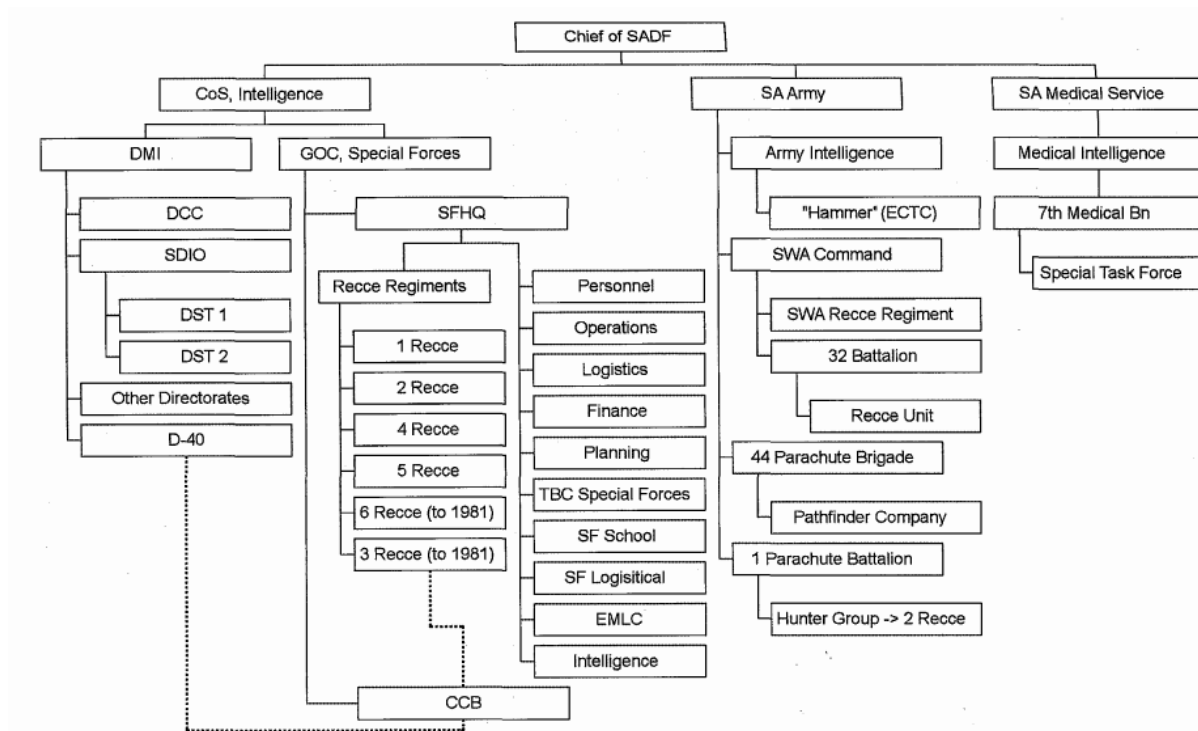
Forças Especiais da SADF – ‘Olhos e ouvidos do DMI’

O desenvolvimento das forças especiais da SADF “ocorreu durante o período que abrange o final da década de 1960 para 1986, com um plano estratégico de longo prazo em mente para o desenvolvimento contínuo na década de 1990”. Durante a década de 1960, os

comandantes das SADF começaram a perceber que a SADF “carecia de uma capacidade especializada para ajudar na implementação da estratégia de contrainsurgência (...) contra as forças opositoras em toda a África Austral; mais tarde, durante a década de 1980, esta mesma preocupação sobre possuir as ferramentas «certas», traduziu-se no desenvolvimento de unidades especializadas para uma guerra contrarrevolucionária” (O'Brien, 2011, p. 58). Outra razão central por trás do desenvolvimento das forças especiais era que o DMI precisava de «olhos e ouvidos», isto porque a sua recolha até agora era “limitada pelo desenvolvimento de redes operacionais ou do relatório da inteligência de operações de contrainsurgência SAP na Namíbia e na Rodésia” (O'Brien, 2011, p. 56). Em ordem para desenvolver ambas capacidade para “reunir informações, especialmente inteligência estratégica relativa às operações militares, e (central para o papel de absoluta compreensão do DMI no centro da estratégia de contrarrevolução do Estado) para implementar as operações com base em que a inteligência, o DMI exigia uma capacidade operacional no terreno – os Regimentos de Reconhecimento forneceram esse recurso inicialmente” (O'Brien, 2011, pp. 56-57).

As forças de segurança da África do Sul foram, lentamente, mas seguramente se “envolvendo nos conflitos da Rodésia e da Namíbia o que acabaria por envolver uma postura de contrainsurgência da SADF”. Isso se encaixava perfeitamente “com a opinião da SADF sobre as doutrinas de contrainsurgência que seus principais pensadores, especialmente no DMI, acreditavam” (O'Brien, 2011, p. 59). O Batalhão Paraquedistas não era, geralmente, capaz deste tipo de operações. Assim, outras unidades tiveram que ser desenvolvidas. O modelo para estas unidade foi do SAS britânico, “que oferecia um modelo de com três elementos-chave que a SADF acreditava que seria necessário para futuras operações clandestinas e secretas” (O'Brien, 2011, p. 59): reconhecimento de longo alcance em situações de combate para recolha de inteligência estratégica, sabotagem contra instalações dos adversários e forças ou capacidades de contrainsurgência/guerrilha” (O'Brien, 2011, p. 59).

Figura 40 - Organograma e hierarquia das estruturas das Operações Especiais e relação com outras estruturas militares da SADF (1972-1990)



Fonte: O'Brien, 2011, p.61

No caso da África do Sul, sobre as unidades especiais, “existiam nas forças de segurança sul-africanas em todos os níveis (...) juntamente com as (...) várias unidades da SAP, segurança ramo COIN/CRW e os restos das unidades encobertas do BOSS (tais como o *Z-Squad* e seus sucessores)”, foram utilizadas forças especiais SADF para “operações clandestinas e secretas, mas funcionavam de maneiras muito diferentes. Estes incluíram os *Recces* (regimentos de reconhecimento 1, 2, 3, 4, 5 e 6) para, geralmente, operações clandestinas externas; a Companhia ‘*Pathfinder*’ do *44 Parachute Brigade* e o *1 Parachute Battalion Pathfinder*; *32 Battalion* (uma unidade de COIN – *Counter Insurgency* – de infantaria desenvolvida para a guerra em Angola e Namíbia); e CCB” (O'Brien, 2011, p. 56). Informalmente, estes também estavam envolvidos com as unidades *Hammer* de COIN dos serviços secretos do exército, desenvolveram originalmente o Comando Territorial do Cabo Oriental, e diversas direções do DMI. Em geral, estas forças podem ser divididas em três elementos: o clandestino (os *Recces* e *Pathfinders*), contraguerrilhas (*32 Battalion* e *Hammer*) e o encoberto (o CCB e DCC)” (O'Brien, 2011, p. 56). Na década de 1970, muitos daqueles que formariam o *5 Recce* treinaram com os *Selous* (ver página 175) no quartel *Inkomo* em Salisbury sob um acordo entre Major Ron-Reid Daly (Chefe do *Selous*) e GOC-SF Loots (*General Office Commanding, Special*

Forces), por esta razão, 5 *Recce* “foi responsável, principalmente, pela aplicação das pseudo-operações com a RENAMO⁵⁴ contra a FRELIMO em Moçambique”.

O órgão singular de *General Office Commandant of Special Forces* foi criado em outubro de 1974; “visto que as forças especiais estavam vinculadas sob as funções do *Chief of Staff, Intelligence* (CSI), que relatava diretamente ao Chefe da SADF e, assim, ao Primeiro-Ministro (mais tarde presidente) através do SSC as forças especiais, operacionalmente, eram uma unidade executiva e não uma função de linha da SADF” (O'Brien, 2011, p. 60). Isso aumentou, consideravelmente, “a sua utilidade para o esforço de combate, garantindo que as operações, finanças, localização e identidades eram mantidas secretas”. Com Quartel-general em *Die Gat* (o Vácuo) – uma fazenda nos arredores de Voortrekkerhoogte, sede da SADF – a SFHQ incluía “uma secção independente de inteligência das forças especiais para fornecer inteligência especificamente para Operações das Forças Especiais, que interagiam intimamente com seções do DMI para operações externas e internas”. (O'Brien, 2011, p. 60).

Division of Military Intelligence (DMI)

O DMI, uma dependência da SADF, era a maior e mais influente agência de inteligência sob o *apartheid*, que surgiu no final da década de 1970 como o “elemento de força de segurança dominante na NSMS e como conselheiro-Chefe *securocrat* sobre as políticas da *Total National Strategy*” (O'Brien, 2011, p. 51). A sua importância e influência cresceram quando o principal patrono, P.W. Botha, se tornou primeiro-ministro, em 1978, o que levou a Botha a promover o poder do DMI⁵⁵ sobre ao do BOSS – o favorito de Vorster –, e o DMI tornar-se-ia “árbitro da política de segurança do estado e da sua implementação na próxima década” (O'Brien, 2011, p. 51). O DMI, tendo ganho o controlo sobre a *Total National Strategy*, conseguiu o domínio da inteligência sobre toda a *securocracy* do *apartheid*, tendo o DMI ficado, ao final da década de 1970, numa posição dominante, que era devido ao patrocínio de Botha. A SADF – através das instituições, principalmente do DMI e a inteligência do exército – “estenderam a sua influência e interesses ao longo de numerosos sectores domésticos ao longo da década de 1980” (O'Brien, 2011, p. 62), refletindo em parte a “evolução da estratégia contrarrevolucionária – imaginada,

⁵⁴ O autor declara que quando a sede da RENAMO foi movida de Phalaborwa para Gorongosa em Moçambique, “os Oficiais da África do Sul começaram a servir no interior de Moçambique”; estas eram, geralmente, “divididos em cinco equipas de dois sul-africanos e três africanos (um moçambicano, um angolano e um Zimbabueano), que forneciam treino em recolha de informação ou apoio para operações específicas”. Haviam, também, “inúmeros mercenários brancos que serviram com a RENAMO, geralmente com apoio sul-africano” (pp. 122-123).

⁵⁵ O autor explica que, com efeito, Botha e os apoiantes no DMI, viram que o BOSS tinha cometido uma “grosseira e inadequada entrega de inteligência e que os burocratas civis que ocupavam o aparato de segurança do estado em torno do SSC e o BOSS eram propensos à corrupção e inépcia”. Como tal, Botha viu “a necessidade de renovar o SSC e estruturas relacionadas – para apoiar o paradigma emergente da *Total National Strategy* – em torno das capacidades e os operacionais do DMI” (p. 51).

mas ainda não formada no final da década de 1970” (O'Brien, 2011, p. 62), e, em breve, incluiria tanto “a contra-mobilização e assassinato dentro África do Sul – que poderia ser implementado dentro das fronteiras da África do Sul durante a década de 1980, mas também o crescimento institucional da SADF como um todo sob Botha” (O'Brien, 2011, p. 62). O DMI exerceu uma “influência considerável sobre muitos aspetos da política e da sociedade sul africana, especialmente questões de interesse estratégico, muito mais do que deveria”. O DMI dirigiu a doutrina e defesa estratégica e política, guiando, por sua vez, a NSMS e a *Total National Strategy*” (O'Brien, 2011, p. 62), e constituiu-se como “a força motriz da política e pensamento da SADF, mas também foi o «cérebro» eficaz na retaguarda da administração de Botha (...) em muitos aspetos, o papel do DMI e do altamente inteligente Chefe de Gabinete, o Tenente-General Pieter Van Der Westhuizen, equivaleram-se a influência que Van Den Berghe e o BOSS tinham exercido sobre a administração de Vorster” (O'Brien, 2011, p. 62).

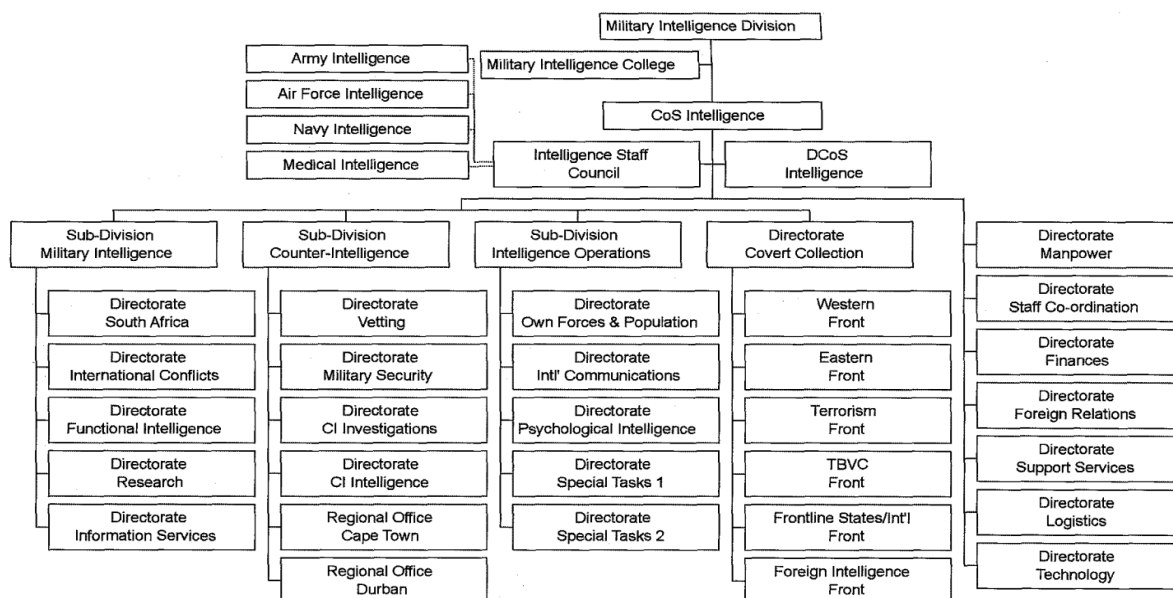
No início-a-meios de 1970, DMI era “relativamente pequena, com um quadro de pessoal de menos de 100 e (...) composto de cinco subseções: além das *Directorates Covert Collection* (DCC) e *Special Tasks* (DST), estes incluíam a contrainteligência, Operações Combinadas, e Interpretação”. Desde a década de 1970, sofreu uma significativa expansão, tanto assim que, “no final da década de 1980, acreditava-se que o complemento operacional terá sido de alguns milhares – em parte devido ao recrutamento de pessoal dos setores externos aos dos militares, incluindo operacionais civil e a inteligência da polícia” (O'Brien, 2011, p. 52).

Com o desenvolvimento do DMI (ao longo da década de 1970 e na década de 1980, esta “começou a expandir a sua jurisdição e capacidades que, eventualmente, incluía todos os tipos de capacidades operacionais, muito além da recolha de inteligência tradicional” (O'Brien, 2011, p. 52). O DMI começou a funcionar como uma força em si mesma, tanto para reunir inteligência e agindo sobre a mesma, eliminando a transparência inerente das divididas de funções de segurança” (O'Brien, 2011, p. 52). Durante todo este período, as capacidades chegaram a incluir “operações de recolha clandestina de inteligência secreta (através dos *Recces*, por exemplo), operações encobertas, contra mobilização e a formação de forças de procuração, assassinatos, perturbação e funções de desestabilização e contrainteligência (incluindo contraespionagem)⁵⁶” (O'Brien, 2011, p. 52).

⁵⁶ Devido a isso, havia uma dualidade “que estava a pôr em causa a distinção entre operações especiais clandestinas e encobertas, da inteligência da guerra – tanto da «ponta da lança» do DMI e, ao mesmo tempo, dos «olhos e ouvidos» do DMI, as forças especiais desenvolveram, geralmente, uma influência tanto na política operacional e no planeamento estratégico, ambos dentro do próprio DMI e, especificamente, da SADF, que iria muito além da

Estas quatro novas direções incluíam: DCC; *Chief Directorate of Military Intelligence* (CDMI) de inteligência estratégica; *Chief Directorate of Military Intelligence* (CDCI); e *Chief Directorate of Military Intelligence* (após 1985, *Chief Directorate of Intelligence Operations* — CDIO). Uma *Intelligence Staff Council* foi “responsável pela coordenação da política e composta por: CSI; Chefes dos ramos do Exército, Força Aérea, da Marinha e Serviços de Inteligência Médica; Diretores-Chefes da Inteligência Militar, Contraespionagem e Operações de Inteligência; e o Diretor do DCC” (O'Brien, 2011, pp. 52-53). Portanto, o DMI, foi um “dos *hubs* centrais de recursos de inteligência operacional secreta do estado do *apartheid*, direta (através do DCC ou DST) ou indireta (por meio de entidades como a unidade de inteligência do exército *Hammer*)” (O'Brien, 2011, p. 53).

Figura 41 – Divisão da Inteligência Militar



Fonte: O'Brien, 2015, p. 55

O DMI desenvolveu, como um todo, quatro unidades especializadas encarregues para diversas funções, nenhum dos quais era evidente, e que formaria o núcleo de operações de contrarrevolução do DMI (incluindo assassinatos)” (O'Brien, 2011, p. 54). Estes incluíam os Comandos de Reconhecimento (que tinham sido desenvolvidos na década de 1970, mas foram colocados na responsabilidade do CSI) para operações clandestinas externas, embora alguns, mais tarde, realizaram operações secretas internamente e no exterior” (O'Brien, 2011, p. 54); o DST, que apoiou secretas de contra-mobilização e grupos guerrilheiros regionalmente e

sua dimensão e participação relativa nas guerras da fronteira”. Isto estava pouco relacionado com os pontos de vista mais «tradicionais» de das forças especiais dentro do exército, mas muito mais com a vontade da elite política para apoiar o seu papel enquanto uma das principais armas na luta contrarrevolucionária” (p. 52).

internamente; o CCB, que seria a base para atividades secreta de contrarrevolução do DMI na segunda metade da década de 1980 e a década de 1990; e o DCC, que agiria contra adversários do estado através de ambas as operações de inteligência e operações de recolha de proactivas (ou seja, o uso da violência política, incluindo planeamento de assassinatos, para obter e implementar inteligência)” (O'Brien, 2011, p. 54).

CDMI (Chief Directorate of Military Intelligence)

A CDMI trataria de fornecer toda a Inteligência tática ou estratégica “pela introdução de elementos da Inteligência, pós-1978, a cada serviço da SADF” (O'Brien, 2011, p. 53). Estes incluíam as “novas direções de Chefes de Pessoal de Inteligência do Exército, Chefe de Pessoal Inteligência Naval, Chefe da Inteligência de Funcionários da Força Aérea e Chefe dos Serviços Médicos (o Serviço Médico era um serviço sul africano separado da SADF)” (O'Brien, 2011, p. 53). A Unidade de Inteligência de Sinais da SADF também foi incluída na matriz de inteligência tática. 40 as atividades de recolha destas direções foram coordenadas através da Direção de Inteligência Tática (após 1985, Inteligência Funcional) da CDMI, mas todos mantiveram um elevado grau de autonomia” (O'Brien, 2011, p. 53). Para a escolha e divulgação de inteligência estratégica, a CDMI era dividida em várias direções e gabinetes, cada um “com responsabilidades específicas; estes incluíam a Direção da África Austral, que foi dividido em três seções (Frente Ocidental: Angola e Namíbia; Frente Dianteira do Leste: Zimbabué, Zâmbia, Moçambique, Tanzânia e Malawi; Frente Doméstica: Botswana, Lesoto, Suazilândia, Terras Natas [Bantustões], Subversão, assuntos de igreja e terrorismo) e o Diretorado para o Resto de África/Médio Oriente/Superpotências, para o interesse direto do DMI” (O'Brien, 2011, p. 53). Estabeleceu-se, também, uma Direção de Inteligência Tática, uma Direção de Guerra Eletrônica, uma Direção de Relações Exteriores – que supervisionou a alocação e coordenação da defesa colocado no exterior, enquanto o serviço de informação militar era responsável por determinar a quantidade de informação que seria partilhada com o público e de que maneira – e um Bureau de Informações Militares” (O'Brien, 2011, p. 53).

CDCI (Chief Directorate, Counter-Intelligence)

Para operações de contrainteligência, a CDCI efetuou “uma interpretação muito ampla de forças que se opunham ao estado, incluindo não só os movimentos de libertação, mas também as várias organizações cívicas e religiosas que se reviam contra o *apartheid*” (O'Brien, 2011, p. 53). Assim, o CDCI (que também foi responsável pela análise cuidadosa da segurança dentro da SADF) “estabeleceu estas organizações como alvo para a penetração de contrainteligência; a sua informação era dirigida para o DMI e incluída na tomada das decisões

estaduais (ou seja, do SSC e NSMS) sobre identificação para eliminação ou neutralização” (O'Brien, 2011, p. 53). O CDCI era também responsável pela “penetração nos serviços secretos estrangeiros, bem como fornecer recursos de contraespionagem militar para o estado” (O'Brien, 2011, p. 53).

CDIO (Chief Directorate, Intelligence Operations) - Directorate of Special Tasks

O CDIO foi responsável por “projetos especiais de inteligência, que incluía todas as operações de comunicações (*KomOps*) tanto nacional como internacionalmente, guerra psicológica e propaganda; mais importante ainda, a CDIO alojava o DST 1 e o DST 2” (O'Brien, 2011, p. 53). Juntamente com o DCC – “responsável pela realização de operações secretas dentro da África do Sul e Namíbia e em todo os Estados da Linha da Frente, o CDIO era (argumentam os especialistas em contrainsurgência e contrainteligência) o mais importante elemento na estrutura do DMI” (O'Brien, 2011, p. 53).

Em 1971, muitos operadores do DMI “eram treinados nas forças especiais, nomeadamente em operações clandestinas e secretas” (O'Brien, 2011, p. 121). Esses *Spesmagte* (como eram conhecidos em africâner) “eram ativos em toda a área operacional, mas não devem ser confundidos com os comandos de reconhecimento (os apregoados *Recces* das forças especiais) os *Spesmagte* eram operadores secretos” (O'Brien, 2011, p. 121). O DST foi criado em meados da década de 1970 pelo Coronel Jan Breytenbach, “o fundador do Reconhecimento de Comandos e do *32 Battalion*”; e o primeiro Chefe Operacional foi o Coronel Cornelius van Niekerk, “que mais tarde iria gerir o projeto RENAMO”. O DST “começou a sua vida com um pequeno escritório estabelecido em Rundu (na Namíbia), em 1976, após a retirada militar Sul Africana de Angola, após a operação SAVANNAH” (O'Brien, 2011, p. 121). A sua primeira operação, DISA, “que prestou apoio secreto (tanto em termos de material e logística e em termos de operações de apoio especial de coordenação – que incluía o pseudo-operações e guerra de guerrilha do *32 Battalion*) à UNITA na sua guerra contra o MPLA” (O'Brien, 2011, p. 121). Durante a década de 1970, e ao longo da década de 1980, o DST foi responsável pela “supervisão das atividades de contra mobilização e contrarrevolucionárias do DMI em toda a África Austral, enquanto «estrutura sênior responsável pela coordenação da estratégia de desestabilização regional»” (O'Brien, 2011, p. 121). Nessa política de apoio aos guerrilheiros antimarxista externos foram emitidos uma série de documentos do SSC, incluindo *Boek 1* de 1980, em março de 1984, «Recomendações do SSC», a dezembro de 1986 «Estratégia para África do Sul» e o *Nasionale Strewes en Beleidsgrondslae van die Repúblic van Suid-Afrika*,

1987 («esforços Nacionais e Política-Base da República da África do Sul, 1987)» (O'Brien, 2011, p. 121).

Directorate Covert Collection (DCC)

A *Directorate Covert Collection* (*Direktoraat van Kovert Insameling*) foi “talvez a mais perigosa das subunidades do DMI e definitivamente a mais «operacional» - em muitos sentidos, o equivalente do DMI do *Civil Cooperation Bureau* das forças especiais” (O'Brien, 2011, p. 117). O DCC era dirigido pelo Brigadeiro J.P. Tolletjie Botha, que reportava diretamente ao Chefe do Estado-Maior da Inteligência. Desconhece-se quando esta unidade foi criada, somente em 1992, no entanto, que a sua existência foi descoberta, por acaso, durante uma investigação por uma Comissão do governo em atividades do esquadrão da morte” (O'Brien, 2011, p. 117). Uma unidade que poderia ter sido o antecessor, o *Directorate of Covert Information* (DCI), “estava operacional na Namíbia em 1982” (O'Brien, 2011, p. 117).

Enquanto o DST e a DCC representavam “um tipo particular de capacidade de contrainteligência para forças de segurança da África do Sul” (O'Brien, 2011, p. 128) – fortemente focada “em minar os adversários do estado de *apartheid* através de operações de desestabilização que, para terem a certeza, executavam, ocasionalmente, incursões de ataque direto” (O'Brien, 2011, p. 128) –, enquanto outras unidades eram obrigadas empenhar-se diretamente contra o inimigo. Para realizar isto, “a unidade *Hammer* e outros similares, estabelecidos em outras partes do país –, bem como o CI do *Security Branch* e unidades semelhantes” (O'Brien, 2011, p. 128) – representavam a ponta mais visível “das capacidades de inteligência da «guerra suja» do Estado do *apartheid*” (O'Brien, 2011, p. 128).

«Barnacle»/Civil Cooperation Bureau (CCB)

A mais secreta de todas as unidades encobertas era o *Civil Cooperation Bureau* (CCB), que marcava “o ponto alto da investigação ativa dos oponentes do *apartheid*” (O'Brien, 2011, p. 128). Uma das missões das Forças Especiais ao longo de sua existência, embora raramente reconhecida, “era recolha de inteligência internamente, que foi utilizado, principalmente, para apoiar operações externas, mas, também, para apoiar os recursos da SADF e da SAP na tentativa de combater a agitação e a violência no país” (O'Brien, 2011, p. 128). Em última análise, “estava determinado que uma organização civil, totalmente separada das Forças Especiais e com sua própria autoridade financeira e burocrática, seria o melhor meio para alcançar esses fins” (O'Brien, 2011, p. 128).

O estabelecimento do CCB foi visto como “um passo necessário pelos *securocrats* do SSC para «perturbar ao máximo os inimigos do Estado em apoio a outras partes da SADF»”

(O'Brien, 2011, p. 133), e as operações seriam “ordenadas diretamente pelo Chefe da SADF”, e operou “sob as Forças Especiais da SADF, mas em estreita cooperação com o DMI e outras unidades encobertas anexadas ao *Security Branch* do SAP e outras estruturas governamentais” (O'Brien, 2011, p. 133). No entanto, como foi um processo lento desde a formação do *Barnacle*, “esta separou-se inteiramente da família do NIS, DMI e *Security Branch*”. Baseado inicialmente “na sede das Forças Especiais no Parque Swartkop em Voortrekkerhoogte, fora de Pretória, logo mudou a sua sede para Erasmia a oeste de Pretória, onde sua base ficou conhecida como “Die Kop” (a copa)” (O'Brien, 2011, p. 133). Para este fim, o DMI procurou uma unidade que possuísse “o potencial de se transformar numa organização desse tipo (...) que encontrou no 3 *Recce*, em si mesmo como resultado da evolução contínua (...) isso acabaria por formar o CCB, a verdadeira implementação do «Plano Joubert»” (O'Brien, 2011, p. 128).

Conforme observado pela Comissão Harms, o plano Joubert consistia em “estabelecer uma organização secreta dividida de tal forma que as operações não pudessem ser rastreadas até a SADF ou o Estado” (O'Brien, 2011, p. 132). A sua gênese, pelo General Joubert, foi realizada com o “conhecimento e autorização do Ministro da Defesa Magnus Malan (que, mais tarde, afirmara que não conheceu a unidade antes de novembro de 1989) e o General Jannie Geldenhuys, Chefe da SADF” (O'Brien, 2011, p. 132). O mandato estabeleceu objetivo de “atingir os opositores do *apartheid* internamente recorrendo à métodos não-convencionais que foram, supostamente, aprovados numa reunião secreta em 28 de abril de 1987, entre os membros seniores da SADF, incluindo os Generais Joubert e Geldenhuys” (O'Brien, 2011, p. 132). Até 1988, “o CCB operou apenas na África do Sul em apoio da SAP”. Durante esse período, em cooperação com as unidades da SAP, sabe-se que assassinaram pelo menos 12 indivíduos” (O'Brien, 2011, p. 132).

Com a reorganização do DMI e das Forças Especiais, o elemento adicional que foi adicionado a esta mistura foi a reorganização concomitante do BOSS no NIS. O BOSS possuía certos elementos de ação direta conhecidos como «*Z-Squads*»: “projetados quase que inteiramente para assassinatos, bem como outras ações secretas, essas unidades foram nominalmente dissolvidas por P.W. Botha e restabelecidos dentro do DMI como uma unidade designada *Delta 40* (ou D-40, aparentemente porque haviam inicialmente 40 membros)” (O'Brien, 2011, pp. 128-129). Sob a liderança do Rodesiano Garth Barrett, a D-40 “foi especificamente encarregada, segundo as investigações no início da década de 1990, de monitorar certos opositores externos do regime com vista à sua possível extinção – ou seja, uma unidade de assassinatos” (O'Brien, 2011, p. 129). O D-40 operou apenas de 1979 a 1980, “antes

do influxo dos operacionais da RSAS e dos operacionais da unidade *Selous Scouts* que se deslocaram sul e fossem reconstituídos na SADF como o *3 Reconnaissance Regiment*; o *D-40* foi integrado com *3 Recce* em 1980” (O'Brien, 2011, p. 129).

Durante o período desempenhado pelo *3 Recce* (entre 1980 e 1981), foi novamente determinado pelo CSI que “uma definição adicional de mandatos operacionais era necessária. Com a sua formação, *3 Recce* “foi dividido em uma série de unidades operacionais, composta por operadores de Ex inteligência e forças especiais da Rodésia” (O'Brien, 2011, p. 129). Essa combinação veria através das operações da *3 Recce* e das organizações sucessoras. Durante este período, a *3 Recce* realizou inúmeras operações contra o novo estado do Zimbábue. Os *securocrats* sul-africanos consideraram este novo governo em Harare “como uma ameaça não apenas os interesses hegemônicos regionais da África do Sul em manter a estabilidade (ou instabilidade, dependendo da exigência) em todo os Estados da Linha da Frente, mas também diretamente para a África do Sul pelo apoio ao ANC e MK” (O'Brien, 2011, p. 129). Portanto, os *securocrats* combinaram interesses com os antigos militares das Forças especiais de Rodésia e “voltaram a implantá-los de volta ao Zimbábue em operações clandestinas e secretas” (O'Brien, 2011, p. 129). Deve-se lembrar que a África do Sul “já havia prestado um grande apoio secreto e clandestino aos rodesianos nos últimos anos de sua existência”, desde o apoio “às múltiplas tentativas de assassinato contra Joshua Nkomo e aqueles contra Robert Mugabe” (O'Brien, 2011, p. 129). Portanto, esse uso do ex-pessoal da Rodésia não era nada novo: “muitos dos funcionários dos *Recces* da África do Sul haviam operado com a SAS ou o *Selous* em várias ocasiões no final da década de 1970” (O'Brien, 2011, p. 129).

Na sequência da decisão no final de 1981 para reorganizar novamente as unidades das Forças Especiais, “todos os membros do *3 Recce* que desejavam continuar em operações militares clandestinas foram transferidos para *6 Recce*” (O'Brien, 2011, p. 130). Aqueles que permaneceram “formariam a base para uma capacidade de operações secretas dentro das Forças Especiais, o que aumentaria a capacidade de assassinatos do estado” (O'Brien, 2011, p. 130). Em 1981, foi criada uma unidade entre as Forças Especiais e o 7º Batalhão Médico (a unidade responsável pelo programa ofensivo de armas químicas e biológicas da África do Sul) designada de *Special Task Force*, esta unidade “executou uma operação conhecida como Projeto *Barnacle*” (O'Brien, 2011, p. 130). Parte do trabalho de *Barnacle* envolveu o recrutamento de ex-rodesianos para “operações especiais de meio período, a unidade compunha-se de cerca de 30-40 indivíduos, na maioria ex-rodesianos negros” (O'Brien, 2011, p. 130).

Comandados diretamente pelo GOC-SF Loots “através de um indivíduo conhecido apenas como «K» (supostamente um ex-*Selous Scout*), *Barnacle* incluiu numerosos membros das Estruturas Encobertas”. Inicialmente, eram empregues externamente, até que, em agosto de 1982, a unidade operou internamente, “geralmente em contrainsurgência urbana (operações antiterroristas como eram eufemisticamente conhecidas)”, sendo estes tipos de operações o núcleo das operações internas da *Barnacle*. Além disso, a unidade serviu “para eliminar indivíduos indesejados: envolvendo-se no envenenamento de ativistas durante ou após o interrogatório e o despejo dos corpos no mar, além de auxiliar em outros assassinatos – a maioria envolvendo armas químicas – o *Barnacle* também matou centenas de prisioneiros de guerra da SWAPO e membros das forças de segurança sul-africanas suspeitas de deslealdade em uma operação designada DUAL” (O'Brien, 2011, p. 130).

Um dos principais objetivos no estabelecimento do *Barnacle* era “a necessidade percebida, em algum momento do futuro, de ter uma unidade de operações secretas totalmente independente, disponível para os *securocrats* seniores” (O'Brien, 2011, p. 130). Esta decisão não estava apenas de acordo com um dos objetivos da estratégia contrarrevolucionária (o estabelecimento de unidades de CRW independentes), mas, também, “foi percebido pela liderança (incluindo pelo menos pelo Ministro da Defesa e o Ministro da Polícia, se não mesmo o Primeiro-Ministro) como um potencial *ace-in-the-hole*, as iniciativas de reforma política do governo concederão aos demais movimentos de libertação” (O'Brien, 2011, pp. 130-131). Esta lógica tornar-se-ia, em 1990, na *Third Force* da África do Sul.

Assim, enquanto a inteligência era compartilhada entre os outros membros da comunidade de inteligência, as unidades do *Barnacle* “tentaram construir as próprias redes para reduzir a sua dependência de outros atores” (O'Brien, 2011, p. 131); o *Barnacle* também começou “a estabelecer as organizações da frente como um prelúdio para as atividades posteriores do CCB”. As unidades *Barnacle* “não eram responsáveis perante as estruturas locais ou regionais de NSMS, nem com os comandantes da SADF, estes relataram apenas ao GOC-SF, e, também, receberam «uma latitude considerável» em relação às operações de seleção de alvos” (O'Brien, 2011, p. 131). Todos esses pontos “são características das unidades secretas projetadas para operar independentemente da supervisão, da responsabilidade e, às vezes, até mesmo do comando” (O'Brien, 2011, p. 131). Essa independência poderia, no entanto, ter consequências extremamente negativas e não intencionais, porque “era um sistema que convidava a construção de impérios, a prática de má gestão financeira e abusos operacionais durante as etapas posteriores” (O'Brien, 2011, p. 131). O CCB “não se tornou um elemento

desonesto nas estruturas de segurança sul-africanas, mas um criminoso, envolvido em tráfico de narcóticos e contrabando de diamantes, prostituição, extorsão e fraude, e tráfico de armas no início da década de 1990” (O'Brien, 2011, p. 131). Enquanto muitos membros Rodesianos do *Barnacle* deixaram a SADF após 1983, o *Barnacle* “continuou a operar as redes – especialmente no Zimbábue, onde acredita-se que uma célula continuou a operar durante a década de 1980” (O'Brien, 2011, p. 131). O *Barnacle*, no entanto, “sofreu uma mudança estrutural em meados da década de 1980, que veria a se tornar, finalmente, numa unidade construída e dedicada para operações puramente secretas” (O'Brien, 2011, p. 131).

Enquanto meio central de conduzir a guerra contrarrevolucionária, o CCB era um “projeto de longo prazo que exigia pelo menos um período de gestação de dez anos na ordem de desenvolver uma capacidade secreta efetiva” (O'Brien, 2011, p. 132). Nesse sentido, o CCB “foi a resposta ao plano contrarrevolucionário de Joubert: o estabelecimento do CCB foi visto como um passo necessário pelos *securocrats* para «perturbar ao máximo os inimigos do Estado em apoio de outras partes da Força»; em que as operações seriam «ordenadas diretamente pelo Chefe da SADF»” (O'Brien, 2011, p. 132). Como em muitos serviços de inteligência em todo o mundo, “o objetivo era criar uma rede encoberta de empresas em todo o mundo, que seriam negócios legítimos como frentes de inteligência operacional” (O'Brien, 2011, p. 132). As empresas “seriam encabeçadas por empresários que estavam bem integrados nas comunidades, mas permaneceram operacionais secretos habilitados capazes tanto de gerir empresas bem-sucedidas como de recolher informações e agir sobre a mesma, quando instruído” (O'Brien, 2011, p. 132).

A intenção geral era que o CCB “seria totalmente funcional em algum momento em meados da década de 1990, em parte porque se reconhecia que demoraria muito tempo para que um soldado se transformasse num empresário profissional no novo ambiente de trabalho” (O'Brien, 2011, pp. 132-133). No entanto, “a escalada da natureza dos distúrbios internos no final da década de 1980, as necessidades geradas pelos Estados de Emergência e o desejo de evitar uma vitória da SWAPO na Namíbia descarrilaram esse cronograma” (O'Brien, 2011, p. 133), e o CCB “foi puxado para o esforço contrarrevolucionário antes que fosse devidamente estabelecido” (O'Brien, 2011, p. 133). Ademais, “pode ter havido um motivo ainda mais sinistro para a existência do CCB: uma fonte sustenta que o CCB foi projetado para fornecer uma capacidade contrarrevolucionária encoberta para o governo na sequência da existência da perda de poder para um governo de maioria negra” (O'Brien, 2011, p. 133). A veracidade desta afirmação residiria na existência da *Third Force* a partir de 1990. A SADF declarou, mais tarde,

que a formação do CCB “estava em relação direta com a «mudança de tática do ANC», intensificando os métodos encobertos e não convencionais tanto internamente e externamente” (O'Brien, 2011, p. 133).

O CCB foi dividido em Regiões, “responsáveis pela Europa, Zimbabuê, Suazilândia, Sudoeste Africano, Moçambique, Botswana, Lesoto, Malawi, Zaire, Zâmbia e as regiões internas”. Cada região era composta de «Células» individuais, administrados por um «Coordenador», e operavam entre cinco a 20 operacionais em tempo integral, com muitos outros «informais» (O'Brien, 2011, p. 134). O tamanho total do CCB “nunca excedeu 250-300 funcionários em tempo integral” (O'Brien, 2011, p. 134). A Região 2, por exemplo, foi responsável pelo Sudeste da África e tornou-se intrinsecamente envolvida na operação secreta do DMI para “desestabilizar as eleições de independência da Namíbia em 1989” (O'Brien, 2011, p. 134), enquanto a Região 6 “era responsável pelas operações internas e era dirigido por Daniel ‘Staal’ Burger e Wouter Basson (alias ‘Christo Brits’)” (O'Brien, 2011, p. 134). Os operacionais incluíram “Abraham ‘Slang’ van Zyl, Ferdi Barnard, Calla Botha e Chappie Maree, todos os antigos policias ou soldados que haviam sido indiciados de vários assassinatos e outras atividades criminosas” (O'Brien, 2011, p. 134).

Apesar de protestos subsequentes em contrário, “alguns membros seniores da SADF (e, portanto, o Ministério da Defesa) estavam cientes da existência do CCB desde a sua criação” (O'Brien, 2011, p. 135). O Chefe de Gabinete, Finanças, por exemplo, “aprovou os fundos do CCB em cooperação com altos funcionários do departamento do Tesouro e do Auditor Geral (que diferiam dos fundos de desenho da Conta Especial da Defesa)” (O'Brien, 2011, p. 135). A conta estatal nem sempre “seria a fonte de financiamento do CCB” (O'Brien, 2011, p. 135). No final da década de 1980, o CCB “havia estabelecido inúmeras empresas de fachada e empresas, além de se envolver em atividades criminosas, mas extremamente lucrativas, como complemento de suas operações” (O'Brien, 2011, p. 135). Em 1989, o “CCB recebeu R28 milhões do estado” (O'Brien, 2011, pp. 134-135). No entanto, montantes muito maiores foram obtidos pelo *Blue Plan* [«Plano Azul»], o uso dessas empresas de fachada para gerar fundos”. Como tal, essas fachadas se desenvolveram “em atividades verdadeiramente lucrativas para os soldados, policias espões que os dirigiram – proliferando para, eventualmente, formar centenas de empresas que realizavam atividades secretas em domínios como a divulgação de influências políticas, o comércio de armas e a divulgação de propaganda” (O'Brien, 2011, p. 135). Um vasto setor privado surgiu, “empregando dezenas de milhares de pessoas, consistindo em empresas de segurança ou empresas que ofereciam serviços tão mundanos como análise de

risco, transporte e assim adiante, administrados por soldados ativos que trabalham encobertos ou por ex-oficiais de segurança que, embora fora da folha de pagamento do Estado ou sujeito a pedidos, mantiveram contato com seus antigos colegas” (O'Brien, 2011, p. 135). Tudo estava de acordo com a crença de que uma unidade como o CCB só poderia ser verdadeiramente bem-sucedida “se fosse totalmente independente do Estado e dependente dos próprios recursos” (O'Brien, 2011, p. 135).

Para o CCB, o «Inimigo» eram as “pessoas que ameaçavam a segurança do estado, mas quem o [SAP] não podia agir contra (...) essas pessoas eram os alvos do CCB” (O'Brien, 2011, p. 134); incluíam “pessoas meramente suspeitas de envolvimento em atividades inimigas” (O'Brien, 2011, p. 134), embora o «inimigo» estivesse, geralmente, “estabelecido no exterior, tanto nos Estados da Linha de Frente como na Europa” (O'Brien, 2011, p. 134). Estruturado ao longo de linhas quase corporativas, o CCB “foi financiado pelo Fundo de Defesa Especial da SADF e compreendia um «Presidente» (próprio Joubert foi o primeiro em 1987-1990, sendo substituído pelo Major-General Edward Webb, o novo GOC-SF), um «Diretor Executivo» como Chefe Operacional (o primeiro foi Verster e seis comandos regionais, cada um disfarçado como uma empresa comercial)” (O'Brien, 2011, p. 134). Os operacionais do CCB usava, quase inteiramente, “*noms de guerres* para suas operações e existência com a unidade, e, muitas vezes, «membros informais» foram utilizados, alguns desconhecendo completamente que estavam a trabalhar para o CCB (...) estes incluíam criminosos e ex-polícias” (O'Brien, 2011, p. 134).

South West Africa Territorial Force (SWATF)

A SWATF, formada em 1 de agosto de 1980, e foi constituída para se tornar numa Força de Procuração, que provou-se ser um “sucesso da perspectiva de Pretória (...) as baixas [da SADF] tornaram-se num problema mais reduzido, e a Namíbia acabaria por deixar de ser um assunto publico, exceto quando militares sul-africanos estacionados sofriam baixas”. (Steenkamp, 1989, p. 194) era constituída por três elementos:

a) a Força de Reação – composta por: uma (1) Brigada Motorizada de Guerra Convencional (que integrava o 911º Batalhão, o Regimento *Erongo* e Regimento *Namutoni*, os dois últimos eram comandados pela Força de Cidadãos), e Seis (6) Batalhões de Infantaria Permanentes, comandados por recrutas voluntários da região., composta por Batalhões multirraciais nativos, comandados por oficiais da Força de Cidadãos, e por seis Batalhões de Infantaria Ligeira constituídos por vários grupos étnicos com treino especial;

b) a Força de Área – era constituída “por 26 unidades *part-time* gerido por uma mistura de voluntários e reservistas de todas as raças que cumpriam turnos obrigatórios descontínuos” (Steenkamp, 1989, p. 194);

c) Unidades Especializadas ou de Apoio – “compostas por uma variedade de unidades especialistas e de apoio: uma unidade engenharia e de comunicações, um Batalhão de Paraquedistas e uma Unidade Especialista (...) também tinha uma variedade de força aérea nativa na forma do Esquadrão 112” (Steenkamp, 1989, p. 194);

Sistema de Forças do Pilar da Inteligência – NIS e KIK

National Intelligence Service (NIS)

O NIS “forneceria o Relatório da Inteligência Nacional, coordenaria a inteligência estratégica com a Direção de Operações de Inteligência (CDIO) do DMI e do NIIB (do qual o NIS fornecia todos analistas)” (O'Brien, 2011, p. 72). Além disso, as operações de inteligência executadas pela SAP “incluiriam agentes dentro África do Sul e Suazilândia, enquanto a SADF seria responsável pelo mesmo em outros Estados da Linha da Frente, incluindo Lesoto; ambos operavam agentes no exterior” (O'Brien, 2011, p. 72). O NIS ficaria sem capacidade ofensiva, e, finalmente, no “interesse da luta contrarrevolucionária, as deliberações da condução da recolha de inteligência e das operações transfronteiriças contra os movimentos de libertação; isto incluía a criação de uma capacidade de identificação dentro da NSMS que identificaria «alvos envolvidos na luta armada»” (O'Brien, 2011, p. 72) desempenhado pelos *Trewis*.

A eventual dizimação das estruturas do BOSS, e a elevação do DMI para o topo da pirâmide da inteligência “prejudicaria, severamente, as operações de inteligência nos anos vindouros, desmoralizaria os oficiais do BOSS, colocariam as redes regionais de inteligência num estado de confusão e levariam à uma onda de demissões entre os membros do BOSS” (O'Brien, 2011, p. 65). O DMI aplicou “uma visão particular do mundo e de vários temas ideológicos que provocavam conflito ou consenso; tinham também uma forte crença (nascida do desenvolvimento da *Total National Strategy*) que a segurança poderia ser gerida de forma tecnocrática” (O'Brien, 2011, p. 65). Apesar disto, nenhum desses elementos foram propícios “à compreensão efetiva das nuances e complexidades dos processos políticos e socioeconómicos” (O'Brien, 2011, p. 65). Contudo, o BOSS “tinha sido uma agência de [natureza de] polícia, desenvolvida em grande parte através de atitudes em relação à segurança nacional e o lugar do criminoso (no caso, o agente) dentro dessa ordem de policiamento”. Enquanto o BOSS tinha-se desenvolvido, poderosamente, “as falhas para traçar com precisão os eventos tais como o golpe de Estado Português e o impacto sobre os atores de segurança

regional na África Austral, as atitudes dos cubanos e soviéticos sobre a Intervenção sul-africana em Angola e a implosão da Rodésia, ficou claro que o BOSS não era uma agência, nem o tipo de agência, a qual a responsabilidade pela inteligência estratégica deveria ser deixada” (O'Brien, 2011, p. 65).

Ficou claro que “uma agência não-militar, não-policial, com uma visão do mundo mais ampla e menos «tendenciosa» na opinião dos eventos regionais era necessária para fornecer este tipo de inteligência estratégica” (O'Brien, 2011, p. 66). Botha era, inicialmente, adepto para a criação de um departamento de relações exteriores e informações para fornecer uma análise estratégica, mas “isto foi limitado devido à natureza quase inteiramente evidente dos meios de recolha de informações de negócios estrangeiros; também, o departamento foi afetado pelo escândalo da informação” (O'Brien, 2011, p. 66). A única solução era extinguir o BOSS inteiramente e “construir uma nova agência, com base em princípios de análise «acadêmicos» (...) portanto, Botha formou o *Department of National Intelligence* (DONS) em agosto de 1978 que, em 1980, converteu-se no *National Intelligence Service* (NIS)” (O'Brien, 2011, p. 66). O poder e a influência do NIS limitou-se na pesquisa e análise de questões estratégicas; suas capacidades operacionais (como os *Z-Squads*) foram totalmente extintos” (O'Brien, 2011, p. 66). Em geral, observou-se um realinhamento das pastas das agências individuais: o NIS foi limitado para avaliação e análise, agindo (embora, o mais importante) como os membros dos operacionais para as estruturas do SSC, o ator central no *National Managment Center* e JMCs, estabelecidos sob o NSMS para supervisionar estas políticas contra os movimentos de libertação” (O'Brien, 2011, p. 66). O DMI adquiriu a “responsabilidade sobre a pasta da inteligência estratégica, assim como melhorar a sua capacidade de recolha de inteligência externa e, mais tarde, apresentou funções de contraespionagem interna mais vigorosas através de unidades secretas” (O'Brien, 2011, p. 66). Finalmente, a *Security Branch* – que geralmente “definiu durante todo o período da década de 1970 da dominação do BOSS – da mesma forma aprimorado suas operações de recolha de inteligência estrangeira, mas geralmente tinham pouco a ver com a avaliação de inteligência estratégica” (O'Brien, 2011, p. 66).

Com a Fundação do NIS, Botha selecionou o Dr. Lukas Niel Barnard da Universidade do Estado livre de Orange, um protegido de Kobie Coetsee, para chefiar o NIS, “substituindo Alexander van Wyck (...) Barnard não tinha mínima experiência em inteligência, e foi forçado a enfrentar uma agência em desordem” (O'Brien, 2011, p. 66 & 68). Muitos dos antigos operacionais BOSS tinham resignado, incluindo a maioria dos operacionais da gestão, e a filosofia institucional da agência exigiu uma significativa mudança para alcançar o desejo de

Botha, de ter uma agência de inteligência civil independente capaz de fornecer uma análise de inteligência a longo prazo para o primeiro-ministro” (O'Brien, 2011, p. 68). Botha viu o papel do NIS como sendo o de “coordenação suprema e de corpo avaliativo dentro da pirâmide de inteligência”. Barnard foi um “forte admirador da interação da CIA com os académicos (...) e começou a mudar a metodologia do NIS para ser mais académico” (O'Brien, 2011, p. 68). Enquanto o NIS “não teria um braço operacional no mesmo grau que o BOSS (esta função foi mais ou menos assumido por seções da *Security Branch*), no entanto, implantou agentes ativos fora dos limites da República; estava proibido de operar dentro da República (mais uma vez, uma função atribuída para *Security Branch* – quase exclusivamente)” (O'Brien, 2011, p. 68).

A nova divisão do trabalho não foi, no entanto, ausente de medidas de correção na sua aplicação, nem na sua coerência entre agências: “temendo que o NIS seria uma tentativa de interferir no mandato para fornecer a inteligência estratégica, o DMI fez tudo que pôde para minar o estatuto do NIS no âmbito do sistema nacional” (O'Brien, 2011, pp. 70-71). A razão subjacente foi a “diferença de interpretação de inteligência de segurança entre o NIS e a SADF” (O'Brien, 2011, p. 71). O NIS já havia afirmado nesses anos “que o cerne do problema de segurança na África do Sul estava na arena política doméstica”, e outro ponto de partida da inteligência militar era “que o cerne do problema era a ameaça comunista que estava sendo montada fora do país” (O'Brien, 2011, p. 71). Se os Estados vizinhos fossem “colocados sob controlo e focados na expulsão dos comunistas através de uma ou outra maneira, os problemas do país então seriam classificados como eliminados” (O'Brien, 2011, p. 71).

A razão para a sobrevivência do NIS foi o facto de que este foi criado por Botha para “compensar ambos o poder antigo do BOSS e para agir como um corpo de análise estratégica separado do DMI; assim, o patrocínio de Botha que se observou durante os anos iniciais” (O'Brien, 2011, p. 71). Como será visto, embora o intrincado NIS “estava envolvido inicialmente em funções de segurança nacional, mas sempre permaneceu uma agência muito mais iluminada (geralmente comparado com o DMI e o *Security Branch*), e mais tarde tornou-se no operador do canal clandestino do governo para negociações com o ANC em meados da década de 1980” (O'Brien, 2011, p. 71).

O DMI tornou-se a força de inteligência dominante de Botha e “preencheu o mesmo papel que o BOSS tinha sob Vorster, ambos como guia e *chat* de políticas” (O'Brien, 2011, p. 71), o que produziu os “seus próprios problemas, porque a posição do CSI tinha sido elevada para uma posição-chave consultiva para o Primeiro-Ministro (mais tarde Presidente) Botha e o Ministro da Defesa Malan, a posição foi cobiçada por oficiais na hierarquia” (O'Brien, 2011, p.

71). A CSI, foi, previamente, uma “posição relativamente obscura, dedicada para a recolha e análise, e tornou-se num dos dois pontos focais (sendo o outro o Chefe da *Security Branch*) para operações encobertas” (O'Brien, 2011, p. 71). Ambos esses fatores “poluíram a qualidade da inteligência desde a politização do escritório, fruto das pressões criadas pela estimativa de inteligência para que fosse inclinada para causas políticas, em vez de estarem em conformidade com o ideal do oficial de inteligência da imparcialidade” (O'Brien, 2011, p. 71), o que também significavam que – “cada líder político, em defesa de um serviço de inteligência e dos dirigentes – o imenso poder dos oficiais de inteligência e dos agentes era derivado e dependente dos políticos, e foram encarregados com a responsabilidade de proteger o estado a todo o custo, mesmo quando este estivesse incluído num caso ilícito” (O'Brien, 2011, p. 71), que teria resultados devastadores no período da década de 1970 até meados da década de 1990 – “e refletiu-se sobre uma cultura de inteligência contínua na era pós-*apartheid* na qual a nova liderança política seria acusada de esforços semelhantes para incentivar a ilegalidade e a corrupção (em todos os sentidos) da dispensação inteligência em prol da política” (O'Brien, 2011, pp. 71-72).

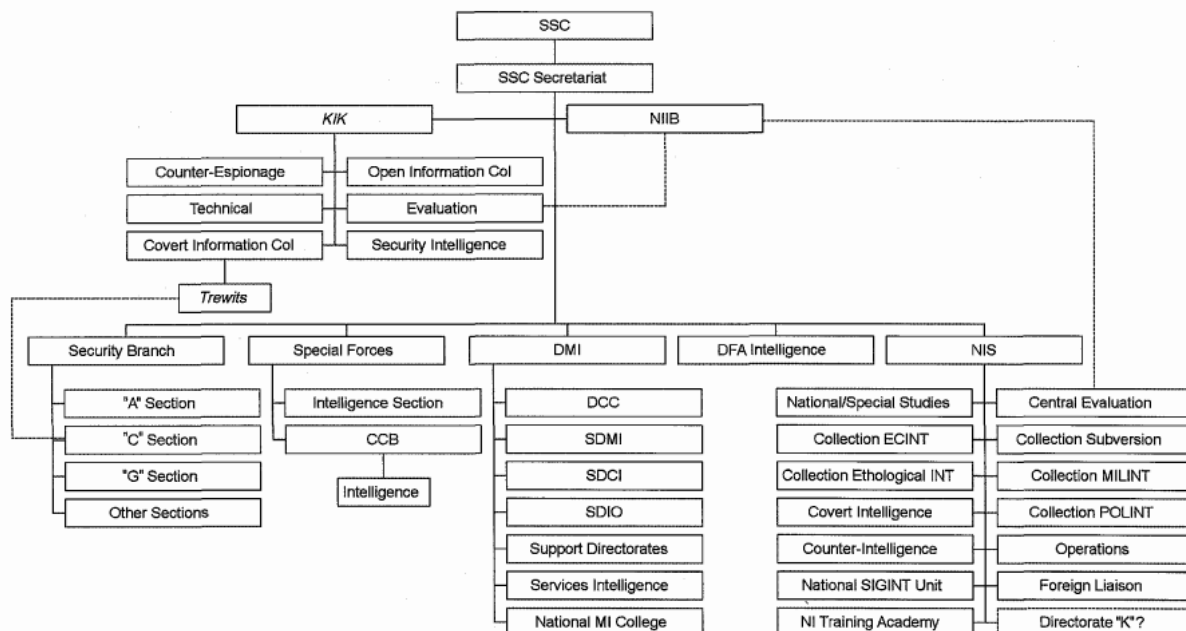
Koordineer Inligting Komitee (KIK) – Comité de Coordenação de Inteligência

Para eliminar a luta dentro da pasta da inteligência, em 14 de novembro de 1980, Botha emitiu instruções para “racionalizar as estruturas de inteligência para garantir melhor coordenação” (O'Brien, 2011, p. 72). Para o efeito, era criada uma Comissão de racionalização que se reuniu secretamente de 14 a 19 de janeiro de 1981, em Simonstown; os acordos resultantes dessas reuniões, “conhecidas como as funções de *Beraad* (acordos) de Simonstown, delimitado entre o incipiente NIS (inteligência política e económica, contraespionagem, avaliação), DMI (inteligência militar e contra-mobilização) e o *Security Branch* (contrassubversão doméstica e internacional contra os opositores do estado)” (O'Brien, 2011, p. 72). Outro resultado foi a aprovação de Botha, em 30 de janeiro de 1981, de ambos o *National Intelligence Interpretation Branch* (NIIB) no âmbito do Secretariado do SSC, que foi oficialmente criada em 1 de janeiro de 1982; e mais importante coordenar o «Comité de Inteligência» (*Koordineer Inligting Komitee* ou Comité «K», geralmente conhecido pela sigla africâner KIK⁵⁷), presidido por Barnard, também sob o Secretariado do SSC” (O'Brien, 2011, p. 72). O KIK garantiu a mais “estreita coordenação de atividades e informações entre todos os três serviços de inteligência, bem como as agências fora dos assuntos de segurança (por

⁵⁷ O autor explica que as atividades do KIK foram apoiadas por um sistema de comissões consultivas; estes incluíam “a recolha de informações secretas, recolha de informação aberta, avaliação técnica (isso mais tarde se tornaria no NIIB do SSC), contraespionagem e comissões de inteligência de segurança” (p. 72).

exemplo, relações exteriores, desenvolvimento constitucional ou prisões) que contribuíram para a visão de inteligência nacional” (O'Brien, 2011, p. 72).

Figura 42 – Organograma e Hierarquia de Comando da *National Intelligence* (1980-1990)



Fonte: O'Brien, 2015, p. 67

Sistema de Forças do Pilar da Aplicação da Lei – South African Police (SAP)

SWAPOL/Koevoet

Em janeiro de 1979, a unidade de contrainsurgência *Koevoet* da *Security Branch* formou-se no sudoeste africano para operações contra a SWAPO, formado “por uma combinação de elementos da SWAPOL e das forças especiais da SADF, para serem equivalente aos *Selous Scouts* da Rodésia, afim de agirem como os olhos e ouvidos e para recolher inteligência, para os militares” (O'Brien, 2011, p. 104). Em 1983, elementos da *Koevoet* foram integrados com a unidade de contrainsurgência CI do *Security Branch* “para apoiar as operações contrarrevolucionárias internas da SAP”. Esta unidade, formada para a finalidade expressa de «converter» guerrilheiros capturados do ANC, SWAPO e PAC para operar contras antigos camaradas” (O'Brien, 2011, p. 104) (em uma prática conhecida como pseudo-operações), foi criada, em 1979, “na fazenda da polícia em *Vlakplaas*; estabeleceram-se unidades semelhantes em outros locais, conhecidos como *askaris* (Suafili para «lutadores»), a «conversão» da tal guerrilha era uma prática instituída pelos britânicos no Quênia e os rodesianos” (O'Brien, 2011, p. 104).

O elemento mais significativo das operações do *Koevoet* era o uso destes *askaris*, que espelhavam a experiência do *Selous* (...) particularmente para a condução de operações de

contraguerrilha («operações pseudo-terroristas», que faziam parte das operações de combate ao terrorismo) desenvolvidas pelo *Selous* na Rodésia” (O'Brien, 2011, p. 106). Com aproximadamente 300 oficiais e suboficiais brancos, em 1988, o *Koevoet* “admitiu ter aproximadamente 40-50 guerrilheiros «convertidos» nas fileiras”. Estes homens, capturados durante o conflito de guerrilha, “tinham pouca ou nenhum motivo para recusar de trabalhar com o *Koevoet*, caso contrário estes seriam executados (estritamente contra as convenções de Genebra)” (O'Brien, 2011, p. 106). Além disso, uma vez que estes comesçassem a trabalhar para as forças de segurança sul-africanas, tinham poucas hipóteses de ser aceites de volta pelas famílias ou círculos de amigos” (O'Brien, 2011, p. 106). Assim, o *Koevoet* era um unidade “endurecido pelas batalhas, psicologicamente e socialmente divorciado das suas comunidades de origem e comprometidos pela sua traição, [sendo estes] askaris eram bem enquadrados para todos os atos de guerra” (O'Brien, 2011, p. 106).

Security Branch

As capacidades para apoiar as atividades de guerra contrarrevolucionária desenvolvidos pelo DMI não estavam isolados. Enquanto o NIS “manteve o *status* de ator analítico e de coordenação no âmbito da inteligência nacional, a *Security Branch* da SAP modificou-se – até ao final da década de 1970 e ao longo da década de 1980 – para reconstruir as capacidades de COIN que perdeu na década anterior; ao mesmo tempo” (O'Brien, 2011, p. 102), também começou a desenvolver “capacidades mais brutais e terríveis de contrainteligência dentro de suas estruturas que – por um lado – alavancavam os guerrilheiros capturados que tinham sido «convertidos» contra as organizações” (O'Brien, 2011, p. 102), ao mesmo tempo – por outro lado – “institui uma capacidade operacional no terreno dentro África do Sul, que refletiu as anteriores atividades de COIN na Rodésia e sudoeste africano” (O'Brien, 2011, p. 102 & 103). As duas unidades centrais (secções) para estas capacidades “eram a unidade de COIN *Koevoet*, implantados no sudoeste africano e a unidade de contraespionagem «CI» implantado na fazenda da polícia *Vlakplaas* perto de Pretória” (O'Brien, 2011, p. 104).

No início da década de 1980, e com as mudanças estratégicas e estruturais que ocorreram em toda a estrutura da inteligência nacional, o *Security Branch* “também se reorganizou para ser um ator completo no esforço de guerra contrarrevolucionária” (O'Brien, 2011, p. 107). Com efeito, em 1987, “cerca de 13 por cento da SAP (de uma força total de 92.000 incluindo os reservistas) trabalhavam na *Security Branch*”. De um modo geral, o *Security Branch* foi dividido em 14 seções (de A a O); Enquanto estas mudariam ocasionalmente, em meados da década de 1980, “os mais relevantes para a implementação da

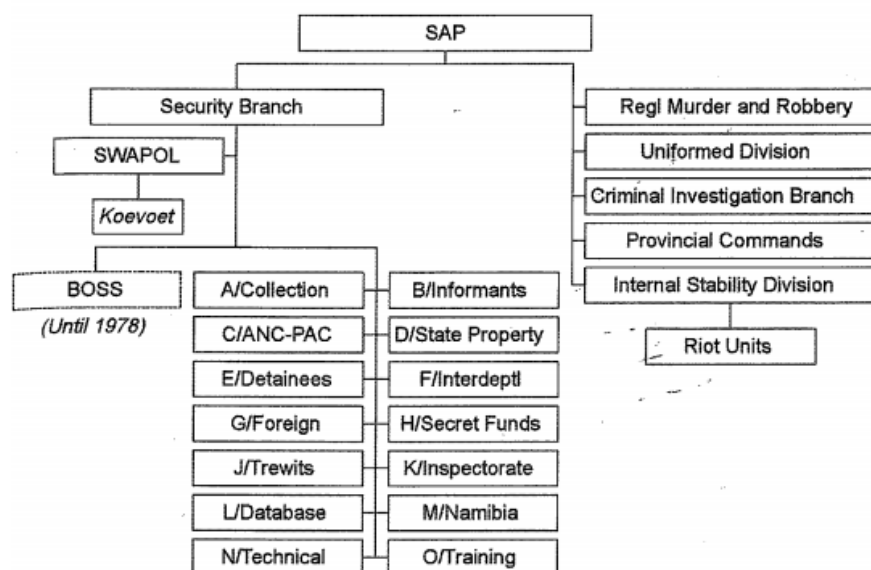
Total Counter-Revolutionary Strategy do Estado foram a Secção C e G” (O'Brien, 2011, p. 107). Muito mais significativo para os esforços contrarrevolucionários foi o estabelecimento, em 1986, da *Teen Rewolusionere Inligting Taakspan* (Força-Tarefa de Inteligência Revolucionária ou *Trewits*), em que “nas reuniões mensais a inteligência seria trocada e alvos identificados pelos representantes da *Security Branch*, DMI, Forças especiais e do NIS” (O'Brien, 2011, p. 149).

Tabela 12- Secções da *Security Branch*

Secção A	Responsável pela recolha de informação.
Secção B	Trabalhava com uma rede de informantes ativistas negros nas <i>townships</i> , que forneciam informação sobre os movimentos, atividades e estratégias dos ativistas do ANC/UDF.
Secção C	Unidade operativa responsável por atividades «antiterrorista», em contraterrorismo e contrainteligência real; originalmente, alojava a <i>Trewis</i>
Secção D	Lidava com propriedade de estado, postos fronteiriços, aeroportos, etc.
Secção E	Lidava com detidos
Secção F	Comités encobertos interdepartamentais, bibliotecas/repositórios e investigação
Secção G	Responsável em geral na penetração/infiltração no ANC, no estrangeiro, no longo termo
Secção H	Fundos Secretos (até 1992); reformado para cobrir os serviços constitucionais e conectado com o regresso de exilados e detidos
Secção J	Conectado ao SSC e aos JMCs, esta secção iria, isoladamente, abrigar os <i>Trewis</i>
Secção K	Inspetoria
Secção L	Centro de Base de Dados e informação
Secção M	Assuntos da Namíbia
Secção N	Divisão Técnica
Secção O	Treino

Fonte: Adaptado de O'Brien, 2015, p.107

Figura 43 – Estrutura e hierarquia da *Security Branch* e da SAP



Fonte: O'Brien, 2015, p.105

C/Vlakplaas

Em maio de 1983, elementos de *Koevoet*, incluindo o Major De Kock, foram “transferidos da Namíbia pelo *Security Branch* e realocados para a fazenda da polícia, nos arredores de Pretória, chamada *Vlakplaas*” (O'Brien, 2011, p. 107). Estes elementos iriam expandir a unidade designada CI (Secção ANC/PAC), “uma unidade de inteligência da *Security Branch* formada para a identificação e rastreamento de infiltrados do ANC e PAC e também a sua reabilitação; na prática, a finalidade era «converter» guerrilheiros do ANC e PAC para operar contras antigos camaradas” (O'Brien, 2011, p. 107). Quando o CI foi estabelecido, ficou sob o comando do Capitão Dirk Coetzee, “um soldado de contrainsurgência da polícia que combateu na Rodésia, em agosto de 1980” (O'Brien, 2011, p. 107). A unidade era, inicialmente, muito pequena, “composta por apenas cinco policias brancos e 15 *askaris*, com ex-membros estrangeiros da ZAPU ou RENAMO ocasionalmente envolvidos” (O'Brien, 2011, p. 107). Em setembro de 1981, quando a unidade se tornou oficialmente operacional, “começou a expandir-se em quatro esquadrões; em 1990, haveriam nove” (O'Brien, 2011, p. 107).

G/Contra-Inteligência Externa

A *Security Branch* também executou as operações internacionais “contra o ANC/SACP – particularmente em Londres e nos Estados da Linha da Frente – onde o CI e a Secção G da *Security Branch* (liderada pelo infame Craig Williamson) operavam” (O'Brien, 2011, p. 103). Todas estas eram apoiadas e coordenadas, centralmente, pelo KIK e os *Trewits*, em que nas suas reuniões mensais, a “inteligência era trocada e alvos identificados pelo *Security Branch*, DMI, Forças Especiais e representantes do NIS” (O'Brien, 2011, p. 103). O *Trewits* – juntamente com os operacionais de segurança comum (*Geveilstaf*) do SSC – “coordenavam a inteligência entre as estruturas do SSC e as forças de segurança para a identificação de adversários, com o NIS a fornecer a «identificação de bases de dados» para cada país em questão” (O'Brien, 2011, p. 103). Estes desenvolvimentos eram vistos “como um meio de satisfazer a necessidade de transformar as atividades de contrainsurgência do aparato de segurança do estado num programa contrarrevolucionário” (O'Brien, 2011, p. 103). Com a reorganização do Departamento de Segurança Nacional (sucessor de curta duração do BOSS antes da sua evolução para o NIS) em 1980, a seção G – “que existia dentro do *Security Branch* desde a formação do BOSS – foi ressuscitada” (O'Brien, 2011, p. 111). Geralmente responsável pela “penetração a longo prazo no ANC no exterior” (O'Brien, 2011, p. 111). As responsabilidades foram divididas entre Inteligência Externa (G1), Comunicação Estratégica (G2) e Contraespionagem (G3).

J/Trewis

Em 1985, as forças de segurança estabeleceram a *Trewits*, cuja principal tarefa era “identificar metas de ação, incluindo a eliminação” (O'Brien, 2011, p. 149). Seguiram-se esforços semelhantes, mas menos coordenados, por vários elementos das forças de segurança antes do estabelecimento da *Trewits*. De facto, antes disso, “a identificação dos objetivos foi feita pelos diferentes componentes da força de segurança, separadamente e muitas vezes com base em eventos” (O'Brien, 2011, p. 149). À medida que o conflito aumentava em meados da década de 1980, a SADF “estabelecia um grupo de trabalho de identificação alvo” (O'Brien, 2011, p. 149). A autorização para isso veio do Brigadeiro Chris Thirion (diretor-Chefe da Inteligência militar), do Major-General Joubert e do Major-General Dirk Hamman (Chefe da inteligência do exército). Um dos subgrupos deste grupo, “estabelecido no Transvaal Oriental, no final de 1986, sob o capitão Henri van der Westhuizen, do DCC, coordenou as informações de orientação do NIS, *Security Branch* e DMI sob a liderança geral do comandante da divisão de segurança Brigadeiro Schalk Visser” (O'Brien, 2011, p. 149). O Transvaal Oriental “foi a principal rota de infiltração para pessoal de MK de Moçambique e Suazilândia; Grupos similares foram mais tarde estabelecidos em Ladybrand (abrangendo o Lesoto) sob o comando do comitê de segurança Frik Fouché, Zeerust (Transvaal Ocidental) que abrange o Botswana e no Transvaal do Norte que cobre o Zimbábue e Angola” (O'Brien, 2011, p. 149).

Ao longo da década de 1980, o *Trewits* passou a estar “estritamente integrado com a função de contrainsurgência da SAP, a tal ponto que o *Trewits* foi estabelecido diretamente no *Security Branch* para facilitar o rastreamento” (O'Brien, 2011, p. 152). A função principal do *Trewits* era “a identificação de alvos: assim que o nome de um indivíduo aparecia numa lista de alvos da *Trewits*, este era visto como um alvo legítimo” (O'Brien, 2011, p. 152).

Desde o início, o *Trewis* “identificava alvos em todos os Estados da Linha da Frente, ampliando o raio de ação para dentro da África do Sul” (O'Brien, 2011, p. 150). Sob a Presidência de Buchner (que foi substituído em 1987 pelo Brigadeiro Bob Beukes e, finalmente, pelo Brigadeiro C.J.A. Victor), o *Trewits* foi descrito como “um novo esforço conjunto dos membros relevantes do IG (*Inspectors-General [of Intelligence]*) para trazer uma base sólida de informação para uma ação operacional contrarrevolucionária significativa” (O'Brien, 2011, p. 150). A responsabilidade de identificar alvos do ANC e PAC foi atribuída, em março de 1986, ao Comandante Callie Steijn do DMI, “que esteve envolvido no desenvolvimento de alvos, entre 1981 a 1985/1986” (O'Brien, 2011, p. 150). Outros, como o Comandante Jan Anton Nieuwoudt (do DCC) e o Major Craig Williamson (do *Security Branch*), “também estiveram

envolvidos na designação de alvos, muitos dos quais resultaram em incursões transfronteiriças (como Maseru) e assassinatos” (O'Brien, 2011, p. 150). Outras unidades da força de segurança “colaboraram no reconhecimento e designação de alvos: o envolvimento da unidade CI da *Security Branch* nos assassinatos e sequestros nos países vizinhos, desde o início dos anos 80, “que significou que os seus agentes estavam envolvidos no processo de reunião de informações sobre o principal pessoal do ANC/MK no Estados de Linha da Frente” (O'Brien, 2011, p. 150). O envolvimento em assassinatos (principalmente transfronteiriços) precedeu o estabelecimento de grupos-alvo e do *Trewits*, apesar de que os membros dos comitês do *Trewits* “tenham, anteriormente, desempenhado um papel significativo tanto na reunião de informações ao nível operacional, incluindo um número de integrantes do *Security Branch* que possuíam importantes deveres na fronteira da Namíbia e da Rodésia, mostrando a continuidade entre a guerra de contrainsurgência na região e o trabalho do *Security Branch* dentro da África do Sul” (O'Brien, 2011, pp. 150-151).

'Third Force'

O termo *Third Force* foi sugerido pela primeira vez ao presidente Botha pelo vice-ministro da Defesa Vlok, em 4 de novembro de 1985, que a imaginava como “uma unidade de capacidade especial existente independentemente da polícia e da Força de Defesa - portanto, uma *Third Force*” (O'Brien, 2011, p. 159). O uso potencial aumentou após a declaração de estado de emergência nacional de 1986, em que “a política de *Total National Strategy* foi alterada para *Total National Counter-Revolution*” (O'Brien, 2011, p. 159). Em uma reunião do SSC, em 12 de maio de 1986, “os Ministros da Defesa e do Lei e Ordem foram encarregados de examinar a criação de uma *Third Force* (...) esta não era simplesmente outra unidade estatutária, mas uma unidade projetada especificamente para conduzir a guerra contrarrevolucionária” (O'Brien, 2011, p. 159). A *Third Force* deveria ser uma “força móvel e ter a capacidade de erradicar eficazmente os terroristas (...) deveria estar preparada para ser impopular e, até mesmo, temido, sem danificar a imagem da Força de Defesa ou da Polícia” (O'Brien, 2011, p. 159), e as forças de segurança “deveriam trabalhar em conjunto na criação da *Third Force*, afim de que aqueles que minavam o estado fossem combatidos com seus próprios métodos” (O'Brien, 2011, p. 159).

Em geral, o que faz esta explicação para a *Third Force* parecer mais plausível é a existência de unidades e estruturas (especificamente, CCB, *Trewits*, *Geveilstaf*, DCC, CI e DST) cuja única capacidade “correspondia a necessidade de conduzir a guerra contrarrevolucionária ao inimigo, com os meios mais secretos possíveis” (O'Brien, 2011, p.

162). Esta capacidade secreta, no entanto, “teve que ser compatível com os objetivos gerais da *Total Counter-Revolutionary Strategy*; portanto, a orientação do SSC ainda era necessária para combinar as capacidades com estratégias, em todos os níveis” (O'Brien, 2011, p. 162). Isso resultaria em tudo, “desde casos individuais que seriam considerados nas estruturas do SSC (como assassinatos propostos pelo *Trewits*) a comandantes no terreno (no nível do Sub e Mini-JMC) que determinavam a eliminação de membros «problemáticos» da oposição” (O'Brien, 2011, p. 162).

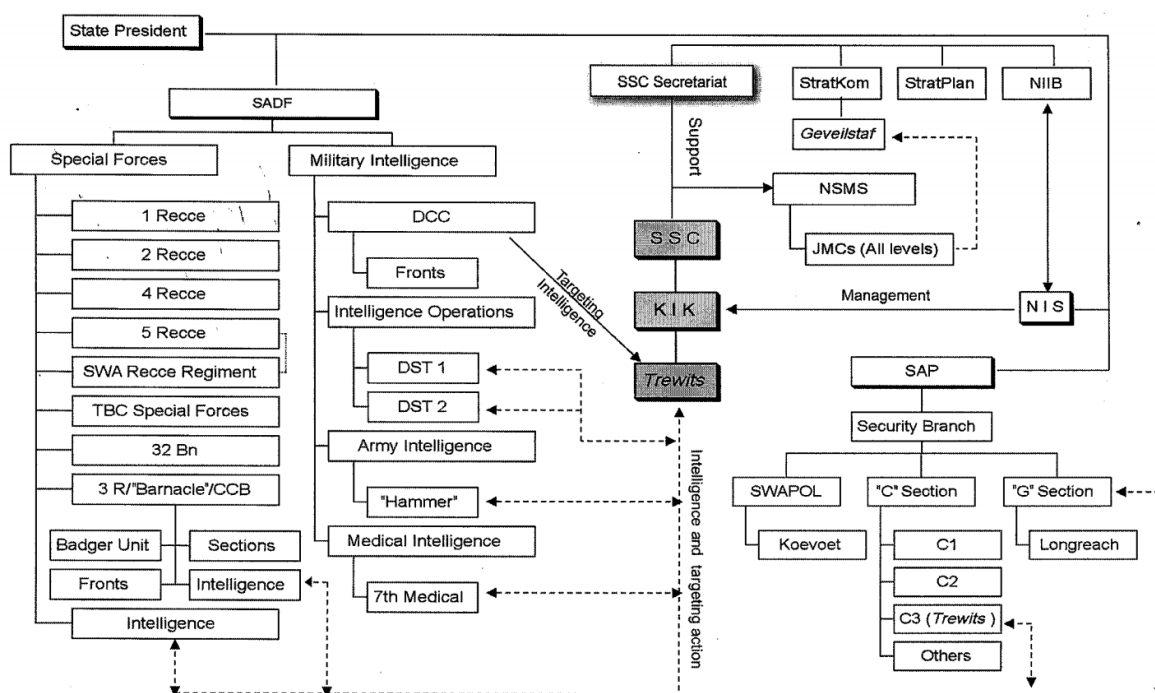
A realidade disso foi que essa *Third Force* – “com o seu foco real em atividades de ação direta, orientada por inteligência, contrarrevolucionária, em oposição ao controlo de motins e estabilidade interna” (O'Brien, 2011, p. 153) – foi formada por um conglomerado de unidades encobertas. Conforme observado pela Comissão de Verdade e Reconciliação em 2003, em referência ao fomento da violência que ocorreu após 1990, declara que as ações “pareciam ser muito mais direcionadas do que aleatórias, embora existam poucas evidências de que uma *Third Force* centralizada, coerente ou formalmente constituída por uma rede de agentes das forças de segurança e de ex-seguranças” (O'Brien, 2011, p. 153), atuando, frequentemente, em conjunto “com elementos da direita e/ou setores do Partido da Liberdade *Inkatha*, envolvendo ações que poderiam ser interpretadas como fomentadoras da violência e que resultaram em graves violações dos direitos humanos, incluindo assassinatos aleatórios e selecionados” (O'Brien, 2011, p. 153).

As unidades que atuavam sob a bandeira da *Third Force* – desenvolvidas em meados da década de 1980, e ativas muito depois da transição iniciada em 1990 – “deveriam ser interrompidas das fontes de inteligência e supervisão, e foram informadas de que deveriam identificar e agir contra alvos políticos”. Assim, estes tornar-se-iam “não apenas autônomos, mas, também, poderiam operar fora de [qualquer] controlo e sem transparência, duas das maiores restrições para operações encobertas” (O'Brien, 2011, p. 133).

A composição real da *Third Force* “foi debatida entre a SAP e a SADF, em que a SAP argumentava para o fortalecimento das unidades antimotim existentes, e a SADF argumentava que tal «capacidade especial» reforçada já existia dentro das estruturas de contrainsurgência”. Confirmando ainda que a *Third Force* era – na realidade – para fins de ação direta contrarrevolucionários – a SADF demonstrou, em um documento intitulado «A Criação de uma *Third Force* para Combater a *Revolutionary Onslaught*», que essa *Third Force* já existia dentro das seguintes unidades de força de segurança:

- As forças de contrainsurgência da SADF (incluindo unidades territoriais, inteligência do exército e a unidade *hammer*);
- As Forças Especiais da SADF (incluindo o 7º Batalhão Médico e a DST);
- *Special Tasks* da SADF;
- *Security Branch* da SAP;
- As forças de contrainsurgência da SAP (secção C da *Security Branch* e *Koevoet*);
- Elementos da *Special Task Force* da SAP (incluindo a secção técnica da *Security Branch*);
- O CCB formou “o terceiro braço da *Third Force* na África do Sul, ao lado dos «projetos» da *Vlakplaas* e do DST” (O'Brien, 2011, p. 133).

Figura 44 – Organograma e Estrutura das estruturas das operações encobertas da África do Sul (em 1986)



Notas: Setas tracejadas indicam ações conjuntas de recolha de inteligência e ação direta; Setas completas indicam apoio, gestão ou remissão de competências

Fonte: O'Brien, 2015, p. 102

APÊNDICE 8 – PROGRAMA DE ARMAS DE DESTRUIÇÃO MASSIVA – DISSUAÇÃO ESTRATÉGICA NUCLEAR, QUÍMICA E BIOLÓGICA

P.W. Botha, ainda quando Ministro da Defesa, e o Almirante H.H. Biermann, o então Comandante–Chefe da *SADF*, “acreditavam que esse ataque [*Total Onslaught*] era inevitável e que a África do Sul estaria, no final, incapaz de aguentar esse ataque sem a ajuda de uma superpotência ou, alternativamente, o acesso direto a uma superarma [armas de destruição massiva]” (van der Waag, 2015, p. 251). Portanto, o desenvolvimento de armas de destruição massiva ocorreu, e foram desenvolvidos dois programas, um nuclear e outro químico e biológico.

Programa Nuclear Sul-africano

Tendo os desenvolvimentos internacionais tornado a RSA numa pária internacional, a RSA “trabalhou no desenvolvimento da sua capacidade nuclear com Israel e França (...) e já se havia empenhado em trocas de tecnologia nuclear como os EUA e a Alemanha ocidental” (Liebenberg, 2015, pp. 43, 52-53). Entre as décadas de 1950 e 1980, a África do Sul, com apoio externo, desenvolveu infraestruturas que permitiram a produção de material físsil para armas nucleares e para produção elétrica, como se encontra indicado na tabela seguinte.

Tabela 13- Infraestruturas de Ciclos de combustível nuclear na África do Sul até 1987

Fase do Ciclo de Combustível	Localização	Descrição	Dimensão (produção máxima)	Primeiro ano de operação ou planeada	Garantia da IAEA	Origem Tecnológica
Extração e concentração de urânio	Transvaal e Estado Livre de Orange	Maioritariamente de subprodutos da extração de ouro	6146t de Urânio (concentrado) [produzido de 1980]	1952	N/A	assistência dos EUA e RU
Conversão de Hexafluoreto de urânio	Pelindaba	Fábrica de produção piloto	200 t/ano Fosfacto de Urânio	1975 (1978)	Não	Possivelmente do RU
	Valindaba	Fábrica de produção comercial	Não revelado	1986	?	
Fabrico de Combustível	Pelindaba	Fábrica de fabricação de recargas para os reatores de investigação Safari-1	menos de 10Kg/ano	1981	Não	Possível assistência do RU /ou EUA
Enriquecimento de Urânio	Valindaba	Fábrica piloto	6000 SWU/ano	1975 (1977)	Não	Provável assistência da Alemanha ocidental
	Valindaba	Fábrica de produção	300 000 SWU/ano	1987	?	
Reatores	Pelindaba	N/A	20 MW (th) (5MW (th) a partir de 1977	1965	Sim	EUA
	Pelindaba	Reator de pesquisa Safari-2 (também conhecido como Pelindaba-Zero ou Centro de Montagem Crítico de Pelindaba	energeticamente negligente	1967 (fechada em 1970)	N/A	Indígena
	Koeberg	Reator de energia Koeberg-1	920 MW	1984	Sim	França
		Reator de energia Koeberg-2	920 MW	1985	Sim	

Notas: SWU/ano – unidades separadas de trabalho por ano; tU/a – toneladas de urânio armazenadas por ano; Fonte: Adaptado de Moore, 1987, p.103

A sua aplicabilidade dividiu-se no domínio puramente militar, e, simultaneamente, no domínio económico e prestigianete” (Moore, 1987, p. 128). No primeiro domínio, deve-se primeiro compreender que a África do Sul “não estava a responder a possessão de armas nucleares por parte de nenhum possível adversário africano” (Moore, 1987, p. 128), mas sim devido ao embargo de aquisição de tecnologia de armamento imposto pelo CSNU em 1977, “apesar desta ter, desde então, conseguido a continua aquisição de armamento sofisticado moderno, a África do Sul temia que, com a possibilidade desta ficar sujeita a mais sanções para importações de tecnologia e equipamento militar, esta não poderia manter esta larga superioridade qualitativa em armamentos (...) apesar da sua larga vantagem quantitativa e qualitativa” (Moore, 1987, p. 129) naquele momento, para “convencer a impressão, ambos para o próprio povo e para o mundo exterior, do que as causas contra esta, o regime sul-africano poderia sobreviver indeterminadamente num *laager* nuclear” (Moore, 1987, p. 129).

A sua capacidade nuclear manteve-se secreta, e o anuncio publico ficaria reservado para quando “a sua situação militar se deteriorasse drasticamente e quando se perdesse totalmente o apoio militar ocidental” (Moore, 1987, p. 129). Este anuncio “poderia convencer o ocidente que a África do Sul não poderia ser ignorada e que as interações com esta deveriam ser continuadas, mas também indicariam mudanças no balanço militar na África Austral” (Moore, 1987, p. 129). Esta mudança no balanço militar, que induziria a África do Sul a declarar a posse de armas nucleares, seria causada pelo “aumento do envolvimento da União Soviética e dos sucedâneos” (Moore, 1987, p. 129), em que foram desenvolvidos os seguintes cenários:

- (i) “o aumento do apoio de países do bloco soviético aos estados da linha da frente africanos sujeitos à ataques sul-africanos” (Moore, 1987, p. 129); ou
- (ii) o uso da marinha soviética para reforçar sanções das Nações Unidas” (Moore, 1987, p. 129).

O «medo» da África do Sul, que fundamentava a posse das armas nucleares, devia-se a possibilidade dos EUA “juntarem-se à União Soviética em reforçar resoluções o Conselho de Segurança da ONU” (Moore, 1987, p. 129), e que “os EUA se tornassem inertes e permitissem a intervenção soviética” (Moore, 1987, p. 129), sendo a esperança sul-africana que “a sua posse de armas nucleares e/ou a intervenção soviética pudessem «acionar» uma intervenção americana do lado da África do Sul” (Moore, 1987, p. 130). Todavia, o segredo sobre as armas seria mantido porque qualquer declaração sobre estas “poderia encorajar o aumento de apoio soviético regional (...) e removeria qualquer possibilidade da garantia de segurança dos Estados Unidos quanto a África do Sul” (Moore, 1987, p. 130). As armas nucleares sul-africanas seriam,

por isso, apenas relevantes “no contexto da sua defesa (...) contra uma abundante combinação de forças da África negra” (Moore, 1987, p. 130).

Programa ‘Coast’ – Armas Químicas e Biológicas

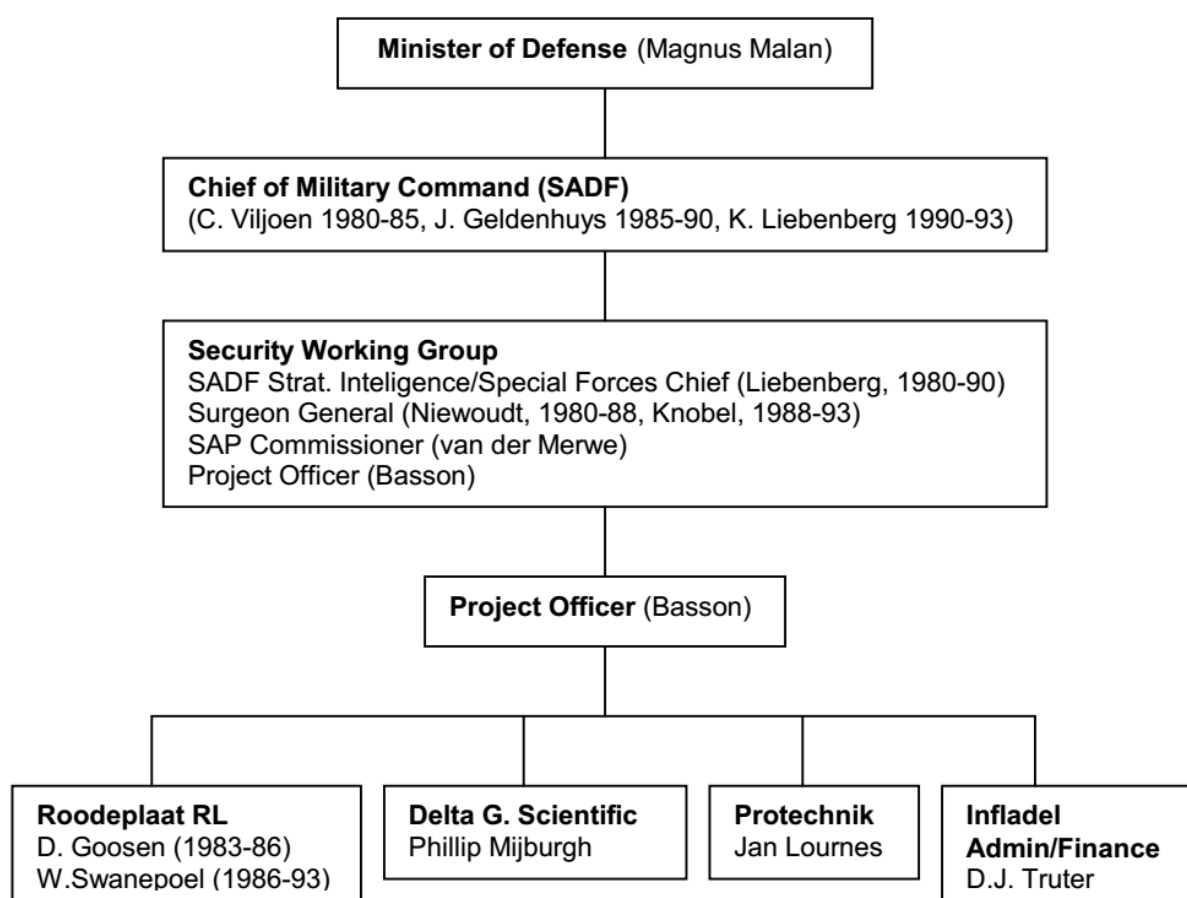
De acordo com o Dr. Joynt, no início da década de 1970, os generais da SADF pediram “que uma indústria de CBW (*Chemical and Biological Warfare*) começasse”. O superior do Dr. Joynt, J. Wynand de Villiers,” (Burgess & Purkitt, 2001, p. 3) comentou que África não era o tipo de continente para a CBW e que um programa CBW era muito «complexo» e muito caro para se desenvolver” (Burgess & Purkitt, 2001, p. 3). Com a alteração geopolítica das fronteiras próximas da África do Sul, em 1974, de Villiers escreveu um relatório de 10 páginas, “no qual este deu uma estimativa de R500 milhões (mais de US \$ 500 milhões em dólares de 1974) para construir um programa CBW. Finalmente, de Villiers concluiu que a URSS estava bem armada com o CBW e retaliava contra qualquer ataque CBW” (Burgess & Purkitt, 2001, p. 3). A SADF “adiou os planos para desenvolver um programa CBW ofensivo e apoiou um programa mínimo de pesquisa e desenvolvimento CBW, que nunca foi bem desenvolvido”. Em 1980, “consistia apenas em um indivíduo que trabalhava na CBW no complexo das Forças especiais de Pretória” (Burgess & Purkitt, 2001, p. 3).

De 1979 a 1981, o SSC discutiu os princípios que poderiam ser aplicados ao programa CBW, sendo clarificado que um programa “para se defender contra um ataque CBW soviético só poderia ser construído se o programa ofensivo soviético fosse replicado e depois testado” (Burgess & Purkitt, 2001, p. 3). Como se tornou evidente que um programa CBW ofensivo deveria ser desenvolvido, “começaram as discussões sobre os possíveis usos para tal programa” (Burgess & Purkitt, 2001, p. 3), em que o Ministro da Defesa Malan propôs que caso houvessem “sinais de um ataque de guerra química em Angola [por parte da SADF], as forças cubanas e angolanas seriam forçadas a fazer ações, o que reduziria a eficácia do combate” (Burgess & Purkitt, 2001, p. 3).

Em 1981, o General Constand Viljoen, Chefe de gabinete da SADF, “solicitou que o programa CBW oferecesse-se à SADF agentes de controlo de tumultos na África do Sul” (Burgess & Purkitt, 2001, p. 17). Outros possíveis usos considerados incluíam ações de contrainsurgência, assassinatos e controlo de população negra” (Burgess & Purkitt, 2001, p. 17). Em abril de 1981, “uma reunião de alto nível de uma comissão da SADF finalizou os princípios para o Projeto COAST”. O primeiro princípio era que a guerra química e biológica (CBW) “deveria ser tratada como uma questão secreta, porque era suscetível ao engano [erros de percepção por adversários” (Burgess & Purkitt, 2001, p. 17). Outro era para o facto de que

(...) a África do Sul teria de se defender na arena de CBW [contra a URSS e aliados]” (Burgess & Purkitt, 2001, p. 17). O comité da SADF decidiu que o “segredo era essencial e que a África do Sul usaria empresas de fachada para investigar e produzir armas químicas e biológicas em instalações de alto nível” (Burgess & Purkitt, 2001, p. 17). O desejo de sigilo significava “um financiamento secreto para o projeto, a criação de empresas de fachada e a exclusão do produtor estadual de armas (ARMSCOR) das fases iniciais do projeto” (Burgess & Purkitt, 2001, p. 17), em que a ARMSCOR “só seria trazido durante a fase de armamento do programa” (Burgess & Purkitt, 2001, p. 17).

Figura 45 – Organograma Hierárquico do Projeto ‘Coast’



Fonte: (Burgess & Purkitt, 2001, p. 19)

WWW.ISCSP.ULISBOA.PT